





CREDECIMENTO E APOIO FINANCEIRO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social  
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -  
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência  
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.  
Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo  
Descrição baseada em: N. 93 (2012)  
ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.  
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

## dossiê independências latino-americanas

### 5 Editorial

9 **Apresentação** *Gabriela Pellegrino Soares e Rafael Dias Scarelli*

15 **Irradiar a independência do México para a população – Hidalgo ou Iturbide? Uma pedagogia cívica**  
*Laura Suárez de la Torre*

31 **Y al morir al hombre enseña: teatro e política no contexto das independências** *Bruno Verneck*

47 **Demarcações da cidadania nos gêneros menores: Chile no processo das independências americanas (1810-1829)** *Elisabet Prudant e Natalia López Rico*

65 **O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921)** *Rafael Dias Scarelli*

87 **Esculpir a memória: monumentos ao Centenário da Independência em Buenos Aires e São Paulo**  
*Michelli Cristine Scapol Monteiro*

109 **"Apropria-te de mim e refaz a independência sempre que preciso": a polissemia e a longevidade do culto bolivariano** *Fabiana de Souza Fredrigo e Gabriela Pellegrino Soares*

127 **As últimas independências na América do Sul: Guyana e Suriname** *Iuri Cavlak*

## textos

143 **A escola das facas ou A trivalência da lâmina** *Jean Pierre Chauvin*

155 **Körösi, um século errante que desvendou a milenar cultura do Tibete** *Aleksandar Jovanović*

165 **A redação do Enem: análise do tipo de coesão por mecanismos gramaticais entre orações, períodos e parágrafos nas dissertações dos alunos do último ano do Ensino Médio**  
*Alfredo Vital Oliveira e Marcelo Módolo*

## livros

185 **Os ateliês que abalaram o mundo** *Priscila Nascimento Marques*

193 **O legado de Goethe no romance ocidental: caminhos e descaminhos do cânone mínimo**  
*Gabriel Victor Rocha Pinezi*

199 **Modelo lean – método científico aplicado na gestão de novos produtos e negócios**  
*Víctor Gustavo Zonana*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor VAHAN AGOPYAN

Vice-reitor ANTONIO CARLOS HERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente LUIZ ROBERTO SERRANO

**revistausp**

Editor JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA

SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Conselho Editorial

ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

LUIZ ROBERTO SERRANO (membro nato)

FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATO

FLÁVIA CAMARGO TONI

FRANCO MARIA LAJOLÓ

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

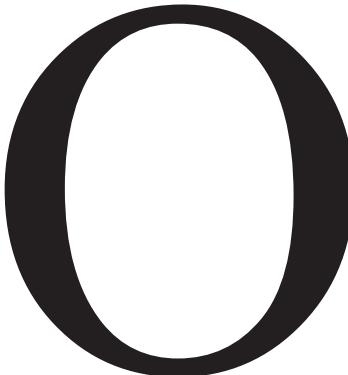
OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

Gráfica CS



Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar  
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP  
Telefax: (11) 3091-4403  
[www.usp.br/revistausp](http://www.usp.br/revistausp)  
e-mail: [revisusp@usp.br](mailto:revisusp@usp.br)



culto à ideia de liberdade – seja ela política ou no âmbito individual – sempre ocupou um espaço visceral dentro do imaginário latino-americano, sobretudo naquele que compreende as nações de língua espanhola. Mais do que em qualquer parte, portanto, na América hispânica termos como “emancipação” e “independência” adquirem um sentido profundo e simbólico, de algo em permanente processo. E em que pesem as diferenças e idiossincrasias presentes em cada região, a lembrar o escritor Gabriel García Márquez, que, no seu discurso ao receber o Nobel, sobre a solidão na América Latina, diz que os estragos da vida não são iguais para todos, a busca de uma identidade própria parece sempre trilhar os mesmos caminhos, como ele apontou, árduos e sangrentos. No vórtice dessa busca é que assoma a figura do herói libertador, seja a de Simón Bolívar, de San Martín, Hidalgo ou de tantos outros.

Pois assim chegamos a este dossiê “Independências Latino-Americanas”, no qual seus autores tentam capturar a maneira como se procedeu (ou se procede) a construção dessa identidade por meio da memória dos seus heróis, pelo modo como, ao longo do tempo, foram eleitos e representados. O dossiê, composto de sete artigos, foi organizado pela professora Gabriela Pellegrino Soares, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e por Rafael Dias Scarelli, doutorando da mesma FFLCH/USP. Ambos também assinam textos dentro do dossiê. Às vésperas das comemorações do Bicentenário da Independência, da nossa independência, a expectativa, como bem lembraram os organizadores na Apresentação, é que este conjunto de textos ajude a refletir sobre uma história que, para todos os efeitos, também é a nossa.

Boa leitura.

**Jurandir Renovato**





# independências latino-americanas



# Apresentação

## Bicentenários das independências latino-americanas: disputas narrativas e construção da memória

Este dossier volta-se ao momento presente, em que se comemora, com uma diferença de poucos anos entre a efeméride de cada país, o bicentenário dos processos de independência e de emergência dos Estados Nacionais na América Latina. Do grito do Ipiranga, no Brasil, ao grito de Dolores, no México, as independências latino-americanas foram marcadas por episódios emblemáticos, cristalizados na memória nacional como um momento “fundacional” e fixados como datas cívicas no calendário de cada país<sup>1</sup>. Entretanto, mais do que acontecimentos decisivos *em si* para o desfecho da luta emancipacionista nas distintas porções da América colonial, esses eventos e seus protagonistas foram constituídos enquanto tais após um longo processo de seleção e elaboração, atraídos por intensos debates.

Uma vez conquistada a emancipação política, as perguntas a serem respondidas foram compartilhadas entre as novas nações latino-americanas: como narrar e representar a gesta independentista? Que episódios destacar? Quem eram os heróis a celebrar? Não se tratava, é claro, de uma simples escolha de nomes e datas. Os próceres da independência foram evocados para legitimar posições divergentes a respeito dos contornos da nova ordem política pós-emancipação: a adoção do regime monárquico ou republicano, da centralização ou do federalismo, as tensões entre a capital e as províncias, as

1 Os eventos relacionados às guerras de independência, no entanto, dividiram desde cedo a condição de monumento “fundacional” das novas nações americanas com episódios e personagens mais antigos, ligados aos tempos da conquista europeia ou mesmo ao mundo pré-hispânico, como parte do esforço em se afirmar as origens “imemoriais” da nova nacionalidade, dotando-a de “atemporalidade” (Mónica Quijada, “¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario Hispanoamericano del siglo XIX”, in François Xavier-Guerra; Mónica Quijada [eds.]. *Imaginar la nación*, Münster, Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, 1994).

cidades e o campo, a definição dos princípios da representatividade política, e outros tantos embates que marcaram os primeiros anos da América independente<sup>2</sup>.

Como propôs José Murilo de Carvalho com relação ao Brasil, a disputa pelo posto de herói da Independência brasileira entre as figuras de D. Pedro I e de Tiradentes foi o emblema da luta política entre republicanos e monarquistas desde a segunda metade do século XIX<sup>3</sup>.

É esse universo que os artigos reunidos no dossiê “Independências Latino-Americanas” buscam explorar. A partir de distintos suportes – monumentos escultóricos, pinturas, peças teatrais, catecismos patrióticos e panfletos, sermões religiosos e calendários comemorativos –, os textos aqui presentes se propõem a refletir sobre as narrativas, discursos e representações visuais construídos a respeito dos processos de emancipação política na região. Algumas das narrativas em tela foram se consagrando ao longo do tempo, até se cristalizarem na memória coletiva – convivendo ou se impondo sobre memórias concorrentes. Por outro lado, estratégias variadas foram formuladas e divulgadas no calor dos acontecimentos revolucionários,

como os panfletos e catecismos lançados no Chile, que ambicionavam mobilizar a população para a causa “patriótica”, ainda não consolidada.

Muitas das narrativas e das representações visuais produzidas *no ou sobre* o período das independências valorizaram o papel desempenhado por personagens do mundo ameríndio e dirigiram-se a esse público<sup>4</sup>. Os revolucionários do mundo hispano-americano, entretanto, não perderam de vista o fantasma da mobilização popular associada à Revolução Francesa, à revolução de escravizados no Haiti ou à Revolta de Túpac Amaru, no vice-reino do Peru. Por isso, utilizaram com “muita moderação a linguagem da liberdade”<sup>5</sup>. Pierre Vilar aponta um “medo das massas” comum a espanhóis e *criollos* – como eram chamados os descendentes de espanhóis nascidos na América<sup>6</sup>. Desse modo, a preocupação moderou o discurso da elite *criolla*, que buscou conter a guerra contra a metrópole, nos limites de suas próprias reivindicações. Perseguiu a construção de uma identidade coletiva que localizasse a violência e a opressão colonial não nos

2 Como demonstrou José Luis Romero, os movimentos de independência hispano-americanos já prenunciaram muitos dos dissensos que se agudizariam no processo de construção dos novos Estados-nacionais, a exemplo das tendências regionalistas em oposição à pretensão hegemônica das antigas capitais vice-reais (José Luis Romero, “Prólogo”, in José Luis Romero; Luis Alberto Romero [orgs.], *Pensamiento político de la emancipación*, 2<sup>a</sup> ed., Caracas, Biblioteca de Ayacucho, 1985, pp. IX-XLIII).

3 José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, 2<sup>a</sup> ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2017, cap. 3: “Tiradentes: um herói para a República”.

4 Exemplo por excelência desse esforço é o panfleto escrito pelo tucumano Bernardo Monteagudo, que dá voz ao inca Atahualpa, executado pelos conquistadores espanhóis, contrapondo-o ao rei Fernando VII (ver Maria Ligia Coelho Prado, “Esperança radical e desencanto conservador na independência da América Espanhola”, *História*, v. 22, n. 2, São Paulo, 2003, pp. 15-34).

5 François Xavier-Guerra, *Modernidad e independencia. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, 3<sup>a</sup> ed., México, FCE/Mapfre, 2010, p. 36.

6 Pierre Vilar, “La participación de las clases populares en los movimientos de Independencia de América Latina”, in Heraclio Bonilla et. al., *La independencia en el Perú*, 1<sup>a</sup> ed., Lima, IEP, 1972, p. 173.

conflictos e clivagens sociais internos, mas na “estrangeira” e “inimiga” Espanha<sup>7</sup>.

Também a população afro-americana foi contemplada nessas narrativas, tendo mesmo um lugar – ainda que muitas vezes precário e temporário – nos novos panteões de heróis pátrios. Entre outros, Bartolomé Mitre (1821-1906), um dos fundadores da história nacional argentina, presidente do país na década de 1860, cobriu de glória o soldado negro rio-platense Antonio Ruiz, conhecido como “Falucho”. Em 1857, Mitre publicou a primeira crônica da morte heroica de Falucho, membro do Ejército de los Andes, que teria sido fuzilado em meio a um motim na fortaleza real Felipe del Callao, no Peru, dando vivas a Buenos Aires. Após a publicação de Mitre, Falucho foi alvo de muitas homenagens, com destaque para uma estátua de bronze em Buenos Aires, inaugurada em 1897, que o representa agarrado à bandeira<sup>8</sup>. Importante sublinhar que essas representações se dilatam até a nossa época. Mais recentemente, na Venezuela, é a figura de Pedro Camejo, conhecido como “Negro Primero”, soldado das fileiras rebeldes morto na Batalha de Carabobo, em 1821, quem tem recebido

atenção especial do governo bolivariano. O ponto culminante desse movimento foi o traslado, em 2015, de um baú contendo simbolicamente seus restos mortais para o Panteão Nacional venezuelano<sup>9</sup>.

Apesar do predomínio masculino, não apenas os “grandes homens” apareceram nas narrativas sobre as gestas independentistas. Também as mulheres, como aborda um dos artigos deste dossier – com destaque para a figura da neogranadina Policarpa Salavarrieta, conhecida como “La Pola”. Um exemplo de como a memória das lutas

---

7 Bolívar, em um de seus escritos, sintetizou esse discurso conciliador, ao rechaçar que a diversidade de “castas” fosse um impedimento para viabilidade das independências: “Estamos autorizados, desse modo, a crer que todos os filhos da América espanhola, *quaisquer que sejam sua cor e condição*, estão ligados por um afeto fraternal e recíproco, que nenhuma maquinção poderá alterar [...]. Ainda não se ouviu um grito de proscrição contra alguma cor, estado ou condição, exceto contra os *espanhóis europeus*, credores do ódio universal. Até o presente, admira-se a mais perfeita harmonia entre os que *nascem neste solo* [...]” (Carta ao editor da *Gazeta Real da Jamaica*, Kingston, setembro de 1815, in Simón Bolívar, *Escritos políticos*, trad. Jacques Brand e Josely Baptista, Campinas, Ed. Unicamp, 1992, p. 78 – grifos nossos).

8 Sua figura, contudo, como demonstram Ghidoli e Geler, concebida para encarnar o soldado de origem “popular”, perdeu vigência no imaginário nacional argentino ao longo do século XX, diante dos esforços das elites dirigentes por afirmar uma imagem europeizante para o país, apagando a presença afro-argentina (Lea Geler; María de Lourdes Ghidoli, “Falucho, paradojas de un héroe negro en una nación blanca. Raza, clase y género en Argentina (1875-1930)”, *Avances del Cesor*, v. 16, n. 20, Rosario, junho de 2019). Por sua vez, Alejandro Solomianski enxerga na própria figura de “Falucho” um esforço de redução do papel dos negros, ao sublinhar que o herói fora uma construção mítica realizada por Mitre – conveniente para exaltar Buenos Aires, então em guerra contra o restante do país reunido na Confederação Argentina –, mantendo-se no esquecimento personagens históricos afro-argentinos que tiveram um papel decisivo nas campanhas de independência e na história militar argentina, assumindo inclusive postos elevados na hierarquia militar (Alejandro Solomianski, “El negro Falucho’ y la subalternización sistemática de lo afro-argentino”, in María José Becerra et al. [comps.], *Las poblaciones afrodescendientes de América Latina y el Caribe: pasado, presente y perspectivas desde el siglo XXI*, Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 2012, pp. 229-47).

9 Ver: Agencia Venezolana de Noticias – Gobierno, “Reposan en el Panteón Nacional Restos Simbólicos del Prócer Pedro Camejo”, Caracas, 24 de junho de 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/gmbcHHs>. Acesso em: 6/7/2021. Podemos citar também a publicação de obras sobre esse personagem nos últimos anos com apoio estatal. Em especial, uma biografia do herói lançada em 2015 e que conta com apresentação assinada pelo próprio Nicolás Maduro: Félix Ojeda et al., *Pedro Camejo: el hombre que simbolizó a un pueblo*, Caracas, Fundación Centro Nacional de Historia, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/nmhb37j>. Acesso em: 6/7/2021.

de independência continua sendo manejada nos nossos dias, a partir de novas agendas políticas, é a recente exaltação na Argentina de Juana Azurduy, “figura paradigmática de mulher-soldado”, que participou de dezenas de batalhas pela independência na região do Alto Peru, hoje Bolívia<sup>10</sup>. Em 2007, foi aprovado pelo Congresso argentino a lei que instituiu o “Día de las Heroínas y Mártires de la Independencia de América”, elegendo-se para tanto o dia de nascimento da heroína. Momento auge foi a inauguração, em 2015, durante o governo de Cristina Kirchner, de um grande monumento em homenagem a Azurduy, doado pelo governo boliviano, e que tomou o lugar antes ocupado pela estátua de Cristóvão Colombo nos fundos da Casa Rosada<sup>11</sup>.

Desse modo, ao longo dos cerca de 200 anos de vida independente nas Américas – muitas das nações latino-americanas já comemoraram o seu bicentenário, enquanto no Peru a efeméride aconteceu em julho deste ano e, no Brasil, será em setembro de 2022 –, diferentes olhares foram projetados sobre o processo de ruptura dos laços coloniais, elegendo-se heróis afinados com as bandeiras do momento.

No ano que antecede o Bicentenário da Independência do Brasil, trazemos ao leitor sete artigos dedicados a explorar, a partir de diferentes enfoques regionais e temáticos,

os processos de emancipação política que tiveram lugar em nosso continente desde princípios do século XIX. A maior parte dos textos aqui reunidos se debruça sobre os territórios da América Espanhola, nos quais os movimentos de ruptura da ordem colonial ganharam corpo na esteira da invasão francesa da Península Ibérica, em 1808. Expandindo nossos horizontes cronológicos e geográficos, porém, publicamos um artigo para iluminar, como contraponto pouco estudado no Brasil, os casos da Guiana e do Suriname, países que alcançaram sua emancipação muito recentemente e que não pertencem à América de colonização ibérica. O Brasil, por sua vez, está presente em um dos artigos aqui reunidos, dividindo espaço com a Argentina.

O dossiê se abre com o artigo de Laura Suárez de la Torre, “Irradiar a independência do México para a população”. Escrito originalmente em espanhol, traduzido por Gabriela Pellegrino e Rafael Scarelli, o texto analisa os embates na construção da narrativa sobre a independência mexicana contrapondo, em especial, as figuras de Miguel Hidalgo e Agustín de Iturbide.

Segue-se “*Y al morir al hombre enseña*”, artigo de Bruno Verneck sobre as representações sociais e políticas construídas por três peças teatrais sul-americanas dos anos 1817 a 1821. Elisabet Prudant e Natalia López Rico são autoras do artigo “Demarcações da cidadania nos gêneros menores”, escrito em espanhol e traduzido por Rafael Scarelli. As autoras examinam a emergência da cidadania como categoria política moderna em impressos – panfletos e catecismos –, pulicados no Chile no contexto revolucionário e nos primórdios da República.

10 Maria Ligia Coelho Prado, “A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina”, in *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*, 2ª ed., São Paulo, Edusp, 2014, pp. 37-8.

11 Pablo Ortemberg, “Monumentos, memorialización y espacio público: reflexiones a propósito de la escultura de Juana Azurduy”, *Tarea*, n. 3, Universidad Nacional de San Martín, 2016, pp. 96-125.

Passa-se ao artigo “O Peru entre dois generais”, de Rafael Dias Scarelli, que analisa o lugar reservado aos generais Simón Bolívar e José de San Martín na narrativa histórica sobre a independência forjada, no Peru, entre o século XIX e o período de celebração do Centenário da Independência, em 1921.

Em “Esculpir a memória”, Michelli Scapol Monteiro compara dois projetos de monumentos cívicos nacionais propostos, no contexto do primeiro centenário brasileiro e argentino, em São Paulo e Buenos Aires. A autora reflete sobre como segmentos das elites dirigentes dos dois países procuraram, com os monumentos, dar materialidade a uma memória das independências.

Um dos protagonistas das guerras de independência na América Espanhola, o general Simón Bolívar, é tema do artigo “Apropria-te de mim e refaz a independência sempre que preciso”, de Fabiana

de Souza Fredrigo e Gabriela Pellegrino Soares, que lança luz sobre a construção de uma memória polissêmica em torno do herói. O dossiê se encerra com o ensaio de Iuri Cavlak, “As últimas independências na América do Sul”, dedicado à emancipação da Guiana e do Suriname, já na segunda metade do século XX.

Neste momento de comemorações e balanços em torno dos bicentenários, esperamos que os textos reunidos contribuam para enriquecer os debates sobre oascimento das nações latino-americanas e sobre as permanentes releituras do passado. Que possam recompor camadas de uma história que, vista do Brasil, nos é “tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante”<sup>12</sup>.

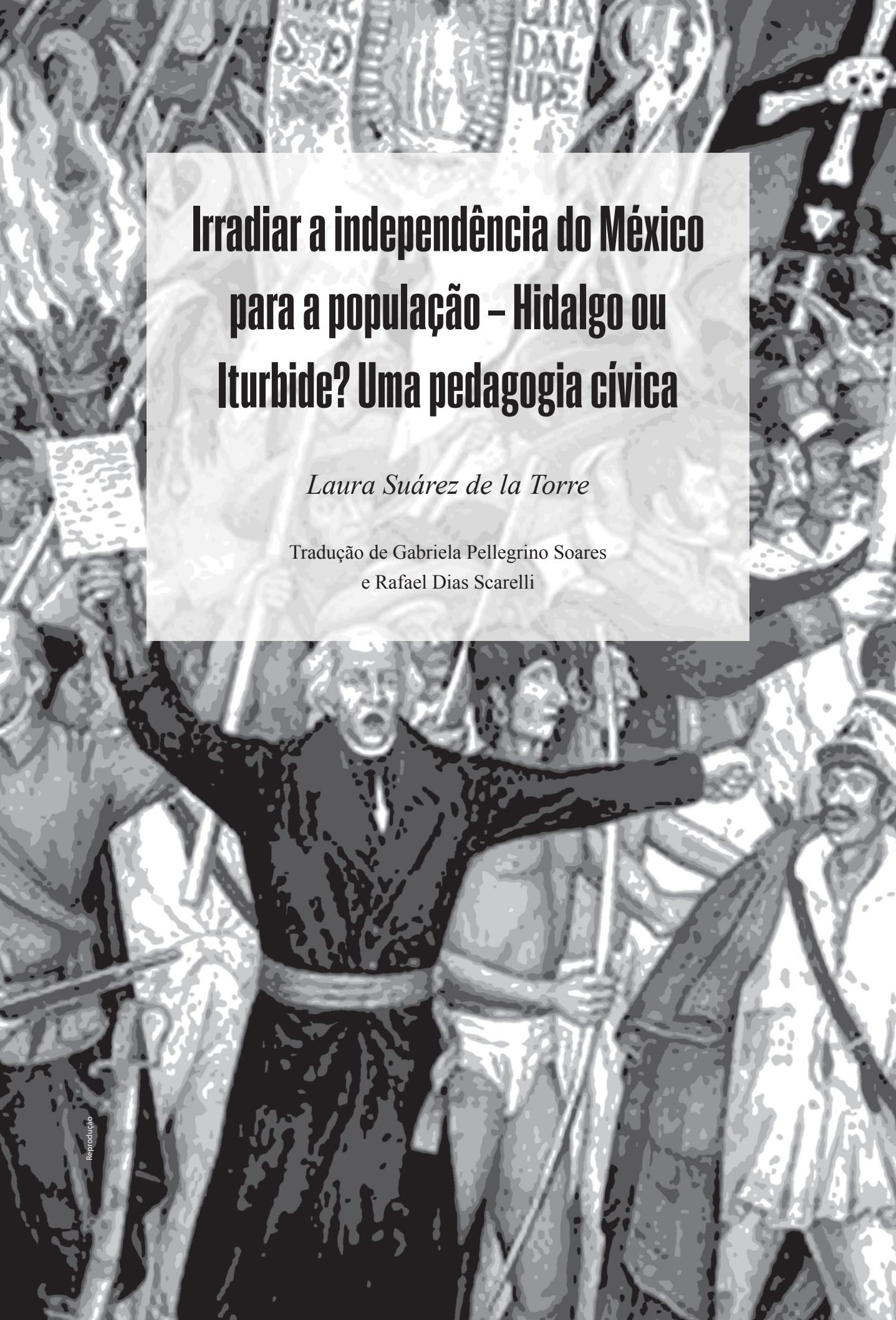
**Gabriela Pellegrino Soares**

**Rafael Dias Scarelli**

---

12 Maria Ligia Coelho Prado, “O Brasil e a distante América do Sul”, *Revista de História*, n. 145, São Paulo, dez./2001, p. 147.





# Irradiar a independência do México para a população – Hidalgo ou Iturbide? Uma pedagogia cívica

*Laura Suárez de la Torre*

Tradução de Gabriela Pellegrino Soares  
e Rafael Dias Scarelli



## resumo

Este artigo lança luz sobre diferentes suportes impressos que se prestaram à construção de narrativas sobre os movimentos independentistas que deram origem ao México. Dos calendários aos catecismos, desde cedo se demarcou o terreno dos repertórios simbólicos que balizariam os cidadãos na transição para uma nova ordem.

**Palavras-chave:** México; calendários e catecismos; construção simbólica.

## abstract

*This article sheds light on different supports upon which the accounts on Mexico independence were built. From calendários to catecismos, from the very beginning we can follow the rise of references that would place citizens in the arising new order.*

**Keywords:** México; calendários e catecismos; symbolic construction.

“É sabido que ao longo do século XIX ocorreram fortes embates entre historiadores, oradores, jornalistas, políticos e religiosos a respeito de a quem correspondia o lugar mais elevado no panteão da pátria. Após o intervalo centralista, cuja festa dedicada a Iturbide, em 27 de setembro, substituiu a do dia 16 de setembro, foram retomadas as homenagens a Hidalgo com os reformadores, referendadas com os pensadores positivistas, sendo consagrado como primeiro herói do México em 16 de setembro de 1910, nas festas oficiais do primeiro centenário de início do processo”

(Terán, 2004, p. 25)<sup>1</sup>.

**L**m 25 de setembro de 1821, apareceu um pequeno texto no periódico oficial que dizia:

“Mexicanos: O exército *Trigarante*<sup>2</sup> que, com a rapidez de um raio, destruiu os obstáculos que se opunham ao sucesso da independência desta rica região, vai entrar na vossa cidade, a Corte do grande Império que formou. Seu entusiasmo patriótico é igual a sua bravura e seu valor, em tudo de acordo com sua subordinação e disciplina. Despreza os perigos, não lhe atemorizam os riscos, e a própria morte lhe foi agradável para conseguir a liberdade da pátria [...]. É composto em sua maior parte pelos soldados que vistes militar ao serviço do Governo Espanhol, que nem os vestiu em tempo oportuno, nem lhes pagou seus soldos [...]. A Pátria eternamente recordará que seus valentes

filhos lutaram desnudos para fazê-la independente e feliz; e vós, Mexicanos, não recebereis com os braços abertos a uns irmãos valentes que, em meio a inclemências, lutaram pelo vosso bem? Não empenhareis vossa generosidade em vestir os vossos defensores, de vossos bens, e

1 No original: “Es conocido que a lo largo del siglo XIX hubo fuertes contiendas entre historiadores, oradores, periodistas, políticos y religiosos sobre a quién correspondía el sitio más elevado en el panteón de la patria. Tras el intervalo centralista, cuya fiesta a Iturbide, el 27 de septiembre, desplazó a la del día 16 de septiembre, volvieron los honores a Hidalgo con los reformadores, se refrendaron con los pensadores positivistas y se consagró como primer héroe de México el 16 de septiembre de 1910, en las fiestas oficiales del primer centenario del inicio del proceso”.

2 O termo *trigarante* é uma alusão às três garantias que defendia o exército liderado por Agustín de Iturbide, religião, independência e união. (N. dos T.)

**LAURA SUÁREZ DE LA TORRE**  
é professora do Instituto Mora (México).

que vos redimiram da escravidão tirando do vosso pescoço o jugo abominável que sufocou nossos antepassados, e que fazia de nós tão infelizes como eles foram?..." (*Gaceta*, 1821)<sup>3</sup>.

Dois dias mais tarde, esse exército desnudo e sem soldo, valente e patriota, que lutou pela liberdade, entrou vitorioso na Cidade do México<sup>4</sup>. As representações que se fizeram de sua entrada na capital mostram uma cara muito distinta daquelas em que apareciam as tropas luzindo suas melhores galas.

O importante é reconhecer que a entrada de Agustín de Iturbide (1783-1824) se converteu em um espetáculo esperado, entre vivas, salvações e arcos triunfais. Uniu ao seu redor os novos mexicanos

que exaltavam o realizador da independência, que o reconheciam como herói. A partir desse 27 de setembro, se iniciava um novo tempo e os agora mexicanos nutriam grandes expectativas para o novo país independente. A presença de Iturbide parecia eclipsar a dos primeiros caudilhos da luta insurgente e estabelecia uma nova visão da guerra pela emancipação.

Muitos foram os sinais visíveis de um novo tempo, como, por exemplo, a recepção a Iturbide na Cidade do México, reconhecendo-o como o consumidor da liberdade, ou a introdução da bandeira das três garantias (união, religião e independência), com suas cores, branco, verde e vermelho, simbolizando o nascimento do México, o início de outro tempo, com uma situação política nova, independente da *Madre Patria*. Tudo isso, logicamente, não era suficiente para refletir e fazer penetrar na população todo o significado do nascimento do México como nação independente. Daí que se possa dizer que uma série de elementos e práticas ajudou nessa empresa, que durou um longo tempo.

Para entender como se deu o processo de conscientização da nova realidade, México, é necessário perguntar-se como se foi incorporando entre os mexicanos o sentido de país independente, a mudança da denominação “Nova Espanha” para “México”, e o reconhecimento de novos símbolos que identificavam o novo país. Sem dúvida foi longo o processo que levou os mexicanos a se reconhecerem como tais e a entenderem a mudança de situação política que transferia da Coroa espanhola para o novo país as decisões sobre seu próprio caminho, independente. E os primeiros tempos dessa transforma-

3 No original: “Mexicanos: El ejército Trigarante que con la rapidez del rayo destruyó los obstáculos que se oponían al logro de la independencia de esta rica región, va a entrar en vuestra ciudad, la Corte del grande Imperio que ha formado. Su entusiasmo patriótico es igual a su bizarría y su valor en todo conforme a su subordinación y disciplina. Desprecia los peligros, no le arredran los riesgos, y la misma muerte le fue gustosa por conseguir la libertad de la patria. [...] Lo componen en la mayor parte los soldados que visteis militar al servicio del Gobierno Español, el que ni los vistió en tiempo oportuno, ni les pagó sus alcances. [...] La Patria eternamente recordará que sus valientes hijos pelearon desnudos por hacerla independiente y feliz; y vosotros, Mexicanos, ¿no recibiréis con los brazos abiertos a unos hermanos valientes que en medio de las inclemencias pelearon por vuestro bien? ¿no empañareis vuestra generosidad en vestir a los defensores de vuestras personas, de vuestros bienes, y que os redimieron de la esclavitud quitándoos del cuello el yugo ominoso que agobió a nuestros mayores, y que a nosotros nos constituía tan infelices como ellos lo fueron?...”.

4 Sabe-se que, com o passar dos dias, fizeram-se distintas coletas para vesti-lo dignamente. Diferentes documentos falam dos donativos que foram arrecadados para vestir o exército (ver: Archivo Miscelánea Histórica, 1807-1830, Fondo Xi-3, Centro de Estudios Históricos Carso).

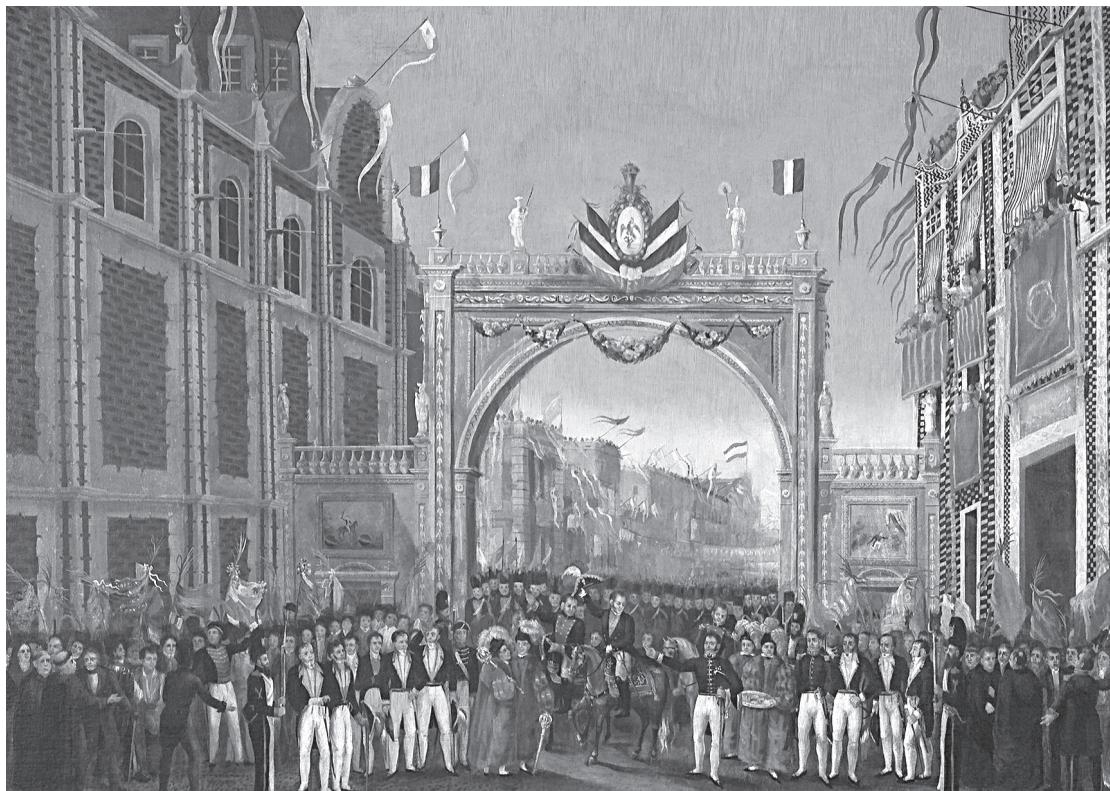
ção foram ganhando distintas expressões, entre as quais podemos indicar a construção de heróis e a escolha de datas.

Neste texto, me proponho a analisar a construção inicial de um culto cívico. Mostrar a maneira pela qual se integraram à consciência pública a ideia de México, os heróis, as datas e os atos mais representativos da Guerra de Independência. Almejo referir por quais meios se foram incorporando à memória coletiva dos mexicanos com o fim de fixá-los no calendário e nos relatos históricos. E expor como se lançou mão da palavra oral e impressa como um recurso para reforçar um ideal, a independência, e para recordar a atuação dos que em curto espaço de tempo se tornaram heróis na gesta libertária.

## OS IMPRESSOS

A palavra impressa se converteu em uma grande aliada para tornar patente esta nova condição e para instaurar sua versão da guerra. Impressos variados eram dedicados ao tema, discursos e sermões eram escritos para homenagear os que haviam lutado ou trabalhado pela independência.

Periódicos, sermões, catecismos, calendários e folhetos diversos deixavam ver em seus títulos e em seus conteúdos a nova realidade, a do México independente. Falavam de seu significado, sinalizavam em seus cabeçalhos com o novo nome do país, ou aludindo à cidadania; faziam referência às façanhas da guerra, aos grandes homens e aos esforços que fizeram para vencê-la.



Anônimo, *Solemne y pacífica entrada del Ejército de las Tres Garantías a la Ciudad de México el día 27 de septiembre del memorable año de 1821*, ca. 1822, Museo Nacional de Historia



Anônimo, *Entrada del generalísimo don Agustín de Iturbide a México el día 27 de septiembre de 1821*, século XIX, Museo Nacional de Historia



Anônimo, *Entrada triunfante de Iturbide a la Ciudad de México con el Ejército Trigarante el día 27 de septiembre de 1821*, século XIX, Museo Nacional de las Intervenciones

Já não havia retorno, o México se assumia independente e devia ser percebido assim pelos habitantes, fazendo-os conscientes disso todos os dias, ratificando a independência não unicamente como uma visão política, mas indicando e comemorando aquelas datas e aqueles atores importantes que se pensavam indispensáveis para convencer a todos dessa nova realidade, em que pesem os problemas políticos que logo surgiram na cena pública.

A comemoração dos primeiros caudilhos da independência se instaurou em plena luta insurgente. Desde 1812, Ignacio López Rayón, nos *Elementos constitucionales*, demarcou o 16 de setembro como um dia solene. A celebração foi levada a cabo em Huichapán com uma missa, “[...] na qual predicou o doutor brigadeiro Francisco Guerrero, tendo havido luzes, serenatas e repiques [...]”, como mencionaria anos mais tarde o político conservador Lucas Alamán (1792-1853) em sua *História de Méjico*. Ali, aproveitou para observar que “[...] nesta ocasião se publicou mais tarde um manifesto que foi enviado a Rayón desde a [Cidade] do México, em que se apresentavam todos os acontecimentos ocorridos até então de uma maneira tão contrária à verdade, que parece ter sido o prelúdio do que se escreveu depois [...]”<sup>5</sup> (Alamán, 1850, iii, pp. 207-8).

Alguns impressos que foram escritos e publicados na primeira década de vida independente nos servirão de exemplo para abordar a imagem que se queria oferecer aos ouvintes ou aos leitores, homens e mulheres, mexicanos e estrangeiros, sobre o passado imediato, sobre a guerra que possibilitou o surgimento do México, com seus principais atores, com suas memoráveis façanhas.

## DE TÍTULOS, SERMÕES, CALENDÁRIOS E DISCURSOS: ITURBIDE OU HIDALGO?

Uma vez terminada a guerra, o novo país começou a reorganização política que, em verdade, representou um grande desafio, dado que rapidamente os distintos grupos políticos começaram a perfilar sua ideia de país e a lutar para dominar o âmbito público. Por outro lado, a paz significou a volta à normalidade naqueles territórios afetados pela luta insurgente. Vale assinalar aqui que na capital, a Cidade do México, e em outros pontos do território não se havia perturbado tanto a ordem, embora o temor da guerra fosse sempre uma ameaça.

Se algo se percebe neste novo tempo é a necessidade de concretizar uma ideia: a alusão constante ao país que começava a se construir, independente da Espanha. A referência ao México e aos mexicanos foi uma constante e uma necessidade urgente que devia alcançar todos os habitantes para que compreendessem paulatinamente a nova condição do país. Por isso, a imprensa se converteu em veículo de transmissão dessa nova situação.

5 No original: “[...] en la que predicó el doctor brigadier Francisco Guerrero, habiendo habido iluminación, serenatas y repiques [...]”; “[...] Con esta ocasión se publicó más adelante un manifiesto que le fue remitido a Rayón de Méjico, en que se presentan todos los sucesos ocurridos hasta entonces de una manera tan contraria a la verdad, que parece haber sido el preludio de lo que se ha escrito después [...]”.

Os títulos dados aos periódicos deixavam para trás a ideia de Nova Espanha para assumir a de México e a de mexicano. Assim vemos, por exemplo, diários com nomes como *Gaceta del Gobierno Imperial de México* (1821-1823), *El Fanal del Imperio Mexicano* (1822), *La Águila Mexicana* (1823-1828), *Gaceta del Gobierno Supremo de México* (1823), *El Centzontli* (1822), *Diario Liberal de México* (1823), títulos que vão marcando o pulso político do país, que vão difundindo pelo território a nova condição ou que vão assumindo traços particulares da nação, como sua fauna.

São os títulos que também difundem a ideia do México independente, como império ou república, como federação ou centralismo, com uma visão liberal ou tradicionalista. Buscam-se palavras que refletem a aspiração dos que estão por trás dos impressos e da situação política do país. Por exemplo, *El Federalista* (1823), *Indicador Federal* (1825), *El Correo de la Federación Mexicana* (1828), *Diario Liberal de México* (1823), *El Observador de la República Mexicana* (1827-1830), *La Bandera de Anáhuac o el Patriota Sanjuanista*, *Periódico de Mérida de Yucatán* (1827-1828), rubricas que logram impactar um território que vai mais além da capital – centro político e lugar onde se imprimiam os jornais – considerando-se a circulação que tiveram.

Embora esses impressos alcançassem somente uma pequena parcela da população – os leitores interessados na vida política e cultural do México, da Europa e dos Estados Unidos –, sua presença cotidiana incidiu necessariamente em um círculo maior, que assumiu de alguma

maneira essa ideia de México<sup>6</sup>, pois “[...] existiram diversos níveis de leitura dos periódicos, o nível privado, por parte dos ilustrados; o nível de leitura de pequenos círculos ilustrados onde se dava o debate real em torno do que se publicava; e finalmente o nível público que se realizava nas ruas e praças”<sup>7</sup> (Pérez, 2015, p. 166). Seus conteúdos refletiram a nova realidade do país oferecendo as notícias mais importantes acerca da situação nacional, com os debates no interior das câmaras ou referindo as principais problemáticas do novo país ou das províncias e, mais tarde, dos estados, ou fazendo referência às festividades cívicas, entre muitos outros temas.

Embora o país já fosse independente e a vida pública cobrasse uma importância central, muitas práticas às quais a população estava habituada não mudaram, apenas se ajustaram aos novos tempos. Os sermões podem ser um bom exemplo disso. Sua missão recaiu “em ensinar, deleitar e comover”, como definiu frei Diego de Estella. Segundo Herrejón (2003, p. 11), os sermões “constituem um fenômeno histórico e literário – apresentando um desenvolvimento ligado às circunstâncias de cada época – e integram

6 Os pregões dos folhetos e da imprensa, por exemplo, assim como a leitura em voz alta, foram veículos para referenciar a ideia de México e para incidir na mudança de denominação de Nova Espanha para México.

7 No original: “[...] existieron diversos niveles de lectura de los periódicos, el nivel privado, por parte de los ilustrados; el nivel de lectura de pequeños círculos ilustrados donde se daba el debate real en torno a lo que se publicaba; y finalmente el nivel público que se desarrollaba en calles y plazas”.

ao lado da catequese e da homilia uma das formas da predicação cristã...”<sup>8</sup>.

Assim se passou no México da década de 1820, ao longo da qual encontramos diversas peças destinadas a refletir e aplaudir a nova situação, agradecendo ao exército *trigarante* “pela feliz conclusão de nossa suspirada Independência”<sup>9</sup>. Nesses sermões, se fazia alusão ao abuso que a Espanha impunha a seus colonos e se apresentava Fernando VII como um tirano; neles, os males que causou a Espanha empurraram a busca pela liberdade. Pois “[...] um descuido absoluto para o progresso destas províncias fertilíssimas, e um estudo particular para evitar sua ilustração e indústria, colocando travas contínuas a essas utilíssimas artes”<sup>10</sup> foram o que prevaleceu ao longo de três séculos. Uma visão negativa da antiga Metrópole, com um rei distante, ignorando “tudo de nossa triste situação”<sup>11</sup>. Uma posição que atacava os liberais com seu ideário e seu ódio à religião, um olhar contra a Espanha jacobina, afrancesada. Um reconhecimento da independência que libertava os americanos e que Deus confiava:

“[...] dentre todos os filhos da América, ao grande, ao glorioso, ao religiosíssimo D. Agustín de Iturbide para que tirasse deste

povo as pesadas correntes com as quais se achava escravizado, e nos pusesse em feliz liberdade [...]. Empunhou, pois, sua espada, se uniu a outros fortíssimos guerreiros e todos se ofereceram a morrer por esta empresa; percorreram os povoados e cidades de nosso continente e, favorecidos pela mão divina, conseguiram em apenas sete meses fazer feliz e encher de bens a sua pátria [...]. Viva, pois, a Independência, que nos assegura nossa existência religiosa, política e mesmo moral” (García Diego, 1822, pp. 3, 9, 10, 24-5)<sup>12</sup>.

Contudo, diante do fracasso do império e da morte de Iturbide, ao lado de muitos outros fatores que conspiraram contra ele, o entusiasmo por sua figura decresceu, enquanto a de Miguel Hidalgo (1753-1811) ressurgiu com maior ímpeto. Afinal, um havia começado a guerra e o outro a havia terminado. Duas figuras que se contrapunham, um insurgente e o outro realista, seguiriam confrontando-se ao longo do tempo.

O padre Hidalgo, iniciador de uma luta que seguiram aqueles que buscavam um caminho melhor,

“[...] restabeleceu à nossa pátria seus direitos, quebrou nossas correntes, arran-

8 No original: “en enseñar, deleitar y conmover”; “constituyen un fenómeno histórico y literario – en tanto presentan un desarrollo ligado a las circunstancias de cada época – e integran junto a la catequesis y la homilia, una de las formas de la predicción cristiana”.

9 No original: “por la feliz conclusión de nuestra suspirada Independencia”.

10 No original: “[...] un descuido absoluto para el progreso de estas provincias feracísimas, y un estudio particular para evitar su ilustración e industria poniendo trabas continuas a estas utilíssimas artes”.

11 No original: “todo de nuestra situación triste”.

12 No original: “[...] de entre todos los hijos de la América, al grande, al glorioso, al religiosísimo D. Agustín de Iturbide para que quitara a este pueblo las pesadas cadenas con que se hallaba esclavizado, y nos pusiese en libertad dichosa [...] Empuñó pues su espada, se unió a otros fortíssimos guerreros y todos se ofrecieron morir por esta empresa; recorrieron los pueblos y ciudades de nuestro continente y favorecidos de la divina diestra consiguieron en solo siete meses hacer feliz y colmar de bienes a su patria [...]. Viva pues la Independencia que nos asegura nuestra existencia religiosa, política y aun moral”.

cou o jugo que por três séculos pesou sobre nós [...] no memorável dia 16 de setembro de 1810. Dia venturoso, tu foste o princípio de nossas alegrias; tu foste o mais belo que houve para nós na ordem dos tempos; que estejas gravado eternamente em nossos corações, que o ancião caduco ao expirar te repita, que o menino balbuciente quando começar a mover sua tenra língua, a primeira palavra que articule seja Religião e Independência [...], que a jovem humilde, ao recordar a cena que nos deste, derrame lágrimas virtuosas de prazer; que todos, todos nós entoemos cânticos de alegria e gratidão ao Deus dos mexicanos” (San Juan Crisóstomo, 1828, pp. 2, 3, 9, 10)<sup>13</sup>.

As palavras que se lançavam entre os muros das igrejas deviam exercer um forte impacto; os ouvintes, os religiosos e os fiéis ficavam impregnados dos termos “independência”, “liberdade”, “pátria”, de frases contra a Espanha ou dos nomes que se repetiam vez e outra como responsáveis por uma gesta, como forjadores do México. Paulatinamente, iam-se fixando na memória coletiva aquelas façanhas que se deviam recon-

nhecer, os fatos a se condenar, os nomes a destacar, as datas a celebrar.

Daí os calendários – produzidos [...] então como a literatura popular por excelência, já que eram de utilidade durante todo o ano, mesmo para os que não sabiam ler (pois as gravuras davam conta das fases lunares), para além de seu baixo custo [...] e de sua ampla distribuição”<sup>14</sup> – transformarem-se em um meio eficaz para a ilustração e para a difusão das novas datas cívicas (Herrera, 2010, pp. 15-16).

Depois da independência, esses livrinhos baratos e acessíveis a um grande público agregaram aos habituais conteúdos dos tempos coloniais novos elementos, que enriqueceram suas páginas, como foram as composições religiosas, as gravuras que acompanhavam as pequenas leituras, a moda que ditava a Europa, as notícias históricas, e alguns traziam até mesmo partituras. E, como ocorreu com outro tipo de impressos, estes também aludiram à guerra insurgente e o fizeram de diversas maneiras.

Setembro ganhou uma grande importância porque no dia 16 desse mês, do ano de 1810, teve início a luta pela liberdade e 11 anos depois, em 27 do mesmo mês, Iturbide era recebido na capital do país como o consumador da independência. Dois momentos, dois homens, dois ideais, duas tendências políticas se distinguiram a partir das datas e das ações e, por isso mesmo, continham uma carga

---

13 No original: “[...] restableció a nuestra patria sus derechos, rompió nuestras cadenas, arrebató el yugo que por tres siglos habíamos arrastrado. [...] en el memorable día diez y seis de septiembre de mil ochocientos diez. Día venturoso, tú, fuiste el principio de nuestras dichas; tú fuiste el más bello que ha habido para nosotros en el orden de los tiempos; que tú estés grabado eternamente en nuestros corazones, que el anciano caduco al aspirar te repita, que el niño balbuciente cuando comienza a mover su tierna lengua, la primera palabra que articule sea la de Religión e Independencia [...] que la joven sencilla al recordar la escena que nos diste, derrame lágrimas virtuosas de placer; que todos, todos nosotros entonemos cânticos de alegría y de gratitud al Dios de los mejicanos”.

---

14 No original: “[...] entonces como la literatura popular por excelencia, ya que eran de utilidad durante todo el año, aun para quienes no sabían leer (pues los grabados daban cuenta de las fases lunares), además de su bajo costo [...] y de su amplia distribución”.

ideológica que se identificava ou com os liberais ou com os conservadores. Para uns, Miguel Hidalgo devia ser o herói por excelência, como iniciador do movimento insurgente, ao passo que, para os tradicionalistas, devia ser o soldado realista Agustín de Iturbide, o qual havia logrado consumar a independência.

Um dos escritores mais conhecidos, José Joaquín Fernández de Lizardi (*Pensador Mexicano*), logo assumiu a tarefa de confeccionar calendários (1824 e 1825) e neles incorporaria marcos históricos que considerou fundamentais para o leitor. O pequeno livro iniciava-se com a apresentação de uma alegoria da nação mexicana seguida de “Notas cronológicas”, que começam com a criação do mundo e incorporam, para o leitor, a ideia de *Méjico*, remontando à fundação do Império Mexicano, em 1327, conquistado por Hernán Cortés em 1521. Em seguida, as Notas trazem o “Primeiro grito de independência [...] dado pelo Generalíssimo cidadão Miguel Hidalgo y Costilla” e, depois de sua morte, “Agustín de Iturbide deu o segundo grito de independência no povoado de Iguala, em 24 de fevereiro de 1821”<sup>15</sup> (*Pensador Mexicano*, 1823, p. 11). O editor tem interesse em indicar as datas fundacionais do novo país; considera um passado remoto, mas se preo-

cupa com um presente que anuncia um futuro promissor. Não marca setembro para Iturbide, mas fevereiro, quando este firmou o chamado Plano de Independência para a América setentrional.

A novidade desse calendário de 1824 reside na incorporação, nos distintos meses do ano, das ações gloriosas em que lutaram ou perderam a vida os insurgentes. Destaca, por meio de pequenas gravuras, os personagens protagonistas da guerra de independência e, por meio de uma breve nota, os fatos que ele considerava fundamentais para a memória histórica mexicana.

Não importava o rosto de quem havia participado, mas os episódios em que haviam atuado. Daí os personagens em questão serem representados de maneira muito parecida, podendo o leitor identificar o herói não por sua fisionomia, mas por sua participação na luta pela independência. Em suas páginas, também associa o mês de setembro à memória de Hidalgo, de Iturbide e daqueles outros heróis cujos restos mortais foram conduzidos “com a maior pompa e solenidade” à capital<sup>16</sup> (*Pensador Mexicano* (1), 1823, p. 51).

Para o ano seguinte, de 1825, Lizardi publicou um novo calendário, “dedicado às senhoritas americanas, especialmente patriotas”<sup>17</sup>. Já o título revelava o interesse pelas mulheres e em lhes oferecer um material que as fizesse sentirem-se parte da nova nação. Em sua introdução, faz referência àquelas que lutaram pela pátria, que tiveram ideais a defender. São

---

15 No original: “Primer grito de independencia [...] dado por el Generalísimo ciudadano Miguel Hidalgo y Costilla”; “Agustín de Iturbide dio el segundo grito de independencia en el pueblo de Iguala el 24 de febrero de 1821”. A essas datas seguiam outras: a entrada do exército trigarante, em 27 de setembro de 1821; a instalação do Soberano Congreso, em 24 de fevereiro de 1822; a proclamação de Iturbide como imperador, em 19 de maio de 1822, e outras mais.

16 No original: “con la mayor pompa y solemnidad”.

17 No original: “dedicado a las señoritas americanas, especialmente patriotas”.

apresentadas às leitoras com a justificativa de seu “patriotismo” e “valor”. As notas históricas se enriquecem com a atualização da vida política, saudando a federação, a Constituição e os novos personagens que mudaram o rumo político. Por sua parte, as gravuras tinham a mesma finalidade, mostrar as façanhas dos homens que se distinguiram na gesta libertária, mas, sobretudo, destacar a atuação de algumas mulheres<sup>18</sup> (*Pensador Mexicano* (2), 1825). Tem a finalidade de ser um calendário com ensinamentos históricos e patrióticos, com pequenas narrativas de acontecimentos protagonizados por mulheres nas guerras de independência.

Dessa maneira, Lizardi abriu as portas para uma inovação. Além de introduzir as datas cívicas como parte do calendário, incorporou uma visão histórica que, através de seus relatos ou das gravuras, buscava dar sentido às façanhas que deviam ser recordadas pela população, conferindo um novo alento aos impressos menores. Lizardi também se mostrou conciliador ao contemplar tanto Hidalgo como Iturbide.

Mas foram os discursos cívicos que referendaram, desde muito cedo, a prevalência de algumas datas e de alguns personagens em detrimento de outros: Miguel Hidalgo e o início da luta insurgente em oposição a Agustín de Iturbide e à consumação da independência. Os discursos da primeira década de vida independente consagram o 16 de setembro como um dia glorioso para recordar a façanha levada a cabo pelo cura de Dolores.

Isso se associou à mudança na vida política, ao fracasso do império e à morte de Iturbide. O triunfo da república federal pode ser lido como a paulatina conquista de uma visão liberal que se empenhou em reconhecer o início da gesta com Miguel Hidalgo e enterrar a figura de Iturbide. Estabeleceu o 16 de setembro como a data a ser celebrada e não o desenlace da guerra, embora este tenha significado a independência. O culto aos primeiros caudilhos se consolidou nessa primeira década de vida independente e, por mais que houvesse quem buscasse resguardar a memória de Iturbide, sua imagem foi se eclipsando frente à arremetida liberal que ia ganhando espaços na vida política do país.

Ao longo desses anos, os discursos em torno de Hidalgo reuniram os habitantes nas praças públicas. Ali, escutavam com atenção os louvores ao iniciador da guerra, ao dia glorioso em que, unidos e sob a liderança do cura de Dolores, se denunciou o mau governo e se abriu caminho para a liberdade. Essas páginas escritas *ex profeso* para um ato público ganharam uma coloração especial, pois representavam a inauguração de um culto formal aos heróis que iniciaram a gesta pela independência, deixando de lado a atuação de Iturbide como consumidor da guerra.

Alamán, historiador identificado com uma visão conservadora, ofereceu uma explicação a respeito, ao escrever anos depois sua *Historia de Méjico*:

“O fato de terem sido nomeados membros do Poder executivo Victoria e Guerrero foi efeito da mudança favorável para os antigos insurgentes, que produziu o triunfo da revolução contra Iturbide.

---

18 Cada mês contém uma epígrafe, as quais enaltecem as mulheres e as exortam a estudar, a ser patriotas.

Todos, com raras exceções, eram seus inimigos, e os que dirigiram o movimento contra ele necessitaram se unir àqueles [antigos insurgentes], lisonjeando-os ao lhes atribuir todo o mérito pela independência, para fazer esquecer que esta se devia a Iturbide e assim tirar aos olhos do povo o seu motivo principal de afeto por ele. Tal foi a origem da grande importância que desde então se começou a dar à festa do 16 de setembro, fazendo cair em desuso a do dia 27 do mesmo mês, que, embora estabelecida pela mesma lei que a primeira, não voltou a ser celebrada até que o general D. Anastasio Bustamante entrou no governo como vice-presidente, em 1830, sendo coisa verdadeiramente prodigiosa que o exército que havia feito a independência renunciasse por espírito partidário a sua glória, até deixar que se transferisse aos inimigos que havia combatido, e que a mesma geração que assistiu a todos esses acontecimentos pudesse ser enganada de tal maneira que tenha chegado a crer no contrário do que viu. Esse resultado se explica, porém, considerando-se que as leis, os objetos materiais que se apresentaram à vista do povo, os discursos pronunciados em público nas ocasiões solenes, os historiadores parciais ou preocupados, a imprensa, todos contribuíram para a porfia, para causar e sustentar o engano, e daqui provém que a grande festa nacional não apenas tenha por objeto celebrar uma falsidade, mas também seja um ato, todos os anos repetido, de ingratidão, atribuindo a glória de ter feito a independência aos que não a mereceram, para privar dela aquele a quem é devida por justiça, reiterando

contra a memória de Iturbide a ofensa que então se fez a sua pessoa.

Como consequência desses princípios, o congresso aprovou o parecer da comissão de prêmios que havia sido apresentado antes de sua dissolução e, por decreto de 19 de julho de 1823, declarou: ‘bons e meritórios os serviços feitos à pátria nos onze primeiros anos da Guerra de Independência, e beneméritos em grau heroico Hidalgo, Allende, D. Juan Aldama, Abasolo, Morelos, Matamoros, D. Leonardo e D. Miguel Bravo, D. Hermenegildo Galeana, Jiménez, Mina, Moreno e Rosales’; mandaram escrever seus nomes em letras de ouro no salão de sessões do Congresso; levantar monumentos à sua memória nos lugares em que foram executados; e exumar seus cadáveres nos casos em que puderam ser achados para serem conduzidos à [Cidade] do México, fazendo-lhes no dia 17 de setembro um magnífico funeral na catedral, à cuja pompa assistiram muitos dos que os haviam mandado fuzilar. Seus ossos foram depositados na abóbada do altar dos Reis e as duas chaves de prata da urna que os continha foram entregues, uma ao presidente do Congresso, para que a guardasse no arquivo deste, e a outra ao [presidente] do Poder Executivo, que a colocou no Ministério de Relações. Aos nomes que, por aquele decreto, inscreveram-se no salão de sessões, agregaram-se depois por outros [decretos] diversos os de Barragán, Múzquiz, Victoria e Ramos Arizpe, o segundo, na verdade, com bem pouco motivo, e em virtude de suas faculdades extraordinárias, o General Santa Anna fez incluir também os de Guerrero e de Ignacio Rayón. No meio

de todos, por disposição do Congresso, colocou-se o de Iturbide e o sabre que trazia consigo quando entrou na [Cidade] do México" (Alamán, 1885, t. iv, pp. 582-5)<sup>19</sup>.

O culto aos primeiros caudilhos foi se consolidando. Não obstante, as duas datas, o início ou a consumação da independência, se mantiveram no ambiente político e se identificaram ou com a visão liberal ou com a conservadora, deixando claro que não se podia falar de uma perspectiva unívoca. As duas facções, federalistas e centralistas, liberais e conservadoras, republicanas e monarquistas, enfrentaram-se ao longo do século XIX e apelaram a seus heróis como parte da contenda ideológica. Hidalgo ficou ao lado do primeiro bando, ao passo que

Agustín de Iturbide foi acolhido pelos conservadores. E o que Fernández de Lizardi havia querido instaurar como duas datas a se comemorar em igualdade de circunstâncias, como uma homenagem justa aos dois personagens principais, foi se radicalizando ao longo do século em duas visões distintas, cada uma pertencente a uma facção política, a uma ideia de país, à veneração de determinados heróis.

## À MANEIRA DE CONCLUSÃO

Esses exemplos constituem uma pedagogia cívica que vai moldando a memória coletiva e consolidando o nome do país, o adjetivo "mexicano", as datas a comemorar,

---

19 No original: "El haber sido nombrados individuos del Poder ejecutivo Victoria y Guerrero, fue efecto del cambio favorable para los antiguos insurgentes, que produjo el triunfo de la revolución contra Iturbide. Todos, con alguna muy rara excepción, eran enemigos de éste, y los que dirigieron el movimiento contra él, necesitaron unirse a aquellos, lisonjeándolos con atribuirles todo el mérito de la independencia, para hacer olvidar que ésta se debía a Iturbide y quitar así a los ojos del pueblo el motivo principal del afecto que le tenía. Tal fue el origen de la grande importancia que desde entonces se comenzó a dar a la fiesta del 16 de septiembre, haciendo caer en desuso la del 27 del mismo mes, que aunque establecida por la propia ley que la primera, no se volvió a celebrar hasta que entró en el gobierno como vice-presidente en 1830 el general D. Anastasio Bustamante, siendo cosa verdaderamente prodigiosa, que el ejército que había hecho la independencia, abjurase por espíritu de partido su gloria, hasta dejar que se trasladase a los enemigos que había combatido, y que la misma generación que vio pasar todos estos sucesos, pudiese ser engañada de tal manera, que haya llegado a creer lo contrario de lo que vio. Pero este resultado se explica, atendiendo a que las leyes, los objetos materiales que se presentaron la vista del pueblo, los discursos pronunciados en público en las ocasiones solemnes, los historiadores parciales o preocupados, la imprenta, todos han contribuido a porfía, a causar y sostener el engaño, y de aquí ha provenido que la gran fiesta nacional no sólo tenga por objeto celebrar una falsedad, sino que sea un acto todos los años repetido de ingratitud, atribuyendo la gloria de haber hecho la independencia a los que no la merecieron,

para privar de ella a aquel a quien es debida de justicia, reiterando contra la memoria de Iturbide, el agravio que entonces se hizo a su persona. En consecuencia de estos principios, el congreso aprobó el dictamen de la comisión de premios que había sido presentado antes de su disolución, y por decreto de 19 de julio de 1823, declaró: 'buenos y meritorios los servicios hechos a la patria en los once primeros años de la guerra de independencia, y beneméritos en grado heroico a Hidalgo, Allende, D. Juan Aldama, Abasolo, Morelos, Matamoros, D. Leonardo y D. Miguel Bravo, D. Hermenegildo Galeana, Jiménez, Mina, Moreno y Rosales'; mandáronse escribir sus nombres en letras de oro en el salón de las sesiones del congreso; levantar monumentos a su memoria en los lugares en que fueron ejecutados; y exhumar sus cadáveres en los casos que pudieron ser hallados para ser conducidos a México, haciendoles el 17 de septiembre un magnífico funeral en la catedral, a cuya pompa ocurrieron muchos de los que los habían hecho fusilar. Sus huesos se depositaron en la bóveda del altar de los Reyes, y las dos llaves de plata de la urna que los contenía, se entregaron la una al presidente del congreso para que se guardase en el archivo de éste, y la otra al del Poder ejecutivo, la que se puso en el ministerio de relaciones. A los nombres que por aquel decreto se inscribieron en el salón de sesiones, se han agregado después por otros diversos, los de Barragán, Múzquiz, Victoria y Ramos Arizpe, el del segundo a la verdad con bien poco motivo, y en virtud de las facultades extraordinarias, el general Santa Anna hizo poner también los de Guerrero y D. Ignacio Rayón. En medio de todos se colocó por disposición del congreso, el de Iturbide y el sable que llevaba cuando entró en México.

os heróis a venerar e os fatos a registrar no calendário – que agrega os dias de guardar, os relacionados com o passado imediato e com o novo tempo independente.

A comemoração da independência, com seus símbolos e discursos, representou, no final das contas, duas ideias de nação. Por um lado, a republicana, que repudiava o passado colonial e acusava a Espanha inquisitorial, opressora, injusta, que impediu o progresso e a ilustração dos *novohispanos*, com Miguel Hidalgo como herói. Por outro, a conservadora, que aceitava a Espanha como

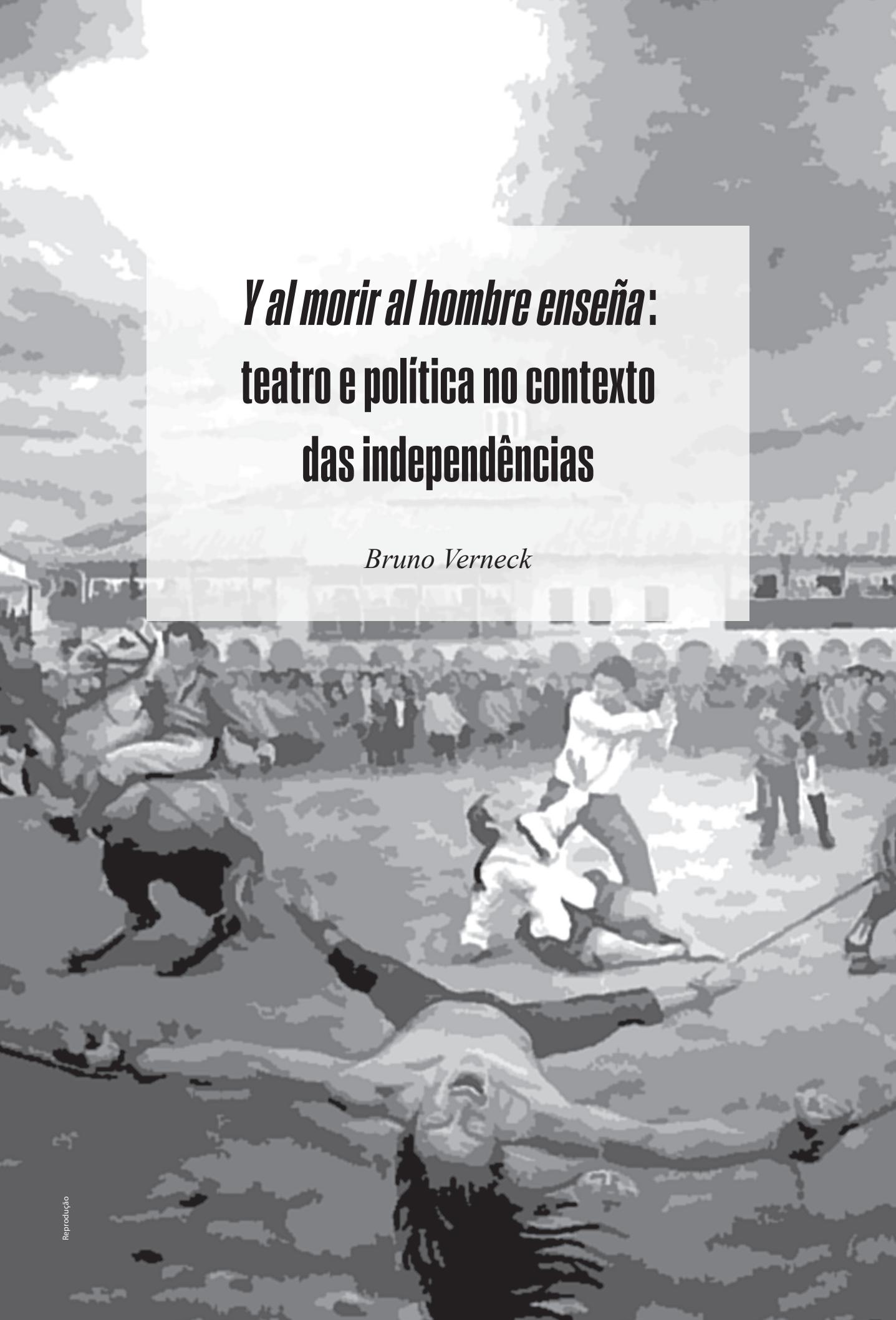
uma mãe protetora, com seus legados, a religião católica e o valor do castelhano como cimentos do novo país; a que consentia a existência de foros e privilégios e assumia a monarquia como uma possibilidade, com Agustín de Iturbide como herói.

É, enfim, o início de uma construção simbólica que duraria muitos anos e que lograria consolidar no altar da pátria aqueles que representavam os ideais dos liberais que, posteriormente, triunfaram e alcançaram a concretização de um imaginário fundado em torno de um herói.

## REFERÊNCIAS

- ALAMÁN, L. *Historia de Méjico*, tomo iii. México, Imprenta de J. M. Lara, 1850, pp. 207-8.
- ALAMÁN, L. *Historia de Méjico*, tomo iv. México, Imprenta de Victoriano Agüeros, 1885, pp. 582-5.
- AYROLO, V. "El sermón como instrumento de intermediación cultural. Sermones del federalismo cordobés, 1815-1852", in *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos*, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57521>. Acesso em: 2 de junho de 2021.
- GACETA DEL GOBIERNO de México. "El Primer Jefe del Ejército Imperial de México". México, 25 de setembro de 1821.
- GARCÍA DIEGO, F. *Sermón que en la solemnísima función que hizo este Colegio de N.S. de Guadalupe de Zacatecas por la feliz conclusión de la Independencia del Imperio Mejicano*. Guadalajara, Imprenta de D. Mariano Rodríguez, 1822, pp. 3, 9, 10, 24, 25. Disponível em: <https://biblioteca.mora.edu>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
- HERREJÓN PEREDO, C. *Del sermón al discurso cívico*. México, 1760-1834. Zamora, El Colegio de Michoacán/El Colegio de México, 2003. [Citado por Valentina Ayrolo. "El sermón como instrumento de intermediación cultural. Sermones del federalismo cordobés, 1815-1852", in *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos*, 2009.] Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57521>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

- HERRERA, L. *Calendarios de José Joaquín Fernández de Lizardi 1824-1825. Presentación.* México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2010.
- PENSADOR Mexicano (José Joaquín Fernández de Lizardi) (1). *Calendario histórico y pronóstico político para el año bisiesto de 1824.* México, Se hallará en la oficina donde se imprime, que es la del autor, 1823. [Edição facsimilar: México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2010.]
- PENSADOR Mexicano (José Joaquín Fernández de Lizardi) (2). *Calendario para el año de 1825. Dedicado a las señoritas americanas, especialmente a las patriotas.* México, Oficina de Mariano Ontiveros, 1824. [Edição fac-similar: México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2010.]
- PÉREZ, S. S. "La influencia de la prensa en el proceso de independencia de México". *Revista de Historia Americana y Argentina*, v. 50, n. 1, 2015, p. 166. Disponível em: [https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos\\_digitales/7732/07-perezstocco-rhaya-v50n1.pdf](https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/7732/07-perezstocco-rhaya-v50n1.pdf). Acesso em: 12 de junho de 2021.
- SAN JUAN CRISÓSTOMO, Fr Manuel de. *Sermón que en la solemne acción de gracias con que la ciudad de San Luis Potosí celebró el grito de Dolores, pronunció en la iglesia parroquial [...] el 16 de septiembre de 1828.* San Luis Potosí, Imprenta del Estado en Palacio a cargo de Ladislao Vildosola, 1828. Disponível em: <https://biblioteca.mora.edu.mx/>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
- TERÁN, M. "Atando cabos en la historiografía del siglo XX sobre Miguel Hidalgo y Costilla". *Historias*, 59. México, Dirección de Estudios Históricos-Instituto Nacional de Antropología e Historia, set.-dez./2004, pp. 23-43. Disponível em: [https://www.estudioshistoricos.inah.gob.mx/revistaHistorias/wp-content/uploads/historias\\_59\\_00-20.pdf](https://www.estudioshistoricos.inah.gob.mx/revistaHistorias/wp-content/uploads/historias_59_00-20.pdf). Acesso em: 28 de maio de 2021.



# *Y al morir al hombre enseña: teatro e política no contexto das independências*

Bruno Verneck



## resumo

A partir da análise de *Camila o la patriota de Sudamérica*, escrita por Camilo Henríquez em 1817, *La Pola*, escrita por José Domínguez Roche em 1820, e *Túpac Amaru*, escrita por Luis Ambrósio Morante em 1821, o presente trabalho busca indagar as relações entre teatro e política no período das guerras de independência. O objetivo do texto é mostrar como os dramaturgos articulam a forma do drama ao discurso cívico-patriótico de modo a construir o conceito de pátria do ponto de vista *criollo* e sempre refratário à ameaça espanhola.

---

**Palavras-chave:** independência; teatro; política; patriotismo.

## abstract

*From the analysis of Camila o la patriota de Sudamérica, written by Camilo Henríquez in 1817, La Pola, by José Domínguez Roche in 1820, and Túpac Amaru, by Luis Ambrósio Morante in 1821, the present study seeks to investigate the relation between theater and politics during the Spanish American wars of independence. The goal of the text is to show how the playwrights articulated the form of drama to the civic-patriotic discourse to construct the concept of homeland from a creole's point of view and always resistant to the Spanish threat.*

---

**Keywords:** independence; theater; politics; patriotism.

O

presente trabalho dedica-se a indagar as relações entre cultura e política no período das independências hispano-americanas a partir de três peças teatrais escritas entre 1817 e 1821. Buscamos entender as formas pelas quais os conceitos políticos caros ao período aparecem incorporados à estrutura dialogal dos

dramas. O olhar para seu entranhamento na armação específica de cada um dos enredos permite também observar, a partir de Elias Palti (2020), a natureza aporética dos conceitos, entendidos não como síntese de definições, mas enquanto índice de problemas.

As peças que analisaremos recolhem momentos centrais do ocaso da ordem colo-

nial, como chamou Túlio Halperin Donghi (1985), tomados como episódios exemplares da insurreição americana sob o jugo espanhol. A primeira delas, *Camila o la patriota de Sudamérica*, foi escrita em 1817, enquanto seu autor estava exilado em Buenos Aires, o padre Camilo Henríquez (1769-1825), um dos pensadores republicanos centrais do Chile. A peça acompanha o sofrimento de Camila, cujo marido patriota fora supostamente morto nos eventos conhecidos como o Motim de 2 Agosto de 1810, em Quito<sup>1</sup>. Escondida

1 O Motim de 2 de Agosto de 1810 foi um conflito ocorrido em Quito, no qual as forças insurgentes foram duramente reprimidas pelo exército realista. O evento teve início com a invasão do Quartel de Quito visando à liberação dos patriotas que estavam presos por integrar a Junta de Governo Autônoma, considerada um crime de lesa-majestade. As forças realistas, em resposta à invasão, executaram os presos do quartel, dando início a uma série de conflitos que se estenderam pela cidade. Camilo Henríquez estava em Quito no momento do motim e testemunhou seus desdobramentos violentos.

Este artigo é resultado da pesquisa em andamento intitulada “Nacionalismo e ilustração no teatro republicano hispano-americano (1817-1826)”, sob financiamento da Fapesp (processo n. 2020/02083-4). Todas as citações deste artigo foram traduzidas por seu autor.

**BRUNO VERNECK** é aluno de mestrado do Programa de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da Universidade de São Paulo.

na tribo dos omáguas, nas margens do Rio Amazonas, a jovem patriota deve decidir entre um matrimônio forçado com um líder indígena ou ser entregue aos cruéis espanhóis que vitimaram seu marido.

Também de tormentos vive a heroína homônima da peça neogranadina *La Pola*, escrita em 1820 pelo militar e prócer da independência neogranadina José Domínguez Roche (1788-1858) a pedido do presidente Francisco de Paula Santander. A breve tragédia acompanha os últimos dias de Policarpa Salavarrieta antes de ser presa e fuzilada pelo exército realista como espiã. Aproveitando seu acesso às casas espanholas, a jovem *criolla* informara à resistência patriótica das movimentações ali testemunhadas. Resgatando suas agruras, a peça opõe sua fé patriótica às incertezas dos que a cercam.

Buscando reconstituir o que seria a origem do levante americano contra o domínio colonial, *Túpac Amaru*, de 1821, escrita pelo ator e dramaturgo Luis Ambrósio Morante (1780-1836)<sup>2</sup>, move a ação para a segunda metade do século XVIII e centra-se na rebelião contra a Coroa espanhola liderada por José Gabriel Condorcanqui, descendente do último imperador inca: Túpac Amaru. A peça resgata a gênese do desconforto dos indígenas massacrados pela *mita*<sup>3</sup> até o auge da rebelião liderada pelo agora proclamado Túpac Amaru II, entre 1780 e 1781, excluindo da representação o desenlace trágico que a

história lhe reservou: fora exemplarmente executado após ser capturado pelo exército realista. José Gabriel, o insurgente, partilha o protagonismo da peça com Ventura Santelices, filho do corregedor espanhol, dividido entre o apoio à causa justa dos indígenas e a fidelidade ao pai.

Concebidas como emblemas do espírito patriótico, as três peças entendem o teatro como tribuna da ilustração, capaz de reverter os usos que a administração colonial fez dos palcos. Agora incorporado às festas cívicas, o teatro teria a importante missão de difundir o sentimento nacional. Esta ideia fora sintetizada pelo próprio Camilo Henríquez: “A voz da filosofia é árida demais para muitos, convém suavizá-la, amenizá-la com as graças das musas [...] pois [a filosofia] falou a partir do teatro uma linguagem agradável e graciosa, e o povo dócil ouviu suas sentenças” (*El Censor*, 13/3/1817).

## ÁRIDO DELEITE: CONFLITOS ENTRE POÉTICA E POLÍTICA

O jornal *El Argos de Buenos Aires*, publicado entre maio de 1821 e dezembro de 1825, dedicou em grande parte de suas edições um espaço específico para comentar as peças representadas no Coliseo Provisional de Buenos Aires. Intitulada “Coliseo”,

2 Ambrósio Morante foi também um importante tradutor e adaptador do período. Na Biblioteca Nacional da Argentina se conservam manuscritos de versões de William Shakespeare, Jean Racine e José Cadalso. Também é notória sua adaptação da *Marselhesa* para um hino patriótico bonaerense conhecido como *El 25 de mayo o el himno a la libertad* (cf. Díaz de Araujo, 1982, p. 39).

3 *Mita* era a forma utilizada para designar o sistema de trabalho forçado, cuja origem remonta ao Império Inca, em que os indígenas deviam trabalhar por períodos determinados na construção de obras públicas. No bojo das reformas de Francisco de Toledo, vice-rei do Peru, a *mita* foi restituída com o objetivo de atender às necessidades do trabalho nas minas e nos *obrages*, manufaturas que visavam à fabricação de tecidos para atender ao mercado interno (cf. Gerab & Resende, 1993, pp. 11-2).

a breve seção ocupava pouco mais de meia página do periódico. Na edição de 2 de junho de 1821 a peça resenhada era *Túpac Amaru*, de Ambrósio Morante, que havia sido representada dias antes, no contexto das comemorações cívicas do 25 de maio.

Não assinada, a crítica se inicia com um ríspido comentário sobre seu autor: “Não podemos deixar de parabenizá-lo pela notável melhora de seu estilo, embora os parabéns não devam ser estendidos a mais”. Na sequência, o texto ainda acusa a inconsistência dos dados históricos da peça, uma vez que a rebelião para os portenhos “se considera como doméstica e do dia anterior”, ou seja, evento recente da história local. No entanto, a repreensão mais reveladora ao estilo de Morante aparece em sua conclusão: “*Túpac Amaru* tem outro defeito: os discursos não acabam e o senhor Morante sabe muito bem que as palestras não foram feitas para o palco, esse defeito pode ser corrigido antes que a peça seja encenada novamente” (*El Argos*, 2/6/1821).

A ideia de que as palestras, no original *pláticas*, não eram feitas para os palcos acena de modo sutil para a complexa incorporação das textualidades do mundo da política à dramaturgia. A reprovação ao diálogo excessivo mostra o incômodo frente aos momentos em que a ação se detinha para que os conceitos fossem desdobrados na fala das personagens. Contudo, não se tratava de questionar o valor das ideias patrióticas, mas justamente da compreensão de que na dramaturgia elas não deviam fraturar a ilusão teatral.

Ainda que a maior parte da produção nacional se dedicasse a peças de caráter patriótico, a realidade dos palcos bonae-renses do período era mais complexa. As

funções eram preenchidas em sua maioria por peças estrangeiras traduzidas e adaptadas. No Coliseo Provisional foram encenados dramaturgos como os italianos Vittorio Alfieri e Carlo Goldoni, os franceses Jean Racine e Voltaire, além dos ilustrados espanhóis Leandro Moratín e Tomás de Iriarte. Nesse panorama, é compreensível que a dramaturgia de Morante gerasse desconforto entre os críticos do *Argos*.

Além do contraste com os repertórios estrangeiros, as resenhas evidenciam um notável conhecimento das discussões sobre o drama travadas no contexto europeu no âmbito das tratadísticas entre os séculos XVII e XVIII. Nas críticas do periódico, a discussão se guiava por categorias que poderíamos chamar de estéticas. Se comparada aos textos de Camilo Henríquez sobre o valor do teatro, o contraste se torna evidente: o ilustrado chileno estava preocupado com o potencial de educação cívico-patriótica dos palcos, sendo a discussão sobre a composição poética marginal, quando não inexistente. É dele a máxima “a musa dramática é um grande instrumento nas mãos da política” (*La Aurora de Chile*, 10/9/1812).

Como parte da imprensa que ganhava novos contornos no início do século XIX, a incipiente crítica teatral formava parte dos circuitos transnacionais que conformavam o mundo dos impressos. Ao estudar o papel dos periódicos no período, Hernán Pas afirma que eles atuavam para atingir uma massa de leitores ainda pequena e difusa. Seu objetivo era “incorporar e ampliar os discursos sociais que povoaram o imaginário cultural da época” (Pas, 2010, p. 4). Pas sustenta que a plethora de periódicos que surgiu no alvorecer das repúblicas convivia com um grande volume de jornais estran-

geiros. Ainda segundo o autor, a circulação transnacional da mais variada gama de jornais se somava à intensa atividade local de edição e redação de periódicos, fatores que contribuíram para a construção de um imaginário nacional (Pas, 2010, p. 5).

Como leitores da atividade jornalística estrangeira, os *criollos* hispano-americanos buscavam afinar as coordenadas culturais de sua atividade às conhecidas manifestações do Velho Continente. O nascimento da crítica teatral em *El Argos* sem dúvida forma parte do intento de aproximar-se da experiência estrangeira para constituir um campo nacional alinhado com a Europa. Paradoxalmente, enquanto parte da prática dramatúrgica fincava suas raízes na experiência local e nas agendas políticas da independência, os críticos liam essa produção dentro dos parâmetros europeus e das clássicas convenções artísticas que regiam as discussões da tratadística dos gêneros dramáticos.

Entretanto, seria em outro jornal que a maior polêmica teatral do período iria se desdobrar. Entre as edições de 23 de outubro e 6 de novembro de 1817, Camilo Henríquez utilizou *El Censor* para bradar contra a recém-formada Sociedad del Buen Gusto. O motivo era a censura da estreia nos palcos de sua peça *Camila o la patriota de Sudamérica*, sendo lançada diretamente em livro como uma espécie de prêmio de consolação para seu autor, ele mesmo sócio-fundador da instituição que agora o rejeitava. Não surpreende que a impossibilidade de representar *Camila* tenha enfurecido o padre chileno. Henríquez demonstrara em textos anteriores publicados na imprensa chilena a crença na capacidade de intervenção que os palcos possuíam. Nesse sentido,

publicar a peça sem que fosse encenada significava reduzir seu impacto educativo.

Sua algoz, a Sociedad del Buen Gusto fora fundada no mesmo ano com o objetivo de “promover o aprimoramento de nossas representações teatrais, para que o teatro seja uma escola de costumes, um veículo de ilustração e um órgão de política” (*El Censor*, 31/7/1817). Tais valores professados parecem acompanhar o ideal de Henríquez. Cabe conjecturar, portanto, o que levou à sua censura. Ainda que não contemos com o arrazoado emitido pelos censores republicanos, as defesas de *Camila* publicadas por seu autor em *El Censor* nos dão indícios da razão da recusa.

“A ideia que alguns formaram sobre os homens e mulheres americanos é tão abjeta e infeliz que pensam que não é provável que haja uma patriota que saiba tanto quanto Camila. Conceito indigno! Em Quito e Lima abundam mulheres que sabem muito mais que eles. [...] Poderíamos ter educado o cacique na pátria dos Olavides e dos Baquianos, mas quisemos levá-lo para a América do Norte por uma inclinação particular. [...] O que há de tão estranho em um sábio chefe da América do Norte, um sábio de Lima, e um cavalheiro habilidoso e educado do culto e engenhoso Quito, façam em uma pequena cidade o que foi feito em tantas outras por imigrantes da Europa para os Estados Unidos?” (*El Censor*, 30/10/1817).

A contestação de Henríquez serve como uma espécie de espelho para entender os critérios da Sociedad del Buen Gusto. Parece que os dois núcleos evidentemente problemáticos eram as figuras de Camila, a protagonista, e a do Cacique, que a aco-

lhe junto aos omáguas. Em Camila recaiu a crítica sobre seu “saber patriótico”, que, considerando a crítica a *Túpac Amaru*, poderíamos entender como uma reprovação a seu “falar patriótico”, excessivo nas *pláticas*. Também parecia incomodar o excesso de ilustração do Cacique. O líder dos omáguas discute suas experiências cosmopolitas em pequenas tertúlias oferecidas em sua morada decorada ao gosto inglês, no meio da selva amazônica. Agrupadas as duas grandes críticas à peça, também elas estão submetidas a uma categoria estética: a verossimilhança.

Assim como aparece na crítica de *El Argos*, a recusa da Sociedad del Buen Gusto parece se distanciar das concepções de Henríquez sobre o teatro quando sua imaginação violava a mãe de todas as regras na dramaturgia: a verossimilhança. Como aparecia na mais proeminente *Poética* setecentista espanhola, escrita pelo ilustrado Ignácio de Luzán (1737, p. 107): “O inverossímil não é crível e o incrível não persuade nem move”. A verossimilhança era, portanto, a mais importante de todas as regras do fazer dramatúrgico; cabia observá-la rigorosamente.

Quanto à decisão da Sociedad del Buen Gusto, novamente o valor inquestionável do patriotismo professado pelas personagens não era suficiente se a composição não levasse em conta preocupações centrais da composição poética. A peça não poderia servir à pátria enquanto instrumento de educação cívica sem também ser capaz de refinar o gosto. A indignação de Camilo Henríquez corrobora a preocupação pelo verossímil, uma vez que não negava sua importância, mas tratava de dizer que havia exemplos reais que endossavam sua criação, atacando a percepção do real de seus censores.

O neogranadino Domínguez Roche teve mais sorte que seus contemporâneos quanto às críticas à sua peça. No entanto, na publicação do texto, em 1826, a nota crítica vem do próprio autor em seu prefácio: “Embora tenha tentado me ajustar o máximo possível às regras da arte, preservei a verdade da história. Ainda é uma composição muito imperfeita, mas não importa o quão ruim seja, é melhor do que outras que circulam com o mesmo nome” (Domínguez Roche, 1826). A imperfeição da composição, segundo o próprio autor, se situava no mesmo plano que as falhas imputadas a Henríquez e a Ambrósio Morante: havia espaços de conflitos entre a matéria histórica e a forma do drama. Como seus contemporâneos, Domínguez Roche não deixa dúvidas: as regras da arte cediam em prol da matéria. Cabe examinar com mais vagar este conflito no interior das peças.

## O TEATRO E A EDUCAÇÃO CÍVICA: TEXTUALIDADES DA POLÍTICA

Dentro do imaginário patriótico construído pelos textos, toda morte pela pátria é morte justa, pois é fecunda na medida em que cifra a rebeldia da vítima e o despotismo do alagoz. “Porque morre abatendo aos tiranos e ao morrer com coragem ao homem ensina”, diz Pola ao público no fim do drama, enquanto caminha para sua expiação (Domínguez Roche, 1826, p. 38). A liberdade aparece como uma espécie de inspiração primordial, que deve ser perseguida até as últimas consequências. “A América enfim pede vingança”, afirma Túpac Amaru, que agora se determina a fazer escutar “o grito da sacra Liberdade

e Independência” (Morante, 2008, p. 264) ainda que lhe custe a vida.

“TÚPAC AMARU: [...] Defendamos/ os nossos direitos, a nossa independência/ até o último suspiro!... Que a morte,/ ou o imperecível louro o voto seja/ dos nossos corações!... Mas quem duvida/ prefere a morte à baixeza,/ à infâmia e ao engano que nos cobre/ e à infame velhice que nos espera?” (Morante, 2008, p. 265).

O líder curaca arrebata os índios oprimidos pela *mita*, compatriotas, como os chama, para perseguir a liberdade que lhes é de direito. Se a causa é justa, toda morte é bela, mas em nome de que ou de quem se brada? Contra quem parece ponto pacífico: o tirano espanhol, um inominável amorfó que surge como um *outro* radical. Entretanto, à medida que a ação da peça se desenrola e os nós se apertam, os conceitos que pareciam tão bem delineados nas vociferações de Túpac Amaru parecem cada vez mais borrados, atravessados pelos senões da trama.

É o caso de Santelices, filho do corregedor responsável pela mina onde Micaela Bastidas, prometida de Túpac Amaru, cumpre sua *mita*. Santelices, apesar de filho de um espanhol, entende que a causa de seu bom amigo indígena é justa. Entende, portanto, que o pai deverá ser das primeiras vítimas do levante, uma vez que é a autoridade imediata responsável pela continuidade da escravidão dos americanos. Como conciliar o respeito à ascendência e o amor ao pai se isso significa um legado de despotismo? Educar o pai no amor à liberdade e no ódio ao despotismo parece ser a saída imediata.

“SANTELICES: [...] Um Mitayo/ o que vem a ser, na força extensa/ dessa palavra?... O escravo abatido/ do despotismo, presa dos ambiciosos,/ incremento do surdo peculato/ e do mais desprezível furto!

CORREGEDOR: Santelices!

SANTELICES: Cumpramos o acordo./ Dois amigos discutem livremente,/ quem sancionou o poder, quem deu/ o direito ao homem de subjugar/ homem semelhante?.../ [...] Mitas, Repartimentos! Aí está o quadro/ das praias mortais! O fruto/ da invenção espanhola! Desgastados/ por sua ganância cruel, eles introduziram/ a mita. Este ingrato/ descobrimento da mais profunda/ corrupção! Aquela convocação violenta anual/ onde saem para uma morte prolongada/ milhares de inocentes condenados!” (Morante, 2008, pp. 241-2).

A saída de Santelices para que o pai, assim como ele, negue o legado de horror é defrontá-lo com a imagem do despotismo que sustenta seus privilégios na “morte prolongada” dos filhos da terra. Não caberá ao indígena massacrado educar seu algoz, mas ao filho que testemunhou o quadro com assombro. O papel dos adjetivos é central: *mortífero, cruel, ingrato, profunda, violento, prolongada, condenado*, um campo semântico que aprofunda do ponto de vista ético as fontes pecuniárias da administração colonial. A estratégia do expediente visava a mobilizar também a plateia: mapear o horror espanhol era uma estratégia de conduzir a audiência bonaerense que poderia ignorar a face do despotismo ou desconfiar da justeza do projeto independentista.

Este *outro* despótico – encarnado no corregedor – podia ainda redimir-se mesmo que apenas quando a espada da vingança lhe oprimisse a garganta. Contudo, parece

menos óbvia no texto a ideia de independência, enunciada uma e outra vez como “independência americana”, no que pareceria incluir todos os filhos da terra. Em outros momentos, Túpac Amaru é claro: “A independência dos índios” (Morante, 2008, p. 228). A oscilação nunca se resolve no texto, nunca se aclara se a causa indígena, utilizada como sinédoque de causa americana, pode incluir ou não outros estamentos sociais, especialmente os *criollos*. Por que o povo luta, Túpac Amaru?

Ao analisar a historiografia da rebelião, Kátia Gerab e Maria Angélica Resende (1993) verificam que a ideia da rebelião como origem das independências fora um constructo da historiografia posterior, buscando interpretá-la à luz dos projetos emancipacionistas. No conflito que a originou, as ambições parecem menores que as que a peça de Morante faz crer: Túpac Amaru nunca renunciou à fidelidade ao rei, restringindo seu ódio aos corruptos corregedores, e concentrando seus esforços em reivindicar o fim da exploração do trabalho.

Nesse sentido, apesar do intento da peça de criar uma continuidade entre o “americanismo” indígena da rebelião e o “americanismo” *criollo* que embasou os projetos de independência, as fissuras se fazem evidentes no manejo contraditório dos conceitos. O procedimento de delimitar o passado como origem de algo ulterior não sinaliza apenas para uma contradição na abordagem do histórico, mas para intervir nele e rescrevê-lo à luz do projeto de hegemonia *criolla*. Assim, a ambiguidade da causa americana permitia abranger os fundamentos étnico-raciais da rebelião e, ao mesmo tempo, o germe ético da nação que brotaria do ódio ao despotismo e do amor à liberdade, apagando o

fato de que esses que hoje se emocionam com a coragem do nobre curaca descendem dos que viveram sob os auspícios da Coroa. As fraturas do harmônico alinhamento entre “americanos” aparecem de modo evidente em outra peça, *Camila*.

Na peça de Camilo Henríquez, o Cacique omágua ouve o clamor da família *criolla* para que ele não entregue compatriotas americanos ao inimigo comum: os espanhóis. Desconfiado da causa partilhada entre indígenas e *criollos*, o Cacique oferece uma proposta que selaria o pacto entre os filhos da terra: Camila deve casar-se com um dos omágua. A jovem viúva nega, reafirmando que seu coração ainda pertence ao marido morto. Ao apreciar os argumentos da jovem, sobre ela recairá a maior das acusações:

“CACIQUE: As jovens sul-americanas geralmente desprezam todos os americanos. Desde o início, preferiram o espanhol como marido. Guardam para os espanhóis as suas graças, aquelas graças delicadas, sublimes, divinas que receberam do céu para a nossa felicidade. Elas gostariam que os espanhóis reinassem eternamente, para reinar com eles. [...] Assim, eles educam seus filhos no amor à tirania e colocam obstáculos à liberdade. [...] As filhas da América abraçarão nossos algozes e fugirão com desdém dos braços robustos dos heróis do país! [...] Gostaria que você tivesse nascido do outro lado do mar, entre os tiranos, para não desonrar o país com seus sentimentos” (Henríquez, 1912, p. 23).

A recusa da aliança marital que selaria a definitiva união étnica americana é interpretada pelo líder indígena como uma forma de manutenção do despotismo. No

entanto, a peça não resolve o conflito, pois o marido que estava morto reaparece no desenlace, sendo ele o tal ministro omágua com quem Camila deveria se casar. Neste lance *ex machina*, Camila se livra de responder à diatribe, pois os votos do casamento superam os imperativos da aliança americana. No entanto, nas palavras do Cacique ressoa uma série de tensões e ambiguidades sobre o “americano” que merecem nota. Ao recusar a aliança proposta, Camila recusa os “heróis da pátria” e, com isso, “coloca obstáculos à liberdade”. Diferente da ambiguidade sugestiva da peça de Morante, o texto de Henríquez guarda a mesma aporia conceitual: quem são os verdadeiros americanos? De que povo estamos tratando? Qual o lugar dos *criollos*? Se são os indígenas os verdadeiros americanos, o que significa o legado étnico-racial híbrido dos *criollos*?

A solução do enredo, ainda que indireta, sugere que a bravura reside no coração, assim como Santelices em *Túpac Amaru*. Camila pode recusar a aliança étnica, pois os valores americanos já transbordam em seu ser patriótico. Chama a atenção, no entanto, a forma pela qual a peça se encaminha de modo a fazer emergir o valor e justificar seu protagonismo: ainda que marcados etnicamente pelo conquistador, o coração *criollo* aprendeu a amar a pátria e finalmente rasgou o véu do despotismo. Ao recusar a aliança com o despotismo espanhol, torna-se ele um legítimo americano, tão digno de admiração como os bravos indígenas. O que parecia tensionar no início da peça termina por reafirmar a classe *criolla* movendo seu lugar de legitimidade: ela agora reside na capacidade de edificar o futuro para a nação pelos ideais patrióticos.

Camila, assim como Túpac Amaru, está disposta a morrer pela pátria. No entanto, as circunstâncias do enredo dão outro peso a esse conceito. Depois da recusa ao Cacique, Don José diz a Camila: “Minha filha, você já sabe que a glória de uma heroína é morrer pela pátria, e que a glória de toda mulher é morrer pela honra” (Henríquez, 1912, p. 24). Nessa perspectiva, ser entregue aos espanhóis para preservar os laços matrimoniais era de algum modo endossar seu patriotismo, uma vez que preservar a família é preservar a unidade mínima que compõe a unidade maior que é a pátria: “Como a pátria é esta grande família, esta sociedade dos nossos concidadãos, que inclui todas as famílias, devemos amar a pátria mais do que a nossa família, que é uma entre muitas”, propõe Henríquez (2009, p. 95) em seu *Catecismo de los patriotas*, publicado em 1813.

É notável como a ideia de pátria que emerge nas duas peças difere e se fundamenta em perspectivas distintas da questão, ainda que formuladas no mesmo conceito. Nesse sentido, a aporia do conceito de pátria dialoga de maneira estrita com a aporia do conceito de povo. Pátria e povo aparecem no período da independência envolvidos em constantes reformulações para dar corpo às ideias que vão lançar as bases da nação. Nesse sentido, este patriotismo apareceria como um estágio anterior do nacionalismo, mais difuso e menos comprometido com as bases territoriais que dão corpo ao discurso nacionalista (Pimenta, 2006), endossado, de saída, pela escolha de Henríquez e Morante em situar seus enredos fora do território nacional de origem: em Quito e no vice-reino do Peru. O patriotismo “americano” destas peças nos parece mais preocupado em desenhar o déspota que

ainda significava um risco para a emancipação. Henríquez, por exemplo, escreveu a peça em Buenos Aires enquanto seu país de origem, o Chile, sofria o jugo de uma reocupação espanhola, entre 1814 e 1817.

Enquanto *Túpac Amaru* termina no auge da rebelião, negando à peça qualquer anúncio da falência da empresa, e *Camila* promove a reconciliação das personagens em meio ao idílio amazônico, *La Pola* oferece um contraponto. Domínguez Roche escolhe representar o terrível destino de sua protagonista, sendo fuzilada diante da plateia.

“Pola (*A Leal*): E você, espanhol servil,  
vá dizer a seu amo/ que uma mulher triste  
aqui o espera/ que se ele teve o prazer de  
condenar-me/ que venha ver minha morte,  
se lhe deleita/ derramar sangue inocente,  
deixe-o vir/ alegrar-se em ver o nosso cor-  
rer/ [...] (*Ao povo*) Oh! com muito prazer  
sigo o caminho/ Dos meus antecessores,  
mesmo que vá/ Do esquecimento à mansão  
eterna./ Adeus ilustres de Granada/ Adeus  
cidade amada, bela pátria/ Cuide de sua  
filha que hoje/ O nome de Bogotá repre-  
senta/ Porque morre abatendo os tiranos/ E  
ao morrer com coragem ao homem ensina”  
(Domínguez Roche, 1826, p. 38).

A altivez da jovem sentenciada à morte se destaca em seus últimos momentos: enfrenta seu algoz, acusando sua covardia e injustiça ao dirigir-se à sua pátria que é sua cidade: Bogotá. É morrendo por ela e diante de seus olhos que o valor de sua virtude será ensinado, sua morte fecunda arrebatará os corações de seus compatriotas e conduzirá à tão sonhada liberdade. Pola não fala pelos americanos nem aos americanos, fala aos bogotanos. De fato, a causa

é americana, mas seu intento é libertar a nobre cidade reconquistada. Poderíamos aqui contrastá-la à pátria-família de *Camila* e à pátria indígena de *Túpac Amaru*, oscilação que, segundo José Emilio Burucua e Fabián Alejandro Campagne (2003), era corrente no período. No entanto, em ambas, o que quer que atenda pelo nome de pátria reflete-se às avessas na Espanha.

Na peça de Domínguez Roche, enquanto sua protagonista tende à univocidade, os que se destacam são aqueles que estão a serviço dos espanhóis e que, compelidos pela hierarquia, são obrigados a perpetrar a fúria do despotismo. Sua angústia é confessada em diversos solilóquios que variam na personagem, mas reiteram o tema: como é custoso reconhecer a causa justa de seus compatriotas sem conseguir rebelar-se. “Até quando será o dia propício/ quando o céu se apiedará de minha sorte/ e eu poderei deixar este serviço/ que me é tão odioso” (Domínguez Roche, 1826, p. 33), lamenta o oficial que conduz a jovem Pola ao fuzilamento. Neste mosaico de vozes que manifestam seu lamento aos murmurários destaca-se a retórica de Pola. A voz da patriota surge como esperança num momento em que as tropas realistas pareciam conter qualquer fagulha de insurgência.

Entre as três peças, *La Pola* é a que mais padece da suspensão dos diálogos. Ao privilegiar os solilóquios, a peça amplia os momentos em que sua protagonista pode seguir desdobrando ideias caras à causa patriótica, bem como aprofundar o remorso dos soldados realistas, sem, no entanto, conferir-lhes dinamicidade dramatúrgica. Se em *Túpac Amaru* os momentos em que o líder divulgava a causa entre seus compatriotas serviam de justificativa para desdobrar conceitos, em *La Pola* nenhum outro dado con-

textual livra o texto da mais pura arenga que, impregnada na estrutura dialogal, aos poucos a implode. A voz dos compatriotas – Pola, Arcos e Sabaraín – por vezes apaga os caracteres e serve como uma declaração contínua que muda arbitrariamente de voz. Somados estes momentos aos solilóquios, o tecido propriamente dramatúrgico se fratura.

Nesse tempo sempre presente em que a ação transcorre aos olhos do espectador, o diálogo deveria, segundo as poéticas clássicas, conferir-lhe a dinamicidade e a lógica causal necessárias para o desenvolvimento do conflito. No entanto, nas três peças cumpre o exato oposto: suspende a ação e abre caminho para a discussão conceitual. Acreditamos que sua composição conversa de maneira bastante direta com outro tipo de gênero que, assim como o teatro, se constrói a partir da estrutura dialogal: os catecismos cívicos ou patrióticos.

Esse gênero de impresso, que circulou desde as décadas finais do século XVIII, teve vida prolífica em países como a França e a Espanha (Sotés Elizade, 2009). No contexto hispano-americano, os catecismos patrióticos foram utilizados no início do século XIX para expor e difundir o ideário político que sustentava o separatismo americano. Rafael Sagredo sustenta que ele “constituiu uma das formas fundamentais pelas quais as ideias e os conceitos políticos liberais, constitucionais e republicanos foram transmitidos para a sociedade” (2009, p. 16).

Valendo-se do método da catequese, seus autores os organizavam em diálogos simplificados, a partir de um sistema de perguntas e respostas objetivas cujos interlocutores se dividiam entre uma voz que indagava o significado dos conceitos e outra que os respondia de modo professoral. Na maioria

dos casos as vozes não recebiam qualquer tipo de nomenclatura, sendo introduzidas pelas palavras “Pergunta” e “Resposta”. No entanto, os vocativos empregados ao longo do texto sempre apelam para uma relação filial ou entre um jovem que indaga e um velho que responde.

“[Pergunta] Por que os abusos se perpetuaram no antigo sistema?

[Resposta] Pela ignorância ocasionada de não haver imprensa livre. No antigo sistema estávamos tão longe de ver observados e respeitados os direitos, os quais não conhecíamos ainda e nem tínhamos ideia [...] por isso a liberdade supõe uma grande massa de luzes espalhadas sobre a multidão e, pelo contrário, a tirania domina em meio a erros e trevas. Além das luzes, as virtudes são necessárias” (Henríquez apud Sagredo, 2009, pp. 101-2).

Neste fragmento do *Catecismo de los patriotas*, de Camilo Henríquez, vemos que o campo semântico da ilustração aparece convocado para informar os males do “antigo sistema” colonial que agora caberá à república reparar. Visando a conformar uma mentalidade coletiva, textos como o de Henríquez encontraram variações em todas as partes do continente. Agora *patriotas*, *pueblos libres* aparecem onde antes estavam os *vasalos*, *súbditos* e *colonos*, “todos eles sinais inequívocos do surgimento de atores políticos diferentes dos existentes até então” (Sagredo, 2009, p. 22).

No processo de delinear os novos sujeitos políticos, a discussão dos catecismos conectava os conceitos de pátria e povo de modo que, independentemente da nomenclatura que recebessem, conformavam um grupo que em

meio à crise das monarquias ibéricas “deve escolher entre a liberdade ou o despotismo representado pelos espanhóis” (Sagredo, 2009, p. 25). Ainda que a relação entre América e Espanha ganhe matizes específicos na imensa variedade de textos, sua articulação se dá justamente nessa aliança, pois “o cidadão nasce com a pátria, é consequência da liberdade que a independência trouxe” (Sagredo, 2009, p. 35).

A vinculação conceitual entre pátria e povo por si só já nos serviria de entrada comparativa entre os catecismos patrióticos e as peças que analisamos. Entretanto, há outros elementos que os aproximam como práticas de escrita similares, cujas textualidades dialogam de modo mais direto. Como antecipamos, o próprio Camilo Henríquez fora autor de um catecismo patriótico de certa reverberação no Chile, anos antes de escrever *Camila*. Também a ideia da pátria como a “família das famílias” aparece em ambos. Essas relações ultrapassam o terreno dos conceitos e ganham o estrutural.

Na estrutura dialogal que dá corpo tanto aos catecismos quanto às peças, a distribuição das vozes parece obedecer a um mesmo princípio. Se nos catecismos há sempre a voz do preceptor que, estimulado pelas perguntas, desentranha os conceitos, nas peças a voz também é monopolizada por seus protagonistas que, disparados pelos interlocutores, articulam os conceitos. É o caso de Camila na peça de Henríquez e de Pola na peça de Domínguez Roche. Ainda que outros personagens assumam o púlpito – o Cacique, no primeiro caso, e todos os que são submetidos aos solilóquios, no segundo –, é inegável que a inteligência patriótica e a capacidade de educar pela palavra residem nas protagonistas femininas. Na peça de

Morante, a voz se divide entre Túpac Amaru e Santelices: o primeiro levará a causa aos compatriotas indígenas e o segundo, aos representantes do despotismo.

A suspensão da ação em prol da educação das personagens – e, é claro, do público – segue a lógica do catecismo ao concentrar na voz de patriotas iluminados o poder de elevar a causa pela articulação dos conceitos. Dessa forma, há uma rigidez que apela para uma visão hierárquica – e hierarquizante – do saber: alguns devem aprender o que outros devem ensinar. Os valores não são extraídos do potencial dialético que os diálogos possuem: o saber emana de uma figura para outra, que não o possui e deve escutar para aprender quase em silêncio.

Há uma espécie de impregnação da causa em figuras que a peça toma da história, como é o caso de *La Pola* e *Túpac Amaru*, ou cria, como no caso de *Camila*, apesar do anagrama do nome da protagonista conduzir seu autor numa espécie de autopromoção. O fato é que, ao conceber a estrutura dialogal como um encontro de vozes privilegiadas frente a outras que serão educadas, o embate de caracteres cede à monotonia. Ainda que em *Camila* a protagonista saia enfraquecida no debate inicial com o Cacique, o enredo logo a reconduz a seu posto de destaque e o mesmo Cacique que antes a enfrentara por seu “amor ao despotismo” termina destacando seu valor: “Heroína do novo mundo! Imperturbável como as amazônias [...], no entanto, mais culta do que elas, e mais sensível” (Henríquez, 1912, p. 38).

Essa convergência entre as textualidades do mundo da política e das belas letras deixa fissuras formais importantes nas peças que permitem entrever, como nas palavras de Domínguez Roche em seu Prefácio à publi-

cação de *La Pola*, que no cabo de guerra entre as *reglas del arte* e a matéria histórica, a primeira perde a primazia. Fator que, como vimos, encontrou reverberação na crítica e na “censura republicana” coeva.

## ESCRITAS DA HISTÓRIA, ESCRITAS CRIOLLAS

Após localizar os pontos de fricção entre poética e política, cabe indagar a lógica articuladora com que esses conceitos eram produzidos por uma linguagem política que se valia de eventos recentes para construí-los como marcos para uma interpretação da ruptura com a metrópole. Nesse sentido, acreditamos que nessas peças a história não é simplesmente evocada como moldura do enredo para acomodar os conceitos. Entendemos que a operação é mais complexa: tratava-se de escrever a história do jovem continente a partir das belas letras. Acreditamos que essas peças não tomam a história como motivo, mas buscam de certa forma estabilizar a interpretação dos eventos a partir dos conceitos caros ao momento da escrita – encontrando neles os fundamentos da pátria e do povo – e dentro do controle simbólico das elites *criollas*, em que a harmonia e o consenso quase sempre apontam para a manutenção de si mesmas na condução dos projetos independentistas.

Essa dupla operação explica como a rebeldia indígena disparada por algo tão próprio de sua experiência – o cumprimento da *mita* – apareça na peça de Ambrósio Morante contida – ainda que com tensões – sob a ideia de pátria e de independência *avant la lettre*. No entanto, como sinalizamos, o conceito de pátria começava a mostrar as

fissuras da harmonia impossível que a operação implicava: nas palavras de Túpac Amaru a pátria oscila entre ser puramente a pátria dos indígenas ou simplesmente “americana”.

Mais do que entender os conceitos na fatura do texto como contradição, entendemos que aqui encontramos o que Elias Palti (2020, p. 45) chamou de ponto cego inerente: “aqueles pressupostos implícitos que, ao serem expostos, seriam destrutivos para o próprio modelo”. O ponto cego do conceito de *pátria* e, por consequência, também de *povo*, na peça de Morante, aparece justamente no fato de serem elaborados desde o imaginário *criollo* e lançados à alteridade indígena sem nenhum tipo de acomodação ou *mea-culpa*. De fato, o que se apaga na peça são os três séculos de privilégios baseados na exploração do trabalho indígena. Seria inverossímil considerar que a plateia branca se reconhecesse nos chamados pela “pátria indígena”, daí emerge o pouco comprometido conceito de “americano”. Se falar em pátria indígena alimentaria o temor da elite que assistia à peça, a ideia de americano eliminaria os cadafalsos étnicos e irmanaria a todos sob uma visão de *povo* menos controversa e que não fraturaria a *pátria* que se queria representar – e conformar.

As alianças entre *criollos* e peninsulares aparecem sempre bem delineadas nos textos e mais sólidas do que aquelas firmadas com os indígenas. Em *Camila*, como buscamos demonstrar, a acusação do Cacique à jovem é dirimida pela volta do marido sem que a peça possa ensaiar uma saída para a recusa da aliança étnica. Resolvida pela reafirmação dos laços matrimoniais, *Camila* termina por evitar a síntese americana e mover a união dos filhos da terra para o terreno ético e conceitual: se unem pelo ódio

ao despotismo e pelo amor à pátria. Em *La Pola* o empenho é ainda mais evidente: quase todo personagem espanhol ou a serviço da Espanha que surge na peça ganha um solilóquio para lamentar-se das atrocidades que se vê obrigado a cometer. Todos estão sob o jugo do despotismo, separados apenas pela coragem de rebelar-se. Diferente dos dois outros textos, indígenas e escravos são apenas aludidos e sempre equiparados aos *criollos* frente à Espanha: “De nossa escravidão não há esperança” (Domínguez Roche, 1826, p. 15), lamenta o desiludido patriota Arcos a Pola.

Mary Louise Pratt (2010, p. 322), em *Ojos imperiales*, é enfática ao anotar as razões da ambígua postura da classe na concepção dos projetos independentistas: “Políticamente e ideologicamente, o projeto liberal *criollo* envolveu a fundação de uma sociedade e cultura americanas descolonizadas e independentes, enquanto mantinha os valores europeus e a supremacia branca”. Privilegiada pela administração colonial, era necessário que o passado de acômodo na estrutura social desse lugar a um presente em que ela pudesse liderar a emancipação sem que parecesse uma mera manutenção que viria para perpetuar as relações tal como aconteciam na colônia. Com a experiência da Revolução Haitiana, não surpreende que a busca pela ordem, na verdade,

significasse a garantia de que possíveis convulsões sociais pudessem ser controladas ou canalizadas contra o “despotismo”<sup>4</sup>.

Nesse sentido, a forma errática das peças atesta a face e a contraface do projeto *criollo*: por um lado, a intenção educativa, de universalização dos valores ilustrados, na impregnação da estrutura catequética; por outro, os limites da aliança que se veem nas peças, além da mostra inequívoca da aporia dos conceitos de *pátria* e *povo*, cuja matéria histórica desdiz e o enredo trata de reacomodar constantemente.

O *povo* americano – seja ele quem for desde que contido – supera as diferenças étnicas e se une pelo amor à *pátria* – seja ela qual for desde que liderada pelos *criollos* – e pelo ódio ao despotismo no projeto emancipacionista. Podemos entender o intento harmonioso que subjaz às peças como uma forma de luta de representação, como a chamou Roger Chartier (1991, p. 183), “cuja problemática central é o ordenamento, logo, a hierarquização da própria estrutura social”. No bojo da plethora de estratégias simbólicas que buscaram conformar os projetos *criollos*, *Camila*, *La Pola* e *Túpac Amaru* se destacam justamente por atestarem, nas contraditórias elaborações conceituais, os limites e as tensões que despontavam como entraves à constituição de sua hegemonia.

---

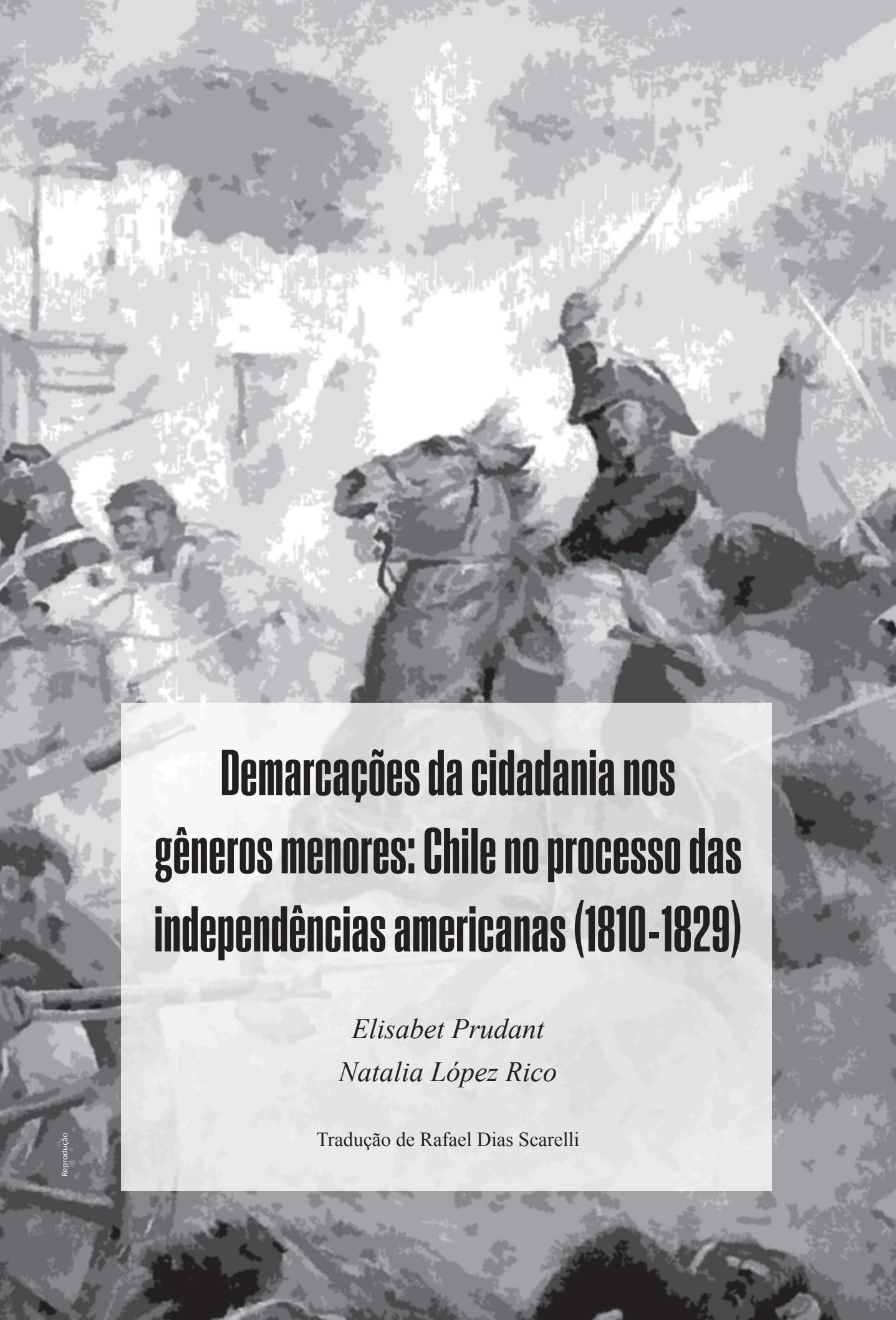
4 Ao analisar a Insurreição dos Comuneiros, Kátia Gerab e Maria Angélica Resende (1993, p. 59) ressaltam que, quando a revolta tomou grandes proporções, as lideranças *criollas* retroagiram por temer que as massas sublevadas saíssem de controle, ameaçando não apenas possíveis acordos com a metrópole, como também sua própria integridade. O mesmo temor ante a possibilidade de sublevação rondou a recepção da Revolução Haitiana (cf. Anderson, 2008, pp. 86-7).

## REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO MORANTE, L. "Túpac Amaru", in Beatriz Seibel (org.). *Antología de obras de teatro argentino. Desde sus orígenes a la actualidad: obras de la Independencia: 1818-1824*. Buenos Aires, Instituto Nacional del Teatro, 2007, pp. 219-307.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- BURUCUA, J. E.; CAMPAGNE, F. A. "Mitos y simbologías nacionales en los países del cono sur", in Antonio Annino; François-Xavier Guerra (orgs.). *Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003, pp. 433-74.
- CHARTIER, R. "O mundo como representação". *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, 1991, pp. 173-91.
- DÍAZ DE ARAUJO, M. G. *La vida teatral en Buenos Aires*. Buenos Aires, Ediciones Culturales Argentinas, 1982.
- GERAB, K.; RESENDE, M. A. *A rebelião de Túpac Amaru. Luta e resistência no Peru do século XVIII*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.
- HALPERIN DONGHI, T. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos. 1750-1850. Historia de América Latina*, Volumen 3. Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- HENRÍQUEZ, C. *Camila o la patriota de Sudamérica*. Santiago, Universitaria, 1912.
- LUZÁN, I. *La poética o reglas de la poesía en general y de sus principales especies*. Edição digital de Cervantes Virtual a partir da original: Zaragoza, Imprenta Francisco Revilla, 1737.
- PALTI, E. *O tempo da política. O século XIX reconsiderado*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte, Autêntica, 2020.
- PAS, H. F. *Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)*. Tese de doutorado. La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de Universidad Nacional de La Plata, 2010.
- PIMENTA, J. P. "Território colonial e território nacional", in *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*. São Paulo, Hucitec, 2006, pp. 49-61.
- PRATT, M. L. *Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación*. Trad. Ofelia Castillo. México, Fondo de Cultura Económica, 2010.
- SAGREDO BAEZA, R. *De la colonia a la república. Los catecismos políticos americanos, 1811-1827*. Madrid, Fundación Mapfre, 2009.
- SOTÉS ELIZADE, M. Á. "Catecismos políticos e instrucción política y moral de los ciudadanos (siglos XVIII y XIX) en Francia y España". *Educación XXI: Revista de la Facultad de Educación*, n. 12, 2009, pp. 201-18.

### Periódicos

- EL ARGOS de Buenos Aires*, 1821-1825, Buenos Aires, Imprenta de Gandarillas y Socios (coleção completa na Biblioteca Nacional de Argentina, disponível em: [https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc\\_number=001185106&local\\_base=GENER](https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001185106&local_base=GENER)). Acesso em: 30/12/2020).
- EL CENSOR*, 1815-1819, Buenos Aires, Imprenta de la Independencia (coleção completa na Biblioteca Nacional de Argentina, disponível em: [https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc\\_number=001184878&local\\_base=GENER](https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001184878&local_base=GENER)). Acesso em 30/12/2020).
- LA AURORA de Chile*, 1812-1813, Santiago de Chile, Imprenta del Gobierno de Chile (coleção completa na Biblioteca Nacional de Chile, disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3500.html#documentos>). Acesso em 30/12/2020).



# **Demarcações da cidadania nos gêneros menores: Chile no processo das independências americanas (1810-1829)**

*Elisabet Prudant*

*Natalia López Rico*

Tradução de Rafael Dias Scarelli



## resumo

O presente artigo indaga sobre o surgimento da cidadania como categoria política moderna no alvorecer das repúblicas latino-americanas, especificamente no Chile pós-revolucionário. Para tanto, analisa-se um conjunto de impressos publicados entre 1810 e 1829 – *bandos*, panfletos e catecismos – denominados gêneros menores, nos quais são invocadas formas flexíveis de cidadania que ganharam contornos específicos em sua relação com a figura do soldado e do patriota-cristão. Desse modo, as primeiras formas de cidadania moderna necessariamente conjugaram elementos comunitários do Antigo Regime e do bem comum do republicanismo clássico.

---

**Palavras-chave:** cidadania; independência; impressos políticos; Chile.

## abstract

*This article delves into the emergence of citizenship as a modern political category at the dawn of Latin American republics, especially in post-revolutionary Chile. To do that, a set of prints published between 1810 and 1829 have been analyzed, among them edicts, pamphlets and catechisms of so-called "minor genres" in which flexible forms of citizenship are brought about, with specific contours derived from their relationship with the soldier and the Christian patriot figures. Therefore, the first forms of modern citizenship necessarily combine community elements from the Ancien Régime and notions of the common good found in classical republicanism.*

---

**Keywords:** citizenship; independence; political prints; Chile.

# A

pós o cativeiro do rei Bourbon nas mãos das forças napoleônicas, o vazio de poder suscitado na América colonial abriu a possibilidade de se imaginar uma nova ordem baseada na reversão da soberania popular. Esse imaginário foi projetado por atores que recorreram a linguagens políticas alimentadas por diversas tradições – liberalismo, republicanismo, neoescolástica (Cid, 2019, p. 21) –, legitimando a causa autonomista e outra forma de governo que substituisse o Estado monárquico. Seja desde os campos de batalha, seja nos bastidores da cena conspirativa, ou nos novos espaços da opinião pública, os rebeldes da América hispânica assumiram o desafio repentino e violento de constituir uma nova comunidade política.

No Chile, o panteão de heróis nacionais se formou a partir das figuras que dirigiram, com lemas mais ou menos radicais, o momento fundacional. Os nomes de Bernardo

O'Higgins, José Miguel Carrera e Manuel Rodríguez aparecem como protagonistas de uma sucessão de acontecimentos que se inicia com a formação da *Primera Junta de Gobierno* (1810) e se consagram na arena bélica com os triunfos sobre as tropas realistas nas batalhas de Chacabuco (1817) e Maipú (1818), antessala do Juramento da Independência (1818)<sup>1</sup>. Figuras e eventos contingentes que foram canonizados pela historiografia tradicional e revisitados à luz de

---

1 Desde uma perspectiva cronológica tradicional, a historiografia dividiu e denominou os períodos da independência chilena orientando-se pelos acontecimentos que definiram as estratégias bélicas e políticas seguidas por seus precursores, como *Patria Vieja* (1810-1814), *Reconquista Española* (1814-1817) e *Patria Nueva* (1817-1823).

**ELISABET PRUDANT** é professora e pesquisadora do Departamento de História da Universidad de Santiago de Chile.

**NATALIA LÓPEZ RICO** é professora do Departamento de Romanística da Universität Bonn e integrante do Grupo de Estudos Brasileiros da Universidad de Chile.

enfoques recentes para analisar o potencial e as limitações que este cenário prenunciava em termos de participação política.

Por outro lado, tanto vozes anônimas como reconhecidas anunciaram a ruptura da legitimidade do modelo monárquico ao repensar “o corpo social, a soberania ou a representação”<sup>2</sup>, fazendo uso do exercício da escrita (Guerra & Lemprière, 1998, p. 6). Essas vozes participaram em outra frente de combate, a das ideias impressas que, apelando a um léxico político, simbolizaram os ares de transformação derivados da crise que se vivia e as tensões surgidas da organização de um governo para as nascentes repúblicas (Araya, 2011, p. 299). Desse modo, formas incipientes de produção escrita e de acesso à leitura surgidas para além do controle governamental permitiram que se propagassem conceitos e ideias de relevância pública, na maioria das vezes convivendo com noções provenientes do Antigo Regime, através de formatos que circularam profusamente por canais de comunicação local e regional (Sagredo, 1994).

Este trabalho toma como ponto de partida os impressos que surgem com o processo de independência chilena, a fim de analisar a convocatória por eles dirigida aos atores que fariam possível o exercício soberano e se converteriam no fundamento da cidadania. Em particular, analisam-se panfletos e catecismos produzidos entre os anos de 1810 e 1829. Com esse recorte abarcamos o período revolucionário e pós-revolucionário, buscando重构 o sentido da cidadania como categoria-chave

implicada na construção política da nação, sublinhando a importância da independência como um evento que mobilizou determinados discursos sob condições de enunciação excepcionais (Palti, 2007).

O caráter material às vezes efêmero, às vezes contingente, e quase sempre prescritivo desse *corpus* textual fez com que fosse categorizado dentro do que a teoria literária e discursiva reconhece como “gêneros menores”<sup>3</sup>, condenando-os a um lugar marginal em relação ao cânone das letras oitocentistas. Trabalhar com esses suportes nos permitirá valorizar sua contribuição histórica ao estudo da cidadania ao analisar as modalidades de uso direto ou indireto de dita categoria e sua apropriação em documentos que expõem de que modo vale mais o que foi dito do que quem o disse, tensionando ao mesmo tempo a rigidez do *corpus* canônico<sup>4</sup>. Para além disso, convida-nos a refletir sobre o caso chileno sem perder de vista as vicissitudes regionais, os processos políticos e de construção da cidadania que atravessaram os povos coloniais acéfalos de autoridade. Tal dimensão é inevitável, pois a produção, o consumo e as práticas que produziram impressos políticos no contexto das independências remetem a um circuito de alcance ibero-americano, tornando imprescindível a tarefa de considerar antecedentes de contextos e processos de formação da nação compartilhados que

2 No original: “el cuerpo social, la soberanía o la representación”.

3 Um exemplo do estudo dos gêneros menores se encontra nas investigações sobre a *Bibliothèque bleue* de Troyes na França dos séculos XVII e XVIII. Ver: Chartier (2005, pp. 167-92). Para o caso espanhol, ver: Gomis (2010).

4 Um cânone composto da história nacional, do romance nacional e da legislação nacional. Ver: González Stephan (1999).

enfrentaram o turbilhão da emancipação e sua simbolização através do registro escrito. Respondemos, assim, ao compromisso de avançar em um relato histórico conectado com seu tempo e espaço, prezando uma escala regional de análise que, sem perder de vista as particularidades e a centralidade do caso estudado, evite os vícios de enfoques isolados e a tentação de se buscar traços de excepcionalidade em um processo que supera o âmbito do nacional.

## OPINIÃO PÚBLICA E CIDADANIA NOS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA

Em julho de 1810, pouco antes de compor a *Primera Junta de Gobierno*, Bernardo O’Higgins dirigiu uma carta a seu amigo inglês, *mr. Eels*, pedindo-lhe ajuda para enviar ao Chile insumos fundamentais que lhe permitiriam entrar na luta que se prenunciava e alcançar a vitória: uma imprensa e um tipógrafo. Em palavras textuais de quem em breve se converteria em comandante geral das tropas militares e mais tarde em *Director Supremo de la República*, para “direcionar a opinião” e corrigir “a teimosia de tantos”<sup>5</sup>, se fazia necessário, se não urgente, distribuir em folhas impressas o novo ideário que conduziria a justa batalha pela independência (Villar, 1982, p. 11). Por sua vez, o jurista e intelectual Juan Egaña ecoa o gesto de O’Higgins quando, em uma reunião da *Primera Junta*, recomenda comprar uma imprensa para “uniformizar a opinião pública no que tange aos princípios

do Governo”<sup>6</sup> (Araya, 2011, p. 301). Finalmente, em 1811, durante o governo de José Miguel Carrera, chegou dos Estados Unidos a primeira imprensa, permitindo a impressão do diário nacional *La Aurora de Chile* (1812) e logo de *El Monitor Araucano* (1813), que se converterão, nas palavras de Céline Desramé (1998, p. 274), “no elemento mais dinâmico de uma ofensiva propagandística abertamente favorável às ideias liberais e à Independência”, além de um testemunho material de que “progresso técnico e a revolução vinham juntos”<sup>7</sup>.

A convicção e a confiança dos líderes independentistas chilenos – e de seus imediatos sucessores – na letra impressa como meio para atingir e convencer mais pessoas são um gesto que retomam da matriz ilustrada e revolucionária, repetindo-se, com alguns matizes, ao longo do período inicial das lutas pela emancipação americana. Os textos impressos de conteúdo político surgidos durante esse período foram instrumentos privilegiados do debate que permitiria a emergência da opinião pública e, com ela, a “proclamação da soberania da nação”<sup>8</sup> (Guerra, 1998, p. 110). A opinião pública, nas palavras de Hilda Sábato, limitar-se-á, sob a influência do republicanismo, à “representação genuína e desejável da vontade do povo ou da nação entendidos coletivamente”<sup>9</sup>,

6 No original: “uniformar la opinión pública a los principios del Gobierno”.

7 No original: “en el elemento más dinámico de una ofensiva propagandística abiertamente favorable a las ideas liberales y a la Independencia”; “progreso técnico y la revolución iban juntos”.

8 No original: “proclamación de la soberanía de la nación”.

9 No original: “representación genuina y deseable de la voluntad del pueblo o de la nación entendidos colectivamente”.

5 No original: “conducir la opinión”; “la terquedad de tantos”.

evitando-se os perigos da divisão em partes “facciosas” da vida política (Sábato, 1999, p. 27). Sua relevância como espaço de legitimidade para uma outra forma de governo, assim como para as ideias que sustentavam o novo princípio de autoridade, justificou a preocupação por exercer controle sobre suas fronteiras e demarcações, do que não escaparam os próprios textos impressos portadores dos conteúdos de discussão pública. Dito controle se expressou na importância crescente atribuída à assinatura, definindo-se dessa forma o trânsito da primazia do anonimato e do uso de pseudônimos à identificação do autor individual ou grupal.

A multiplicação dos impressos após a chegada das imprensas fez de sua produção e circulação uma das características mais relevantes do período. Essa situação revela não apenas a fé depositada nas tecnologias para a difusão do novo sistema político e para a educação da sociedade, mas também, e acima de tudo, para a criação de um novo tempo. Em relação ao passado, os impressos estabelecem uma dupla vinculação: por um lado, tentam romper com os cercos e limitações à circulação das ideias que marcaram a difícil formação de uma opinião pública moderna durante o período colonial tardio e, por outro, reforçam uma linha de continuidade com a tradição que se observa na intensificação da circulação de textos religiosos, como devocionários, catecismos, entre outros. Em relação ao presente, tratam de responder à contingência e à urgência dos acontecimentos, manifestando em *bandos*<sup>10</sup> e panfletos um chamado à luta e à defesa da liberdade de expressão, que nessa época se equiparava à liberdade de imprensa. E, em relação ao futuro, perfilam o projeto de nação e seus componentes basais: os patriotas

prontamente convertidos em cidadãos. Assim, os impressos cumpriram um papel-chave no surgimento e na configuração do espaço discursivo oitocentista latino-americano (Poblete, 2003), ao estabelecer – como acabamos de assinalar – a nova pauta de relação com as coordenadas de tempo e expressar a estreita e decisiva vinculação entre o Estado-nação e a letra impressa: é o alvorecer da nova República das Letras.

O necessário debate que surgiu por meio dos impressos na arena da opinião pública remeteu a práticas de sociabilidade nas quais confluíram dinâmicas modernas de pedagogia política e expressões provenientes da ordem tradicional das sociedades coloniais. Ainda que os impressos tenham tomado o lugar dos manuscritos como formato comunicacional hegemônico, a forma pela qual o público acessou seu conteúdo foi a da leitura ouvinte, reforçando a presença do oral e o exercício de ouvir como instância de acesso coletivo à informação. Reafirmando essa ideia, o historiador liberal oitocentista Miguel Luis Amunátegui destaca em sua memória apresentada à Universidad de Chile, intitulada *La crónica de 1810*, a figura de Gaspar Marín, político e intelectual de pública figuração no calor dos acontecimentos revolucionários, como a de um dos oradores mais exímios na “dissertação verbal” e praticante da “recitação cotidiana”<sup>11</sup> de textos e proclamações (Desramé, 1998, p. 283).

---

10 Segundo o *Diccionario de la Lengua Española*, da Real Academia Española, *bando* pode se referir a ordens com força de lei dadas pela autoridade militar em zonas de guerra durante as hostilidades. Disponível em: <https://dle.rae.es/bando?m=form>. Acesso em: 29/6/2021. (N do T.)

11 No original: “dissertación verbal”; “recitación cotidiana”.

A campanha pedagógica desatada pela independência que atravessou o espaço público buscou instruir e informar sobre as possibilidades que propiciava o momento histórico, bem como assentar o princípio da soberania popular. A educação foi, então, a ferramenta que permitiu resolver as tensões entre o exercício da soberania e o povo enquanto categoria abstrata com uma dimensão social por se definir no novo cenário. Essa operação civilizatória se traduziu, em primeiro lugar, na identificação do cidadão que constituiria a nação e portaria o fundamento da soberania popular (Cid, 2019, p. 253).

A categoria de cidadania – *ciudadanía* –, durante o período que nos interessa, será ambígua, já que, por um lado, traz consigo o fundamento do poder soberano da nação moderna e, por outro, carrega elementos do Antigo Regime, como é a noção territorializada e paroquial sob a qual se interpretava tal palavra em associação a residente – *vecino* (Guerra, 1999). Nesse sentido, a cidadania respondia em seu germe mais aos princípios comunitários e ao bem comum do republicanismo clássico do que ao exercício dos direitos individuais promulgados pelo liberalismo (Sábato, 1999).

Como se verá a seguir, a indeterminação na definição da cidadania no interior dos impressos analisados se expressa na volatilidade do referente associado à palavra. Pode aparecer vinculada, de forma mais ou menos evidente, aos princípios da liberdade, da soberania, ou ainda surgir como expressão corpórea – no caso do cidadão – e de resistência ao opressor. Enquanto palavra com uma longa genealogia, que ganhou intensidade e contornos cada vez mais específicos e diferenciados

nas lutas pela independência e nos primeiros anos pós-independência, veremos que para converter o súbito em cidadão seria antes necessário constituir as figuras do soldado e do patriota.

Nessa cruzada pedagógica revolucionária os impressos que denominamos gêneros menores cumpriram um papel-chave difundindo em moldes de letra o próprio molde do novo cidadão: se nos panfletos ele é convocado a intervir como soldado-cidadão na luta contra a metrópole reacionária, nos catecismos se delineará o patriota-cristão, aquele que deve estar disposto a seguir dando sua vida pela pátria, empunhar armas e ir à guerra para manter a defesa da nação ainda ameaçada.

## PANFLETOS: A CIDADANIA SOLDADESCA

Sob a denominação de panfletos agrupamos uma série de publicações impressas que compartilharam um traço material comum: serem folhas avulsas que garantiam a rápida circulação e apropriação do impresso<sup>12</sup>. Como assinala Alejandra Araya (2011, p. 303), em um artigo fundamental para o estudo desses impressos no Chile da Independência, as folhas avulsas podiam ser *bandos*, proclamações,

---

12 Grande parte dos panfletos aqui analisados forma parte da coleção Domingo Edwards Matte, seção *Primeros Impresos Chilenos* do Archivo Central Andrés Bello da Universidad de Chile. Lamentavelmente, à diferença de outros casos, como o brasileiro (Carvalho, Bastos & Basile, 2014), no Chile ainda não existe uma publicação que reúna esses textos e permita sua análise sumária.

conclamações militares ou chamados à rebelião, tendo como objetivo informar sobre a atualidade, “conseguir o apoio das maiorias e assegurar a representação legítima da sociedade”<sup>13</sup>.

Os panfletos abordados nesta seção foram publicados entre 1815 e 1829, um período marcado pelas lutas da reconquista espanhola e por uma profunda instabilidade institucional que se estende da presidência de Bernardo O’Higgins (1817-1823) até 1831, quando se pôs fim a uma série de governos de curta duração e se instaurou a República conservadora. Pretendemos observar de que maneira, dada a sua função de apelar diretamente, os panfletos nesse período configuraram tipos de individualidade e comunidade – às vezes, fictícias –, nos quais prevalece o chamado a uma cidadania desdobrada em vários níveis que coincide em um tipo de cidadão ativo, uma vez que alcançar a independência e instaurar a república dependem da ação direta de sujeitos na busca de um bem comum e do delineamento de uma nova comunidade nacional.

Com a finalidade de perfilar os tipos de cidadania presentes nos panfletos, dispusemos três grupos que correspondem a

três momentos desse período inicial pós-independência: no primeiro, temos os *bandos* publicados na reconquista entre 1815 e 1818; no segundo, os panfletos assinados por coletivos ou indivíduos que protestam ante situações específicas; e no terceiro, consideramos um grupo de panfletos publicado em princípios da Guerra Civil de 1829 no Chile, que têm a particularidade de responderem-se mutuamente, estabelecendo um intenso debate.

Os *bandos* – manuscritos e impressos – foram um meio de difusão e circulação da informação militar usado desde a colônia, que se multiplicou dos dois lados do campo de batalha após a eclosão das lutas de independência: tanto realistas como patriotas se valeram da publicação de *bandos* para chamar a atenção do maior número de pessoas possível para alcançar seus fins. Assim ficam estabelecidas, por exemplo, no *bando* publicado em Santiago em outubro de 1815, sob o mando de Mariano Osorio, brigadeiro dos Exércitos Reais, as novas medidas para enfrentar a situação de desordem e violência que, segundo assinala o documento, havia se originado a partir “das desgraças de que tem adoecido este reino desde o ano passado de 810”. As funestas consequências de tal desordem seriam o roubo, a violência e o homicídio, pelo que se instauraram leis especiais determinando que “todo aquele que for pego com o roubo na mão, será preso e castigado com pena de morte, dando-lhe somente 24 horas de prazo. A sentença se executará sem outra formalidade processual que a referida”. O *bando* impresso, que se publica na capital, deveria ser enviado aos chefes militares e administradores

---

13 No original: “conseguir el apoyo de las mayorías y asegurar la representación legítima de la sociedad”. Segundo Loaiza Cano, no estudo comparado dos diversos casos nacionais dedicados aos panfletos na passagem da colônia para a República se observa como a cultura letrada “se impôs nessa transição como o paradigma da comunicação política e, em consequência, permitiu a emergência do agente letrado como indivíduo político central” (Loaiza Cano, 2020, p. 25). No original: “se impuso en esa transición como el paradigma de la comunicación política y, en consecuencia, permitió la emergencia del agente letrado como individuo político central”.

de justiça dos demais “povos do Reino”<sup>14</sup> para seu cabal cumprimento<sup>15</sup>.

Poderíamos estabelecer uma correspondência direta entre esse *bando* e o assinado em 1818 por Lues de la Cruz e Manuel Rodríguez<sup>16</sup>. A folha foi publicada pelo Directorio Supremo del Estado de Chile e declara que os “defensores da pátria” incumbidos de restituir a segurança “nos atuais apuros” são credores da mais “distinta gratidão do Estado” e por isso “todos os soldados oficiais e comissionados militares que se distingam na presente defesa serão premiados em quanto alcancem as faculdades do erário”<sup>17</sup>. Sem dúvida, são esses soldados patriotas aos que o *bando* realista castiga e executa como simples ladrões sem direito a julgamento justo e ordinário que o *bando* patriota condecora como os

mais altos dignitários do Estado, merecedores de toda recompensa. Como assinala Veronique Hébrard (2002, p. 443) para o caso venezuelano – em um fenômeno extensivo a todos os processos de emancipação americana –, os homens foram chamados a se integrar ao corpo da cidadania ativa em virtude de sua qualidade de militares e soldados da independência.

Contudo, tal como se infere, a própria materialidade dos panfletos condicionou um tipo de economia da linguagem que obrigava a restringir a mensagem a umas poucas folhas, privilegiando a claridade e a efetividade, razão pela qual abundam alguns sinais como os pontos de exclamação. De certo modo, os mesmos impressos emulavam a contenda replicando a linguagem inflamada das arengas da independência nas quais não se debatia uma opinião pública, mas sim se ditavam ordens e se reafirmavam posturas políticas inamovíveis.

O último panfleto considerado nesse grupo é assinado pelo próprio Bernardo O’Higgins, tendo sido publicado durante a organização da expedição liberadora do Peru, quando já se havia alcançado a independência chilena. O’Higgins, agora *Director Supremo*, assina a folha avulsa destinada aos “irmãos e compatriotas” do Peru:

“Já os empregos, a honra e as riquezas se distribuem [...] e não são o patrimônio de nossos opressores [...] Peruanos, aqui estão os pactos e condições com que o Chile, perante o Ser Supremo, e pondo todas as Nações como testemunhas e vingadoras de sua violação, afronta a morte e o cansaço para vos salvar. Sereis livres e independentes, constituireis vosso governo

14 No original: “*de las desgracias de que ha adolecido este reino desde el año pasado de 810*”; “*todo aquel que se cogiere con el robo en la mano, se le aprehenderá y castigará con pena de vida, dándole solo veinticuatro horas de término. La sentencia se ejecutará sin otra formalidad de proceso que la dicha*”; “*pueblos del Reino*”.

15 Nessa mesma folha, encontramos pistas sobre sua recepção e difusão. No verso da página do bando aparece em letra manuscrita a maneira pela qual o texto se fez público “na forma ordinária” na Vila de San Juan Bautista de Hualqui, próxima à cidade de Concepción, em 12 de novembro de 1815, apenas um mês depois de publicado em Santiago, sendo assinado pelo juiz deputado Josef Maria Gabilany e testemunhas (no original: “*en la forma ordinaria*”).

16 Esta última é uma das folhas avulsas mais chamativas dado seu estado de conservação, pois se trata de uma folha queimada em suas bordas, o que delata seu resgate das chamas.

17 No original: “*defensores de la patria*”; “*en los actuales apuros*”; “*distinguida gratitud del Estado*”; “*todos los soldados oficiales y comisionados militares que se distingan en la presente defensa serán premiados en cuanto alcancen las facultades del erario*”.

e vossas leis pela única e espontânea vontade de vossos representantes”<sup>18</sup>.

A particularidade aqui colocada não se expressa somente pela designação dos ainda súditos do vice-reino do Peru como irmãos, patriotas e, especialmente, como peruanos. O que mais chama a atenção é que o panfleto foi publicado em espanhol e em quéchua, em um evidente sinal de convocação da população indígena andina a se sentir e a fazer parte da luta pela causa da independência, integrando-a também a esse corpo de irmãos, compatriotas e peruanos<sup>19</sup>. Um gesto de cálculo político apenas equiparável ao dos missionários que publicaram os catecismos de evangelização em línguas indígenas para garantir a conversão dessa população. Era, pois, necessário “catequizar” os indígenas na nova religião republicana.

No segundo grupo, encontram-se os panfletos assinados por indivíduos anônimos ou que de maneira grupal emitem queixas públicas dirigidas a sujeitos específicos e, em especial, dão conta do mal-estar geral ante as promessas não cumpridas pela república, um horizonte projetado em uma Constituição que mais parecia letra-morta. No panfleto intitulado “Clamor de los pobres”,

assinado por “Uns mil pobres”, faz-se uma queixa aberta e geral diante do desolador panorama econômico que deixava atrás de si a emancipação da metrópole:

“Já somos livres, já não terá travas nosso comércio, florescerá a agricultura e a indústria em força de sábias instituições análogas ao estado de nossa ilustração e aptidões, dissemos, quando se bateu o último exército espanhol, mas longe de chegarmos ao fim desejado, outro exército, de teorias abstratas, doutrinas errôneas e princípios disparatados, veio a nos fazer a guerra, mais cruel ainda, que a dos espanhóis”.

A queixa se dirige aos problemas que a liberdade de comércio havia trazido à indústria nacional. Segundo assinalam, a chegada de manufaturas estrangeiras que poderiam ser fabricadas no país teria reduzido à “mendicidade nossos artesãos”. O panfleto termina com um decidido tom irônico que se estende tanto aos princípios republicanos quanto aos heróis da independência, como se a única herança concreta recebida da independência fossem ideias sem corpo nem aplicação e um panteão de heróis para adorar: “Haverá um país mais miserável? Mas há *princípios* e há *país da pátria*, não se rompa a corda...” (grifos no original)<sup>20</sup>.

18 No original: “hermanos y compatriotas”; “Ya los empleos, el honor y las riquezas se distribuyen [...] y no son el patrimonio de nuestros opresores [...] Peruanos, he aquí los pactos y condiciones con que Chile, delante del Ser Supremo, y poniendo a todas las Naciones por testigos, y vengadores de su violación, arrostra la muerte y la fatiga para salvarlos. Seréis libres e independientes, constituiréis vuestro gobierno y vuestras leyes por la única, y espontánea voluntad de vuestros representantes”.

19 Bernardo O’Higgins passou vários anos de sua juventude em Lima, onde teve contato com o mundo indígena inca, o que explicaria, possivelmente, a sua sensibilidade política e estratégica frente a essa comunidade (Gómez Alcorta & Ocaranza Bosio, 2017, p. 22).

20 No original: “Unos mil Pobres”; “Ya somos libres, ya no tendrá traba nuestro comercio, florecerá la agricultura y la industria en fuerza de sabias instituciones análogas al estado de nuestra ilustración y aptitudes, dijimos, cuando se batío al último ejército español, pero lejos de llegar al fin deseado otro ejército de teorías abstractas, doctrinas erróneas y principios disparatados, ha venido a hacernos la guerra, más cruel aún, que la de los españoles”; “mendicidad a nuestros artesanos”; “¿Habrá un país más desdichado? Pero hay principios y hay padres de la patria, no se rompa la cuerda...”.

Alguns fatos de caráter anedótico também tiveram lugar nos panfletos. Foram comuns as queixas contra estamentos e pessoas particulares, como é o caso do panfleto “Suceso notable”, que se volta contra a igreja. O panfleto conta como, na Vila de Linares, em 13 de setembro de 1828, encontrava-se o pároco local Mateo de Alcazar y Sumerso jogando bilhar, quando

“entrou na mesma sala o cidadão don Ramón Acevedo y Somosa fumando um cigarro. Este fato, em si tão inocente e usual, irritou de alguma forma o eclesiástico jogador, chamando-o de falta de respeito a seu caráter sacerdotal, e sem detê-lo a justa consideração de que este cidadão, embora jovem, era um homem livre e das famílias mais distintas do povoado, depois de lhe encher de injúrias, deu-lhe golpes até lhe ensanguentar o rosto”.

Quando o cidadão apresentou a queixa ao tenente-governador, a resposta obtida foi que “*jamais fumasse na presença de seu pároco*”. Ignoramos em que princípios legais baseou seu mandato este magistrado” (grifos no original). Para reforçar a legitimidade de sua queixa, o autor do panfleto cita o artigo 12 da Constituição política do Estado e conclui que as novas instituições não teriam conseguido apagar “o espantoso quadro colonial nos povoados distantes de Santiago, enquanto exigem custosos sacrifícios para estabelecer princípios liberais e virtudes cívicas que os próprios proclamadores detestam”. Assinam o panfleto, anonimamente, “Dois irreligiosos”<sup>21</sup>.

O último caso em tela se compõe de uma série de cinco panfletos publicados entre os

dias 18 e 29 de novembro de 1829, durante a eclosão da guerra civil que terminaria em 1831. O intenso confronto no plano da letra impressa se deu entre os conservadores *pelucones* e os liberais *piplolos* com uma sucessão de declarações, acusações e ameaças que terminaram por selarem-se no plano físico da luta entre partidos pelo controle da república<sup>22</sup>.

Em um primeiro panfleto, de 18 de novembro de 1829, os *piplolos*, que se auto-denominavam como populares, manifestaram-se contra o golpe de Estado de Manuel Bulnes e José Joaquín Prieto, defendendo a intervenção do “digno cidadão capitão general d. Ramón Freire”. Para aumentar o fervor das pessoas, chamam-nas a ouvir “o eco dos heróis da independência, que desde seus túmulos os incitam a favor da liberdade” e a manter vigente a “Grande Carta Constitucional”<sup>23</sup>. Três dias depois aparece uma resposta a este panfleto intitulada “A los brutos”, na qual os populares são tratados como animais: asnos, cavalos, cães e porcos.

---

21 No original: “entró en la misma sala el ciudadano don Ramón Acevedo y Somosa fumando un cigarro. Este hecho en sí tan inocente y usual, irritó de modo al eclesiástico jugador, apellidándolo falta de respeto a su carácter sacerdotal, que sin detenerlo la justa consideración de que este ciudadano, aunque joven, era un hombre libre y de las familias distinguidas del pueblo, después de llenarlo de injurias, le dio de golpes hasta ensangrentarle el rostro”; “jamás fumase en presencia de su pároco’. Ignoramos en qué principios legales fundó su mandato este magistrado”; “el espantoso cuadro colonial en los pueblos lejanos de Santiago, mientras se les exigen costosos sacrificios para establecer principios liberales y virtudes cívicas que detestan los mismos proclamadores”; “Dos irreligiosos”.

22 Ver o trabalho clássico de Domingo Amunátegui Solar (1939).

23 No original: “digno ciudadano Capitán General d. Ramón Freire”; “el eco de los héroes de la independencia, que desde sus sepulcros les invitan a favor de la libertad”; “Gran Carta Constitucional”.

Ao mesmo tempo, os *pelucones* levantam a acusação de que os populares usam vilmente a imprensa, publicando “sujos papéis” para ganhar o favor da população<sup>24</sup>. Dois dias depois surge uma resposta assinada, jocosamente, por “O amigo dos animais”:

“[...] querer se aproveitar dos despojos de uma Pátria, que procuram arruinar [...] não perdoar meio algum para satisfazer o abominável ódio que nutrem contra pessoas que não lhes fizeram outro mal que sustentar as liberdades públicas, e pretender que seja um delito não sofrer em silêncio e não lhes deixar exclusivamente o uso da imprensa, que tanto degradam e degradaram, pode não ser efeito da loucura?”<sup>25</sup>

No último panfleto da série, a resposta é dada pelos *pelucones* em 29 de novembro, que se dirigem “Aos habitantes de Santiago” denominados como “Concidadãos”, uma interessante alusão direta à categoria de cidadania baseada na soberania popular:

“Hoje não há mais governo, nem mais autoridade, que a do povo.  
Compatriotas. Vamos exercê-la com toda energia. Decidamos antes sermos sacrificados do que consentirmos com nosso silêncio em

sermos humilhados por um punhado de vis. Um cidadão”<sup>26</sup>.

Apesar de se tratar de uma disputa pанfletária entre grupos caracterizados a essas alturas por um partidarismo exacerbado, observamos como para os dois lados a cidadania é o horizonte legítimo de referência política, usado tanto para designar os líderes militares da contenda (o “digno cidadão capitão general d. Ramón Freire”) como o povo ao qual se chama para a luta: os “concidadãos”. A categoria se sobrepõe ao chamado às armas, aos compatriotas, às denominações nacionais como chilenos e peruanos, impondo-se, tal como deixa clara a assinatura do último panfleto, o peso civil e político que outorga poder assinar como um indivíduo – cidadão.

## CATECISMOS: DE HOMENS LIVRES A PATRIOTAS-CIDADÃOS

Os catecismos foram textos didáticos que utilizaram o método de perguntas e respostas para instruir, de maneira simples, uma população majoritariamente analfabeta sobre temas de ordem religiosa ou política. Embora alguns catecismos cristãos tenham circulado na América desde o século XVI, foi somente no cenário de fratura da ordem monárquica que um número considerável de textos pedagógicos se popularizou. Rafael

24 No original: “sucios papeles”.

25 No original: “El amigo de los animales”; “querer aprovecharse de los despojos de una Patria, que procuran arruinar [...] no perdonar medio alguno para satisfacer el abominable odio que abrigan contra personas que no les han hecho otro mal que sostener las libertades públicas, y pretender que sea un delito no sufrir en silencio, y no dejarles exclusivamente el uso de la imprenta, que tanto degradan, y han degradado ¿Puede no ser efecto de la locura?”.

26 No original: “A los habitantes de Santiago”; “Conciudadanos”; “Hoy no hay más gobierno, ni más autoridad, que la del pueblo. Compatriotas. Vamos a ejercerla con toda energía. Decidámonos a ser sacrificados antes que consentir con nuestro silencio en que se nos humille por un puñado de viles. Un ciudadano”.

Sagredo analisou em profundidade o papel histórico dos catecismos americanos durante os anos anteriores e posteriores ao período revolucionário. O autor assinala, em síntese, que seu uso buscou expor às pessoas comuns o conjunto de ideias que sustentavam a Revolução Independentista, bem como suas causas, fontes de poder, direitos dos homens livres, tipos de governo, centralidade da religião, princípios da ilustração, importância da educação e da cultura em momentos de crise, como foi o vivido pela América hispânica a partir de 1810 (Sagredo, 2009, p. 17).

Para além de sua função como artefatos difusores de conteúdos políticos, em termos ideológicos os catecismos apontaram, nas palavras de Nydia Ruiz (1997, p. 145), à “unificação da cultura política da população”<sup>27</sup>, tradição transmitida pelo Estado absolutista e atualizada na gesta de emancipação. Os catecismos transmitiram, por meio da linguagem filosófica e doutrinária disponível no momento em que foram produzidos, os conceitos e atores que davam conteúdo ao processo fundacional, assumindo um papel importante como mediadores na transferência de ideias que pretendiam congregar a sociedade. Desse modo, esse formato de comunicação contribuiu para o clima de debate e participação em um espaço crítico de opinião sobre o estabelecimento de outra forma de governo, respondendo ao que José Carlos Chiaramonte (2004, p. 64) considera “o maior problema que enfrentavam os líderes dos movimentos de independên-

cia hispano-americanos”, como o foi “a urgência de substituir a legitimidade da monarquia castelhana”<sup>28</sup>.

Embora nem todos os catecismos que circularam na América durante o processo das independências se ajustem aos mesmos propósitos, há alguns elementos de confluência, especialmente entre os sul-americanos – Rio da Prata, Alto Peru, Chile –, relativos à forma em que se estava pensando o exercício da soberania, a primazia da ideia de liberdade, o protagonismo do povo e a melhor forma de governo a se adotar.

Abordaremos aqui dois catecismos chilenos que se destacaram no cenário de crise do Estado monárquico: o *Catecismo político y cristiano dispuesto para la instrucción de la juventud de los pueblos libres de la América meridional*, de José Amador de la Patria (1810), e *El catecismo de los patriotas*, de Camilo Henríquez (1813). O primeiro é um texto que circulou como manuscrito nos momentos prévios à formação da Junta de Gobierno no Chile, acontecimento fundacional do qual foi promotor. José Amador de la Patria foi o pseudônimo de um autor não identificado, sobre o qual se tem especulado profusamente, dada a erudição de sua escrita e o nível de sua formação política. Por sua vez, o catecismo escrito por Camilo Henríquez responde a uma fase na qual o processo independentista já estava mais avançado, o que lhe permitiu transitar desde a reação primeira, diante do vazio de poder, à discussão sobre os alcances da liberdade e da igualdade. Cabe destacar

27 No original: “*unificación de la cultura política de la población*”.

28 No original: “*el mayor problema que enfrentaban los líderes de los movimientos de independencia hispanoamericanos*”; “*la urgencia de sustituir la legitimidad de la monarquía castellana*”.

que Henríquez foi um reconhecido intelectual, letrado, sacerdote e ativo partidário da gesta revolucionária chilena e americana. Manifestou seu compromisso em múltiplos jornais dos quais foi editor. De fato, o catecismo que nos interessa e que registra sua assinatura apareceu publicado em *El Monitor Americano* como contribuição à opinião crítica sobre o exercício da liberdade, especialmente no âmbito da imprensa (Espindola, 1970, p. 18).

Ambos os textos respondem à doutrina cristã e dão conta dos usos políticos do discurso religioso. Destacam o governo divino como origem da soberania e como justificação de sua restituição ao povo. As noções de liberdade e igualdade primitiva nas quais os seres humanos foram criados emergem como argumento central para se contrapor à possibilidade de submissão a um regime ilegítimo que usurpe a soberania. Nessa linha, os textos aludidos proclamaram o republicanismo como a melhor forma de governo, na medida em que foi considerado como o modelo que mais favorecia a felicidade e o bem-estar comum da pátria, entendida esta última como a América livre do jugo colonial.

O cidadão nos catecismos chilenos se vislumbra como o homem livre que surge junto com a pátria, ou seja, emerge do seio da comunidade independente que congrega o povo soberano (Sagredo, 1994). No *Catecismo político y cristiano*, de 1810, a palavra “cidadão” se encontra ainda distante do sentido moderno do termo, evocando de fato a quem, tomando distância do vassalo, escolhe lutar por sua liberdade e atuar em união, evitando assim o destino de escravidão que prenunciava o avanço das tropas francesas. A união como condição de liber-

dade se traduz no chamado aos “chilenos todos”, habitantes do interior e da capital, mas também aos americanos como coletivo de patriotas que, no seu conjunto, formavam o povo soberano. Ainda que a indefinição da palavra “cidadão” seja evidente no texto de José Amador de la Patria, o autor não é alheio ao vínculo filosófico entre cidadania e o cânone dos direitos naturais, os quais deviam ser amparados por uma Constituição que operasse como regente do povo, mesmo no caso em que o rei Fernando VII voltasse a reinar na América.

No *Catecismo de los patriotas* de Camilo Henríquez, a noção de cidadão emerge com mais claridade para se remeter aos que, lutando contra a tirania e sendo portadores dos direitos fundamentais da liberdade e da soberania, atuam sob a norma do bem superior da pátria. O autor vincula a noção de patriota, “o amigo da América e da liberdade”, com a de cidadão, como aquele que “participa da felicidade e da glória da pátria”<sup>29</sup>. O bem da pátria será a felicidade do cidadão na medida em que um bom governo – que administre justiça, educação, preocupe-se com a indústria e com a ocupação de todos, oferecendo segurança e tranquilidade – fomenta o orgulho de pertencer à dita comunidade.

O catecismo de 1813 projeta a liberdade, atributo consubstancial ao cidadão, em duas dimensões: a liberdade nacional, que é a independência, e a liberdade civil, que consiste em que “a lei seja igual para todos” e que todos “sejam iguais diante da lei”. Acrescenta, sobre esse ponto, que “a

---

<sup>29</sup> No original: “el amigo de América y de la libertad”; “participa de la felicidad y la gloria de la patria”.

liberdade civil é a observância dos direitos do cidadão”, enquanto a “liberdade nacional é a observância dos direitos do homem”. O cidadão foi considerado, nesse marco interpretativo, como a base fundamental do pacto social que asseguraria a soberania popular. O povo integrado pelos cidadãos-patriotas tinha, então, o direito a revogar o poder dado a seus líderes, assim como também a norma jurídica que os regia por meio da Constituição. Além de direitos, o cidadão tinha deveres que representavam o mandato do que todo patriota devia ter em seu coração: “o triunfo da lei, a saúde pública, a liberdade, a prosperidade, e a glória de sua pátria”<sup>30</sup>.

Como figuras antagonistas do cidadão-patriota, em contraposição aos fundamentos da liberdade e da soberania, surgem nesses catecismos as forças usurpadoras, despotas e tirânicas representadas pelos funcionários metropolitanos da monarquia espanhola e pelo próprio Napoleão. Essa dicotomia termina por se centrar na atuação dos europeus que davam corpo à burocracia imperial *versus* os americanos que sofriam a permanente ameaça de repressão por se oporem à dependência. O *Catecismo político y cristiano* assinala sobre esse aspecto:

“Gobernadores europeos, tiranos opresores, bárbaros desumanos, tremei! [...]. Vós, crueis usurpadores da autoridade do povo,

derramastes nos patíbulos o sangue ilustre daqueles dignos cidadãos que reclamavam a liberdade da pátria com uma moderação desconhecida entre vós; e para acrescentar o insulto à tirania, fizestes correr como um triunfo as listas ensanguentadas daquelas vítimas do patriotismo”<sup>31</sup>.

Desde uma ética civilizatória que convergia com as preocupações da sociedade *criolla* pela liberdade de comércio e pelo crescimento da indústria, o *Catecismo de los patriotas* assinala que com horror era necessário encarar, como inimigos do sentimento patriótico,

“aos que podendo trabalhar preferem a vergonha da mendicidade, ou a do engano [...] Aos que se dão à embriaguez e ao jogo. Aos que consomem na libertinagem o fruto de seu trabalho [...] Aos que não respeitam os costumes e a censura pública [...] Enfim, aos que perturbam a quietude e a harmonia do Estado”<sup>32</sup>.

Camilo Henríquez retoma, na linha de José Amador de la Patria, a crítica ao sistema colonial por seu fomento à ignorância,

31 No original: “*Gobernadores europeos, tiranos opresores, bárbaros inhumanos, temblad!* [...] *Vosotros, crueles usurpadores de la autoridad del pueblo, habéis derramado en los cadalso la sangre ilustre de aquellos dignos ciudadanos que reclamaban la libertad de la patria con una moderación desconocida entre vosotros; y para añadir el insulto a la tiranía, habéis hecho correr como un triunfo las listas ensangrentadas de aquellas víctimas del patriotismo*”.

32 No original: “*los que pudiendo trabajar prefieren la vergüenza de la mendicidad, o la del engaño [...] A los que se dan a la embriaguez y al juego. A los que consumen en el libertinaje el fruto de su trabajo [...] A los que no respetan las costumbres y la censura pública [...] En fin, a los que perturban la quietud y la armonía del Estado*”.

30 No original: “*la ley sea igual para todos*”; “*sean igual delante de la ley*”; “*la libertad civil es la observancia de los derechos del ciudadano*”; “*libertad nacional es la observancia de los derechos del hombre*”; “*el triunfo de la ley, la salud pública, la libertad, la prosperidad, y la gloria de su patria*”.

ao impedir a existência da imprensa livre na América, em uma tentativa de naturalizar a ideia de que a opressão era o “estado natural do homem”<sup>33</sup>. A perpetuação da ignorância havia repercutido no atraso do processo de educação política do povo. Em contrapartida, o projeto educativo para com os novos patriotas-cidadãos buscava reduzir o estancamento espiritual e cultural imposto pelo regime monárquico, contrário ao princípio civilizatório do cristianismo. Tudo isso, seguindo o contexto do argumento referido, com o objetivo espúrio de manter o povo americano escravizado.

## CONCLUSÃO

A cidadania como problema político e a emergência do cidadão como ator no cenário de crise de legitimidade, que afetava o que havia sido referência hegemônica de autoridade por mais de três séculos, são temáticas que, longe de se visibilizarem de maneira clara e coerente nos textos da independência chilena, surgem fragmentariamente, adquirindo forma em relação aos desafios que os acontecimentos impunham a curto e a longo prazo. Estava claro, e assim o manifestaram os líderes revolucionários, que a emancipação não seria alcançada unicamente por meio das armas. Era necessário convocar o povo, criar instâncias de representação popular e, para isso, buscou-se a forma de convocar um novo sujeito que pudesse se reconhecer na confluência de atributos do Antigo Regime e da modernidade, fazendo sua a pátria que nascia com a independência, transformando-

-se em credor dos direitos naturais e, acima de tudo, em defensor da soberania.

Observamos como os panfletos configuraram modos de comunidade e de individualidade ao perfilar grupos sociais, como os mil pobres, ou grêmios, como os artesãos, sendo em sua maioria coletivos anônimos que, em sua autodenominação, estabelecem pautas e posicionamentos político-ideológicos. Sob essas denominações também se estabelecem categorias estamentais diferenciadas, por exemplo, entre cidadãos e religiosos. Para isso, apela-se à Constituição e às leis que dão sustento e amparam essa nova cidadania que tanto se delineou nos impressos como se encarnou nos corpos.

Por sua vez, os catecismos citados conjugaram os conceitos-chave do léxico político de sua época para simbolizar uma crítica à condição de dependência e submissão em que se encontravam os povos americanos, respaldando com isso o processo autonomista no Chile de mãos dadas a uma espécie de nova evangelização do homem livre transformado em patriota-cidadão.

Ambos os formatos, classificados na categoria de gêneros menores, dão conta da expressão e da transmissão de ideias políticas contingentes e relevantes, opiniões constituintes e fundacionais da república e do devir do projeto nacional. Além disso, revelam-se as formas flexíveis às quais apelou a categoria de cidadão e o trânsito de uma cidadania mais ativa, observada nos panfletos, à cidadania mais passiva do patriota-cidadão dos catecismos. Assim, a importância desses textos, dada por seu conteúdo e presença no debate público, confirma sua riqueza como fonte e interpela desde a análise histórica os estritos parâmetros que delimitam o cânone letrado oitocentista.

---

33 No original: “*estado natural del hombre*”.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, P. (ed.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2004.
- AMUNÁTEGUI SOLAR, D. *Pipiolos y pelucones*. Santiago, Imprenta y litografía Universo, 1939.
- ARAYA ESPINOZA, A. N. "Imaginario sociopolítico e impresos modernos: de la plebe al pueblo en proclamas, panfletos y folletos. Chile 1812-1823". *Fronteras de la Historia*, vol. 16/2, 2011, pp. 297-326.
- ARAYA ESPINOZA, A. N.; VEGA, A. "Espacio, sociedad, escritos y escritura en el Chile colonial", in G. Rojo; C. Arcos; S. Massmann (eds.). *Historia crítica de la literatura chilena: Volumen I. La era colonial*. Santiago de Chile, LOM, 2018.
- CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILLE, M. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-23)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- CHARTIER, R. *El presente del pasado. Escritura de la historia, historia de lo escrito*. México D.F., Universidad Iberoamericana, 2005.
- CHIARAMONTE, J. C. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en los tiempos de las independencias*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2004.
- CID, G. *Pensar la revolución. Historia intelectual de la independencia chilena*. Santiago, Ediciones Universidad Diego Portales, 2019.
- DESRAMÉ, C. "La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa (1808-1833)", in F.-X. Guerra; A. Lempérière. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998.
- ESPINDOLA, W. H. *El catecismo político-cristiano. Las ideas y la época*. Santiago, Editorial Andrés Bello, 1970.
- GÓMEZ ALCORTA, A.; OCARANZA BOSIO, F. J. "Referencias biográficas de Bernardo O'Higgins Riquelme", in A. Gómez, F. Alfredo y Ocaranza (eds.). *Epistolario general de Bernardo O'Higgins. Tomo I*. Santiago de Chile, UBO Ediciones, 2017, pp. 21-48.
- GOMIS, J. *Menudencias de imprenta. Producción y circulación de la literatura popular en la Valencia del siglo XVIII*. Tesis de doctorado. Valencia, Universidad de Valencia, 2010.
- GONZÁLEZ STEPHAN, B. "Cuerpos de la nación: cartografías disciplinarias", 1999. Disponível em: [http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/3213/2/anales\\_2\\_gonzalez.pdf](http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/3213/2/anales_2_gonzalez.pdf).
- GUERRA, F.-X. "De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía", in F.-X. Guerra et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998.
- GUERRA, F.-X. et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998.
- HÉBRARD, V. "Patrício o soldado: ¿qué 'uniforme' para el ciudadano? El hombre en armas en la constitución de la nación (Venezuela, 1a mitad del siglo XIX)". *Revista de Indias*, 62.225, 2002, pp. 429-62.
- HENRÍQUEZ, C. "Catecismo de los patriotas", in R. Silva Castro. *Escritos políticos de Camilo Henríquez*. Santiago, Universidad de Chile, 1960.

- JOSÉ Amador de la Patria. *Catecismo político y cristiano dispuesto para la instrucción de la juventud de los pueblos libres de la América meridional.* (c.) 1810.
- LOAIZA CANO, G. *El lenguaje político de la república. Aproximación a una historia comparada de la prensa y la opinión pública en la América española, 1767-1830.* Medellín, Universidad Nacional de Colombia, 2020.
- PALTI, E. J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado.* Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2007.
- POBLETE, J. *Literatura chilena del siglo XIX: entre públicos lectores y figuras autoriales.* Santiago, Ed. Cuarto Propio, 2003.
- RUIZ, N. "Los catecismos políticos liberales en la creación de la cultura política republicana. *Politeia*, n. 20, 1997, pp.143-58.
- SÁBATO, H. (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina.* México, Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SAGREDO, R. "Actores políticos en los catecismos patriotas americanos. 1810-1821". *Historia*, vol. 28, 1994, pp. 273-98.
- SAGREDO, R. *De la colonia a la república. Los catecismos americanos, 1811-1827.* España, Fundación Mapfre y Ediciones Doce Calles, 2009.
- VILLAR, M. del. "Comentario a la edición". *Aurora de Chile*, 1982.



# O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921)

*Rafael Dias Scarelli*



## resumo

Na Guerra de Independência peruana atuaram dois dos principais líderes militares sul-americanos do momento: os generais Simón Bolívar e José de San Martín. Enquanto San Martín proclamou a independência em 28 de julho de 1821, coube ao exército de Bolívar alcançar a vitória final contra as forças espanholas apenas três anos depois. Este artigo se propõe a examinar o lugar reservado a esses dois heróis nas narrativas construídas sobre a emancipação peruana ao longo do primeiro século da história republicana do país, partindo da análise de obras artísticas – especialmente, pinturas e esculturas – resultantes de encomendas oficiais.

---

**Palavras-chave:** Peru; Simón Bolívar; José de San Martín.

## abstract

*In the Peruvian War of Independence took part two of the main South American military leaders of the moment: Generals Simón Bolívar and José de San Martín. While San Martín proclaimed the independence on July 28, 1821, it was the Bolívar's army that achieved the final victory against the Spanish forces just three years later. This article aims to analyze the place reserved for these two heroes in the narratives about the Peruvian political emancipation over the first century of the country's republican history, focusing on artistic works – specially, paintings and sculptures – resulting from official commissions.*

---

**Keywords:** Peru; Simón Bolívar; José de San Martín.

# A

ilustração na página seguinte (Figura 1) estampou a capa do jornal peruano *El Comercio*, em sua edição de 28 de julho de 1921, comemorativa ao primeiro Centenário da Independência do país. Nela, vemos frente a frente os dois mais consagrados líderes da luta emancipacionista na América do Sul, os generais Simón Bolívar (1783-1830) e José de San Martín (1778-1850), cujas mãos estão unidas por uma figura alegórica da pátria peruana. Rodeia o grupo central, como que para não deixar dúvidas sobre quem são as

---

Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado do autor, desenvolvida no PPGHS-USP, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – processo n. 2017/05623-7 e processo n. 2018/11586-0 – e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fapesp e da Capes. As citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

figuras representadas, um círculo de flores cujas cores correspondem às bandeiras dos países dos quais provêm cada personagem: a Argentina (azul, branco e azul, flores próximas a San Martín), o Peru (vermelho, branco e vermelho, flores próximas à alegoria da pátria) e a Venezuela (amarelo, azul e vermelho, flores próximas a Bolívar). Ao fundo, e gravado no vestido da mulher ao centro, brilha um majestoso sol, elemento recorrente nas representações da nação peruana por sua vinculação ao mundo pré-hispânico. Na parte inferior da composição, sobrepostos de forma harmoniosa, estão os escudos nacionais do Peru e da Espanha, acompanhados pelas bandeiras de cada país<sup>1</sup>.

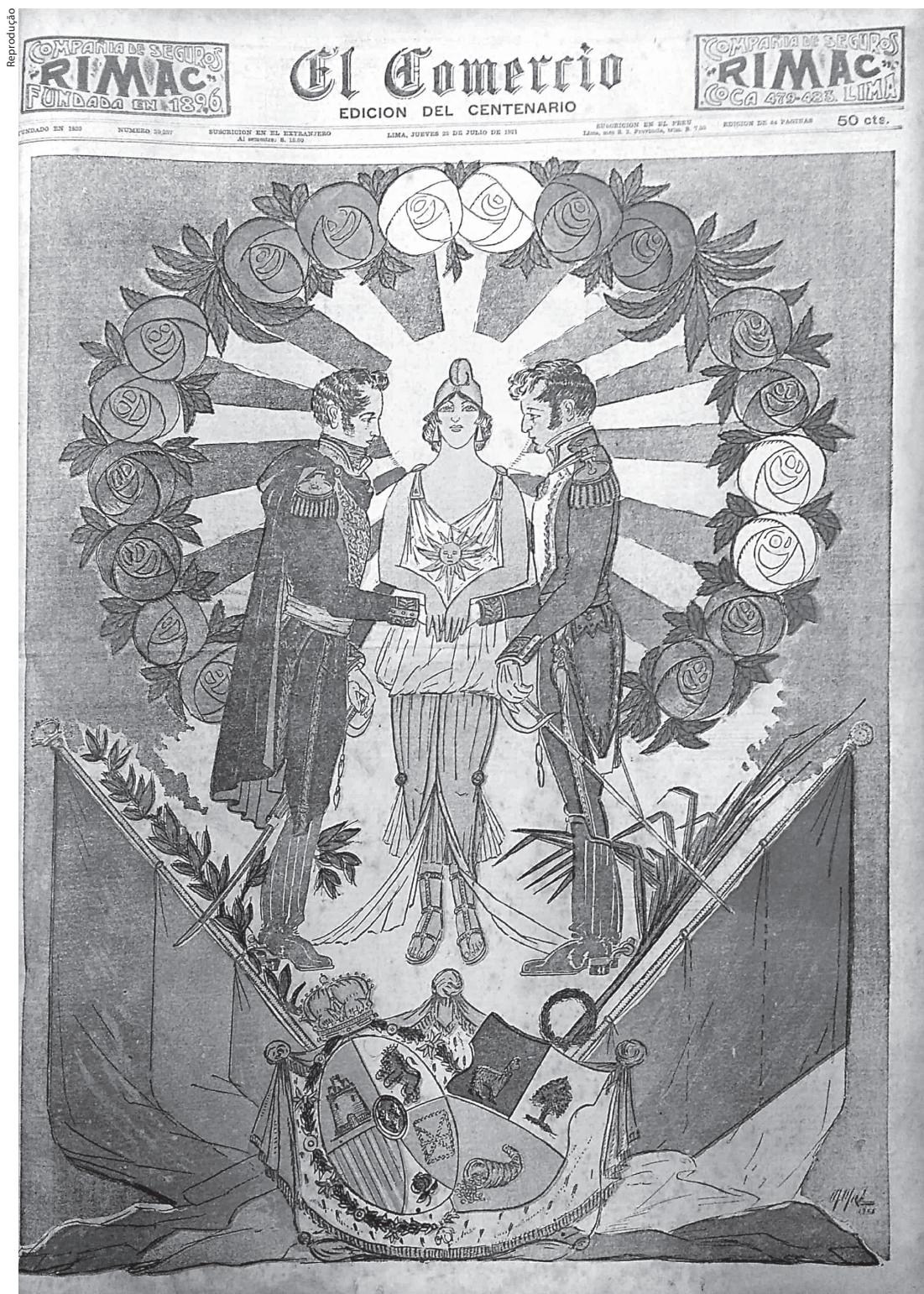
---

1 A representação do escudo da Espanha, bem como o texto publicado nesta edição do jornal, que tece muitos elogios à antiga metrópole, justifica-se nos marcos do hispanismo vigente no Peru àquele período.

---

**RAFAEL DIAS SCARELLI** é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fapesp (processo n. 2020/05096-0).

FIGURA 1



*El Comercio*, 28 de julho de 1921, p. 1

A presença de Bolívar e San Martín nessa imagem, personagens vinculados aos dois principais focos da luta independentista na região meridional da América Espanhola nas primeiras décadas do século XIX, os vice-reinos do Rio da Prata e de Nova Granada, explica-se pelo fato de que os dois chefes militares e seus exércitos convergiram para o território do então vice-reino do Peru, atuando na independência deste país e, portanto, compartilhando a condição de libertadores da pátria peruana, representada entre eles. Contudo, a despeito do espírito de união e fraternidade que a imagem nos transmite, os dois personagens não lutaram lado a lado no Peru, nem tiveram uma plena convergência ideológica a respeito de qual deveria ser o caminho das nações após a emancipação do domínio colonial. Ao contrário, após o verdadeiro encontro presencial entre os dois, a conferência ocorrida em Guayaquil em julho de 1822, San Martín se retirou de cena, abrindo caminho para Bolívar e seu exército assumirem a condução da guerra no Peru.

Este artigo se propõe a analisar o lugar reservado aos dois heróis na narrativa histórica que se forjou da independência peruana, ao longo do primeiro século de vida independente do país, elegendo como terreno privilegiado de análise o universo das produções artísticas resultantes de encomendas oficiais, no âmbito da pintura de história e da escultura pública. Para isso, partiremos de uma reflexão sobre a atuação de San Martín e Bolívar no Peru, suas perspectivas doutrinárias, para podermos avançar na compreensão dos usos políticos que deles se fizeram posteriormente no país andino, atentos às constantes revisões que se processaram, pelos interesses políticos do momento.

## GUERRA DE PRÓCERES

Como assinala Mónica Quijada (1994, pp. 15-52), ao longo do século XIX, os países hispano-americanos buscaram configurar um panteão de heróis nacionais que fosse capaz de encarnar as glórias da nação, elemento importante para construção dos novos imaginários nacionais. Buscava-se, nesse sentido, não apenas diferenciar a nação em face à antiga metrópole espanhola, mas também afirmar sua singularidade em relação aos vizinhos americanos. Segundo a autora, porém, esse processo não esteve livre de conflitos e muitas vezes instaurou uma “guerra de próceres” (Quijada, 1994, p. 36), uma vez que esses novos panteões não seriam nem absolutamente coesos – reunindo personagens que haviam assumido em vida ações políticas contrapostas, como Agustín de Iturbide e Miguel Hidalgo no México –, nem exclusivamente nacionais – no caso dos heróis compartilhados por diferentes países, como Bolívar. De fato, não foram poucos os dilemas enfrentados, sobretudo quando, ao longo da primeira metade do século XIX, não haviam se estabelecido amplos consensos em torno da memória nacional em cada um desses países. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2012) recorda que, logo nos primeiros anos pós-emancipação política do México, instalou-se na praça central da sua capital a base para uma estátua, o “Anjo da Independência”. O monumento não foi construído, permanecendo, porém, a sua base na praça, que terminou sendo conhecida como *Zócalo*, “rodapé” em espanhol. Conclui o autor: “a razão para que nunca fosse construído seria a falta de resposta para a questão: *quem eram os*

heróis a serem celebrados?” (Fernandes, 2012, p. 179, grifos nossos).

Em Lima, podemos vislumbrar esse mesmo dilema quando a municipalidade aprovou uma reforma que alterou, de uma só vez, o nome de todas as ruas da capital peruana, em 1861. A partir dessa nova nomenclatura, os *regidores* municipais buscaram abolir a antiga toponímia de caráter espontâneo-popular então vigente na cidade, baseada em referenciais de localização espacial presentes na própria rua. Para além disso, buscou-se substituir a designação por *cuadras*, adotando-se topônimos que se aplicassem à extensão linear da via. No entanto, como analisou Gabriel Ramón Joffré (1997), ao invés de substituí-los por nomes que fizessem referência a personagens e acontecimentos memoráveis da história nacional, optou-se por uma nomenclatura de caráter geográfico, batizando-se as ruas da cidade com os nomes das unidades políticas (departamentos e províncias) e dos principais rios do país. Para além de se evitar um compromisso com um passado ainda presente, uma vez que permaneciam governando o Peru figuras ligadas aos conflitos travados nos primórdios da era republicana, reflete o autor: “[...] em qualquer caso, a quem escolher? De 355 *cuadras* tinham-se simplificado a 89 ruas, não obstante continuava sendo uma cifra bastante elevada em relação ao número de ‘batalhas vencidas’ ou a ‘fatos heroicos estatalmente consagrados’” (Ramón, 1997, pp. 86-7)<sup>2</sup>.

De fato, o terreno movediço em que atuaram os protagonistas das lutas de inde-

pendência no Peru engendrou personagens de trajetória complexa, a exemplo de José Bernardo de Tagle, marquês de Torre Tagle. Conforme Víctor Peralta Ruiz (2013, pp. 41-94), na condição de presidente da intendência de Trujillo, no norte do vice-reino, Torre Tagle proclamou a independência em 29 de dezembro de 1820, antes mesmo da proclamação de San Martín em Lima. Ele ainda se tornaria presidente do país após a saída do *Protector*, em setembro de 1822, em meio à guerra com as forças realistas. Entretanto, esse expoente da aristocracia *criolla* limenha terminaria seus dias na Fortaleza Real Felipe del Callao ao lado dos realistas, entre os quais foi buscar asilo depois de ser destituído da presidência pelo Congresso. Morreu vítima de escorbuto em setembro de 1825, pouco antes da rendição da fortaleza.

San Martín e Bolívar não escaparam a essas tensões. A passagem de cada um deles pelo Peru envolveu conflitos e disputas, que, uma vez ultrapassados, foram eclipsados ou sublinhados nas narrativas sobre a história nacional, a depender do momento político e dos enunciadores desses discursos. A seguir, buscaremos mapear essas tensões a partir de uma breve recapitulação da participação dos dois na emancipação peruana.

## SAN MARTÍN E BOLÍVAR NA INDEPENDÊNCIA DO PERU

Após a invasão francesa da Espanha e a deposição do rei Fernando VII, em 1808, não se formou em Lima nenhuma *Junta de Gobierno* que pudesse desafiar a autoridade do vice-rei Fernando de Abas-

2 Abordei esse tema, por outra perspectiva, em: Scarelli (2018).

cal e se tornar posteriormente um núcleo articulador da emancipação peruana, a exemplo do que acontecia em outras porções da América Espanhola – ainda que essas *Juntas* afirmassem, em um primeiro momento, sua lealdade ao rei cativo. O vice-reino do Peru, ao contrário, converteu-se em um verdadeiro bastião de resistência absolutista ao movimento autonomista que ganhava corpo na região, reprimindo militarmente essas iniciativas ao seu redor. Conforme Peralta Ruiz (2013, pp. 41-94), Abascal enviou expedições militares que conseguiram sufocar *Juntas* surgidas em regiões como La Paz (1809), Quito (1809) e Santiago, pondo fim à experiência autonomista chilena conhecida como *Patria Vieja* (1814). Por outro lado, após a destituição do vice-rei do Rio da Prata, Hidalgo de Cisneros, pelo *cabildo abierto* de Buenos Aires em maio de 1810, seguida da formação de uma *Junta de Gobierno*, Abascal promoveu a anexação ao Peru das províncias da audiência de Charcas, na região do Alto Peru, que até então estavam sob o controle de Buenos Aires. Graças à atuação de seus chefes militares José Manuel de Goyeneche e Joaquín de la Pezuela, conseguiu repelir ao fim todas as expedições militares enviadas pelos insurgentes rio-platenses para recuperar a região. Apoiado em milícias realistas e no seu exército, Abascal logrou debelar focos de mobilização autonomista no interior dos seus domínios, como as rebeliões em Tacna (1811), em Huánuco (1812) e em Cusco (1814), esta última, conduzida pelos irmãos *criollos* Angulo e pelo cacique Pumacahua, considerada o mais importante levantamento político contra o vice-rei por sua ampla projeção geográfica. Levando em conta esses aspectos, compre-

endemos por que os dois principais focos de luta contra a monarquia hispânica na América do Sul convergiram para o Peru no início da década de 1820: as independências na região não se consolidariam enquanto existisse um núcleo articulador da resistência realista.

Para Peralta Ruiz, o que explica o sucesso de Abascal foi a sua sintonia com as aspirações das elites peruanas, ao se mostrar capaz de oferecer uma salvaguarda militar frente à ameaça de desordem social e de conflito étnico com as populações indígena e negra do vice-reino. Nesse sentido, assombrava os *criollos* e peninsulares a memória da recente rebelião contra a opressão colonial liderada pelo *curaca* indígena José Gabriel Condorcanqui, conhecido como Túpac Amaru II, ocorrida em 1780 (Soares & Colombo, 1999). Por outro lado, as intervenções militares bem-sucedidas em Quito e no Chile e a anexação da região do Alto Peru – onde se concentravam as minas de prata –, que antes pertencera ao vice-reino, mas fora transferida para o Rio da Prata no século anterior, mobilizaram a ambição dos limenhos por um “renascimento peruano na América meridional” (Peralta, 2013, pp. 41-94). Projetava-se, assim, uma recuperação da importância política e econômica de Lima e do Peru dentro da monarquia hispânica, abalada desde a segunda metade do século XVIII pelas Reformas Bourbônicas.

Após as fracassadas tentativas de Buenos Aires de incursionar por terra pelo Alto Peru, seria pelo mar que um exército oriundo do Rio da Prata alcançaria o vice-reino do Peru, comandado pelo experiente general José de San Martín, que já havia combatido na Península Ibérica

contra as tropas napoleônicas. Antes de desembarcar em Paracas, em setembro de 1820, o exército rio-platense havia cruzado a Cordilheira dos Andes e atuado na libertação do Chile, selada na Batalha de Maipú, em abril de 1818. Após algumas conferências entre San Martín e o novo vice-rei, José de la Serna, nas quais se tentou uma saída pacífica para o conflito, o vice-rei decidiu reunir seu exército e abandonar Lima, transferindo sua capital para Cusco, antiga capital inca incrustada na cordilheira andina. Para Marcos Cueto e Carlos Contreras (2013, p. 54), essa decisão aparentemente contraditória se justificaria pela compreensão de que era na região andina onde se concentravam a maioria da população do vice-reino e as importantes minas de prata. Desse modo, o teatro de operações militares seria transferido para a *sierra* peruana, estendendo-se pelos próximos três anos.

Com o caminho livre, as forças de San Martín puderam facilmente entrar em Lima, em cuja praça principal o general rio-platense proclamou a independência do Peru, em 28 de julho de 1821. Entre suas primeiras iniciativas, estiveram a decretação da lei do ventre-livre, que previa a liberdade dos filhos de escravos nascidos após aquela data, a libertação dos escravos que se somassem ao exército libertador e a abolição do tributo indígena – este último, no entanto, seria constantemente abolido e restaurado ao longo da história peruana. Contudo, a atuação de San Martín, convertido em *Protector del Perú*, ao longo do ano seguinte até abandonar o país em setembro de 1822, abriu espaço para questionamentos que, àquela altura, debilitaram os consensos ao redor de sua figura.

Em primeiro lugar, foi objeto de conflito a defesa de San Martín – apoiada por seu assistente, o tucumano Bernardo Monteagudo – da monarquia como alternativa de governo para o Peru independente. Opondo-se a essa ideia, destacou-se José Faustino Sánchez Carrión, em cujos textos, assinados sob o pseudônimo de *Solitario de Sayán*, rebateu o argumento de que a forma de governo a ser escolhida deveria estar adaptada às circunstâncias e aos costumes do povo. Ao final, saiu vitorioso o grupo republicano, uma vez que, logo após instalado o Congresso Constituinte peruano, definiu-se pela república (Contreras & Cueto, 2013, pp. 57-65). Em segundo lugar, causou bastante insatisfação entre as elites limenhas a postura de Monteagudo, que promoveu exílios e desapropriações contra os espanhóis peninsulares em Lima, sendo ele próprio deportado pelos limeños, que se aproveitaram da ausência de San Martín, quando este fora se reunir com Bolívar em Guayaquil. Em terceiro lugar, após um longo período de articulações e confrontos, o exército sanmartiniano não fora capaz de derrotar as forças realistas. Finalmente, em face de sua decisão de abandonar o Peru, entregando seu cargo ao Congresso Constituinte recém-eleito, o que mergulharia o país no caos até a chegada de Bolívar, abrindo espaço para a contraofensiva realista, que chegaria a reocupar Lima. Como demonstra Ana Tissera (2012/2013, pp. 215-24), em artigo que analisa as modificações no *Hino Nacional* peruano, após San Martín sair de cena e suas propostas – como o regime monárquico – não prosperarem, os símbolos por ele criados foram revisados ou abandonados, a exemplo do escudo peruano, cuja

primeira versão continha as bandeiras rio-platense e chilena, substituído em 1825.

Após o fim do *Protectorado de San Martín*, o Congresso Constituinte aceitou todas as condições colocadas por Bolívar para socorrer o Peru, outorgando-lhe poderes ditatoriais para lutar contra os realistas. Tal manobra resultou na suspensão dos artigos da primeira Constituição peruana, sancionada pelo próprio Congresso em 12 de novembro de 1823, que davam bastante poder ao parlamento e limitavam as atribuições do presidente. Àquela altura, Bolívar já havia vencido importantes batalhas contra os realistas, combatendo no antigo vice-reino de Nova Granada, que então começava a se configurar como Grã-Colômbia, reunindo as atuais repúblicas da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. Com o apoio do exército bolivariano, os soldados realistas de La Serna foram derrotados nas batalhas de Junín e Ayacucho, esta última travada em 9 de dezembro de 1824, comandada por Antonio José de Sucre (1795-1830). Selava-se, assim, a independência peruana e sul-americana, ainda que o último posto de resistência espanhola, estabelecido no Forte Real Felipe del Callao, só tenha se rendido em 1826, após uma longa e vã espera por socorro da península.

Por sua vez, a despeito do protagonismo de Bolívar e do exército grã-colombiano na definitiva vitória sobre as forças realistas, sua figura também não gozou de unânime prestígio em Lima. Como pondera Hugo Pereyra Plasencia (2013, pp. 97-151), nos marcos das disputas territoriais que definirão as fronteiras dos Estados-nacionais em formação, que já germinaram no processo de luta pela independência, instaurou-se

uma desconfiança mútua entre o Peru e a Grã-Colômbia, que terminou na guerra entre os dois países entre 1828 e 1829. Bolívar foi, nesse contexto, associado a decisões que prejudicaram as pretensões territoriais peruanas em favor da Grã-Colômbia, a exemplo da posse do Porto Guayaquil. Por outro lado, após o triunfo em Ayacucho, as forças gran-colombianas lideradas por Sucre invadiram o Alto Peru, convocando em seguida uma Assembleia Constituinte em Chuquisaca (atual cidade de Sucre) em 1825, que definiu pela formação de um Estado independente na região, batizado em homenagem ao libertador como Bolívia, a despeito da possibilidade então considerada desse território se somar ao Peru. Para além das disputas territoriais, instalou-se no Peru uma resistência às ideias bolivarianas consideradas autoritárias<sup>3</sup>, plasmadas na chamada *Constitución Vitalicia*, que o general havia esboçado para o novo Estado boliviano e que chegou a entrar em vigor no Peru em dezembro de 1826. Após a saída de Bolívar, eclodiu em Lima uma revolta antibolivariana que determinou a revogação dessa Constituição. Completando a escalada de tensões que antecederam à guerra, o exército peruano, comandado pelo general e futuro presidente Agustín Gamarra, invadiu a vizinha Bolívia em 1828, depôs Sucre, aliado de Bolívar, e expulsou o exército

---

3 Os posicionamentos políticos de Bolívar foram assumindo uma defesa mais pragmática da autoridade, em face da instabilidade política que se instalou durante e após as independências (Peralta, 2013, pp. 41-94). Tal movimento se manifestou em seus textos, nos quais buscou definir os contornos da nova ordem, assumindo a defesa do exercício vitalício de determinados cargos (Bolívar, 1992; Introd. Soriano).

grã-colombiano do território boliviano, por considerá-lo uma potencial ameaça ao Peru em caso de guerra.

O papel desempenhado pelos exércitos de San Martín e Bolívar na emancipação peruana já motivou intensos debates historiográficos. Heraclio Bonilla e José Matos Mar, na Apresentação da obra *La independencia en el Perú*, publicada em 1972, questionando as bases em que havia até então sido interpretada a emancipação peruana pela historiografia “tradicional” de viés nacionalista, afirmaram: “*No caso do Peru, além disso, esta Independência foi concedida e não conquistada. Ou seja, trazida desde fora pelos exércitos de San Martín e de Bolívar*” (Bonilla & Matos Mar, 1972, p. 10, grifos nossos). Bonilla e Karen Spalding desenvolvem essa ideia em um capítulo da mesma obra (Bonilla & Spalding, 1972, pp. 15-16). Por sua vez, John Lynch, em livro dedicado às independências hispano-americanas originalmente publicado em 1973, assim abriu a primeira unidade do seu oitavo capítulo, chamada “Perú, la República mal dispuesta”: “O Peru em 1823 era o problema principal da revolução americana, [...]. Os criollos não haviam se comprometido com nenhuma causa: buscando apenas conservar sua posição, esperavam que ganhasse o mais forte. Os peruanos não produziram um grande libertador” (Lynch, 1976, p. 299, grifos nossos). No mesmo sentido, analisando a *Declaración de Independencia* lançada pelo *cabildo abierto* de Lima em 15 de julho de 1821, que contou com a assinatura de mais de 3 mil moradores da cidade, Timothy Anna (1975, pp. 221-48) publicou um artigo com o sugestivo subtítulo ‘Freedom by Coer-

cion”. Para ele, a população limenha não aderiu verdadeiramente à independência, abraçando-a apenas pela completa falta de alternativas ante a evacuação do vice-rei e a presença do exército de San Martín às portas da cidade.

Scarlett O’Phelan (1985, pp. 155-91), por sua vez, propôs uma mudança de foco. Opondo-se à ideia de que a independência peruana fora concedida “desde fora” – em diálogo com Bonilla e Spalding, seu artigo se intitula “El mito de la independencia concedida” –, argumentou que não devemos generalizar a inatividade de Lima a todo o vice-reino. A autora sublinha que a região sul-andina, que incluía também o Alto Peru, foi um grande foco de mobilização anticolonial, onde os *criollos* tiveram protagonismo atuando ao lado de lideranças indígenas, surgindo ali uma *Junta de Gobierno* antes mesmo da rebelde Buenos Aires. Contudo, a autora reconhece que a definitiva emancipação do vice-reino foi decidida numa etapa posterior, de escala continental.

## SAN MARTÍN E BOLÍVAR NO IMAGINÁRIO NACIONAL PÓS-INDEPENDÊNCIA

San Martín e Bolívar foram objeto de múltiplas representações e homenagens já durante sua estadia no Peru. Ambos, trajando exuberantes uniformes militares, posaram para retratos em diversas ocasiões, entre os quais podemos destacar os do pintor afro-peruano José Gil de Castro, conhecido como “pintor dos libertadores”, por ter retratado homens como Bernardo O’Higgins, Mariano Necochea, além de San

Martín e Bolívar<sup>4</sup>. Em razão da campanha do exército gran-colombiano em Junín e Ayacucho, como analisou Natalia Majluf (2005, pp. 253-327), Simón Bolívar foi também retratado em diferentes obras na região andina, inseridas dentro da tradição iconográfica colonial de representação da sucessão genealógica de incas e monarcas espanhóis, nas quais o libertador aparecia, geralmente, substituindo governantes ibéricos, instaurando-se uma nova legitimidade política<sup>5</sup>. Para receber o libertador em Cusco, o pintor Santiago Juárez elaborou, em 1825, um escudo misturando a representação de símbolos incaicos com os generais patriotas, destacando Bolívar (Majluf, 2005, p. 276).

Por outro lado, surgiram também imagens que associavam o general aos incas não apenas na antiga capital do Tahuantinsuyo, mas também em Lima, alimentadas pelo “incaísmo criollo” dos primeiros anos republicanos, que permitia uma associação simbólica entre a luta pela independência peruana e a resistência indígena contra

a conquista espanhola. Exemplo disso é a gravura de Marcelo Cabello, realizada a partir de uma pintura de Pablo Rojas destinada às festas cívicas em comemoração ao aniversário do libertador, em 1825. Segundo uma descrição da imagem, representaria o inca Viracocha oferecendo o templo do Sol a Bolívar<sup>6</sup>.

Entretanto, segundo Mujica Pinilla (2013, pp. 259-312), apoiando-se em Boulton (1956), essa proliferação de retratos de Bolívar decaiu no Peru após a declaração de guerra contra a Grã-Colômbia, em 1828. As pinturas do libertador foram removidas dos prédios públicos, enquanto as conservadas em coleções particulares tiveram que ser escondidas (Ugarte & Ugarte apud Mujica Pinilla, 2013, pp. 259-312).

Não apenas em pinturas e gravuras os dois heróis foram homenageados. Como assinala Ana Tissera (2012/2013), o hino do Peru é o único que faz menção direta a San Martín, entre as três nações em cuja Guerra de Independência participou, tendo sido composto por José Bernardo Alcedo e José de la Torre Ugarte, estreando no Teatro de Lima em setembro de 1821, após um concurso convocado pelo general<sup>7</sup>. Além disso, foram lançados um decreto e uma lei que determinavam a construção de monumentos aos dois heróis, já durante a sua passagem pelo país: para San Martín, em 1822 (*Disponiendo se levante una columna..., 6 de*

4 Gil de Castro (1785-1837), após inserir-se na pintura em Lima, mudou-se para Santiago, em 1813, já no contexto de mobilização juntista, onde alcançou bastante prestígio, tornando-se depois o retratista de muitas figuras ligadas à Guerra de Independência e ao novo Estado chileno. Retornou para Lima em 1822, seguindo o rastro da expedição de San Martín. Sobre a trajetória desse pintor, ver: Majluf (2014).

5 Majluf (2005, p. 276) destaca, por exemplo, uma pintura de 1825 que, inspirando-se nas estampas de reis incas e espanhóis de Palomino, incorporou Bolívar como sucessor dos incas no lugar que antes caberia a Carlos III. Essa fórmula se repete em um biombo datado de 1837, assinado por Marcos Chillitupa Chávez, no qual há a supressão dos monarcas espanhóis, encerrando-se com uma figura equestre identificada como “Libertador del Perú”. No entanto, por se tratar do contexto da Confederação Peru-Boliviana, pode corresponder a uma representação de Andrés de Santa Cruz e não de Bolívar (Majluf, 2005, p. 283).

6 Marcelo Cabello, *Alegoría del triunfo de Bolívar* (1825), gravura em metal, 27,2 x 20cm, 1825. Museo de Arte de Lima (MALI). Disponível em: <https://cutt.ly/azO4SIN>. Acesso em: 12/7/2021.

7 Trata-se do trecho: “*Por doquier San Martín inflamado/Libertad, libertad, pronunció*”.

julho de 1822), e para Bolívar, em 1825 (*Disponiendo realizar una medalla..., 12 de fevereiro de 1825*)<sup>8</sup>. Os projetos não puderam se consumar àquela altura, em razão da precariedade econômica da nova república e da instabilidade política, sendo escanteados nos anos seguintes após a partida dos libertadores.

Os dois projetos acima mencionados, em 1822 e 1825, previam um monumento a San Martín e a Bolívar no mesmo local da cidade de Lima: a Plaza de la Constitución, antiga Plazuela de la Inquisición. Enquanto o decreto de 1822, assinado por Monteagudo, previa ser ali construída uma coluna ao estilo da Coluna Trajana de Roma, sobre a qual deveria se colocar uma estátua pedestre do *Protector*, a Lei de 1825, aprovada no Congresso e assinada por seu presidente, José Galdiano, determinava a construção de uma estátua equestre para homenagear Bolívar.

Desses dois projetos, apenas o monumento a Bolívar saiu do papel. Durante o governo de José Rufino Echenique (1851-1855), favorecido pela prosperidade econômica alcançada com a exportação do guano<sup>9</sup> a partir da década de 1840, foram encomendados os primeiros projetos de escultura pública para Lima: a estátua equestre de Simón Bolívar, a estátua do navegador Cristóvão Colombo, além de uma série de 12 estátuas alegorizando os signos do zodíaco e seis estátuas representando

deuses gregos para a Alameda de los Descalzos<sup>10</sup>. Em sua mensagem ao Congresso no ano de 1853, o presidente Echenique assim justificou as homenagens a Bolívar e Colombo: “Como um *testemunho de gratidão nacional*, mandei erigir em Lima duas colunas para colocar as estátuas do descobridor do Novo Mundo e do Libertador do Peru” (*Mensaje del Presidente..., 1853*, grifos nossos). Que a estátua de San Martín tenha sido excluída desse primeiro conjunto de obras encomendadas, que reservou um lugar até mesmo para a distante figura de Colombo, é sintomático do lugar não tão estimado que o general rio-platense assumiu na narrativa histórica e no panteão peruano na primeira metade do século XIX. Nesse sentido, a despeito das tensões que envolviam a figura a Bolívar, a memória da sua atuação decisiva na campanha de independência, há pouco concluída, pode ter pesado para o desfecho desses dois projetos.

A estátua de Bolívar (Figura 2), realizada na Península Itálica pelo escultor Adamo Tadolini e fundida em bronze em Munique, foi o primeiro monumento público inaugurado em Lima, no dia 9 de dezembro de 1859, aniversário da Batalha de Ayacucho, em uma cerimônia que contou com a presença de altas autoridades peruanas.

“Terminada a missa de graças, e feitos os disparos pela tropa, dirigiu-se o vice-presidente da República com os ministros, todas as autoridades e corporações e uma imensa multidão até a *Plaza de la Constitución*

8 Devo a Rodolfo Monteverde Sotil (2014) a referência que me levou a esses documentos.

9 Excremento de aves marinhas acumulado por longos períodos no litoral e nas ilhas do Peru, utilizado como fertilizante agrícola, principal artigo de exportação do país entre as décadas de 1840 e 1870.

10 Esses projetos foram estudados por Vifian López (2014).

## FIGURA 2

Reprodução



Estátua de Simón Bolívar, 1860. Colección Elejalde - ELE056,  
Instituto Riva-Agüero, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)

[...]. O vice-presidente entrou no salão do Senado, situado na mesma praça, enquanto as tropas se formavam ao redor da estátua. [...]. A estátua estava completamente coberta com um véu que tinha as cores da bandeira nacional. A um sinal caiu o véu e todas as bandas de música a saudaram com a canção nacional, em meio a aplausos e ao assombro da multidão de presentes que admirava a perfeição da estátua e sua cor dourada. O forte de Santa Catalina a saudou com 21 tiros de canhão” (*El Comercio*, 9 de dezembro de 1859, p. 1).

A estátua de Bolívar serviu também para o governo peruano, na década de 1870, estreitar seus laços com o governo venezuelano de Guzmán Blanco – que, com algu-

mas breves interrupções, esteve no poder entre 1870 e 1888. O mandatário venezuelano solicitou utilizar o mesmo molde da estátua realizada por Tadolini, ainda presente na fundição em Munique, para fundir em bronze uma estátua do libertador destinada a Caracas, cidade natal de Bolívar e que, até aquela época, não contava com um monumento de grande envergadura em sua homenagem<sup>11</sup>. Nessa ocasião, assim escreveu o ministro de

11 Podemos citar aqui a estátua pedestre de Bolívar, realizada por Pietro Tenerani, colocada no Panteón Nacional de Caracas em 1852, similar à obra inaugurada em Bogotá em 1846, do mesmo artista (Bochicchio, 2012, p. 160).

Relações Exteriores da Venezuela a seu par peruano, em 20 de fevereiro de 1873:

“As cordiais relações de amizade que existem entre ambos os países, que aclamaram e aclamam com justo orgulho o imortal Bolívar, Libertador e Pai da pátria, inspiram no Governo da Venezuela a confiança de que o [governo] desta Nação, tão fiel depositária das glórias do Herói, verá com satisfação que o Primeiro Magistrado desta República General Guzmán Blanco pague hoje uma dívida de gratidão com o Ilustre filho de Caracas, com a ereção de uma estátua, e que dará com prazer seu consentimento para que esse monumento seja igual ao erigido pelo patriotismo do povo peruano” (Carta do Ministro..., 20 de fevereiro de 1873).

O governo peruano manifestou, em resposta, satisfação com o pedido, autorizando a utilização do molde, de modo que, hoje, Lima e Caracas possuem estátuas equestres em homenagem a Bolívar bastante parecidas – apenas os relevos do pedestal de uma das obras foram alterados, já que no Peru eles fazem alusão às batalhas de Junín e Ayacucho.

Por sua vez, durante todo o século XIX, nenhum projeto escultórico que homenageasse San Martín teve êxito no Peru, como demonstrou Rodolfo Monteverde Sotil (2014). Após o Decreto de Monteagudo, de 1822, a proposta reapareceu no ano de 1850, impulsionada pelo falecimento do general na França e viabilizada pela presença do marechal Ramón Castilla na presidência, ex-companheiro e então ainda ativo correspondente epistolar do herói. Entretanto, seu sucessor, Echenique, não

deu continuidade ao projeto, encomendando as já mencionadas estátuas de Bolívar e Colombo. Quando Castilla voltou a ocupar a cadeira presidencial, em 1855, e pôde inaugurar as obras escultóricas idealizadas na gestão anterior, tampouco avançou a homenagem a San Martín. A ideia voltaria à tona na gestão do presidente José Balta (1868-1872), que lançaria um novo decreto em 1869, também malogrado.

Apenas após a Guerra do Pacífico (1879-1883), que opôs o Peru e a Bolívia ao Chile e resultou em amargas perdas territoriais para as duas nações derrotadas, a figura de San Martín conquistaria maior projeção e destaque no país, dividindo espaço com outros personagens ligados ao conflito, como o almirante Miguel Grau e o coronel Francisco Bolognesi. Podemos atribuir essa transformação a três fatores.

Em primeiro lugar, como sublinhou Monteverde Sotil (2017, pp. 663-97) ao analisar o contexto pós-bético em que se construiu o monumento a Bolognesi (1905), houve, da parte das autoridades de Estado peruanas, um grande empenho em estreitar laços com a Argentina, na expectativa de conseguir seu apoio e arbitragem nas disputas fronteiriças que se seguiram à guerra. Nesse esforço, foi convidado de honra para a inauguração da estátua de Bolognesi o argentino Roque Sáenz Peña, que lutara na guerra ao lado dos peruanos. Sua passagem por Lima foi ocasião para diversos discursos que exaltavam a união entre a Argentina e o Peru, desde que San Martín desembarcou em Paracas, a exemplo do presidente José Pardo, ao afirmar ser Sáenz Peña filho de uma nação “nobre amiga do Peru, desde a época gloriosa da independência ame-

ricana, na que San Martín e seus companheiros conquistaram para sempre a gratidão deste país” (*Actualidades*, 18 de novembro de 1905, s/p., grifos nossos). Da parte de Sáenz Peña, também houve um esforço por difundir a imagem do libertador, a exemplo do presente que o coronel argentino deixou ao ministro de Guerra peruano antes de sua partida, uma estatueta em bronze que reproduz a estátua de San Martín em Buenos Aires (Figura 3).

FIGURA 3



Reprodução

Estatueta de San Martín,  
*Actualidades*, 6 de janeiro de 1906

Em segundo lugar, como argumentou Víctor Mejía Ticona (2013, p. 55), a figura de San Martín – especialmente se comparada à de Bolívar – reunia traços valorizados pelas elites civilistas limenhas no poder nas primeiras décadas do século XX, empenhadas em afastar os militares do governo, depois das presidências de Andrés

Cáceres e Remigio Morales Bermúdez e da guerra civil entre Cáceres e Nicolás de Piérola (1894-1895). A atitude de San Martín, convocando eleições e instalando o Congresso Constituinte em meio à luta de independência, para quem entregou seu cargo de *Protector* antes de deixar o país, contrastava com os posicionamentos autoritários de Bolívar, que comandou o Peru na qualidade de “ditador”. Finalmente, como propõe Fernando Villegas Torres (2015, pp. 397-400), durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1921, o governo peruano era ocupado por Augusto Leguía, que procurou deliberadamente associar a figura de San Martín à sua própria imagem e ao seu regime, batizado de *Patria Nueva*, apresentando-se como fundador de uma nova ordem que rompia com a era oligárquica do Partido Civil.

É desse período que datam numerosas homenagens ao libertador rio-platense, como os monumentos em Callao (1901) e Lima (1906 e 1921)<sup>12</sup>. Em 1902, a municipalidade de Lima encomendou ao pintor peruano residente em Roma, Juan Osvaldo Lepiani, a realização de uma pintura que representasse a Proclamação da Independência do Peru na Plaza Mayor. A sugestão partiu da *Sindicatura*, em ofício ao prefeito de Lima em 13 de maio de 1902:

“Lima, 13 de maio de 1902. Sr. Prefeito: Conforme o contrato celebrado pelo Conselho com D. Juan O. Lepiani, dito artista está obrigado a trabalhar na Europa, onde atualmente se encontra, dois quadros de

12 Sobre esses monumentos, ver Monteverde Sotil (2014).

FIGURA 4

Reprodução



Juan Oswaldo Lepiani, *La proclamación de la independencia*, 1904,  
Museo Nacional de Arqueología, Antropología e Historia del Perú (MNAHP)

pintura a óleo, sobre temas nacionais que designará a *Alcaldía*. Em tal virtude, a *Sindicatura* toma a liberdade de insinuar a você que, ao indicar ao artista o tema do próximo quadro, se sirva tomar como motivo o ato de Jura da Independência na Plaza de Lima, pelo Generalíssimo D. José de San Martín” (*Boletín Municipal*, 6 de setembro de 1902, p. 703, grifos nossos).

A obra de Lepiani (Figura 4), datada de 1904, representa o general de costas, portando a bandeira peruana e saudando com a mão direita a grande multidão disposta na praça<sup>13</sup>. Villegas Torres (2015, pp. 388-9), citando Gonzalo Portocarrero (2015), ressalta que essa obra assumiu um caráter icônico

nas representações da Independência, por sua exaustiva representação em textos escolares.

Posteriormente, já no contexto das festas do Centenário, Juan Lepiani representou San Martín em suas conferências com La Serna, na qual o observador é levado a confrontar a figura do libertador, em pé e discursando, com um introspectivo vice-rei, sentado e reflexivo<sup>14</sup>. Nesse período, quem também se destacaria na representação do herói seria o pintor Daniel

13 Sobre essa pintura e o conjunto da obra de Lepiani, ver: Saldaña (2018).

14 Juan O. Lepiani, *La conferencia de Punchauca* (c. 1921), óleo sobre tela, 138 x 249,5cm, MNAHP.

## FIGURA 5

Reprodução



Daniel Hernández, *José de San Martín, libertador del Perú*, 1919,  
Hemiciclo principal do Congresso do Peru

Hernández, nomeado primeiro diretor da Escuela de Bellas Artes limenha em 1919. Nesse mesmo ano, Hernández representou San Martín em um retrato de corpo inteiro, portando chapéu bicorne e uma capa esvoaçante (Figura 5), hoje instalado no hemiciclo do Congresso peruano<sup>15</sup>. Essa

representação de San Martín, estampada em diferentes objetos, teve ampla circu-

15 Essa pintura, bem como outra representando Bolívar, também realizada por Hernández no mesmo período, foram reproduzidas em: *Variedades* (26 de abril de 1919, p. 346).

lação nas comemorações do Centenário, em 1921, a exemplo do relógio de bolso Longines, da empresa G. Welsch y Cía - Lima (Figura 6).

**FIGURA 6**

Reprodução



“En conmemoración del centenario. Relojes ‘Longines’, Mundial, 15 de julho de 1921. Inscrições em relevo. Na frente: *Generalísimo Don José de San Martín*. No verso: 1er. Centenario de la Independencia del Perú - Lima, 28 de julio 1921”

## NOVOS HERÓIS

Um aspecto que de certa forma complicou a construção da memória histórica peruana foi que, em comum, San Martín e Bolívar foram dois heróis nacionais “estrangeiros”, vindos de fora, e que tiveram protagonismo no processo emancipatório do vice-reino, ao lado do também “estrangeiro” Sucre, que comandou a vitória sobre os realistas em Ayacucho. Esse dilema fica manifesto nas

palavras de José Celedonio Urrea<sup>16</sup>, em um livro publicado em 1866, dedicado a narrar os acontecimentos do Combate Dos de Mayo, conflito bélico ocorrido em 2 de maio de 1866 entre as forças peruanas e a esquadra naval espanhola nas praias de Callao. O ataque espanhol, que aconteceu após a ocupação pelos ibéricos das ilhas Chincha, no litoral peruano, foi interpretado no Peru como uma ameaça de recolonização, potencializada pelo não reconhecimento da independência peruana pela ex-metrópole até aquela data. As forças peruanas conseguiram resistir ao ataque, após o qual a esquadra espanhola abandonou o Oceano Pacífico. Porém, morreu no conflito o coronel José Gálvez, secretário de Guerra do Peru, após a explosão da sua base, a Torre de la Merced. O livro de José Celedonio Urrea se enquadrhou dentro de um esforço por afirmar o Combate de Dos de Mayo como uma nova luta pela independência, dessa vez protagonizada por heróis genuinamente “nacionais”, como o coronel Gálvez. Para Urrea, o combate terminou “dando a conhecer ao mundo inteiro que na terra dos filhos do Sol há heróis”. Comparando o Combate de Callao com a Guerra de Independência, Urrea afirmou que “se o 9 de dezembro de 1824 nos deu independência, o 2 de maio de 1866 nos deu respeitabilidade, honra e glória” (Urrea, 1866, pp. III-IV).

Outras figuras, oriundas do Peru e que tiveram destaque nas lutas de independência, como o marechal Ramón Castilla, que combateu na Batalha de Ayacucho, não gozaram

<sup>16</sup> Advogado nascido em Quito, filho de pais limenhos e radicado por longo período na capital peruana (cf. Brito Ramos, 2017, p. 28).

dos amplos consensos necessários para se atingir a condição de herói nacional no século XIX, seja por sua prolongada atuação política – Castilla foi presidente, por duas vezes, até inícios da década de 1860 –, seja pelos constantes embates próprios do cenário político conturbado do país – vale lembrar que Castilla morreu em 1867 enquanto se dirigia a Lima, depois de ter sido exilado no Chile, com o objetivo de organizar uma revolução contra o governo de Mariano Ignacio Prado, de modo que o Congresso peruano vacilou sobre que funerais oferecer ao ex-presidente (Casalino, 2008, pp. 125-33). Tais embates acompanharam esses personagens que, uma vez conquistada a independência, pretenderam seguir atuantes ou disputar o poder. Como lembra Maria Ligia Prado (2014, p. 69), muitos terminaram assassinados, como Bernardo Monteagudo, apunhalado em Lima, e Sucre, emboscado no interior colombiano.

Momento decisivo para a consolidação do panteão peruano foi, porém, a Guerra do Pacífico, conflito no qual morreram importantes oficiais peruanos de alta patente em combate. Como pondera Iván Millones (2002, pp. 28-9), no período posterior à guerra, as datas comemorativas vinculadas à Independência, como o dia 28 de julho, foram ocasião para manifestações cívicas relacionadas à guerra contra o Chile, como a colocação da pedra fundamental do monumento a Bolognesi, em 1902, de modo que a celebração da Independência e dos seus heróis foi relegada a um segundo plano.

Com o passar do tempo, personagens antes incômodos ou pouco consensualmente na sociedade peruana puderam, neutralizados os antigos dissensos, atingir a condição de heroicidade, especialmente em governos

militares. Segundo Millones (2002, pp. 32-3; p. 50; p. 78), esse foi o caso de Castilla, exaltado durante o governo de Manuel Odría (1948-1956), lembrado por ter sido o responsável pela abolição da escravidão e do tributo indígena, considerado um exemplo de estadista no momento em que ao exército interessava sublinhar a compatibilidade entre a carreira militar e o exercício do poder. Outro personagem resgatado no século XX, no âmbito de um discurso histórico nacional que buscava “peruanizar” a independência (Loayza, 2015, pp. 71-2), foi o antes ainda mais incômodo Túpac Amaru II, líder da rebelião indígena em 1780. Como assinalou Gabriela Pellegrino (2000, pp. 125-6), o líder rebelde foi então, junto com o universo indígena de maneira geral, mobilizado como elemento legitimador para as reformas que o governo do general Juan Velasco de Alvarado (1968-1975), à frente do Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada, tentou implantar no Peru. Da década de 1960 data, por exemplo, o pedido de Carlos Valcárcel (1966), presidente do Instituto de Historia de la Educación Peruana e catedrático da Universidad de San Marcos, enviado ao prefeito de Lima solicitando a colocação de uma placa recordatória que marcassem o local onde teria vivido Túpac Amaru II por um período – segundo “documentos do Archivo General de Indias”. Para Valcárcel, a placa deveria trazer a seguinte inscrição: “*Nesta calle de la Concepción residiu, entre 1776 e 1778, o prócer José Gabriel Tupac Amaru, precursor da Independência e primeiro libertador dos escravos em 16 de novembro de 1780*” (Valcárcel, 1966, grifos nossos). A independência adquire, nesse discurso, um evento precedente e um herói precursor “nacional”.

## REFERÊNCIAS

- ACTUALIDADES. "La inauguración". Lima, ano 3, n. 138, 18 de novembro de 1905, s/p.
- ACTUALIDADES. "Obsequios". Lima, ano 4, n. 145, 6 de janeiro de 1906, s/p.
- ANNA, T. E. "The Peruvian Declaration of Independence: freedom by coercion". *Journal of Latin American Studies*, v. 7, n. 2, nov. 1975, pp. 221-48.
- BOCHICCHIO, L. "L'immagine di Cristoforo Colombo nella scultura italiana in America tra Ottocento e Novecento", in V. Paola (ed.). *Sguardi sul Mediterraneo. Atti del Convegno Internazionale: Genoa, Columbus and the Mediterranean*. Génova, Università degli Studi di Genova, 2012, pp. 155-68.
- BOLETÍN Municipal. "Sindicatura. Oficios". Lima, ano II, n. 88, 6 de setembro de 1902.
- BOLÍVAR, S. *Escritos políticos*. Trad. Brand e Baptista. Campinas, Unicamp, 1992.
- BONILLA, H.; MATOS MAR, J. "Presentación", in *La independencia en el Perú*. Lima, IEP, 1972, pp. 9-13.
- BONILLA, H.; SPALDING, K. "La Independencia en el Perú. Las palabras y los hechos", in *La independencia en el Perú*. Lima, IEP, 1972, pp. 15-64.
- BOULTON, A. *Los retratos de Bolívar*. Caracas, Editorial Arte, 1956.
- BRITO RAMOS, J. J. "Josefa Montes, la última esclava del Congo". *Revista del Archivo General de la Nación*, n. 32, 2017.
- CARTA do Ministro de Relações Exteriores da Venezuela. Caracas, 20 de fevereiro de 1873. Caixa 218, carpeta 11, código 6, fólios 8-9. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú.
- CASALINO SEN, C. *Los héroes patrios y la construcción del Estado-nación en el Perú (siglos XIX y XX)*. Tese de doutorado. Lima, UNMSM, 2008.
- CONTRERAS, C.; CUETO, M. *Historia del Perú contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5<sup>a</sup> ed. Lima, IEP, 2013.
- DISPONIENDO realizar una medalla, en honor del Libertador, así como una estatua en su honor. Lei publicada em 12 de fevereiro de 1825, assinada por José María Galdiano. *Archivo Digital de Legislación del Perú*. Disponível em: <https://cutt.ly/NcNH4Fk>. Acesso em: 8/3/2021.
- DISPONIENDO se levante una columna, en la plazuela de la Constitución, que represente al protector del Perú. Decreto publicado em 6 de julho de 1822, assinado por Monteagudo. *Archivo Digital de Legislación del Perú*. Disponível em: <https://cutt.ly/3cNJhb9>. Acesso em: 8/3/2021.
- EL COMERCIO. "Inauguración de la estatua de Bolívar". Lima, ano 21, n. 6.246, 9 de dezembro de 1859, p. 1.
- EL COMERCIO. Lima, n. 30.257, 28 de julho de 1921, p. 1.
- FERNANDES, L. E. O. *Patria mestiza: a invenção do passado nacional mexicano (séculos XVIII e XIX)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.
- LOAYZA PÉREZ, A. "La independencia peruana. Memoria e historia". *Revista Argumentos*, IEP, n. 3, ano 9, julho de 2015, pp. 69-74.
- LYNCH, J. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona/Caracas/México, Editorial Ariel, 1976, cap. 8.
- MAJLUF, N. (ed.). *José Gil de Castro. Pintor de libertadores*. Lima, Mali, 2014.

- MAJLUF, N. "De la rebelión al museo: genalogías y retratos de los incas, 1781-1900", in T. Cummins (org.). *Los incas, reyes del Perú*. Lima, Banco de Crédito, 2005, pp. 253-327.
- MEJÍA TICONA, V. *Prefiguración de la Plaza San Martín y su monumento (1899-1921)*. Dissertação de mestrado em História da Arte. Lima, PUCP, 2013.
- MENSAJE del Presidente Constitucional del Perú, General José Rufino Echenique, al Congreso Nacional, el 28 de julio de 1853*. Disponível em: <https://cutt.ly/FcNHUVF>. Acesso em: 8/3/2021.
- MILLONES MARÍÑEZ, I. E. *De caudillo militar a héroe nacional: la creación de la figura heroica del mariscal Andres A. Cáceres entre la República Aristocrática y el Tercer Militarismo (1895-1939)*. Dissertação de mestrado em História Política. Lima, UNMSM, 2002.
- MONTEVERDE SOTIL, R. "Política internacional de la posguerra del Pacífico, remodelación urbana y proyectos escultóricos de Lima: el monumento público a Francisco Bolognesi y los Caídos en la Batalla de Arica (1905)". *Historia*, n.50, vol. II, jul.-dez. 2017, pp. 663-97.
- MONTEVERDE SOTIL, R. *Proyectos estatales y privados para erigir un monumento público al general José de San Martín en Lima y Callao (1822-1921)*. Tesis para el Título de Licenciado en Arte. Lima, UNMSM, 2014.
- MUJICA PINILLA, R. "La cultura", in C. Contreras (dir.); S. O'Phelan (coord.). *El Perú: crisis imperial e independencia, v. 1 (1808-1830)*. Madrid, Mapfre/Taurus, 2013, pp. 259-312.
- MUNDIAL. Lima, ano II, n. 64, 15 de julho de 1921.
- O'PHELAN GODOY, S. "El mito de la 'independencia concedida': los programas políticos del siglo XVIII y del temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814)". *Historica*, v. IX, n. 2, 1985, pp. 155-91.
- PERALTA RUIZ, V. "La vida política", in C. Contreras (dir.); S. O'Phelan (coord.). *El Perú: crisis imperial e independencia, v. 1 (1808-1830)*. Madrid, Mapfre/Taurus, 2013, pp. 41-94.
- PEREYRA PLASENCIA, H. "El Perú en el mundo", in C. Contreras (dir.); S. O'Phelan (coord.). *El Perú: crisis imperial e independencia, v. 1 (1808-1830)*. Madrid, Mapfre/Taurus, 2013, pp. 97-151.
- PORTOCARRERO, G. *La urgencia por decir 'nosotros': los intelectuales y la idea de nación en el Perú republicano*. Lima, Fondo Editorial PUCP, 2015.
- PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo, Edusp, 2014.
- QUIJADA, M. "¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano del siglo XIX", in F. Xavier-Guerra; M. Quijada (ed.). *Imaginar la nación*. Münster, Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, 1994.
- RAMÓN JOFFRÉ, G. *A cidade ordenada. Intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Prolam/USP, 1997.
- SALDAÑA NIÑO, A. *La historia nacional en la pintura de Juan Lepiani*. Tesis para el Título de Licenciada en Arte. Lima, UNMSM, 2018.
- SCARELLI, R. D. "A batalha dos nomes: antiga toponímia de Lima e a reforma de 1861". *Ponto Urbe*, NAU-USP, n. 23, dezembro de 2018.
- SCARELLI, R. D. *Nos altares da pátria: monumento al Combate Dos de Mayo e monumento a Francisco Bolognesi em Lima (1866-1924)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2019.

- SOARES, G. P. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950-1975*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2000.
- SOARES, G. P.; COLOMBO, S. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX*. São Paulo, Humanitas, 1999.
- TISSEIRA, A. "San Martín y Bolívar: los himnos nacionales del Perú". *Ciencia Ergo Sum*, vol. 19-3. Toluca, UAEM, nov. 2012-fev. 2013, pp. 215-24.
- UGARTE Y UGARTE, J. *El pintor austriaco Frans Martín Drexel (1792-1863) en la iconografía bolivariana*. Lima, 1973.
- URREA, J. C. *Una pagina gloriosa para la historia del Perú o el Dos de Mayo de 1866*. 2<sup>a</sup> ed. Lima, Imprenta dirigida por Montemayor, 1866.
- VALCÁRCEL, C. Oficio ao Alcalde de Lima. Lima, 15 de agosto de 1966. Consejo Provincial de Lima – año 1966. Sección Mesa de Partes. Archivo Histórico de la Municipalidad de Lima.
- VARIEDADES. "Una visita a la Escuela de Bellas Artes. Las obras de Hernández". Lima, año XV, n. 582, 26 de abril de 1919.
- VIFIAN LÓPEZ, D. *Escultura civil pública estatal em Lima de 1852 a 1860*. Tesis para el título de Licenciado en Artes. Lima, UNMSM, 2014.
- VILLEGAS TORRES, F. *Vínculos artísticos entre España y el Perú (1892-1929): elementos para la construcción del imaginario nacional peruano*. Lima, Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2015.



# Esculpir a memória: monumentos ao Centenário da Independência em Buenos Aires e São Paulo

*Michelli Cristine Scapol Monteiro*



## resumo

As celebrações dos centenários das independências na América Latina foram eventos oportunos para os governos dessas nações investirem na construção da identidade nacional por meio da edificação de monumentos cívicos nacionais. Este artigo discorre sobre dois desses projetos: o *Monumento a la Revolución de Mayo*, em Buenos Aires, de Luigi Brizzolara e Gaetano Moretti, e o *Monumento à Independência do Brasil*, em São Paulo, de Ettore Ximenes e Manfredo Manfredi. Evidenciando os sincronismos dessas propostas, pretende-se demonstrar os meios pelos quais segmentos das elites dirigentes da Argentina e do Brasil procuraram dar materialidade a uma memória da independência.

**Palavras-chave:** escultura pública; monumento; Centenário da Independência; história urbana.

## abstract

*The Independence Centenary celebrations in Latin America were opportune events for the government of these nations to invest in the construction of the national identities through the edification of national civic monuments. This article discourse about two of these projects: the Monumento a la Revolución de Mayo, in Buenos Aires, by Luigi Brizzolara and Gaetano Moretti, and the Monumento à Independência do Brasil, in São Paulo, by Ettore Ximenes and Manfredo Manfredi. By evidencing the similarities of these proposals, it intends to demonstrate how part of the political elite of Argentina and Brazil aimed to materialize an independence memory.*

**Keywords:** public sculpture; monument; Independence Centenary; urban history.

# A

pós os processos de independência na primeira metade do Oitocentos, as novas nações latino-americanas passaram a investir na construção de identidades nacionais, forjando um passado glorioso, elegendo heróis e elaborando representações para a coletividade, o que Bronislaw Baczko (1985, pp. 296-332) convencionou chamar de “imaginário social”. Por reunir representações coletivas numa linguagem inteligível e comunicável e, com elas, introduzir valores e modelar comportamentos individuais e coletivos, o imaginário social foi amplamente utilizado pelo poder. A nação é elaborada mediante a criação e a celebração de seu passado, por meio da narrativa dos textos históricos, das imagens de pintura histórica e dos rituais cívicos celebrados nos “altares da pátria” onde a cidadania encontrava a sua identidade coletiva (Acevedo & Ramírez, 2003, p. 18).

Nesse sentido, um instrumento eficaz para a consolidação de imaginários coletivos é a criação de esculturas e monumentos, uma vez que eles se constituem em discursos visuais capazes de evocar e celebrar os heróis da formação de seus povos. Foram, por isso, amplamente utilizados para servirem de suportes materiais das memórias que estavam sendo criadas. Emulava-se, assim, a voga de monumentos em bronze e mármore que cobria as grandes cidades europeias da *belle époque*, que forneciam os cânones para que se retratassem momentos da história de cada país ou os heróis nacionais nas florescentes capitais americanas.

---

Este artigo apresenta resultados de pesquisa de doutorado realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e financiada pela Fapesp (processos 2013/08905-2 e 2014/14185-5).

---

#### **MICHELLI CRISTINE SCAPOL MONTEIRO**

é pesquisadora de pós-doutorado no Museu Paulista da USP, com bolsa financiada pela Fapesp (processo 2018/17682-0).

Maria Lígia Coelho Prado (2008, p. 17), analisando pinturas de história brasileiras e chilenas, afirma que um dos temas históricos amplamente retratados foram as independências políticas das ex-colônias. “A representação do momento do nascimento das novas nações, tempo por excelência das origens, se transformou em elemento constitutivo da construção das nacionalidades.” Também na escultura pública foi comum a homenagem a eventos e personagens relacionados ao processo de emancipação política. O tema se tornaria ainda mais central durante as celebrações dos centenários, ocorridas nas primeiras décadas do século XX, que se configuraram como eventos oportunos para os governos dessas jovens nações investirem na construção de símbolos, alegorias, mitos e heróis por meio da edificação de monumentos públicos.

Este artigo discorre sobre dois ambiciosos projetos de monumentos cívicos nacionais propostos durante os Centenários da Independência: o *Monumento a la Revolución de Mayo*, em Buenos Aires, que teve como vencedor o escultor Luigi Brizzolara e o arquiteto Gaetano Moretti, e o *Monumento à Independência do Brasil*, em São Paulo, obra do escultor Ettore Ximenes e do arquiteto Manfredo Manfredi. Evidenciando os sincronismos dessas propostas, pretende-se demonstrar os meios pelos quais segmentos das elites dirigentes da Argentina e do Brasil procuraram dar materialidade a uma memória da independência.

## BUENOS AIRES E SÃO PAULO COMO CAPITAIS SIMBÓLICAS

A partir do final do século XIX, Buenos Aires passou por grandes transformações, já

que houve um rápido enriquecimento com os proveitos econômicos advindos da exportação de trigo e carne, que geraram recursos para uma modernização urbana. Ademais, desde 1880, a cidade assumiu definitivamente a condição de capital federal da Argentina e, na visão de segmentos das elites dirigentes portenhelas, era premente transformar materialmente o espaço urbano e dotá-lo de suportes simbólicos. Assim, a cidade mudou sua aparência sob comando do primeiro intendente Torcuato de Alvear, que abriu praças e avenidas, pavimentou ruas e construiu edifícios públicos, sendo um dos seus projetos a transformação da Plaza de Mayo.

A relevância da praça remonta ao período colonial, quando ocupava metade da sua área atual e recebia o nome de Plaza Mayor. Ela também havia sido palco dos acontecimentos relacionados à Revolução de Maio, em 1810, movimento que havia sido constituído pela narrativa histórica canônica como marco inicial do movimento de emancipação do vice-reinado do Rio da Prata da Coroa espanhola<sup>1</sup>. Por isso, já em 1811, surgiu a proposta

---

1 A Revolução de Maio foi a série de eventos ocorridos em Buenos Aires, capital do vice-reinado do Rio da Prata, após a ocupação da Espanha pelo exército napoleônico. Ao saber da tomada de Andaluzia e da dissolução da Junta Central, Cornelio Saavedra e seus colegas de milícia pressionaram o *cabildo* e o vice-rei, Baltazar Cisneros, para que fosse convocado um *cabildo abierto*, reunião mais ampla do conselho municipal. Na visão dos revolucionários, a ausência de um governo legítimo na Espanha provocou a reversão dos direitos de soberania ao povo de Buenos Aires, que agora poderia instalar um novo governo. No *cabildo abierto*, decidiu-se pela deposição do vice-rei, seguida pela posterior criação do primeiro órgão de governo argentino autônomo em relação à Espanha, conhecido como *La Primera Junta*, em 25 de maio de 1810. Foram designados para compor a Junta, que tinha como objetivo governar em nome do rei Fernando VII: Cornelio Saavedra, Mariano Moreno, Juan José Paso, Juan José Castelli, Manuel Belgrano, Miguel de Azcuénaga, Domingo Matheu, Juan Larrea e

de demarcar a praça com um monumento, o primeiro de Buenos Aires, um obelisco, que ficou conhecido como *Pirámide de Mayo*. A obra foi transformada em 1856, quando Prilidiano Pueyrredón<sup>2</sup> acrescentou ao seu cume uma estátua da liberdade, de autoria de Joseph Dubourdieu<sup>3</sup> (Alves, 2017).

A praça era entendida, portanto, como espaço cívico de relevância simbólica para a capital Argentina, por isso foi ponto privilegiado para as reformas de Alvear, que, em 1883, ampliou a sua área demolindo o edifício da Recova e unindo as antigas Plaza 25 de Mayo e Plaza de la Victoria, momento em que recebeu o nome de Plaza de Mayo, em homenagem aos eventos emancipatórios. A praça constitui-se, assim, como o lugar por excelência da nacionalidade e espaço adequado para reunir monumentos para a criação de uma narrativa simbólica, que rememorasse grandes personagens da história nacional.

O Centenário da Independência argentina se configurou como momento propício

para reforçar a importância da Revolução de Maio e, para tanto, monumentalizar a Plaza de Mayo com a edificação de um novo e grandioso monumento escultórico, que substituiria a antiga *Pirámide de Mayo*. Entendia-se que a pirâmide não representava com dignidade o progresso material alcançado pelo país e, principalmente, por Buenos Aires. Por isso, uma nova obra de arte representaria melhor o “sentimento patriótico”, o futuro argentino e a “emancipação de maio” (Piccioni, 2001, pp. 87-8).

A vinculação da ação revolucionária à sede do poder político da antiga capital do vice-reinado do Rio da Prata pretendia evidenciar o direito de hegemonia portenha sobre o restante do território. Desde meados do século XIX, quando se começou a forjar uma identidade nacional, construiu-se uma narrativa que afirmava ter sido este o evento que originou a nação, estabelecendo-o como marco da independência da Argentina. No entanto, como afirma Shumway, o juramento à *Primera Junta*, ocorrido a 25 de maio de 1810, “só pode ser considerado uma declaração de libertação da Espanha no contexto dos confusos eventos políticos da época”, uma vez que se invocava fidelidade ao destituído rei da Espanha. Ademais, não havia consenso ideológico entre os participantes do movimento. A Revolução de Maio teria sido “um fenômeno de Buenos Aires, em que os portenhos declararam independência da Espanha napoleônica, não só para si, mas para todos os cidadãos do vice-reinado”. Assim, os portenhos “inauguraram uma longa tradição de confundir Buenos Aires com todo o país” (Shumway, 2008, pp. 47-8). Dizia-se que havia sido em Buenos Aires a cena dos primeiros encontros do espírito revolucionário, defendendo uma supremacia

Manuel Alberti (Lynch, 1976, pp. 64-7; Shumway, 2008, pp. 45-7). Segundo Lynch, a deferência a Fernando VII era mais aparente que real, era um instrumento conveniente, que servia para capitalizar os “restos dos sentimentos” realistas no povo do Rio da Prata, impedir uma contrarrevolução espanhola e assegurar o apoio da Grã-Bretanha. Tão logo Napoleão foi derrotado, a situação se alterou e ficou evidente que a Junta se considerava independente da Espanha e da Coroa espanhola e que a restauração da soberania real era dificilmente concebível. Lynch afirma que a Revolução de Maio não foi uma mera extensão da resistência e do movimento das Juntas na Espanha, nem uma proposta de autogoverno submisso à Coroa, mas a rebelião de uma colônia, dirigida por revolucionários violentos e radicais, cuja lealdade ao rei cativo não podia ser levada a sério (Lynch, 1976, pp. 68-70).

2 Prilidiano Pueyrredón foi um pintor e arquiteto argentino.

3 Joseph Dubourdieu foi um escultor francês que atuou na Argentina, no Brasil e no Chile.

portenha na história argentina. Encabeçada por Buenos Aires, a revolução haveria se estendido para toda a nação. Reforçar a importância da Revolução de Maio como episódio original da nação argentina era, portanto, uma forma de legitimar o domínio da capital sobre o interior.

A cidade de São Paulo também passou por grandes transformações urbanas desde o final do século XIX. Além disso, durante a Primeira República, havia se inserido na órbita do poder político dominante, especialmente a partir da presidência de Prudente de Moraes. A construção da identidade nacional brasileira passou a ser perseguida por intelectuais e políticos, cujos protagonistas encontravam-se na capital nacional e em São Paulo. Estes pretendiam revisitar os marcos históricos de modo a destacar o papel de São Paulo e dos paulistas nos destinos da nação.

Essa ambição hegemônica da narrativa do passado vinha sendo firmada pelos líderes do estado paulista desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, e que se inseria na órbita de poder dominante do Estado. O órgão assunmia a máxima “a história de São Paulo é a própria história do Brasil” anunciada no primeiro número de sua revista, tornando evidente que os membros do IHGSP pretendiam consolidar uma história oficial do Brasil sob a ótica paulista. As festas centenárias constituíram o momento ideal para consolidar essas intenções historiográficas, bem como para concretizar antigos projetos, como o do monumento escultórico à independência do Brasil na colina do Ipiranga. Utilizando-se do fato de a independência ter sido proclamada no território paulista, procurava-se demonstrar o sentido fundamental que São Paulo teria no contexto da federa-

ção, como sendo aquele estado que, desde o início de sua história, continha já todas as forças reunidas para liderar o conjunto do país e, graças a seu impulso e energia, conduzi-lo ao seu destino de grande civilização (Sevcenko, 1990, p. 23).

A intenção de assinalar a colina do Ipiranga com um marco capaz de delimitar espacialmente o lugar da independência e perpetuar a memória do local onde a nação teria sido fundada remonta aos primeiros anos da vida política independente do Brasil. A primeira proposta de se erguer um monumento no local foi feita ainda no período imperial, em 1824. No ano seguinte, examinou-se com testemunhas oculares o exato lugar do grito, que foi marcado com a pedra fundamental do monumento que seria ali erguido. Contudo, a baliza de pedra disposta no Ipiranga permaneceu como a única marcação do local por anos, a despeito das muitas tentativas de se concretizar o monumento paulista. Durante o período imperial, diversas investidas foram feitas pela Assembleia Legislativa Provincial e pela Câmara dos Deputados, todas sem sucesso, e em 1876 foi realizado um concurso, que também não prosperou (Oliveira, 1995).

O que ganhou concretude foi um monumento de caráter arquitetônico, realizado pelo italiano Tommaso Bezzi, edificado para celebrar a independência e que, em 1893, foi convertido em Museu do Estado e denominado como Museu Paulista. Ainda durante a sua construção, o pintor Pedro Américo propôs realizar uma pintura histórica sobre o 7 de Setembro de 1822, destinada a ocupar o Salão de Honra do edifício. O quadro, intitulado *Independência ou morte!*, foi finalizado em 1888, em Florença, e representa o grito do príncipe

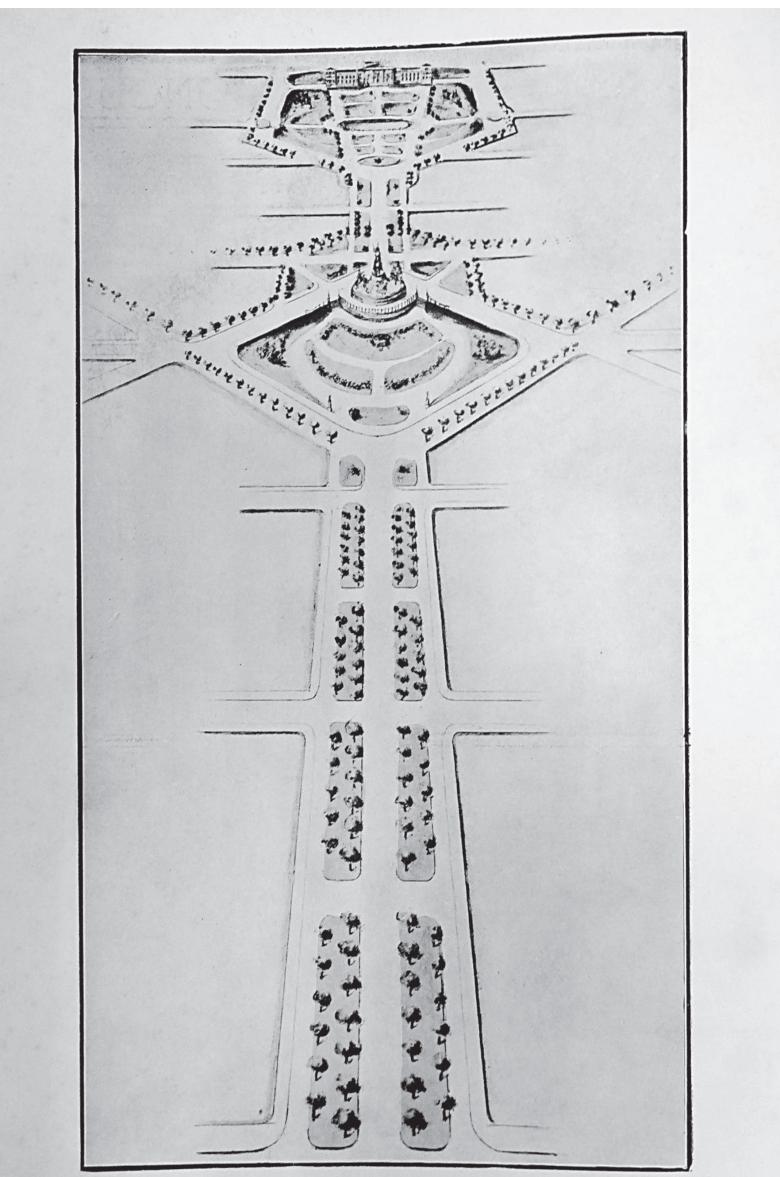
regente às margens do riacho do Ipiranga, destacando a localidade do acontecimento.

O projeto de realização de um monumento escultórico, no entanto, não foi esquecido e ganhou novo impulso para sua concretização durante os preparativos do Centenário da Independência, já no período

republicano. Previa-se também uma reforma urbana, que tinha por objetivo realçar o monumento e facilitar o seu acesso. Ele seria erigido no centro de uma praça, na qual desembocaria uma grande avenida, de 2.400 metros de extensão e 45 metros de largura (Figura 1). A avenida conectaria

FIGURA 1

Reprodução



Perspectiva panorâmica da Avenida Independência (atual D. Pedro I) em São Paulo, Edital do Concurso Monumento à Independência, 1917. Arquivo do Estado de São Paulo

todo o conjunto simbólico com a cidade, por meio de um imenso *boulevard* com quatro pistas e a dupla fileira de árvores, seguindo a solução consagrada em Paris, com a famosa Avenue des Champs-Élysées, de eixos viários ornados e articulados por monumentos e edifícios monumentais. Esse modelo havia sido interpretado na vizinha Buenos Aires, onde foi aberta a Avenida de Mayo, inaugurada em 1894, que conectou a Plaza de Mayo à Plaza del Congreso (Figura 2). Assim, nas duas cidades, um grande conjunto escultórico em homenagem à independência seria erguido em um eixo monumental, servindo de marco para as comemorações centenárias desses países.

## CONCURSOS E EXPECTATIVAS EM TORNO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Em 1906, foi formada uma Comissão do Centenário da Independência da Argentina, que determinou que a *Pirámide de Mayo* seria substituída por uma nova obra de arte (Piccioni, 2001, p. 88). Um concurso para o *Monumento a la Revolución de Mayo* foi convocado em 1907 por meio de um decreto do Poder Executivo (Malosetti Costa, 2012, p. 12). No Brasil, a proposta do *Monumento à Independência* partiu de Francisco de Paula Rodrigues Alves, então presidente do estado de São Paulo, que, em 1912, solicitou auto-

FIGURA 2

Reprodução



Avenida de Mayo, Buenos Aires, Argentina

rização ao Congresso Legislativo para que a obra escultórica fosse erguida. As iniciativas desses monumentos, portanto, partiram das elites dirigentes, que também tiveram papel preponderante na elaboração dos editais e na composição das comissões de júri<sup>4</sup> dos concursos. Elas foram responsáveis, juntamente com arquitetos, artistas e historiadores, por determinar as diretrizes para os concorrentes, bem como por selecionar a obra que seria erguida.

Os dois concursos foram de abrangência internacional e contaram com uma grande participação de artistas estrangeiros. Como indicou Piccioni (2001, p. 88), pela importância do evento histórico que se comemorava, acreditava-se que o concurso deveria reunir os melhores escultores do mundo ocidental. A presença de artistas estrangeiros foi estimulada por meio do pagamento dos custos com o transporte das maquetes para o Brasil e para a Argentina. Os promotores da obra paulista investiram também na publicização da concorrência em revistas de outros países. A internacionalização do concurso era uma maneira de divulgar não apenas as obras escultóricas, mas de projetar as cidades em que elas seriam erguidas, uma vez que o concurso e os projetos concorrentes tornavam-se tema de artigos veiculados em periódicos estrangeiros.

O resultado do esforço de internacionalização ficou evidente na grande participação de estrangeiros nessas concorrências. Foram apresentadas ao concurso do *Monumento a la Revolución de Mayo* 74 maquetes, das quais oito eram de argentinos e as demais eram de estrangeiros, com predominância de franceses, com 21 projetos, italianos, com 17, chilenos, com 11, e espanhóis, com 10. Participaram ainda artistas provenientes da Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Áustria, Uruguai e Estados Unidos. Ao concurso brasileiro foram apresentados 27 projetos, dos quais somente seis eram provenientes do Brasil e quase todos eles apresentados por artistas estrangeiros radicados no país. Dos outros 21 projetos, oito eram provenientes da Itália, três da Espanha, dois da França, três da Argentina, um do Uruguai, um dos Estados Unidos, um da Suíça, um da Dinamarca, além de um de procedência desconhecida. O concurso argentino foi considerado uma competição sem precedentes na América do Sul. O brasileiro, que ocorreu em um novo contexto mundial, logo após a Primeira Guerra Mundial, foi menor em comparação ao argentino, contudo, de proporção inédita no Brasil, mesmo sem ter ocorrido na capital do país.

A grande participação de artistas estrangeiros evidencia ainda a importância desses concursos para as suas carreiras. A vitória significava executar uma obra de grande visibilidade que contribuiria para a sua projeção internacional. Estar entre os primeiros colocados no concurso poderia significar encomendas de outras obras de relevo, já que o mercado americano de esculturas se mostrava muito lucrativo no início do século XX. Ettore Ximenes, vencedor do concurso brasileiro, já havia ganho outro

<sup>4</sup> O júri do concurso argentino era composto principalmente de políticos, artistas e arquitetos, totalizando 15 membros (Alves, 2017, p. 152; Malosetti Costa, 2012, p. 12). Já a comissão de jurados do concurso brasileiro era composta de Oscar Rodrigues Alves, secretário do Interior e filho do ex-presidente Rodrigues Alves, que propusera a edificação do monumento; Firmiano Pinto, prefeito de São Paulo; Carlos de Campos, deputado federal. Junto aos políticos estavam o engenheiro Ramos de Azevedo, diretor da Escola Politécnica, e o historiador Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista.

concurso na Argentina, para a construção do *Mausoléu ao General Belgrano*, um dos heróis da independência (Monteiro, 2016), e também participou do concurso ao *Monumento a la Revolución de Mayo*, porém, seu projeto não foi destaque. Luigi Brizzolara, que conquistou o primeiro prêmio na Argentina, ficou em segundo lugar na concorrência brasileira e foi o escolhido para realizar o *Monumento a Carlos Gomes*, que a colônia italiana ofereceu para a cidade de São Paulo nas comemorações do Centenário da Independência (Lopes, 2012). Portanto, participar desses concursos era bastante promissor aos artistas europeus.

Nos editais dos concursos eram estabelecidas as diretrizes para os projetos concorrentes, indicando-se os procedimentos da concorrência, o tipo de material a ser utilizado, as dimensões da obra e também recomendando o conteúdo simbólico que ela deveria ter. As bases do concurso argentino foram divulgadas em 1908 e foi estabelecido que a concorrência se daria em duas etapas. Na primeira, todos os concorrentes deveriam apresentar maquetes na escala de 1:10 e seriam selecionados 15 projetos, classificados em três prêmios. Os cinco selecionados para o primeiro prêmio, além de receberem uma recompensa em dinheiro, se classificariam para uma segunda etapa, na qual os concorrentes apresentariam novas maquetes, na escala de 1:15, e um dos projetos seria escolhido para ser executado. Estipulava-se que a obra deveria ter custo máximo de 1,5 milhão de francos.

O edital brasileiro foi publicado em 1917, porém, a concorrência foi adiada diversas vezes, possivelmente para que mais artistas estrangeiros pudessem participar do concurso, já que, até novembro de 1918,

muitos países ainda estavam envolvidos na Primeira Guerra Mundial. O edital estabelecia que os concorrentes deveriam apresentar desenhos das plantas, elevação e corte, “memorial descritivo” que explicasse a obra e as intenções do artista, além de uma maquete em gesso, na escala de 1:10, e orçamento da obra. A seleção do vencedor seria feita em apenas uma etapa e haveria premiação apenas para dois projetos. Durante a análise dos jurados, no entanto, decidiu-se conceder outros dois prêmios que inicialmente não estavam previstos. O valor máximo estipulado para o monumento era de mil contos de réis.

Os dois editais determinavam que a composição estética da obra era de livre inspiração dos concorrentes, porém que a escolha dos temas e homenageados deveria estar respaldada na história. No concurso argentino, para assegurar que os concorrentes estrangeiros tivessem informações sobre o processo de independência e compreendessem melhor a intenção dos promotores da obra, foi publicado um guia, intitulado *Breve Reseña histórica de la Revolución Argentina para los artistas extranjeros que tomen parte en el concurso del Monumento a la Revolución de Mayo (La Construcción Moderna, 1908a, p. 340)*, que indicava os principais acontecimentos e personagens da revolução e evidenciava as expectativas dos idealizadores do monumento.

No edital brasileiro, deixava-se explícito que o julgamento seria pautado em dois critérios: o valor técnico da obra e a capacidade de traduzir “a verdade do grande acontecimento que se pretende comemorar” (*O Estado de S. Paulo*, 1917, p. 11). Sugeria-se que a obra fosse baseada no livro de Rocha Pombo, intitulado *História do Brasil*, que

dedicava algumas páginas ao evento ocorrido a 7 de setembro de 1822. Apenas a indicação da bibliografia dificultava o entendimento da história e da proposta do monumento aos artistas estrangeiros, já que o livro poderia não estar disponível em bibliotecas de outros países, além do idioma e da extensão da obra serem fatores complicadores. Essa situação pode explicar diversas propostas sem detalhamentos históricos, que os críticos diziam que poderiam ser apresentadas em qualquer país, mudando apenas o rótulo e os nomes dos personagens figurantes (Monteiro, 2017).

Aos promotores dessas obras era fundamental que o monumento fosse feito por um artista habilidoso, seguindo modelos consagrados na Europa. Porém, a obra não deveria ser cópia ou a mera transposição de referências europeias para a América, por isso, era imprescindível que fosse carregada de signos de diferenciação dos monumentos estrangeiros e que fosse destacado o que havia de singular no país, o que compunha a sua identidade, recorrendo à história e à tradição. Este seria um fator fundamental para a escolha dos projetos vencedores, como se verá adiante.

Os concursos tornaram-se eventos de grande repercussão na imprensa local, na qual eram publicadas cotidianamente artigos sobre os projetos e sobre os artistas concorrentes. As pessoas conheciam os projetos por meio da veiculação de imagens das maquetes em revistas ilustradas, como *Miscellanea*, no Brasil, e *Caras y Caretas*, na Argentina. Além disso, as maquetes foram expostas ao público no Palácio das Indústrias, em São Paulo, e na Sociedade Rural, em Buenos Aires.

No concurso argentino, críticas detalhadas das maquetes foram veiculadas na *Revista*

*Técnica*<sup>5</sup> (Alves, 2017). O projeto dos italianos Gaetano Moretti e Luigi Brizzolara foi elogiado pela boa fatura artística dos grupos escultóricos e pelo embasamento interessante, mas criticado porque o obelisco teria “silhueta pobre e é tão deficientemente tratado em seus detalhes, que nos faz duvidar que este projeto esteja à altura do prêmio com que foi agraciado”<sup>6</sup>, referindo-se à classificação para a segunda etapa do concurso (*La Construcción Moderna*, 1908a, p. 342). O autor do artigo indicava outras maquetes como mais prováveis de vencer o concurso, opinião que era diversa da dos jurados, que escolheram os italianos como vencedores.

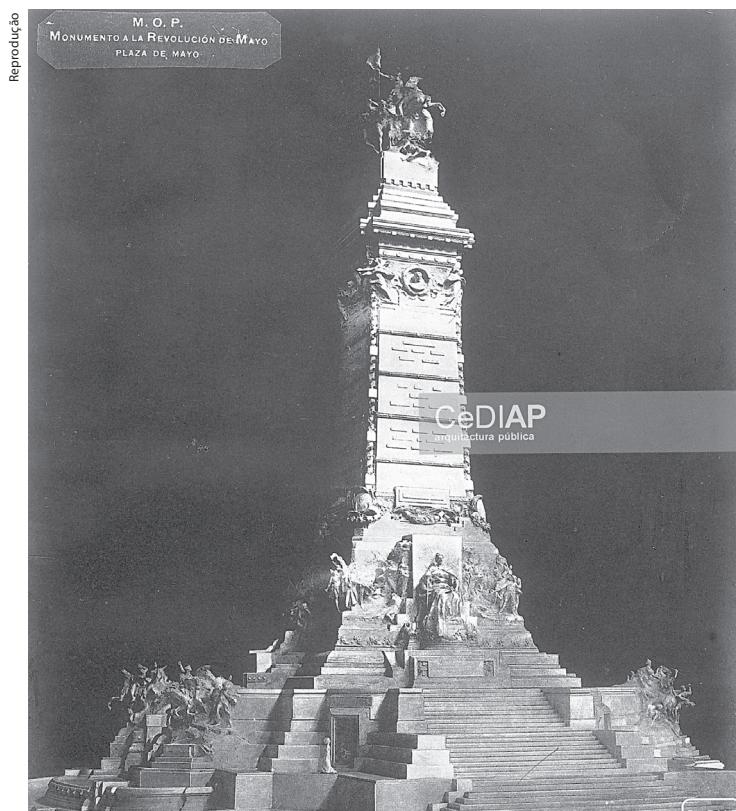
No concurso brasileiro, muitos periódicos dedicaram-se a analisar as maquetes participantes, com destaque para o *Jornal do Commercio*, que publicou longos e detalhados artigos críticos à maioria dos projetos. A proposta de Ettore Ximenes, por exemplo, foi muito criticada pelo grande emprego de alegorias, porém elogiada por sua qualidade técnica. Um alto-relevo representando o “grito da independência” foi motivo de críticas fervorosas, por alguns, e elogios enfáticos, por outros. O público paulista teve também a oportunidade de manifestar sua opinião por meio de espaços abertos nos jornais *A Capital* e *A Platéa*, que permitiam que seus leitores votassem nos projetos de que mais gostavam e ainda podiam justificar a sua escolha por meio de notas publicadas nos periódicos. Não havia consenso sobre qual

---

5 O artigo foi republicado pela revista espanhola *La Construcción Moderna* em 30 de setembro de 1908.

6 No original: “silueta desgraciada y es tan defientemente tratado en sus detalles, que nos hace dudar se halle este proyecto á la altura del premio con que ha sido agraciado” (*La Construcción Moderna*, 1908a, 342).

FIGURA 3



Projeto *Pro Patria et Libertate*, de Luigi Brizzolara e Gaetano Moretti.  
Documento pertencente ao Centro de Documentación e Investigación de la Arquitectura Pública (CeDIAP) del Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas

deveria ser o projeto vencedor, mas os mais votados eram os mesmos que os articulistas haviam indicado como melhores e que foram justamente os premiados (Monteiro, 2017). Os concursos foram, assim, tema de destaque no debate público portenho e paulista, evidenciando a importância que as obras teriam quando concluídas.

## CONFORMAR UMA MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA

O concurso argentino foi muito disputado, resultando em empate técnico entre o

projeto apresentado pelo artista belga Jules Lagae e o dos italianos Gaetano Moretti e Luigi Brizzolara. O voto de minerva coube ao presidente do júri, Marco Avellaneda<sup>7</sup>, que escolheu a maquete dos italianos (Figura 3), cujo lema era “*Pro Patria et Libertate*” (*Caras y Caretas*, 1909, p. 72). A descrição do monumento, veiculada na revista de Milão *L'Illustrazione Italiana*, afirma que a base da obra simboliza “a

<sup>7</sup> Marco Aurélio Avellaneda foi um advogado e político, que exerceu os cargos de deputado, senador, ministro da Fazenda e ministro do Interior da Argentina.

grande extensão e robustez do sentimento popular argentino”. Nela, ergue-se um obelisco de 35 metros de altura, encimado por uma composição escultórica, que representa “a apoteose do povo, da revolução, do novo Estado e sua insígnia sagrada – a bandeira argentina” (*L'Illustrazione Italiana*, 1908, p. 178). Em cada uma das faces do obelisco, há uma guirlanda com os bustos de José de San Martín, militar e político que foi considerado um dos heróis da independência da América Espanhola; Manuel Belgrano, militar e político que foi voz ativa na Primeira Junta, lutou contra o exército realista e foi criador da bandeira argentina; Cornelio Saavedra, presidente da Primeira Junta e figura de destaque da Revolução de Maio; e Mariano Moreno, advogado e jornalista, ideólogo da revolução que foi um dos secretários da Primeira Junta.

Dois sentimentos são destacados por meio de alegorias, que são também o lema do projeto, a Pátria e a Liberdade, que se encontram na base do obelisco, como figuras sedestres. Junto delas, um grande alto-relevo contorna o obelisco e faz alusão a episódios do processo de independência da Argentina: formação da Primeira Junta, criada em 25 de maio de 1810; o juramento à bandeira, quando as tropas lideradas pelo general Manuel Belgrano juraram ser leais à pátria e combater os espanhóis; as leis de 1813, primeiro projeto de elaboração da Constituição; e a Proclamação da Independência em Tucumán, que representa a Assembleia Legislativa e Constituinte realizada entre 1816 e 1820, que teve como marcos principais a assinatura da Declaração da Independência das Províncias Unidas do Rio da Prata por deputados de diversas províncias do país, a concretização da Cons-

tituição argentina de 1819 e a oficialização da bandeira azul e branca criada por Manuel Belgrano. Na base do monumento, há duas escadas e duas fontes. Nestas, episódios de batalha são rememorados, dos quais se destaca a figura de San Martín, incitando os soldados à luta, além de referências a outros embates bélicos.

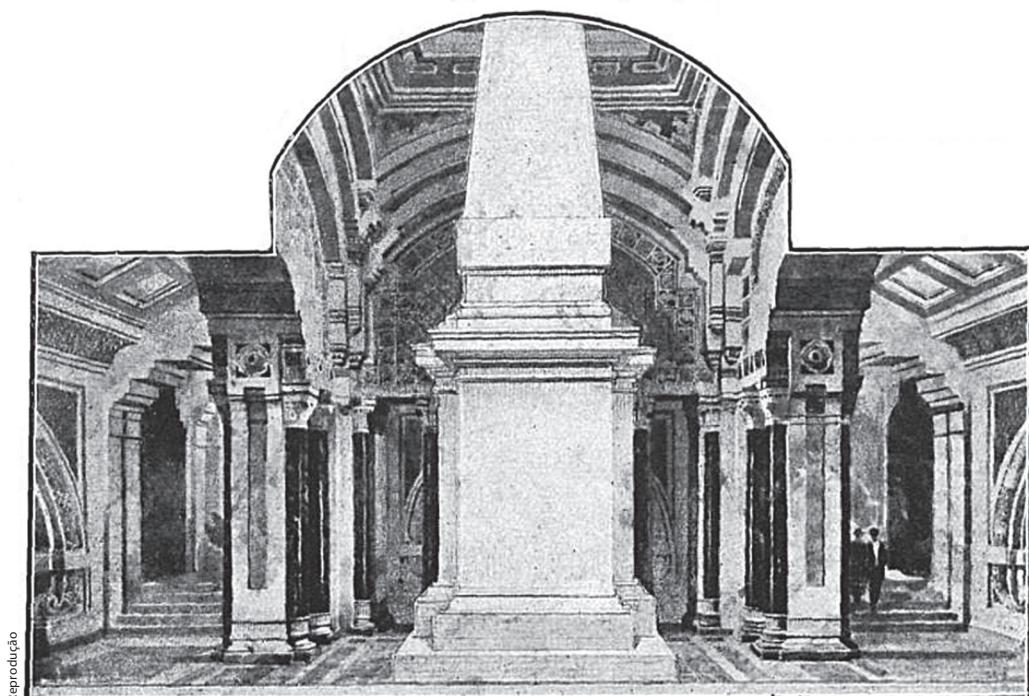
A composição do monumento era consonante com as referências da *Reseña Histórica*. Em um trecho dela, destacava-se que “a Revolução de Maio não foi obra de um homem, mas de um povo. O primeiro ator que devemos pôr em cena, o protagonista [...] é o Povo”<sup>8</sup> (cf. Alves, 2017, p. 159), demonstrando a importância do povo para a revolução, que foi representado no cume do monumento, portando a bandeira argentina. A Assembleia Constituinte e a bandeira argentina foram outros pontos realçados na resenha e que também foram aludidos no projeto italiano. Portanto, muitos dos elementos de destaque das diretrizes históricas para o monumento haviam sido contemplados e o principal objetivo, que era evidenciar a importância da Revolución de Mayo para a construção da nação, havia sido cumprido.

Para a segunda etapa do concurso, os jurados haviam feito solicitações específicas a cada projeto selecionado. Ao projeto de Moretti e Brizzolara eram poucas as recomendações, pois solicitaram apenas que “a arquitetura da parte inferior de ambos os lados do monumento deve ser modifi-

---

<sup>8</sup> No original: “*la Revolución de Mayo no fue la obra de un hombre, sino la obra de un pueblo. El primer actor que debemos poner en escena, el protagonista [...] es el Pueblo*”.

FIGURA 4



"Vista de la cripta interior, donde se alojará la primitiva pirámide. Projeto de Luigi Brizzolara e Gaetano Moretti", *Caras y Caretas*, 5 de abril de 1913. Biblioteca Nacional de España

cada, no sentido de dar um pouco mais de amplitude e mais espaço às fontes"<sup>9</sup> (*La Construcción Moderna*, 1908b, p. 432). Outra solicitação feita a todos os concorrentes classificados para a segunda etapa, que não estava prevista na convocatória do concurso, era a de conservar a *Pirámide de Mayo* dentro do novo monumento (Malosetti Costa, 2012, p. 5). Todas essas orientações feitas aos artistas demonstram o controle que os promotores da obra exerciam sobre os projetos.

O novo projeto de Brizzolara e Moretti previu, então, uma cripta no seu interior, onde haveria espaço para um Museu da Independência e seria possível visitar o primeiro monumento público de Buenos Aires (Figura 4), fazendo com que, segundo o articulista da revista *Caras y Caretas*, a pirâmide fechada na nova obra escultórica se tornasse uma "joia em seu estojo"<sup>10</sup> (*Caras y Caretas*, 1913, p. 88). Brizzolara e Moretti realizaram ainda propostas de remodelação da *Plaza de Mayo*, que implicavam a demolição de alguns edifícios ao seu redor (Alves, 2017, p. 171).

9 No original: "deberá modificarse la arquitectura de la parte baja en ambos costados del monumento, en el sentido de darle un poco más de amplitud y mayor espacio á las fuentes".

10 No original: "joya en su estuche".

Além da construção do monumento, as autoridades municipais previam a abertura de avenidas diagonais que teriam a função de modernizar e embelezar a cidade, bem como agregariam monumentalidade ao novo conjunto escultórico (Figura 5).

No concurso brasileiro, a opinião da comissão do júri foi unânime ao declarar a obra dos italianos Ettore Ximenes e Manfredo Manfredi como a vencedora. A proposta (Figura 6) foi a de um monumento escultórico que tem como ponto fulcral o grito de “Independência ou Morte”, representado por um grande alto-relevo na base do monumento, que faz referência ao quadro de Pedro Américo presente no Museu Paulista. Nas laterais do monumento, há dois conjuntos escultóricos que, na proposta

inicial, eram alegorias que simbolizavam, de um lado, “Opressão”, e do outro, “Liberdade”. Esses grupos foram depois substituídos por dois eventos que antecedem ao 7 de Setembro de 1822: a Inconfidência Mineira, de 1789, e a Revolução Pernambucana, de 1817. Foram ainda acrescidos às bases dessas esculturas dois baixos-relevos que aludem a eventos posteriores: a entrada de D. Pedro na Rua do Carmo, em São Paulo, na tarde de 7 de setembro de 1822 e a campanha de libertação da Bahia, lembrada pelo Combate de Pirajá.

Quatro personagens, considerados o pensamento e a ação do processo de independência, são representados em estátuas sedestres: José Bonifácio, Diogo Feijó, Gonçalves Ledo e Hipólito José da Costa. Este

FIGURA 5



Aquarela de Villalobos. "Aspecto que presentará la ciudad de Buenos Aires cuando estén terminadas las avenidas y demás obras de embellecimiento que actualmente se ejecutan", *Caras y Caretas*, 5 de abril de 1913. Biblioteca Nacional de España

FIGURA 6

Micheli Cristine Scapol Monteiro



Ettore Ximenes e Manfredo Manfredi, *Monumento à Independência do Brasil*, São Paulo

último, no entanto, não estava previsto no projeto inicial, pois o artista havia proposto a figura de Tiradentes, que acabou sendo substituída, já que o herói da Inconfidência Mineira havia ganho lugar de destaque nos grupos escultóricos laterais. No cume da obra, há um conjunto alegórico que representa o “Triunfo da Independência”, formado por uma biga puxada por cavalos, sobre a qual está a figura da Independência. Junto dela, há outras alegorias como Felicidade, Amor, Poesia, Pensamento, História, Música, Ciência, um Agricultor, um Trabalhador e um “Índio bom”. Em frente ao monumento, há uma pira, com um fogo que deve permanecer sempre aceso.

Um elemento que agradou muito aos jurados do concurso foi o alto-relevo em

referência ao “grito do Ipiranga” (Figura 7). Na exposição de maquetes, o artista o apresentou em gesso em grandes proporções, encantando o público e demonstrando a qualidade técnica de Ximenes. Todos os jurados elogiaram o painel, que foi considerado de grande “intensidade de evocação nacional”, acrescentando que “não haverá brasileiro algum que de longe deixe de reconhecer no monumento, que o projeto de Ximenes idealiza, uma representação da cena majestosa de 7 de setembro de 1822, cara a todos os nossos corações” (Taunay, 1920, pp. 2-3). A cena correspondia à descrição de como teria sido o grito da independência presente no livro de Rocha Pombo, cuja leitura havia sido sugerida aos concorrentes do concurso. Ximenes elaborou um alto-

FIGURA 7



Michelli Cristine Scipóli Monteiro

Ettore Ximenes e Manfredo Manfredi, *Monumento à Independência do Brasil*, detalhe do painel “Independência ou Morte”, São Paulo

-relevo que não era uma cópia do quadro de Pedro Américo, mas uma releitura cujos paralelismos eram muito eficientes para a pedagogia cívica do monumento. Contribuía, assim, imensamente para o didatismo da escultura, já que a lembrança do quadro muito conhecido pelos brasileiros permitia uma associação instantânea entre o monumento e o episódio histórico.

As modificações feitas à proposta inicial de Ximenes, indicadas anteriormente, foram solicitações dos jurados do concurso e tiveram como objetivo principal substituir alegorias por acontecimentos históricos. Esculpidos no granito, no plinto do monumento, foram incluídos também elementos que fazem referência ao território paulista, como as folhas de café nos ornamentos e também dois brasões da cidade de São Paulo, que estão em duas faces do embasamento, enquanto nos outros lados está o brasão dos Estados Unidos do Brasil.

Novamente, é evidente o controle por parte dos jurados do concurso, que direcionavam a elaboração da obra escultórica para uma leitura específica da história da independência do Brasil, indicando os ele-

mentos a serem suprimidos e os eventos e personagens que deveriam ter maior destaque. O monumento serviria, assim, como meio de materialização de uma identidade coletiva que atendia aos interesses de um grupo específico, que pretendia demonstrar o sentido fundamental de São Paulo para os destinos do país. A independência está centrada em São Paulo, que concretiza as ambições pretendidas nos eventos anteriores, ocorridos em Minas Gerais e Pernambuco. E como eventos decorrentes do Grito de independência há a aclamação de D. Pedro, não no Rio de Janeiro, mas em São Paulo, e os conflitos na Bahia, que aparecem de forma tímida em um baixo-relevo.

A escolha do projeto vitorioso não se pautava somente pelo valor histórico, mas também pelo valor estético, como havia sido explicitado no edital do concurso brasileiro. Por isso, os arquitetos e escultores vencedores eram reconhecidos por terem uma extensa carreira na Itália e experiência na execução de grandes monumentos. Eram, portanto, uma escolha segura, pois seriam capazes de executar essas obras de grandes proporções e complexidade.

A vitória desses artistas italianos foi motivo de repercussão internacional dos monumentos americanos. O projeto de Moretti e Brizzolara foi difundido em revistas italianas, que veicularam imagens da maquete e uma delas até serviu de capa para a revista *L'Illustrazione Italiana* (Figura 8). A vitória da proposta de Ximenes e Manfredi foi mencionada em periódicos italianos, portugueses e ingleses, além de também ter recebido atenção especial da revista *L'Illustrazione Italiana*, que dedi-

cou uma página inteira para descrição da obra, com diversas imagens da maquete. Como fica evidente, a vitória em concursos americanos era uma forma de consagração de artistas estrangeiros. Nos periódicos, interpretavam-se as conquistas como uma vitória da arte italiana. Ser autor de uma obra monumental capaz de garantir prestígio internacional era um objetivo perseguido por esses artistas europeus. Por isso, além de vencer o concurso, fundamental era que as obras fossem executadas.

FIGURA 8



Reprodução

"La vittoria degli artisti italiani Moretti e Brizzolara a Buenos Aires", *L'Illustrazione Italiana*, 1909

## FRUSTRAÇÕES NOS CENTENÁRIOS

A construção desses monumentos era um empreendimento de grande complexidade e de alto custo. O *Monumento a la Revolución de Mayo* foi redimensionado para poder abrigar a *Pirámide de Mayo*, o que impactou a execução da obra. Possivelmente por isso, a data de inauguração foi alterada de 25 de maio de 1910 para 9 de julho de 1916, quando se comemoraria os cem anos da Declaração da Independência da Argentina pelo Congresso de Tucumán. Em 1910, como parte das celebrações do centenário da Revolução de Maio, foi realizada a colocação da pedra fundamental do monumento (cf. Lopes, 2012, p. 131). Em novembro de 1912, os jornais noticiaram o translado da *Pirámide de Mayo*, que foi alocada no seu lugar definitivo, onde seria envolvida pelo monumento que seria ali construído (*Caras y Caretas*, 1912, p. 94). Também foram executados os trabalhos de fundação do terreno e Brizzolara realizou os moldes em gesso de diversas esculturas. Os trabalhos, no entanto, precisaram ser suspensos.

Como indicou Raúl Piccioni (2001, p. 94), a despeito do dinheiro despendido com o concurso, do trabalho para difundí-lo e do entusiasmo que havia gerado na população, não foi arrecadado o suficiente para materializar a obra. Margarita Gutman (1999, p. 290) acrescenta que as opiniões divergentes, a demora para começar a construção do monumento e o início da Primeira Guerra Mundial fizeram com que o projeto fosse interrompido. Em 1914, Moretti e Brizzolara publicaram um livreto a fim de incentivar a realização da obra, contudo, não alcançaram o resultado esperado. Em 1921, o contrato com os italianos

foi rescindido por meio de um decreto, que eximiu os artistas de qualquer responsabilidade (Lopes, 2012, p. 183).

Questões financeiras também foram enfrentadas para a execução do monumento brasileiro. O valor da obra havia sido atualizado quando da assinatura do contrato com Ettore Ximenes, em 1920, com o acréscimo de 300 contos de réis do que fora estabelecido inicialmente no edital. Parte do monumento foi realizada na Itália e outra parte no Brasil, sob a supervisão do escultor italiano. Porém, a grande inflação vivida na Itália impactou o custo com materiais e mão de obra, por isso, em 1922, ano da inauguração do monumento, Ximenes solicitou um novo aumento de 2.600 contos de réis. Apesar do pedido ter sido negado pelas autoridades paulistas, o artista continuou a trabalhar na escultura, declarando estar custeando a sua conclusão. Anos depois, o escultor receberia uma gratificação por seu trabalho<sup>11</sup>.

Além da questão financeira, surgiram outros percalços para a finalização do monumento brasileiro. Os trabalhos de fundação do monumento foram concluídos tarde e as obras dos jardins e da avenida monumental estavam muito atrasadas em 1922. Isso inviabilizou a finalização

---

<sup>11</sup> O pedido de aumento foi recusado logo após o Centenário da Independência, em outubro de 1922, quando o monumento ainda estava incompleto. Em 1924, quando o monumento já estava finalizado, o deputado Azevedo Junior apresentou um projeto ao Congresso Legislativo solicitando a gratificação de mil e quinhentos contos de réis ao escultor “pela conclusão do Monumento do Ipiranga”, argumentando que, com o fim da guerra e efeitos dos armistícios, houve a derrocada de todos os câmbios, sendo o italiano um dos que mais sofreu nessa ocasião. Em 1925, Carlos de Campos, presidente do estado de São Paulo, promulgou a lei 2.063, que autorizou a abertura de crédito a Ettore Ximenes (Monteiro, 2017).

do conjunto escultórico para os festejos do Centenário da Independência. Mesmo incompleto e em meio a um Ipiranga em obras, decidiu-se por se manter a inauguração do monumento, destacando o que estava concluído, já que era o que mais importava às elites paulistas: o alto-relevo “Independência ou Morte”, que destacava o brado da independência ocorrido em solo paulistano. A tribuna oficial do evento foi instalada sobre o monumento e de lá foram proferidos os discursos oficiais, portanto, logo acima do painel representando o grito de emancipação. Mesmo que a inauguração tenha sido mantida, foi evidente a frustração do governo estadual com a inconclusão das obras em 1922. Como resultado, monumentos menores, que também fizeram parte dos festejos do centenário, como o *Monumento aos Andradadas*, em Santos, ou o *Monumento a Olavo Bilac*, na Avenida Paulista, receberam mais atenção da imprensa do que o *Monumento à Independência do Brasil*, que deveria ter sido elemento central dos festejos em São Paulo.

\*\*\*

Certamente, os projetos de edificação desses monumentos cívicos nacionais não tiveram o resultado esperado para as comemorações dos centenários das independências em Buenos Aires e São Paulo. O *Monumento a la Revolución de Mayo* nunca

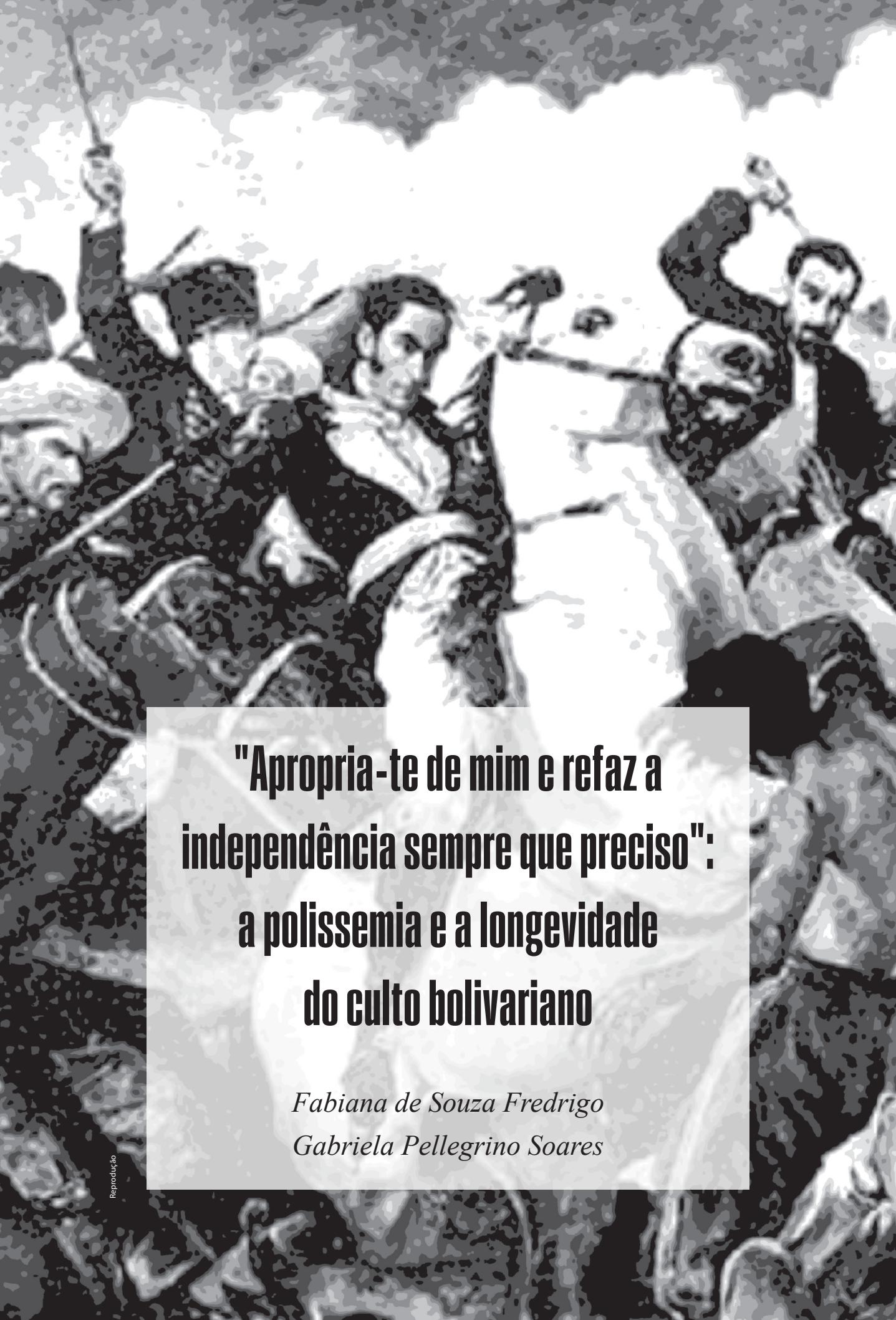
foi realizado e, segundo Margarita Gutman (1999, p. 290), as intenções de reformar a Plaza de Mayo, que haviam se iniciado em 1884, continuaram nas décadas seguintes e diversos projetos foram apresentados, porém, nenhum deles foi concretizado. A despeito do ambicioso projeto ao *Monumento a la Revolución de Mayo* ter tido sua construção fracassada, o concurso envolveu os cidadãos de Buenos Aires e favoreceu a construção de uma memória da independência argentina, mesmo que esta não tenha sido materializada no mármore e no granito.

Em São Paulo, o projeto monumental de consagração da colina do Ipiranga, a despeito da sua prorrogação, foi concretizado. O bairro do Ipiranga, antes distante e de difícil acesso, foi conectado à cidade com um eixo monumental ímpar em São Paulo, a Avenida da Independência (hoje, D. Pedro I), que foi finalizada em 1923. O conjunto escultórico passou a demarcar o espaço urbano da capital paulista, conformando, com suas esculturas, a memória do 7 de Setembro de 1822 e consagrando a importância de São Paulo no contexto da nação. Percorrer a história dessas obras escultóricas, tomando-as como documento histórico, permite compreender como os monumentos públicos se constituíram em instrumentos de uma pedagogia cívica que pretendia fomentar a nacionalidade e construir uma determinada memória da independência.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, E.; RAMÍREZ, F. "Preámbulo", in *Los pinceles de la historia – La fabricación del estado, 1864-1910*. Ciudad de Mexico, Banamex/Patronato del Museo Nacional de Arte, 2003.
- ALVES, A. C. "Civismo e questão nacional em debate no monumento à Revolución de Mayo (Buenos Aires, Argentina)". *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 27, n. 1 [37], jan.-jun./2019, pp. 73-98.
- ALVES, A. C. *Dimensões políticas na Plaza de Mayo e a cidade de Buenos Aires como capital federal (1880-1910)*. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 2017.
- BACZKO, B. "Imaginação social", in R. Romano (org.). *Encyclopédia Einaudi*, vol. 5: *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.
- CARAS y Caretas. "El Monumento a la Revolución de Mayo – El proyecto premiado". *Caras y Caretas*, n. 563, año XII, 9 de julio de 1909.
- CARAS y Caretas. "La translación de la Pirámide de Mayo". *Caras y Caretas*, n. 737, año XV, 16 de noviembre de 1912, p. 94.
- GUTMAN, M. (ed.). *Buenos Aires 1910: memorial del porvenir*. Buenos Aires, Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires/Faculdade de Arquitetura, Design e Urbanismo da Universidad de Buenos Aires/IIED-America Latina, 1999.
- L'ILLUSTRAZIONE Italiana. "El Monumento dell'Indipendenza Argentina – Il bozzetto Moretti-Brizzolara, solo italiano prescelto". *L'Illustrazione Italiana*, 23 agosto 1908, p. 178.
- LA CONSTRUCCIÓN Moderna. "El Monumento a la Revolución de Mayo en Buenos Ayres". *La Construcción Moderna*, n. 22, 30 de noviembre de 1908b, pp. 431-2.
- LA CONSTRUCCIÓN Moderna. "Resultado del concurso del monumento a la Revolución de Mayo". *La Construcción Moderna*, n. 18, 30 de septiembre de 1908a, pp. 337-44.
- LOPES, F. T. *Cenografia e paisagem urbana: um estudo de caso da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 2012.
- LYNCH, J. *La revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. Trad. Javier Alfaya e Barbara McShane. Barcelona/Caracas/México, Editorial Ariel, 1976.
- MALOSETTI COSTA, L. "Arte e Historia en los festejos del Centenario de la Revolución en Buenos Aires". *Caiana. Revista electrónica de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*, n. 1. Buenos Aires, septiembre 2012. Disponível em: [http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article\\_1.php&obj=2&vol=1](http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_1.php&obj=2&vol=1).
- MONTEIRO, M. C. S. "O Mausoléu a Belgrano, de Ettore Ximenes, e a presença artística italiana na Argentina". *Caiana. Revista electrónica de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*, n. 8. Buenos Aires, jan.-jun./2016. Disponível em: <http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=default.php>.
- MONTEIRO, M. C. S. *São Paulo na disputa pelo passado: o Monumento à Independência, de Ettore Ximenes*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.
- O ESTADO de S. Paulo. "Monumento Comemorativo da Independência do Brasil". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 de setembro de 1917, p. 11.

- OLIVEIRA, C. H. S. "O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência". *Anais do Museu Paulista*, v. 3. São Paulo, 1995, pp. 195-208. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47141995000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141995000100018&lng=en&nrm=iso).
- PICCIONI, R. E. *El arte público en la transformación de la ciudad del centenario, Buenos Aires 1890-1910*. Dissertação de mestrado. San Fernando, Universidad de San Andrés, 2001.
- PRADO, M. L. C. "O artista entre a história, a política e a pintura: retratando a independência no século XIX". *E-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, vol. 7, n. 25. Buenos Aires, octubre-diciembre/2008, pp. 17-29. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6092>.
- SEVCENKO, N. "Museu Paulista: história, mito e crítica", in U. Bezerra de Meneses (org.). *Às margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo, Museu Paulista/USP, 1990.
- SHUMWAY, N. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. Trad. Sérgio Bath e Mário Higa. São Paulo/Brasília, Edusp/Editora UnB, 2008.
- TAUNAY, A. "Justificação de votos apresentada por Afonso Taunay". Monumento do Ipiranga/Arquivo do Estado de São Paulo, 27 de março de 1920 (manuscrito).



# **"Apropria-te de mim e refaz a independência sempre que preciso": a polissemia e a longevidade do culto bolivariano**

*Fabiana de Souza Fredrigo  
Gabriela Pellegrino Soares*

## resumo

Este artigo analisa o processo de construção de uma memória em torno de Simón Bolívar, uma memória polissêmica que articula os protagonistas da gesta independentista na Grã-Colômbia e a posteridade. Partimos da correspondência entre Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander, visitamos a Colômbia e a Venezuela, contemplamos estátuas e ouvimos a Orquestra Sinfônica Simón Bolívar. Em todo esse percurso, problematizamos a polissemia do culto bolivariano, tendo em vista a centralidade das independências sul-americanas e suas implicações, tais como: o estabelecimento de uma cultura cívica republicana, a formação da comunidade de generais e a constituição da nação ideal, hoje capturada por projetos políticos em cena na Venezuela e na Colômbia.

**Palavras-chave:** Simón Bolívar; Francisco de Paula Santander; correspondência; monumentos.

## abstract

*This article sheds light on the construction of memory regarding Simón Bolívar, a polysemic memory that intertwines the actors of the Gran Colombian independence war and posterity. We depart from letters exchanged between Simón Bolívar and Francisco de Paula Santander, visit Colombia and Venezuela, contemplate public monuments, and listen to the Simón Bolívar Symphonic Orchestra. Throughout this path, we discuss the polysemic construction of a place for Bolívar among national heroes, given the importance of the independence military campaigns in South America and their historical implications –among others, the building of a Republican civic culture, of a community of high commanders and of the notion of an ideal nation, later captured by political projects in Venezuela and Colombia.*

**Keywords:** Simón Bolívar; Francisco de Paula Santander; letters; monuments.

“A palavra não foi feita para  
enfeitar, brilhar como ouro falso;  
a palavra foi feita para dizer.”  
(Graciliano Ramos,  
*Linhas tortas*, 2005, capa)

## O HERÓI CATIVO DAS INDEPENDÊNCIAS, ONTEM E HOJE

**O** herói é um arquétipo. Ao aceitarmos esse pressuposto, concordamos que o acompanham a universalidade e a atemporalidade (Jung, 2014). Se a primeira qualidade implica o herói preexistir no inconsciente coletivo e, assim, adentrar narrativas distintas, a segunda registra que sua presença escapa ao tempo, exatamente, pela constância. De maneira simples e direta: o herói está a postos em todas as horas e em todos os lugares. Sobretudo, um herói pode ser abandonado, mas nunca abandona sua causa, sua vida é subsumida nela. No abandono aprofundam-se suas penas, as mesmas que o tornarão digno do panteão patriótico. O herói moderno, com tintas românticas, emerge, entre outras, das narrativas históricas oitocentistas que se ocupam de estabelecer a identidade nacional. Dito isso, as escritas em torno das independências obrigatoriamente articulam os seguintes elementos: a liderança, a guerra e o governo

autônomo e republicano. Acompanhar como essa articulação patrocinou disputas e produziu variados sentidos – internos, inclusive, aos sujeitos partícipes da gesta independentista, da qual Simón Bolívar é figura icônica – nos conduzirá, certamente, às múltiplas apropriações em torno do herói e do cenário em que ele se movimentou.

Ao se tornar herói latino-americano e seguir sendo apropriado ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, Bolívar transpôs fronteiras geográficas e temporais. Carrera-Damas (1969) anuncia a existência de um culto bolivariano que dominaria a historiografia venezuelana, ao menos, até a década de 1960. Mais recentemente, Enrique Krause (2011)

---

**FABIANA DE SOUZA FREDRIGO**  
é professora associada da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, credenciada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFG).

**GABRIELA PELLEGRINO SOARES**  
é professora livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo e pesquisadora do CNPq.

qualifica o culto cívico a Bolívar como incommum, tanto por não encontrar concorrência com os luminares religiosos – não há, na Venezuela, martirologia comparável à da Virgem de Guadalupe – quanto por ser um culto monoteísta, uma vez que Simón Bolívar é o único divinizado. Embora outros heróis compartilhem o panteão, como Miranda, Sucre e Páez, nenhum faz sombra àquele que é a fonte da divindade. Segundo esse autor, é importante destacar que o culto ganha ares populares muito antes do chavismo. Desde 1842, alimenta-se uma “penitência coletiva pelo pecado de terem deixado Bolívar morrer em solo colombiano” (Krause, 2011, p. 528).

Um parêntese é fundamental. Simón Bolívar faleceu no dia 30 de dezembro de 1830, na Quinta de San Pedro de Alejandrino, próximo a Santa Marta. Proscrito, não fora atendido em seu desejo de ser enterrado em Caracas. Com o fim da Grã-Colômbia, as abaladas relações diplomáticas com a Venezuela impediram o traslado do corpo para a cidade natal de Bolívar. Além do mais, o caraqueno havia sido exilado pelo general José Antonio Páez, adversário do projeto de unidade acalentado pelos bolivarianos. Em 1842, sob a segunda presidência do general Páez, uma nova cerimônia fúnebre seria organizada para Bolívar, dessa vez, em sua cidade natal. Passados 12 anos, os restos mortais da liderança *criolla* foram trasladados de Santa Marta para Caracas, depositados em uma urna e abrigados na catedral, em um “autêntico teatro ceremonial” (Rodríguez Jímenez, 2011, p. 169). Apenas em 1876, as cinzas encontraram o lugar de descanso definitivo, o Panteão Republicano.

Como sugerido, o abandono e a pena do herói (a morte no exílio) o exaltam cívicamente. Curioso duas repúblicas americanas,

Colômbia e Venezuela, despontarem autônomas sob o signo do exílio da liderança independentista. O ajuste de contas viria. Em 1842, Bolívar recebeu o título de Pai da Pátria e se consagrou herói imortal, em razão dos esforços do presidente e do Congresso venezuelano<sup>1</sup>. Nesse sentido, a “culpa histórica” sustentava uma situação extraordinária: o traslado, realizado em nome da unidade e da pacificação nacional, devia ocultar que o general das independências havia sido proscrito por seu principal projeto, a unidade da Grã-Colômbia, desmantelada em 1831, na sequência de sua morte. Portanto, entre 1819 e 1842 – respectivamente, datas do Congresso de Angostura, que legalizou a existência da Grã-Colômbia, e do retorno do

---

1 Recebido pelo Senado venezuelano em 30 de abril de 1842, esse não fora o primeiro título concedido a Simón Bolívar. Em meio à cruenta Guerra de Independência, duas decisões foram tomadas. Em 1813, decretou-se a “guerra de morte”, cujo principal fundamento era não poupar prisioneiros para possíveis trocas, e, em 1814, estabeleceu-se a “Ordem dos Libertadores”. Em carta para Antonio Nariño, redigida de Caracas em 4 de maio de 1814, Bolívar explicitava a motivação para a criação da Ordem: “Desejoso de distinguir àqueles militares que com sacrifícios e esforços extraordinários contribuíram muito para o feliz êxito da campanha que libertou a Venezuela, e que fariam a glória dos maiores heróis da terra, instituí a Ordem dos Libertadores” (apud Fredrigo, 2010, p. 102). Mais adiante, em carta para Santander, datada de 1826, escrevia: “[O título de] Libertador é maior do que tudo, por isso mesmo me desagrada até o trono” (apud Fredrigo, 2010, p. 163). A guerra, o imaginário heroico e a elaboração do luto associavam-se. A morte era fato evidente, à espreita, não só nas batalhas, mas no cotidiano das vilas. Entre 1813 e 1814, se perderam cerca de 60 mil vidas. Procissões, funerais, execuções públicas na praça central, abandono de cadáveres na porta das igrejas eram atos comuns na Venezuela, na primeira década do século XIX (Flores González, 2017). As honras fúnebres tornaram-se recursos simbólicos tanto para realistas como para patriotas. Não é surpreendente que a “Ordem dos Libertadores” integre tais recursos. A guerra não desaparece ou se torna mais amena, no entanto, a liturgia republicana permite o luto que significa e dá sentido à vida e, sobretudo, à permanência do combate com os realistas.

exilado –, a unidade americana assumiu-se empreendimento polissêmico, posto que a guerra e a formação do Estado demandavam diferentes ações e imaginários políticos. O fato digno de atenção aqui não é o conflito entre os generais *criollos*, findas as guerras de independência. Interessa reter, sim, o seguinte: sozinha, a narrativa histórica patriótica seria incapaz de encapsular Bolívar, estabelecendo uma mitomania singular. Se o culto é monoteísta, a divindade é plural: há muitos Bolívares. Sua estátua equestre cavalaria por outras paragens, da música e literatura às artes plásticas. As honras fúnebres e as comemorações foram apenas o princípio de um culto que se perenizou. Se sua sobrevivência se inscreve na historiografia, não depende apenas dela, já que se populariza das formas mais variadas.

“Apropria-te de mim e refaz a independência”: embora a frase nunca tenha sido proferida pelo caraqueno, é reveladora de duas questões centrais. A primeira relaciona-se à ação propositiva da liderança. Simón Bolívar não esteve imune ao desejo de legar à posteridade uma história que demarcasse sua indispensabilidade às independências. Para tanto, dedicou especial atenção ao seu epistolário e à conformação de uma comunidade de generais. A segunda refere-se aos receptores do projeto narrativo bolivariano. Nesse caso, a apropriação é reivindicada por distintos atores que refazem a independência conforme reconstroem a associação entre a liderança e o cenário oitocentista. Dessa maneira, emissores e receptores, apesar de ocuparem campos distintos, referendam o evento, a independência. Em razão da disputa, esse processo constitui marca indelével para o continente. Por isso, refazer a independência tem um sentido mais profundo

do que o de “mobilizar o passado”. Refazer a independência, com efeito, encerra repensar os laços identitários, rever a violência e a exploração colonial, reavaliar os projetos nacionais. Portanto, a figura do herói – ou dos anti-heróis – e a comemoração do evento reorientam a ação presente<sup>2</sup>. O indelével que persegue a apropriação revela que não há pacificação: refazer a independência é um ato que se assenta, do ponto de vista arquetípico, na busca pela liberdade, e essa, além de camaleônica, é fugidia.

## A ODISSEIA BOLIVARIANA: UMA TRAJETÓRIA

Simón Bolívar nasceu em 24 de julho de 1783 na cidade de Caracas, capital da então recém-criada Capitania Geral da Venezuela. Filho de uma rica família *criolla*, era o herdeiro natural das fazendas de cacau, da escravaria e do casarão na Praça San Jacinto que, entre outros bens, seus antepassados haviam amealhado. Aos três anos, tornou-se órfão de pai e, aos nove, a tuberculose ceifou a já frágil vida de sua mãe. A figura da ama Hipólita tornou-se por isso central nos cuidados e afetos dedicados às crianças da casa (Soares, 2008).

A educação do único varão foi inicialmente supervisionada por Miguel José Sanz, conselheiro da família, eminente advogado

---

<sup>2</sup> Para uma leitura detida sobre o chavismo, que pode ser tomado como um novo clímax da apropriação, ver: Tiago Ciro Moral Zancope (2014). Em *A refundação da nação: bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez*, o autor, ao examinar os recursos retóricos do chavismo, expõe a radicalização, na Venezuela contemporânea, do vínculo entre a nação, a doutrina bolivariana e a própria personalidade do militar-presidente.

e autor, em 1810, do texto *Informe sobre educación publica durante la colonia*. Em seguida, Bolívar teve diferentes preceptores, dentre os quais Andrés Bello, futuro reitor da Universidade do Chile, e Simón Carreño Rodríguez, a quem os biógrafos costumam atribuir a responsabilidade pelo despertar do pupilo para os ideais de liberdade que sacudiam o Velho e o Novo Mundo. Simón Rodríguez era então um jovem professor de primeiras letras, ardoroso defensor da difusão das escolas elementares em Caracas e de uma reforma pedagógica pautada em referenciais ilustrados. Seu combate às “trevas” do ambiente colonial não se ateve às armas da educação. Em 1797, envolveu-se com uma conspiração – conhecida como Conspiração dos Pardos – em favor da independência venezuelana. O frustrado desfecho do movimento obrigou Simón Rodríguez a exilar-se, passando pela Jamaica e pelos Estados Unidos até estabelecer-se na Europa.

Como era costume entre os *criollos* mais prósperos, Simón Bolívar, quando jovem, passou temporadas na Europa, sendo a primeira delas na Espanha, com o argumento de completar sua formação. Aos 14 anos, ingressara na carreira militar e deixara os estudos em segundo plano. Por essa época, abateu-se com o fim de sua primeira aventura romântica. A ideia de viajar à metrópole pareceu oportuna aos tios que o tutelavam. Em janeiro de 1799, Bolívar embarcou com destino a Madri, que alcançou depois de escalas na Cidade do México e em Havana e dos longos meses em alto-mar.

Bolívar desfrutou da vida na Corte de Carlos IV, dos novos e aristocráticos círculos de amizade e de um novo amor. Casou-se com Maria Teresa de Toro, filha de um conterrâneo seu, e regressou com a mulher

à Venezuela, pressionado pelos contratempos políticos envolvendo, em Madri, seu tio e anfitrião Estebán Palacios. Aos oito meses de casados, Maria Teresa sucumbiu à febre amarela contraída no ultramar. Consternado com a perda precoce de sua mulher, Bolívar preferiu voltar à Europa a enfrontar-se na administração dos bens da família. Chegou a Cádiz, reviu o pai de Maria Teresa em Madri e seguiu para a França revolucionária do alvorecer do século XIX. Em Paris, entregou-se à agitação dos salões sociais, vindo a conviver com intelectuais e cientistas proeminentes, como Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland, recém-regressos de uma expedição ao Rio Orinoco, na Capitania da Venezuela.

Deixou a França para encontrar-se com Simón Rodríguez em Viena. Juntos viajaram – e em boa parte caminharam – até a Itália, onde assistiram a mais uma coroação de Napoleão Bonaparte – que se seguiu à de Paris, em 1804. Versões canônicas de sua biografia sublinham que a imagem impressionou negativamente a Bolívar e reforçou as convicções liberais que colocaria a serviço da causa independentista americana, quando, estando já de volta à Venezuela, importantes acontecimentos envolvendo a metrópole abriram caminho para essa possibilidade histórica. Tendo testemunhado o juramento feito no Monte Aventino, em Roma, Simón Rodríguez elaborou um relato 45 anos mais tarde, difundido pelos biógrafos e historiadores. Incorporado o tom “romanceado”, o acontecimento passou a ser ratificado como marco inicial da missão em que Bolívar se embrenharia, com a promessa de libertar uma vasta porção da América dos grilhões da colonização espanhola. O profético Bolívar de Simón Rodríguez fazia da liberdade

uma tarefa exemplarmente americana: “A civilização que solapou o Oriente mostra aqui todas as suas faces, apresenta todos os seus elementos, mas quanto a resolver o grande problema do homem em liberdade, parece que o assunto tem sido desconhecido e que o despejo dessa misteriosa incógnita não se pode despejar senão no Novo Mundo” (Rodríguez apud Busaniche, 1986, pp. 15-6).

De volta à casa, Bolívar participou da conspiração política e das ações militares que depuseram o capitão-general espanhol da Venezuela e, sob a liderança de Francisco Miranda, conquistaram a independência do país em 5 de julho de 1811. A primeira República da Venezuela durou apenas um ano, sufocada pela reação realista encabeçada pelo capitão Domingo Monteverde. Nessa circunstância, a derrota em Puerto Cabello impressionou, sobremaneira, o soldado republicano<sup>3</sup>. Essa experiência deu a Bolívar a dimensão do desafio de se buscar conquistar apoio social à causa independentista. Retirou-se para Cartagena das Índias, onde escreveu seu *Manifesto de Cartagena*,

esculpindo fortes imagens retóricas e delineando seus princípios políticos. Seu balanço voltou-se às falhas da primeira República, à tolerância com o inimigo, aos problemas do federalismo, ao fanatismo religioso despertado pelo terremoto que abalou Caracas na Semana Santa de 1812 e aos obstáculos existentes para a construção de uma nova ordem fundada sobre a democracia.

Em princípios de 1813, Bolívar conduziu um pequeno exército que, em agosto, reconquistou Caracas e inaugurou uma nova, mas fugaz, República. Bolívar exilou-se novamente, àquela ocasião no Caribe, onde redigiu a conhecida *Carta da Jamaica*, definindo os horizontes políticos de sua luta, transbordante da determinação que fazia engrossar as fileiras revolucionárias e semear febril admiração nas povoações por onde passava. Em 1815, a situação das forças de emancipação se agravou, pois Fernando VII, restaurado no trono espanhol em fevereiro de 1814, enviou um grande exército para reconquistar o vice-reino. A expedição comandada pelo temido Pablo Morillo chegou à Venezuela em 1815. O vice-reino de Nova Granada foi escolhido, dentre os demais vice-reinos hispano-americanos, para a missão de reconquista.

Em dezembro daquele mesmo ano, Bolívar deixou a Jamaica para embrenhar-se pela longa e árdua via que levaria à independência definitiva da América do Sul hispânica. O exército revolucionário ganhou corpo com a nomeação de novos generais, subordinados, pela disciplina militar e pelo cálculo político de Bolívar, à sua autoridade. José Antonio Paez, Francisco de Paula Santander, Antonio José de Sucre, José Inácio de Abreu e Lima, entre outros, traziam consigo o apoio de bases sociais de suas regiões de origem, espalhadas pelo mapa do vice-reino, dos *llanos*

3 Em carta dramática para Francisco de Miranda, redigida dois dias após a perda do forte, em 14 de julho de 1812, Simón Bolívar assumia sua responsabilidade, bem como justificava à opinião pública os acertos com a eleição de Miranda. Embora detalhasse as operações de guerra no forte, a escrita da missiva guia-se pela defesa da honra, sendo seu final revelador: “Enfim, meu general, eu embarquei com meus oficiais às nove da manhã abandonado por todo o mundo, e seguido só de oito oficiais que depois de terem apresentado seu peito à morte, e sofrido pacientemente as mais cruéis privações, voltaram ao seio de sua pátria para contribuir com a salvação do Estado e cobrir de glória vossas armas. Quanto a mim, eu cumprí com o meu dever; e embora tenha perdido a Praça de Puerto Cabello, eu sou inocente, e salvei minha honra. Oxalá não tivesse salvo a minha vida, e a tivesse deixado embaixo dos escombros de uma cidade que devia ser o último asilo da liberdade e da glória da Venezuela!” (apud Fredrigó, 2010, p. 32).

aos Andes, das costas oceânicas às bacias dos grandes rios. Bases sociais indígenas, afrodescendentes, mestiças, cativadas por soldos e promessas de liberdade e de alforria.

Em 1819, o general convocava um congresso “colombiano” em Angostura, onde, em 15 de fevereiro, proferiria seu conhecido “Discurso de Angostura”, no qual voltava a definir os contornos da ordem política que almejava para a América Espanhola. O Congresso de Angostura adotou, no devido tempo, uma Constituição – a de 1821, referendada em Cúcuta – que incorporava algumas das ideias políticas de Bolívar. Adiava, no entanto, o debate sobre a escravidão e tornava o Senado vitalício. Após a vitória na Batalha de Boyacá, em agosto, e a tomada de Bogotá, Bolívar proclamou a união de todos os ex-territórios do vice-reino de Nova Granada na República da Grã-Colômbia. Nomeado seu presidente, Bolívar logo transferiu suas funções a seu vice, general Santander, para completar a libertação da América do Sul.

Em 1820, na esteira dos acontecimentos da revolução liberal na Espanha, Pablo Morillo recebeu ordens para a assinatura de um armistício. Era o primeiro passo para a derrota definitiva do exército realista espanhol. Em 1822, a Grã-Colômbia incorporou formalmente o Equador. No mês de julho, Bolívar encontrou-se com San Martín em Guayaquil, para arbitrar sobre a consolidação da libertação do Peru. Como se sabe, assumiu a campanha e entrou em Lima em setembro de 1823. A vitória final sobre as forças realistas da América do Sul ocorreu em dezembro de 1824, na Batalha de Ayacucho, quando um exército, enviado por Bolívar e liderado por Antonio José de Sucre, libertou a região do chamado Alto Peru, onde, pouco tempo depois, seria fundada a Bolívia.

Rompidos os vínculos com a metrópole, a percepção de Bolívar sobre as profundas turbulências internas em meio às quais esperava ver nascer a nova ordem reforçou, em seu projeto político, o viés centralizador, considerado autoritário, inclusive, por ex-correligionários. A Constituição da Bolívia, escrita por Bolívar em 1826, representou esse último apelo de controle sobre sua obra, posto que o documento, conforme Soriano (1992, p. 36), expressava “seu propósito de ir criando uma ordem institucional sólida e duradoura em substituição àquela que se destruía”.

Bolívar retornou a Bogotá e reassumiu a presidência da Grã-Colômbia que, no entanto, começava a se esfacelar. Em março de 1830, renunciou ao posto de presidente e, em maio, deixou Bogotá em direção ao exílio. *O general em seu labirinto* capturado por Gabriel García Márquez morreu a caminho de Cartagena das Índias, em 17 de dezembro de 1830, aos 47 anos.

## 0 EPISTOLÁRIO BOLIVARIANO: CARTAS, PARA QUE (PARA QUEM) AS QUERO?

No documentário *Margaret Atwood: a word after a word after a word is power*, chama a atenção uma observação da escritora. Seu interlocutor queria saber se ela, romancista renomada, não se incomodava com as regras e os recursos do Twitter para comunicação. Calmamente, Atwood negou qualquer irritação ou inadequação e lembrou seu interlocutor de que bastava não considerar o Twitter escritura. Para ela, a plataforma e seus recursos se assemelham a *sinais* de comunicação, tais como o sinal de

fumaça ou o menear de uma bandeira. Duas ponderações sobre a resposta de Atwood: a escritura encerra um ato mais amplo do que o de produzir um sinal; as condições que enlaçam emissor e receptor de uma mensagem, no caso da escritura, ultrapassam o ato de produzir “comunicação imediata”. Disso decorre que, para elaborar ou aprender a escritura, é necessário considerar as reverberações da linguagem e a relação estabelecida entre os interlocutores. No interior desses âmbitos, questões relacionadas ao tempo e à subjetividade se destacam, na medida em que as reverberações da linguagem implicam o sentido da narrativa como orientação, o significado da linguagem como desejo comunicante e o aspecto do enredo tempo-espacial (cuja trama urde o instante e a memória, a proximidade e a distância). A “palavra foi feita para dizer” e o dizer, o burilar, exige elaboração.

Diante do exposto, não resta dúvida de que a correspondência é escritura, especialmente se a apreendemos como uma prática, a escrita de si<sup>4</sup>. Escrever cartas, recebê-las, lê-las, respondê-las colocam em andamento

uma relação de troca e espera, assim como, num mesmo e distinto movimento, aproximam e guardam distância. A assinatura digital demorou a se impor, posto que seu uso não se relaciona apenas à disposição dos recursos tecnológicos ou à ampliação dos processos de comprovação cartorial. Há mais: a caligrafia é íntima, intransferível. Cartas redigidas na máquina de escrever, não raro, vinham acompanhadas da assinatura de “próprio punho”. A correspondência encerra um ato pessoal, não se escreve a qualquer destinatário e não se escreve do mesmo modo a destinatários distintos. Como bem sabia Bolívar, uma carta e um ofício têm profundas diferenças, tanto no que se refere à elaboração quanto aos usos e circulação:

“Não me pareceu direito que o Senhor tenha aberto as minhas cartas a Santander e Peñalver. As cartas confidenciais são sagradas para todos, porque contam segredos de outros que não se deve confiar. Assim, espero que de hoje em diante o Senhor não abra nada além das comunicações oficiais, que cuidam das questões do Chile, do Ministro da Guerra, do Panamá, de Castillo e Salom, as demais devem vir fechadas para mim.

[...]

Pérez não tem recebido comunicação oficial do Senhor, e eu quero que o serviço se faça oficialmente e não por cartas, pois as cartas não são documentos públicos que devem sempre aparecer. Eu detesto esse instrumento de compreensão, pois não há meio de contestar oficialmente uma carta senão por irregularidades chocantes, sem restar documentos sobre os quais recaiam as resoluções. As cartas são muito boas, mas os ofícios também” (apud Fredrigo, 2010, pp. 52-3).

---

4 É esclarecedor definir a escrita de si aludindo às práticas que nela se sustentam. Em tais práticas, como a escrita de autobiografias, diários e cartas, há uma exigência e um desejo de conhecimento sobre si e, ao mesmo tempo, de cuidado e elaboração a respeito de si, o que envolve, portanto, a memória e o arquivamento. Se escrever cartas é hábito antigo, no século XIX, elas são escritas de modo peculiar, visto que demandam uma nova relação entre um “eu” e um “outro”, demarcada pelo individualismo moderno (Gomes, 2004). O espaço de uma vida privada – oposta, ou melhor, resguardada da ambiência pública – fortalece a consciência do “eu”, conduzindo a uma experimentação subjetiva que, continuamente, alarga a compreensão cotidiana da vida. Nesse sentido, uma documentação pessoal do vivido abre espaço aos álbuns de família, aos cartões-postais, aos diários de viagens, entre outros.

Inúmeras passagens do epistolário bolívariano possibilitam examinar a prática de elaboração e arquivamento de si, associando tais ações ao cultivo da comunidade de generais, ao domínio da informação no teatro da guerra e ao desejo de controle da posteridade. Se a carta escrita para Heres demonstra a ciência do missivista quanto à singularidade e relevância de seus escritos, a trajetória de organização das cartas reiterou o cuidado de Bolívar com sua correspondência pessoal. Segundo o organizador do epistolário, Vicente Lecuna, não existiam cópias das cartas privadas na Secretaria, tal como existiam para os documentos oficiais. Por isso, o pesquisador cumpriu um longo percurso, de 1917 a 1929, para a constituição de um *corpus*, materializado nas *Cartas del Libertador* – coletânea publicada entre 1964 e 1969, composta de sete tomos que abrigam 2.815 missivas (Fredrigo, 2010).

Em mais de uma circunstância, o destino da correspondência ocupou os pensamentos de Simón Bolívar. Esse é outro dado que nos permite avaliar a complexidade do epistolário. No testamento, Bolívar solicita que queimem os documentos guardados nos baús, a serem enviados para o senhor Juan Bautista Pavageau<sup>5</sup>, que, conforme ordem de setembro de 1830, deveria transportá-los para Paris. Para sorte de historiadores, biógrafos e romancistas, o missivista teve seu desejo contrariado por seus amigos íntimos, os primeiros a lidarem com aquela documentação. Amparado nas cartas e em outros documentos, o general Daniel Florêncio O’Leary escreveu *Memórias*, publicadas

em 1879 a cargo de seu filho, Simón Bolívar O’Leary. Em outra carta, então para Santander, Bolívar solicitara: “Não mande publicar minhas cartas, nem vivo e nem morto, porque elas estão escritas com muita liberdade e desordem” (apud Fredrigo, 2010, p. 57). É preciso não se deixar induzir. O pedido da não publicação de suas cartas e a adjetivação da escrita presente nelas, “livre e desordenada”, devem incitar o exame pormenorizado. Comecemos pela data: a missiva foi escrita em 1825, quando o reconhecimento das independências na América consumara-se. A partir de então, o cenário seria o de uma outra batalha, a que envolveria os representantes da elite *criolla*. Certamente, não haveria motivo para o pedido se Bolívar não soubesse do interesse em seu arquivo pessoal. Mais importante ainda, embora algumas cartas possam, sim, ser escritas desordenadamente, isso não é sinônimo de “muita liberdade”. O argumento é retórico, especialmente para um homem vigilante como o general. Era ele mesmo seu primeiro censor, escrevendo ou ditando cartas. De tais solicitações e suas circunstâncias, fundamental é reter que cultivar o epistolário exigia ações e projeções variadas, por isso o esforço de convencer e organizar os interlocutores do presente, bem como o de abrir caminhos para os da posteridade, indicando o resguardo de sua honra pelos serviços prestados. Em 1821, em carta para Pedro Gual, Bolívar anuncia o roteiro à história patriótica, embaralhando presente e futuro:

“Você me diz que a história dirá de mim coisas magníficas. Eu penso que não dirá nada tão maior quanto o meu desprendimento do mando, minha consagração absoluta às armas para salvar o governo e a pátria.

---

5 Conforme item 9 da cópia do testamento registrado em Cartagena, em 12 de janeiro de 1831.

A história dirá: ‘Bolívar tomou o mando para libertar seus concidadãos, e quando foram libertados os deixou para que se governassem por suas leis e sua vontade’” (apud Fredrigo, 2010, pp. 168-9).

Com a mesma ênfase com que requeria cuidado e sigilo, louvava a publicação da correspondência quando essa servia à defesa de sua imagem pública. Numa missiva endereçada a Páez, datada de 27 de dezembro de 1829, Bolívar comprazia-se da divulgação de uma carta confidencial destinada a O’Leary. Uma aparente contradição valeria a pergunta: tratava-se de uma carta confidencial escrita para divulgação? Uma dedução certeira desenreda o paradoxo: escrever cartas era também guerrear. Guerras e escritas mobilizavam a comunidade de generais e a opinião pública e completavam a obra independentista, reverberando o projeto republicano unitário e centralizador. Especialmente nessa carta, a defesa do republicanismo respondia à acusação de que Bolívar preparava um plano para a instauração da monarquia na América, com o objetivo de conceder a si mesmo a coroa:

“Muito irritados estavam os pasquins e torpezas publicaram contra minha reputação em Caracas, caluniando-me com pensamentos indignos de minha glória e de um homem que conduziu a guerra aos tiranos, nomeado de *Libertador*. Mas já estou contente, ao saber que a publicação de minha carta confidencial para O’Leary desmentiu meus inimigos, e que o Senhor os conteve, reprimindo suas pretensões. Nunca duvidei de que assim seria, porque na Venezuela ninguém é capaz de levantar a voz contra a autoridade que o Senhor sustenta; bem persuadido

estou de que sou incapaz de me degradar aspirando à fundação do mesmo governo que destruí; pois disso o Senhor tem provas incontestáveis e eu as darei todavia maiores logo depois que deixar a presidência que me aborrece, só porque julgam que podem me usar de escala para o trono. Bem rápido se verá o meu despreendimento nesta parte: dentro de poucos dias se verá o vulto que sou” (apud Fredrigo, 2010, p. 59).

Os breves e parcisos exemplos apresentados explicitam que o epistolário encerra um jogo narrativo. Os missivistas são coletores de lembranças, assediados por notícias que nem sempre podem ter frescor – o tempo da guerra não é o de seu relato, e as cartas de Bolívar a Miranda sobre a perda de Puerto Cabello assim o confirmam. Agindo como intrusos a ler a correspondência do general e procurando nela os, às vezes, fragmentados sentidos internos, é preciso admitir que ciência narrativa não é onisciência, mas, sim, uma arriscada celebração com o tempo. Os movimentos que se desprendem das missivas articulam tempo e lugar, ausência e presença, história e memória.

Para encerrar este item, uma última imagem: a interrupção de uma profícua correspondência que se estendera por mais de dez anos. Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander cessaram sua correspondência pessoal em 1827. Em razão disso, os secretários entraram imediatamente em cena, já que o silêncio entre os generais era rompido apenas em circunstâncias raras e, ainda assim, por monossílabos. Assiste-se não exatamente ao silêncio sepulcral, mas a um dramático monólogo, subscrito por Santander, quando ele foi despojado da vice-presidência, preso e enviado ao desterro (Fredrigo, 2017). O tema

é amplo para o espaço deste artigo, então, apenas registramos, sinteticamente, alguns elementos gerais dessa correspondência.

Com certeza, as cartas do granadino foram escritas prenunciando seu uso como documento público, sobretudo, as que advieram do rompimento. As defesas do liberalismo, da administração e da obra da independência sustentam-se numa reflexão pragmática, cuja pretensão era apontar os problemas cotidianos referentes à organização da República. Embora Santander se queixe da ingratidão pública e das calúnias, suas cartas expressam a preocupação com a lide administrativa. Mesmo que a escrita funcione também como recurso à elaboração de uma memória de si, não é possível desconsiderar a relevância atribuída ao árduo empreendimento de organizar e administrar os territórios libertados. A carta resposta, com a qual Santander “aceitou” o imperativo de Bolívar em não mais se comunicar com ele, é significativa. Datada de 29 de abril de 1826, nela Santander roga a Bolívar indulgência com a longa correspondência cultivada:

“Ao terminar nossa correspondência, tenho de pedir ao senhor um favor, que seja indulgente pela liberdade empregada em minhas cartas; usei a linguagem que devia falar a um amigo, que tão bondoso se mostrava comigo, desde que do Peru, ainda me estimulou que não prolongasse a interrupção de minhas cartas, que já começavam a ser omitidas. Não duvido que o senhor me dará esta graça com a mesma bondade que tem dado aos seus inimigos e de sua pátria. Eu mereço mais que eles porque tenho sido antigo e constante patriota, seu companheiro e instrumento eficaz de suas gloriosas empresas” (Santander apud Fredrigo, 2017, pp. 209-10).

O tom da carta é firme e previdente. Conforme sugerido, a comunidade de generais compartilhava a percepção de que, em razão da libertação e fundação das repúblicas sul-americanas, devia indicar caminhos à posteridade. Por isso mesmo, Santander, o desterrado que combatia a injúria a ele desferida, permanecia escrevendo – e não só cartas, mas diários e memórias (Bittencourt, 2013). No caso de missivas, evidencia-se, a partir do trecho selecionado, que a escrita sem interlocução, ainda assim, produz significado e fornece pistas valiosas. Afinal, uma missiva, mesmo que dela não tenhamos resposta – ou porque extraviou-se, ou porque a ela não se elaborou resposta, ou porque, elaborada a resposta, preferiu-se não enviar –, dilata-se no tempo. Uma carta sem resposta é um diálogo interrompido, mas não deixa de ser diálogo, na medida em que o emissor, assim que data uma carta, se entrega a um destinatário, imagina-o, alimenta-o e dele se nutre<sup>6</sup>.

## APROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO HERÓI: ARTE E POLÍTICA; LUTO E PARTILHA

Ao analisar as festas bolivarianas da Caracas oitocentista, Matheus Amilton Martins (2018) corrobora que o culto heroico a Simón Bolívar, embora atravesse a Venezuela desde o pós-independência, não deve ser visto como fenômeno monolítico. Adverte que, se uma duradoura educação cívica bolivariana

<sup>6</sup> Além do remetente, cabe uma análise apurada sobre os secretários e as cartas que redigiram, após o rompimento entre as lideranças, trabalho ainda a ser realizado.

elegeu o general como “modelo moral exclusivo” das elites venezuelanas, a inauguração de monumentos significou a captura republicana da liderança no espaço urbano. Com isso, Martins (2018, p. 16) pretende apontar que “movimentos coetâneos muitas vezes podiam ser contraditórios e mesmo opositores, ainda que surgissem de um lugar-comum envolvido na produção de expressões aceitas pela sociedade enquanto verdades”. Concordamos e acrescentamos que, reveladores do vigor da fundação nacional e do laço coletivo renovado com as independências, os monumentos ultrapassam essa orientação, posto que, também, mantêm vivas as disputas entre as lideranças *criollas*. Ou seja, os monumentos expõem a comunidade de generais, na partilha e na desavença, e confirmam que a apostila de Simón Bolívar com a posteridade frutificou. Diante de tal evidência, parecemos um equívoco enxergar nos monumentos exclusivamente o consenso; entendemos haver neles tensão e divergência esperando para serem evocadas e problematizadas.

Nesse sentido, saindo em viagem da Venezuela rumo à Colômbia, mais especialmente Bogotá, encontramo-nos com as estátuas de Bolívar e Santander dividindo o espaço do centro histórico da cidade, mas separadas por 700 metros, aproximadamente – uma localizada na Praça Bolívar, antes Plaza Mayor, e a outra no Parque Santander, marco de fundação de Bogotá. Proximidade e distância; partilha e separação – tal como na correspondência, os generais mantêm-se reservados no espaço urbano. Para o olhar arguto, o cenário citadino oferece a pista da hierarquização. Dado ao Congresso por José Ignácio Paris e instalado em 1846, o monumento *Homenagen a Simón Bolívar* encontra-se cercado por todos os poderes

instituídos, o secular e o sagrado. Em seu entorno, estão o Congresso Nacional, o Palácio da Justiça e a Catedral Primada da Colômbia, entre outros edifícios importantes. Compondo com o que a cerca, orientando o olhar e sugerindo uma narrativa visual àqueles que caminham pela cidade, a estátua de Bolívar apresenta-se ereta. Dispensando a montaria, segura a espada com a mão direita, mas não em riste; na esquerda, leva a Constituição. Também não é representado jovem: sua figura é sábia, madura e comedida, aliando o traje militar à toga em estilo romano. Bolívar parece querer dizer que a República constitucional pode contar com o poder militar – capturadas estão as entrelinhas do epistolário. A força que emana o Bolívar de bronze não vem da guerra ou do furacão revolucionário, mas da proteção às leis e à liberdade (com a espada e insígnias militares, reforcemos). Apesar disso, de certo modo, a estátua – republicana e romanizada – segue repercutindo “o drama da consciência nacional hispano-americana: como ser ocidental fora do Ocidente?” (Martins, 2015, p. 68). Passado e presente se provocam e se misturam, criando recepções variadas.

Dali a poucos metros, a estátua de Santander, imortalizada em um parque que, de acordo com as informações turísticas, localiza-se em um dos marcos de fundação da cidade, cujo entorno, atualmente, abriga o Museu do Ouro, a Igreja de São Francisco e o Edifício Avianca, local onde se localizava a residência ocupada por Santander até sua morte. Também fruto de informações turísticas, reconhece-se que o lugar competia em importância com a Praça Bolívar, sem superá-la, entretanto. A estátua foi inaugurada em 6 de maio de 1878. Com postura similar à de Bolívar, Santander repousa uma mão

sob a espada embainhada e a Constituição noutra, além de vestir trajes militares, parcialmente cobertos pela toga. As lideranças compartilham a vestimenta e a dupla função – a militar e a legislativa. Diferencia-os o lugar onde se encontram, a despeito de serem ambos incorporados à paisagem histórica da cidade. As datas das homenagens podem indicar também pistas da disputa: a instalação da estátua de Bolívar (1846) antecede a de Santander (1878) em pouco mais de 30 anos. Nessa matemática, é preciso considerar, também, o intervalo de uma década entre os falecimentos de um e outro general, Bolívar em 1830 e Santander em 1840. A paisagem urbana impõe uma hipótese, a de que a disputa representacional pereniza-se por meio da eleição e nomeação de praças e parques, estabelecendo pulsantes “lugares de memória”. Instigante é o problema que emerge dela, a hipótese: de que maneira a ocupação de espaços revela as hierarquizações constituidoras de olhares e narrativas, no caso dos generais da independência?

Encaminhando-nos para o fim deste artigo, mas ainda passeando pela Colômbia, exploraremos uma instalação da artista colombiana Doris Salcedo, na Praça Bolívar. Em seguida, nos dirigiremos à Venezuela para tratar da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar.

Ana Lúcia Oliveira Vilela (2020), em um instigante artigo sobre a artista colombiana Doris Salcedo, permite-nos demonstrar o movimento complexo dos tentáculos flexíveis do passado a enlaçar o presente. Vilela descreve e examina *Sumando ausencias*, instalação idealizada após o plebiscito de 2016, ocasião em que se rejeita o acordo de paz entre o governo colombiano e as Farc-EP. A instalação, aopropriar-se também (mas não só) de Simón Bolívar, expressa um forte e

profundo diálogo entre arte e política, passado e presente, liberdade individual e construção coletiva. Acompanhemos a descrição:

“Doris Salcedo idealizou uma instalação, na praça central de Bogotá, intitulada *Sumando ausencias* (*Somando ausências*). A obra consistia, aproximadamente, de 1.900 mortalhas retangulares de tecido alvo sobre as quais foram inscritas, com cinzas, nomes de mortos no conflito civil. Cada mortalha foi cerzida, por voluntários, às outras que se avizinhavam, formando uma grande bandeira branca que recobriu toda a extensão da praça. Aparentemente simples, a obra enseja reflexões incomuns às obras públicas e monumentos. Em *Sumando ausencias*, os mortos equivalem-se em importância. Cada mortalha tem o tamanho de qualquer outra e ocupa o mesmo espaço. Os nomes são todos inscritos com as mesmas cinzas no centro das peças de tecido, mantendo-se a grafia. As vítimas não se relacionam a um algoz particular. Não são as vítimas das Farc, das milícias, do exército ou das forças policiais. São apenas homenageadas e pranteadas” (Vilela, 2020, p. 241).

Mais adiante, explorando as relações entre a instalação e a estátua de Simón Bolívar, Ana Lúcia Vilela (2020) não nos deixa escamotear a dupla função da estátua que sombreia as mortalhas. O general anuncia que a força nacional violenta, opõe e, no extremo, silencia com a finitude, ao mesmo tempo em que ilumina um pacto coletivo. Entre uma e outra função, o futuro e o desejo se interpõem: a nação de hoje acolhe a opressão e o conflito de ontem para que a elaboração produza não o esquecimento, mas uma outra e renovada liberdade republicana. Assim, como

sugerido linhas atrás, o monumento investe na tensão, ampliando olhares e percepções. Nas palavras da autora:

“Com a instalação, a praça foi tomada por duas formas, se não opostas, ao menos conflitantes de compreensão e estruturação do laço social. Enquanto a estátua destaca a figura de Bolívar como símbolo da nação e, portanto, centro e esteio de um laço social hierarquizado, a obra de Salcedo enfatiza as vítimas da força violenta dessa unidade nacional. Aos pés de Bolívar, a grande mortalha branca desafia o triunfalismo da história oficial. Ainda assim, é em torno do Libertador que a mortalha se estrutura. Ou seja, de alguma forma, conscientemente ou não, o problema da nação é colocado no centro do conflito” (Vilela, 2020, p. 244).

Retornamos à Venezuela, dessa feita, governada por Hugo Chávez, entre 1999 e 2013. Nesse tempo e lugar, a figura de Simón Bolívar voltou a assumir centralidade. Mais do que atento ao herói, Chávez fomentou a apropriação e conduziu o culto ao clímax, inclusive batizando seu projeto político de Revolução Bolivariana. De acordo com o historiador Eduardo Scheidt (2013, p. 174):

“Desde meados dos anos 70, Chávez participava de grupos clandestinos no interior das Forças Armadas, que eram contrários ao regime e se inspiravam especialmente em Simón Bolívar na conformação de um ideário nacionalista e popular. Estes grupos eram profundamente críticos do imperialismo norte-americano e afirmavam que a Venezuela era governada por uma oligarquia identificada com os interesses dos EUA, daí

a necessidade de se realizarem transformações profundas no país”.

Uma vez no poder, Chávez fez de *El Libertador* a matriz simbólica para legitimar os pilares de uma plataforma voltada à afirmação da independência política e econômica da Venezuela, no plano internacional, e da inclusão social, no plano interno. Nesse exercício retórico, projetou sobre Simón Bolívar perspectivas extemporâneas, com base em ideias suficientemente grandiosas e abstratas para sustentar os vínculos anunciados. Em seu discurso de posse, professou:

“Virtuoso o cidadão que sob o escudo das armas em seu poder convoca a soberania nacional para que exerça sua vontade absoluta. Por mil povos, por mil caminhos, durante milhares de dias percorrendo o país durante estes últimos quase cinco anos, vou repetir diante de muitíssimos venezuelanos esta frase pronunciada por nosso Pai infinito, *El Libertador*. Também diante de outro Congresso, o Congresso da República Grande, o Congresso de Angostura de 1819, o Congresso de onde nasceu a Terceira Grande República, a do poder moral, a da Grã-Colômbia, a da unidade latino-americana, caribenha, eu repetia muito essa frase e, nos últimos meses da insólita campanha eleitoral de 1998, porque foi realmente insólita, repeti uma vez mais inspirado pela certeza expressa por Walt Whitman quando dizia: ‘Certo como a mais segura das certezas’” (Chávez, 1999 – tradução das autoras).

A Revolução Bolivariana atribuía ao Estado o papel de promover a soberania nacional e a redistribuição de riquezas –

especialmente as advindas do petróleo – em prol dos grupos socialmente vulneráveis. As transformações em curso se fariam sobre bases democráticas – menos as de uma democracia representativa, cada vez mais as de uma “democracia participativa”, envolvendo a população, mais diretamente, na tomada de decisões políticas. Passados quase dois séculos da campanha de independência, a desconfiança de Bolívar frente ao despreparo do povo americano ganhava tonalidades radicalmente diferentes. No momento fundacional da Grã-Colômbia, quando proferiu o “Discurso de Angostura” ao primeiro Congresso reunido, o general ponderou, cético:

“[...] o povo americano, condenado ao triplo jugo da ignorância, de tiranos e do vício, não pôde adquirir nem saber, nem poder nem virtude. [...] A liberdade, diz Rousseau, é um alimento suculento, mas de difícil digestão. Nossos malformados concidadãos terão de fortalecer seu espírito muito antes de conseguir digerir o saudável alimento da liberdade” (Bolívar, 1992, p. 85).

Então, apropriada, a imagem de Bolívar guardava uma aura e prestava-se a revestir o presente de vigor e esperança. O regime de Chávez criou a Orquestra Sinfônica Simón Bolívar sobre as bases do Sistema Nacional de las Orquestas Juveniles e Infantiles, estabelecido muitos anos antes por José Antonio Abreu. Fruto ele próprio do “Sistema”, o jovem violinista e maestro Gustavo Dudamel assumiu a regência da Filarmônica, levando seus jovens músicos, filhos das camadas populares, a apresentar-se com brilho em salas de concerto do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa. A Orquestra

Bolivariana performava repertórios clássicos – Brahms, Beethoven, Stravinski –, mas também venezuelanos e, mais amplamente, latino-americanos. O maestro Dudamel, recém-empossado regente, em 2021, da Orquestra Filarmônica de Paris, com sede no Palácio Garnier, levou ao mundo uma imagem auspíciosa da Venezuela – talentosa, alegre e justa. A essa altura, no entanto, o cenário é outro. Dudamel teve uma turnê internacional da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar cancelada pelo governo de Nicolás Maduro, depois de tomar posição contra a escalada da violência em seu país. Em 2017, um jovem violinista da orquestra foi baleado e morto em protesto reprimido por forças policiais.

Enquanto na Colômbia, integrado ao antimonumento<sup>7</sup> de Doris Salcedo, Bolívar acende o debate público, na Venezuela, a memória luminosa construída em torno do general parece insuficiente para redimir o tempo presente. Embora finalizemos o artigo em tom lúgubre, apontamos para uma certeza, a de que a história e os pactos coletivos se reinventam, desde que elaborados por sociedades civis não afeitas ao esquecimento. Sozinho, herói algum encontra saída do labirinto ou do panteão.

---

<sup>7</sup> Ana Lúcia Oliveira Vilela registra a posição de Doris Salcedo, quando da inauguração do Museu Fragmentos: Espacio de Arte y Memória, em 2018, em Bogotá: “O acervo do museu guarda a documentação relativa ao acordo e à entrega e custódia das armas. Projetos e registros fotográficos audiovisuais da elaboração da obra também podem ser aí encontrados. A artista rejeitou a ideia de monumentalizar as armas responsáveis pela dor que havia testemunhado inúmeras vezes. Aceitou o convite apenas depois de convencer-se a realizar um antimonumento [...] A obra deveria servir à pluralidade de memórias e histórias” (Vilela, 2020, pp. 237-8).

## REFERÊNCIAS

- BOLÍVAR, S. *Testamento de S. E. El Libertador de Colombia General Simón Bolívar*. Disponível em: [https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/2290/testamento\\_de\\_s.\\_e.\\_el\\_libertador\\_de%20\\_colomb.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/2290/testamento_de_s._e._el_libertador_de%20_colomb.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 3/jul./2021.
- BOLÍVAR, S. *Escritos políticos*. Org. Graciela Soriano. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- BITTENCOURT, L. B. "Escrever, contar, guardar: o diário de Santander no exílio europeu (1829-1832)". *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 66. São Paulo, 2013, pp. 247-67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/DBF8VZ3JHG4drckvbpRFRd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9/jul./2021.
- BUSANICHE, J. L. *Bolívar visto por sus contemporáneos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- CARRERA-DAMAS, G. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en la Venezuela*. Caracas, Fundación de Instituto de Antropología y Historia/ Universidad Central de Venezuela, 1969.
- CHÁVEZ, H. *Discurso de toma de posesión*. 1999. Disponível em: [www.analitica.com/bitblio/hchavez](http://www.analitica.com/bitblio/hchavez). Acesso em: 12/jun./2013.
- FLORES GONZÁLEZ, J. "Muerte, exequias y corazones en tiempos de la guerra de independencia venezolana", in J. Flores González et al. *!He aqui el año terrible! 1814: mitos, hitos y redefiniciones*. Caracas, Centro Nacional de Estudios Históricos, 2017, pp. 15-79.
- FREDRIGO, F. S. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo, Editora Unesp, 2010.
- FREDRIGO, F. S. *Guerras de papel: Francisco de Paula Santander e Simón Bolívar, das peças autobiográficas à narrativa epistolar (1826-1837)*. Goiânia, Editora da UFG, 2017.
- GOMES, A. C. "Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo", in A. C. Gomes (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2004.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- KRAUSE, E. "Hugo Chávez: o adorador do herói", in *Os redentores: ideias e poder na América Latina*. São Paulo, Saraiva, 2011, pp. 527-64.
- LANG, N.; RAYMONT, P. *Margaret Atwood: a word after a word after a word is power*. Documentário. Canadá, 2019.
- LYNCH, J. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Buenos Aires, Ariel Historia, 1976.
- MARTINS, M. A. *Festas para Bolívar? Entre projetos e sentidos nas comemorações dedicadas ao Libertador em Caracas (1827, 1842, 1883)*. Dissertação de mestrado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2018.
- PIGLIA, R. "Uma narrativa sobre Kafka", in *O último leitor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 38-73.
- PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo/Bauru, Edusp/Edusc, 1999.
- RODRÍGUEZ JÍMENEZ, P. "Cuerpos, honras fúnebres y corazones en la formación de la República colombiana". *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 38, n. 2, jul.dic.2011, pp. 155-79. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/28087/28341>. Acesso em: 13/jun./2021.

- SCHEIDT, E. “Revolução Bolivariana’ nos discursos de Hugo Chávez”. *Cordis. Revoluções, Cultura e Política na América Latina*, n. 11. São Paulo, jul.-dez./2013, pp. 155-93.
- SOARES, G. P. *Simón Bolívar*. São Paulo, Secretaria de Estado de Educação/Fundação Memorial da América Latina, 2008.
- SORIANO, G. (org.). “Introdução”, in S. Bolívar. *Escritos políticos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- VILELA, A. L. O. “Pavimentar o chão comum: a utopia melancólica na obra de Doris Salcedo”, in F. S. Fredriko; I. L. Gomes. *História e trauma: linguagens e usos do passado*. Vitória, Milfontes, 2020, pp. 239-60.
- ZANCOPE, T. C. M. *A refundação da nação: bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez (1999-2000)*. Goiânia, Editora da UFG, 2014.

# As últimas independências na América do Sul: Guyana e Suriname

*Iuri Cavlak*



## resumo

Neste artigo, objetivo selecionar e discutir alguns aspectos do processo histórico de independência política da Guyana, antiga Guiana Inglesa, ocorrida em 1966, e do Suriname, antiga Guiana Holandesa, ocorrida em 1975. A conjuntura da segunda metade do século XX, a formação multiétnica de cada sociedade e as tradições advindas de metrópoles não ibéricas são aspectos marcantes para as diferenças em relação aos demais processos de independência dos países sul-americanos.

**Palavras-chave:** Guyana; Suriname; independência; história.

## abstract

*In this article, I aim to select and discuss some aspects of the historical process of political independence of Guyana, formerly English Guiana, which occurred in 1966, and Suriname, formerly Dutch Guiana, which occurred in 1975. The conjuncture of the second half of twentieth century, the multiethnic formation of each society and the traditions arising from non-Iberian metropolises are striking aspects for the differences in relation to other processes of independence in South American countries.*

**Keywords:** Guyana; Suriname; independence; history.

# G

uyana e Suriname são países deveras peculiares na América do Sul. Embora encravados no continente, possuem uma formação histórica mais ligada ao Caribe, uma “Amazônia caribenha”, no instigante conceito do historiador Reginaldo Gomes de Oliveira (2020). Relativamente pouco povoados, com metade de suas respectivas populações vivendo no estrangeiro, possuem atividades terciárias concentradas na área costeira, enquanto a mineração, a exploração florestal e o ecoturismo ocupam o interior. Em termos históricos, destaca-se a independência tardia de ambas as nações. A Guyana<sup>1</sup>, antiga Guiana Inglesa, logrou sua independência política frente à Inglaterra em maio de 1966, enquanto o Suriname obteve emancipação política frente à Holanda em novembro de 1975.

O pano de fundo de tais processos repousou nas configurações políticas

e econômicas do pós-Segunda Guerra Mundial. No caso da Guyana, um forte movimento socialista que se estruturou nos anos 1950, levando a uma notável efervescência política na primeira metade dos anos 1960. No caso do Suriname, a desaceleração acentuada do crescimento econômico no início dos anos 1970, impulsionando o Parlamento holandês a encaminhar o processo de ruptura.

Interessante sublinhar a diferença de época em relação às demais independências da América do Sul. Dentro da crise

---

1 Em 1966, o país trocou o nome colonial de Guiana Inglesa para Guiana. Em fevereiro de 1970, o líder Forbes Burnham decretou a República Cooperativa, trocando o “y” pelo “y”, buscando uma forma mais autóctone de nomenclatura. Desse modo, embora o termo Guiana seja aceito no português, a grafia mais correta é “Guyana” (Linhares, 2011).

**IURI CAVLAK** é professor de Teoria da História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e dos mestrados acadêmicos (PPGH) e profissional (Profhistória) da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

que se abriu em princípios do século XIX, por conta das guerras napoleônicas e do próprio ocaso do antigo sistema colonial como um todo, uma série de territórios foi se emancipando politicamente. No início dos anos 1820, com exceção das Guianas, o subcontinente já estava conformado por recém-criados países. A posterior construção dos novos Estados indicou problemas em comum, o que estimulou, no século XX, uma historiografia que buscou estudar essas nações de maneira aprofundada e comparada.

Desse modo, uma tradição de reflexão e divulgação dos problemas e possibilidades dessas independências se consolidou no horizonte da historiografia, em contraste com a região das Guianas, que, tendo em vista a bibliografia em língua portuguesa, pouco foi trabalhada.

Por sua vez, a Guiana Francesa viveceu um processo de escolarização que fortificou seus laços com a metrópole. As cartilhas estudantis do século XIX foram preenchidas com elogios e destiques para a cultura e civilização francesa. No século XX, a departamentalização do território, em 1945, e a construção da Base Espacial Europeia, nos anos 1960, selaram ainda mais a ligação estratégica com Paris. Leis de descentralização implementadas pelo governo de François Mitterrand, em 1982, aplacaram as aspirações mais radicais por independência. Assim, a Guiana Francesa seguiu enquanto único território não independente do entorno, portanto fora da nossa análise no momento.

Neste artigo, pretendo contextualizar, ainda que de maneira breve e panorâmica, os processos históricos que desembocaram na independência política da Guyana e do Suriname, através da análise da bibliogra-

fia de língua inglesa. Objetivo articular o pano de fundo estrutural, comum à região naquele período, com a peculiaridade da formação social de cada colônia em marcha para a emancipação.

O trabalho se articula em torno de alguns estudos históricos seminais para o entendimento do objeto. No caso da Guyana, o livro de Thomas Spinner Jr., publicado nos anos 1980, e mais recentemente o elogiado livro de Stephen Rabe, publicado em 2005 nos Estados Unidos. Obras de difícil acesso e ainda sem tradução para o português, se mostram indispensáveis, sobretudo, por seguras interpretações baseadas em denso trabalho de arquivo. Rabe, por exemplo, acessou documentação primária que não estava disponível mesmo para historiadores guianeses.

No que tange ao Suriname, os livros de Roger Janssen (2011) e Rosemarijn Hoeftete (2014) são fulcrais, com importância inflacionada pelo fato de grande parte da bibliografia sobre o país estar em holandês, de cotejamento ainda mais dificultoso.

Tanto a Guyana quanto o Suriname foram circunscritos fortemente pelo campo de força da Guerra Fria e, estando dentro dele, tentaram barganhar maior autonomia. Em fevereiro de 1970, o então primeiro-ministro guianês, Forbes Burnham, rompeu compromissos com os norte-americanos e ingleses e declarou a República Cooperativa da Guyana, que se queria um socialismo mais radical que Cuba e União Soviética. Inseriu seu país no Caricom (Mercado Comum do Caribe) e no Movimento dos Países Não Alinhados.

Em fevereiro de 1980 o jovem coronel Desi Bouterse liderou um golpe de Estado no Suriname, que progressivamente moveu

o país, por um certo período, ao campo socialista, gerando imensa preocupação no entorno regional, àquela altura convulsionado por outros movimentos de cunho nacionalista e socialista (sandinismo na Nicarágua, Maurice Bishop em Granada, Frente de Libertação Nacional em El Salvador, Michael Manley na Jamaica).

Para o atual trabalho, optei por construir uma análise que entrelace os dois países, apontando para os seus paralelismos – suas independências tardias e sua diversidade étnica – e para suas especificidades no contexto americano.

## A INDEPENDÊNCIA DA GUYANA

Ao final da Segunda Guerra Mundial a política se elevou a um problema-chave na Guiana Inglesa, com as classes subalternas esperançosas na independência política e na construção da nova nação. O esforço de guerra britânico com a mobilização total para a vitória sobre os alemães espalhou um sentimento nacionalista pelas colônias. O prestígio da União Soviética igualmente se fez presente. Uma conjunção entre liberdade política e socialismo se firmou no horizonte local.

Em 1946, Georgetown foi sede do primeiro congresso dos trabalhadores do Caribe, que hospedou vários proeminentes líderes sindicais da região. A tradição de luta do povo guianês, inscrita na história desde as revoltas de africanos escravizados, com destaque para a rebelião de Demerara de 1823, brilhantemente reconstituída pela historiadora Emilia Viotti da Costa, foi galvanizada naquele novo momento (Costa, 1998). Fortaleceu-se a liderança de Che-

ddi Jagan e sua esposa, Janet Chagan, que haviam frequentado, no entreguerras, grupos de discussão sobre marxismo e conferências do Partido Comunista nos Estados Unidos. Havia uma tradição sindical na Guiana Inglesa desde o final do século XIX.

Se comparada aos países colonizados por Espanha e Portugal, a Guyana conheceu um processo bastante singular de imigração pós-abolição da escravidão. Em 1834, a escravidão negra foi encerrada nas possessões britânicas na América, seguida por um período de transição que se estendeu até a definitiva abolição, em 1838. A partir de então, a Inglaterra buscava mão de obra barata para seus domínios coloniais, beirando a semiescravidão, que viesse à Guyana através da imigração. Daí a escolha da Índia como fornecedora dessa mão de obra, colônia pobre e já superpopulosa. Ao invés de italianos, russos, alemães, espanhóis e japoneses, a exemplo das colônias ibéricas, os indianos dividiram com os descendentes de africanos escravizados a hegemonia numérica na sociedade guianesa.

Outrossim, um número significativo de chineses e portugueses das ilhas da Madeira e dos Açores chegaram ao longo do século XIX, para trabalharem no setor do comércio. Nas fazendas se fixaram os indianos, via de regra, e nas cidades, nos trabalhos pesados, os afro-guianenses.

Seguindo no imediato pós-guerra, foi fundado o Political Affairs Committee (PAC), muito próximo de um partido político formal, agregando no topo da organização o marxista H. J. M. Hubbard e o movimento trabalhista negro, sob liderança de Ashton Chase (Spinner Jr., 1984, p. 11). Em 1947, ocorreram as primeiras eleições parlamen-

tares na colônia, com a solitária vitória de Jagan como deputado oposicionista.

Na metrópole, o Partido Trabalhista, sob direção de Clement Attlee, animava a militância na colônia, que imaginava próxima a abertura do processo de independência. Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se patente a decadência do colonialismo inglês e a necessidade dessa nação de se livrar do problemático mundo colonial, embora de forma gradual e controlada. Na Guyana, determinados setores da militância chegaram ao acordo da necessidade de um partido político de inspiração socialista, que reunisse todas as etnias em torno da perspectiva marxista. Assim, com a entrada do influente advogado negro formado em Londres, Forbes Burnham, o Political Affair Committee deu um passo adiante e, em 1950, constituiu-se no Peoples Progressive Party (PPP).

Rapidamente se espalhou pelo Caribe, Inglaterra e Estados Unidos a percepção de que a Guiana Inglesa estava infiltrada de comunistas. O crescimento do PPP se dava concomitante à Guerra da Coreia e ao macarthismo, resultando em mais um difícil obstáculo para os guianeses. Em 1952, Jagan e sua esposa foram proibidos de entrar em vários países, seguidos pela apreensão de livros e panfletos oriundos da Inglaterra, enviados pelo Partido Trabalhista e pelo Partido Comunista Inglês, este último bastante simpático à causa do PPP (Spinner Jr., 1984, p. 35).

Em 1953, com um novo governador colonial, ocorreu a eleição legislativa para 24 cadeiras no Parlamento guianense. Em um clima festivo e de empolgação, o PPP conquistou sua primeira grande vitória, com 51% da votação e 18 cadeiras, sal-

tando sua representação única (somente Jagan) para a maioria de deputados. A administração republicana nos EUA e os conservadores na Inglaterra se mostraram ainda mais preocupados com essa situação. Jagan e Burnham, com outros seis parlamentares, formaram o Conselho Executivo da Colônia, dirigindo-a junto com o governador nomeado por Londres.

A intervenção norte-americana teve início quando vários representantes da recém-criada International Confederation of Free Trade Unions (ICFU) desembarcaram em Georgetown. Tratava-se de uma central sindical anticomunista, patrocinada pela CIA e pronta para atividades contra os governos que não seguiam Washington. Ainda em 1953, dirigiu-se à Guyana o líder sindical Serafino Romualdi, que, com grandes somas, passou a conquistar o apoio de vários sindicatos locais, preparando a desestabilização do PPP (Spinner Jr., 1984, p. 41).

Tanto os representantes da empresa Booker Brothers quanto da Aluminium Canada se dirigiram ao governo conservador em Londres acusando a conivência do governador da colônia com a “ascensão do comunismo” (Rabe, 2005, p. 40). No começo de outubro, tropas inglesas baseadas na Jamaica e em Bermuda foram enviadas para o continente, sendo que, em 9 de outubro de 1953, posteriormente conhecida como “Sexta-Feira Negra”, a colônia foi militarmente ocupada, a constituição, suspensa e os líderes do PPP, proscritos e posteriormente presos. Apenas 133 dias separaram a vitória eleitoral do PPP da cassação e do encarceramento de suas lideranças (Rabe, 2005, p. 46).

No seio do PPP, ocorreu uma divisão entre os principais líderes. Forbes Burnham,

aparentemente já em contato com os agentes anglo-americanos, começou a culpar os erros do partido, seu “radicalismo”, pela intervenção armada e o atraso no processo de independência política.

O governo inglês, entre 1951 e 1963 nas mãos dos conservadores, formulou um novo plano de desenvolvimento para a colônia, centrado na atividade exportadora em detrimento da distribuição de renda, não obstante tímidos avanços na seguridade social tenham sido atingidos. O resultado do ponto de vista econômico foi pífio, sem diversificação econômica e taxas de crescimento abaixo de 3% ao ano.

Em agosto de 1957, novas eleições tiveram lugar na Guiana Inglesa. Mesmo correndo contra cinco outras facções, mais uma vez o PPP e Cheddi Jagan saíram vitoriosos, conquistando nove das 14 cadeiras em disputa, número de votos maior que todos os outros grupos somados. Abatido pela derrota para a outra ala do partido, Burnham saiu em definitivo do PPP e criou o Peoples National Congress (PNC). Por sua vez, Jagan se tornou chefe de Gabinete e ministro da Indústria e Comércio, sua esposa, Janet Jagan, ministra do Trabalho, e outros partidários assumiram os principais ministérios (Spinner Jr., 1984, p. 73). Na visão de Kimani Nehusi, a Guiana Inglesa era o único lugar de todo o Caribe britânico que possuía um partido marxista radical enquanto principal força política (Nehusi, 2009, p. 362).

De acordo com Stephen Rabe, 1961 foi o ano de maior prosperidade na história econômica e política da Guiana no século XX, com o crescimento da exportação de açúcar e arroz somado à abertura da exploração de manganês. A renda *per capita*

subiu para US\$ 384, superior à média do Caribe, então abaixo de US\$ 200. A população atingiu a marca de 600 mil habitantes, com melhoramentos no sistema público de saúde (Rabe, 2005, p. 76).

O contexto internacional, por outro lado, seguiu apresentando constrangimentos ao PPP. Spinner Jr. afirma que “uma cruzada de grupos anticomunistas oriundos dos Estados Unidos viajou para a Guiana Inglesa para trabalhar contra Jagan na campanha eleitoral, e diversos congressistas e senadores lamentaram a possibilidade de outro Castro no Caribe” (Spinner Jr., p. 82). Em 1961, a Jamaica abandonou a Federação das Índias Ocidentais, um organismo político que visava a encaminhar graus progressivos de soberania na região. Em 31 de maio de 1962, tornar-se-ia a primeira colônia britânica no Caribe a conquistar sua independência política (D’Agostinho & Hilman, 2009, p. 107), abrindo um precedente para seus vizinhos caribenhos.

Uma das soluções encontradas por Washington foi dinamizar o patrocínio para a coalizão entre Burnham e Peter D’Aguiar, empresário de ascendência portuguesa do ramo de bebidas, contra Jagan, incrementando o apelo étnico do PNC aos eleitores negros. Em março de 1963, no contexto da discussão da implementação de novas leis trabalhistas, uma onda de *lockout* se espalhou pela colônia. Os donos das fazendas e das minas paralisaram a produção, funcionários públicos cruzaram os braços e os trabalhadores negros, claramente fomentados contra seus parceiros indianos, apoiam o movimento paredista. A estimativa é de que a CIA tenha gasto cerca de 1 milhão de dólares nessa operação, alimentando e pagando salários para

50 mil grevistas por dois meses (Spinner Jr., 1984, p. 101).

Em outubro, o método eleitoral foi mudado para o voto proporcional, quebrando o sistema de contagem simples que até então havia colocado o PPP na primeira posição. Também o número de vagas em disputa subiu para 53. Às vésperas da eleição, até uma irmã dissidente de Fidel Castro esteve em Georgetown para alavancar a histeria anticomunista. Em 7 de dezembro de 1964, a última eleição na colônia foi levada a cabo, com mais uma vitória do PPP, todavia com 46% dos votos (24 parlamentares), seguido pelo PNC com 40,5% (22 parlamentares) e pela UF (United Force, partido de D'Aguiar) com 12,4% (sete parlamentares). A união entre o segundo e o terceiro colocados deslocou o PPP da hegemonia no governo e Burnham se tornou chefe do Gabinete de Ministros (Spinner Jr., p. 106).

O governo de Burnham contou com o apoio de Londres e Washington, opondo-se às principais diretrizes que o PPP até então vinha desenvolvendo. Reforçou a polícia e o nascente exército guianense com a população negra, incitando as divisões étnicas. Em maio de 1964, uma onda de violência de negros contra os indianos assolou a colônia. Até o fim do ano, seriam registradas 368 brigas entre afro-guianenses e indianos, matando 200 e ferindo 800 indianos, com 13 mil guianenses fugindo da colônia na condição de refugiados (Rabe, 2008, p. 126). Em 26 de maio de 1966, nasceu a Guiana independente, sob forte tensão racial e social.

Como de praxe, os Estados Unidos liberalaram um empréstimo de US\$ 5 milhões para o recém-criado país. Através da Aliança Para o Progresso, mais US\$ 25 milhões aportaram entre 1965 e 1967. Em

1968, uma eleição totalmente fraudada aumentou o poder de Forbes Burnham e seu partido. Inventou-se o voto de procuração, com listas de inexistentes guianenses supostamente no exterior. Até o nome de cavalos que pastavam em Londres entraram no rol de eleitores a favor do PNC (Spinner Jr., 1984, p. 125).

## A INDEPENDÊNCIA DO SURINAME

Mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial, a exploração de bauxita continuou como atividade econômica principal no Suriname. Assim, o novo arranjo político foi marcado pela transferência da administração colonial para as mãos da acanhada elite local, enquanto a economia seguiu sendo comandada de Amsterdã. Os planos de desenvolvimento postos então em marcha contaram com empréstimos e financiamentos metropolitanos, como o plano de dez anos (1955-1964), os planos complementares de 1962 e 1965 e os planos quinquenais de 1967-1971 e 1972-1976.

As principais áreas contempladas foram a agricultura – primeiro, de pequenos produtores, mas logo com ênfase nas grandes fazendas de exportação de bananas e arroz – e as estradas, para viabilizar o transporte de matérias-primas do interior para o porto de Paramaribo. Muitas pistas de pouso foram abertas para que os aviões circulassem à procura de possíveis jazidas de ouro e outras riquezas minerais escondidas na mata (Dew, 1996, p. 96).

Visando a apaziguar revoltas e reforçar sua hegemonia, o governo tentou absorver a população através da implantação de infraestrutura no interior, como escolas e hospitais.



Um chefe dos *bosjesman* ou *bush negroes* em uma visita ao governador de Paramaribo.  
Original na Biblioteca John Carter Brown

Muitos missionários, com incentivo governamental, se deslocaram para a selva no intuito de catequizar os *bush negroes* e o restante da população ameríndia<sup>2</sup>. O problema educacional e a barreira da língua continuaram sendo um entrave, na medida em que a maioria das escolas implantadas era apenas de primeiro grau e focada no idioma holandês, de resto pouco falado fora da capital.

Na questão política, a administração colonial apontou uma comissão formada por membros do partido Unie Suriname

para discutir a formulação de uma futura Constituição. Delegação que só contou com afro-surinameses, sem representação india ou javanesa, o que levou imediatamente à formação do Hindostaans-Javaanse Centrale Raad, reunindo 13 organizações religiosas e algumas de caráter sindical na defesa dos interesses étnicos. Dessa organização surgiu o primeiro partido político do Suriname, em 1946, o Moeslim Partjd (Partido Muçulmano) (Hoefete, 2014, p. 99-100).

A questão étnica no Suriname apresentou peculiaridades como na vizinha Guyana. Após a abolição da escravidão, em 1863, a opção por mão de obra imigrante recaiu sobre os súditos do reino dos Países Baixos, na época, basicamente, as populosas ilhas da Indonésia e de Java. De lá veio a nova força de trabalho, que se combinou com os afro-surinameses, conferindo um caráter plural no quesito cultural e religioso.

<sup>2</sup> *Bush negroes* ou “negros da mata” é o nome atribuído aos grupos sociais formados por africanos escravizados que lograram fugir das senzalas e se instalar permanentemente no interior. Conquistaram em muitos casos reconhecimento do Estado, fazendo acordos políticos e comerciais. Os *bush negroes* desenvolveram idioma e modo de vida próprios e são reconhecidos hoje como grupos autônomos dentro do Estado surinamês.

Assim, outros partidos surgiram nessa linha, e mesmo o Unie Suriname se dividiu entre o Protestant Nationale Partij Suriname (Partido Nacional do Suriname, baseado no movimento evangélico) e o Roman Catholic Progressieve Surinaamse Volks-partij (Partido Popular Progressista do Suriname, baseado no catolicismo). Entre 1946-1947, mais dois partidos surgiram, Verenigde Hindostaanse Partij (Partido Unido dos Hindus) e o Kaum Tani Persatuan Indonesia (União dos Camponeses Indonésios). Como todos os nomes indicam, eram agremiações políticas centradas na religião (Hoefete, 2014, p. 100).

Um reflexo das condições sociais locais, essa forma de partido era mais tolerada pela administração holandesa, na medida em que a união classista aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores da colônia. O estilo de se fazer política fortaleceu o clientelismo e a divisão racial, pois cada grupo se comprometia a melhorar a vida dos adeptos de sua religião e etnia, negligenciando a noção de espaço público e demandas universais. Acesso a direitos, cargos e bem-estar estava condicionado à lealdade em detrimento da generalização das demandas. “Coalizões não eram baseadas em plataformas políticas compatíveis senão em oportunistas e pragmáticas considerações para ganhar poder” (Hoefete, 2014, p. 100).

Com a permissão de estabelecimento de sindicatos por categorias, ocorreu uma inversão do esquema tradicional, ou seja, o sindicato tendia a representar a totalidade, trabalhadores de diferentes raças e credos, enquanto o partido era o lugar da particularidade.

A metrópole não podia ignorar os novos ventos de descolonização que sopravam no pós-guerra, sobretudo, enfrentando e per-

dendo a luta pela manutenção da posse da Indonésia. De modo que, em 1948, ocorreu a primeira conferência entre a Holanda e suas colônias caribenhelas para tratar da autonomia política. Em 1954, o Suriname, com as Antilhas Holandesas, formalmente recebeu o *status* de território autônomo, embora as questões relativas às relações exteriores, defesa da soberania e “garantia de bom governo” permanecessem sob jurisdição de Haia (Hoefete, 2014, p. 100).

As incertezas que a economia mundial apresentou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 reverberaram no Suriname. Várias greves e manifestações se fizeram presentes, confirmando a maior tendência de radicalismo dos sindicatos. Os partidos, por sua vez, embora já pautassem a questão da independência, temiam pela espiral de conflitos étnicos uma vez perdido o “guarda-chuva” holandês, trabalhando de maneira cautelosa e temática.

Na multiétnica sociedade surinamesa, a dificuldade de estabelecer marcos fundadores, como feriados nacionais, hinos e bandeiras, conspirava contra a formação de um novo país, pois um acontecimento importante para os javaneses nada significava para os hindus, afro-surinameses e assim por diante. A “invenção das tradições”, *sine qua non* para uma nação moderna, se apresentava algo como um enigma. No começo dos anos 1970, a população totalizava pouco mais de 379 mil pessoas, sendo 148 mil hindus, 118 mil afro-surinameses, 58 mil javaneses, 39 mil *bush negroes* e 10 mil ameríndios (Hoefete, 2014, p. 108).

Por outro lado, a despeito de contar com povos ancestrais de tradicional alta taxa de natalidade, a população surinamesa crescia

de forma rastejante. As razões para isso se assentavam na mortalidade infantil e na imigração ininterrupta para a Holanda, sobretudo, de estudantes e de mão de obra qualificada em busca de melhores condições de trabalho e salário. Deslocados de seu habitat originário, os indianos não reproduziram na América a fecundidade demonstrada em seu continente de origem. Talvez outro Suriname, em torno de 200 mil pessoas, vivia no estrangeiro, ao passo que a população local passou a contar, segundo números da época, com mais da metade da população com menos de 19 anos de idade (Hoefete, 2014, p. 110).

Em maio de 1974, a intenção surinamesa de se retirar do reino foi reconhecida, resultando numa série de reuniões entre representantes da metrópole e da colônia, particularmente na primeira metade de 1975. Roger Janssen chama a atenção para a falta de um referendo popular ou mesmo lutas mais acirradas em torno da questão da independência. Nas campanhas parlamentares que a antecederam, alguns dos principais partidos evitaram pautar o imbróglio, temendo afastar o eleitorado (Janssen, 2011, p. 22).

Em outubro de 1975, o Parlamento holandês, mesmo recebendo pressão do Partido Hindu do Suriname para atrasar o processo, votou a favor da separação. Foram 106 votos a favor contra cinco entre os deputados, e 53 a favor contra 11 entre os senadores metropolitanos. Se havia muitas dúvidas em Paramaribo sobre a separação, em Haia a certeza era de que não convinha mais manter formalmente uma colônia problemática, em razão do desgaste tanto político quanto econômico (Janssen, 2011, p. 23).

Após 25 de novembro de 1975, quando oficialmente surgiu uma nova nação, a

situação não mudou substancialmente. Em se tratando de uma economia deficitária, uma sociedade pobre, sem grandes ligações com o Caribe e com o restante da América do Sul, a Holanda continuou sendo a sua grande referência. Mais que isso, a antiga classe dirigente continuou no poder. J. H. E. Ferrier, então governador colonial, tornou-se líder da nova nação.

As primeiras embaixadas abertas foram em Haia, Washington, Cidade do México, Brasília e Bruxelas. Por outro lado, Holanda, Indonésia, Guyana, Venezuela, Coreia do Sul, Estados Unidos, França e Brasil inauguraram embaixadas em Paramaribo. Nas instituições maiores, o país entrou na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como no Movimento dos Países Não Alinhados. Em 1978, o Suriname entraria de vez na órbita da diplomacia brasileira, com o ingresso pleno na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A Holanda implementou uma diretriz facilitando a imigração de surinameses entre 1974 e 1980, visando não só a diminuir a pressão social interna como também a continuar na condição de sua principal parceira. Todos que chegassem ao território holandês até 1980 teriam reconhecida sua cidadania, sendo a partir de então tratados como estrangeiros. No tocante à migração desses anos, a conta chegou a mais de 112 mil pessoas, em grande parte mão de obra qualificada.

A queda do preço internacional da bauxita aliada a esse fluxo migratório diminuiu os lucros das multinacionais que operavam a exploração desse mineral. Embora a produção agrícola estivesse focada no arroz e complementada pelo açúcar, frutas cítricas,

café, cacau e banana, não dava conta de alimentar o mercado interno, sendo necessária a importação de alimentos. Três quartos da mão de obra se encontravam na zona rural (Janssen, 2011, p. 43).

Mesmo com a nação emancipada politicamente, a economia continuou controlada por interesses estrangeiros. O maior exemplo disso foi a mineração e o processamento da bauxita, uma indústria nas mãos dos norte-americanos, controlando a Suralco, e dos holandeses, donos da Billiton. No ramo alimentício, a United Fruit Company monopolizou a produção de bananas, enquanto a Surinam-American Industry dominou a indústria da pesca e frutos do mar. A SML respondia pela produção de arroz, competindo com pequenos produtores que, incapazes de acompanhar o avanço tecnológico e o domínio do mercado, inviavelmente padeciam sob o domínio dessa empresa. Na exploração da madeira, outra multinacional tinha destaque, a Bruynzeel. Bancos e companhias de seguros também estavam sob responsabilidade estrangeira, bem como os setores de construção civil, gás e eletricidade (Janssen, 2011, p. 46). A única grande companhia que destoava era a Marienburg, que havia sido vendida para o Estado surinamês pelo preço simbólico de um florim, em 1974, e ainda participava da produção de açúcar. Descapitalizada e com o Estado assumindo seus débitos, se mostrava em dificuldades.

A atividade econômica controlada por surinameses estava restrita aos pequenos negócios e ao comércio varejista. Os empréstimos holandeses via de regra atendiam primeiramente aos interesses das grandes empresas, o que piorava ainda mais esse cenário. O acordo financeiro no momento

da independência, quando a Holanda se comprometeu a liberar 3,5 bilhões de florins em 15 anos para o desenvolvimento da antiga colônia, foi batizado de “Aperto de Mão Dourado”, embora muitos o tenham caracterizado como “Algemas Douradas” (Janssen, 2011, p. 48).

Na medida em que as condições sociais da maioria da população não se elevaram com o país emancipado, germinou em grande parte dos surinameses o sentimento de que a culpa de todos os males estava na economia controlada por grupos estrangeiros e na política a cargo de aliados da ex-metrópole. Sem uma burguesia capaz de formular um projeto de desenvolvimento autossustentado, de resto, de efetividade pouco provável naquela fase da economia mundial, os militares buscaram assumir a tarefa de interpretar a insatisfação popular e canalizá-la para mudanças significativas.

O Exército surinamês era formado por alguns quadros idealistas de contato mais estreito com noções de soberania e nacionalismo. Em 25 de fevereiro de 1980, um grupo de jovens coronéis, liderados por Desi Bouterse, então contando apenas 28 anos, tomou o poder em nome da consigna geral de “combate à corrupção”.

Os grupos mais interessados em política e com maior capacidade de formulação de programas eram aqueles ligados a greves do início dos anos 1970, funcionários públicos e trabalhadores das multinacionais que desenvolviam uma consciência que ultrapassava o universo religioso e os limites das pequenas comunidades interioranas. Não à toa foram esses quadros que o Exército convocou para ajudar na administração do país após o golpe.

Nesse sentido, com a presença de políticos de esquerda e sindicalistas no governo,

o Estado foi elaborando planos de reformas sociais e administrativas, bem como no terreno da representação política. Por ser uma nação que não contava mais do que seis anos de vida e na falta de macropolíticas estruturadas de maneira endógena, a busca por modelos e parceiros internacionais se tornou fulcral para as transformações almejadas. Procurando no entorno regional uma inspiração de nacionalismo que mais se aproximasse do ideário de igualdade e independência, com tamanho similar e disposição para o estabelecimento de parcerias, a ditadura surinamesa se debateu com algumas alternativas. Para Rosemarijn Hoefete, “dentro do conselho militar um debate ideológico a propósito do futuro do Suriname teve lugar: o país deveria permanecer uma democracia de estilo ocidental ou se tornar uma democracia popular como Cuba e Nicarágua?” (Hoefete, 2014, p. 139).

Naquele momento, o modelo cubano foi o escolhido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guyana sempre teve uma forte ligação com o movimento sindical inglês, o que ajuda a explicar uma maior radicalidade de

suas lutas sociais. Na primeira metade dos anos 1960, tradições sindicais com o ideário nacionalista e o horizonte socialista configuraram um momento original, canalizado para uma transição dentro dos moldes aceitos por Londres e Washington.

O país não regrediu ao estatuto colonial, embora tenha sofrido um redirecionamento de seu sistema político e de sua economia a partir de 1970, até praticamente a morte de Forbes Burnham, em 1984.

O Suriname, por seu turno, concretizou sua independência com uma mobilização social bem menor que a do seu vizinho. Uma sociedade em diáspora, com grande fragmentação étnica e linguística, não logrou erguer um Estado pós-colonial sólido. Além disso, o país atravessou logo após a emancipação um momento turbulento, com o golpe militar de 1980, até o restabelecimento parcial de uma normalidade democrática, a partir dos anos 1990.

Deveras complicadas as condições no cenário internacional dos anos em tela para a entrada de nações independentes em seu bojo. De modo que segue sendo um desafio atual o fortalecimento dessas sociedades, no sentido da funcionalidade das estruturas estatais e dos padrões aceitáveis de equidade entre suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, E. V. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a revolta dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- D'AGOSTINHO, T.; HILLMAN, R. (eds.). *Understanding the contemporary Caribbean*. Colorado, Lynne Rienner Publishers, 2009.
- DEW, E. *The difficult flowering of Suriname: ethnicity and politics in a plural society*. Paramaribo, Vaco NV, 1996.
- HOEFETE, R. *Suriname in the long Twentieth Century: domination, contestation, globalization*. New York, Palgrave Macmillan, 2014.
- JANSSEN, R. *In search of path: an analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991*. Leiden, KITLV Press, 2011.
- LINHARES, E. C. *A política externa da Terra dos Seis Povos: a República Cooperativa da Guiana*. Curitiba, Juruá, 2013.
- NEHUSI, K. "The development of political organization up to 1953", in W. Macgowan; J. Rose; D. Granger (orgs.). *Themes in African-Guyanese History*. Londres, Hansib, 2009.
- OLIVEIRA, R. G. *Amazônia Caribenha: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana*. Boa Vista, Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020.
- RABE, S. U.S. *Intervention in British Guiana: a cold war history*. Washington, North Carolina Press, 2005.
- SPINNER JR., T. *A political and social history of Guyana, 1945-1983*. Colorado, Westview Press, 1984.

textos



# *A escola das facas ou* A trivalência da lâmina

*Jean Pierre Chauvin*

*I lov'd what nature gave thee, but this merit  
Of wit and Art I love not but admire.  
(John Donne)<sup>1</sup>*

*L'architecte, par l'ordonnance des formes, réalise un ordre qui est une pure création de son esprit; par les formes, il affecte intensivement nos sens, provoquant des émotions plastiques; par les rapports qu'il crée, il éveille en nous des résonances profondes.*  
(Le Corbusier)<sup>2</sup>

*Trata-se de uma empresa de desmistificação do poema.*  
(Haroldo de Campos)<sup>3</sup>

## PREAMAR



m tempos de radicalização da mesmice, dis-  
correr sobre a dicção cabralina pode resultar  
em triplo risco. Primeiro: repetir em versão  
apequenada o tanto de melhor que sobre  
ele se disse; segundo: espraiar-se demasia-

1 “To Mr. T. W. [Thomas Woodward]” (Donne, 2001, p. 139). “Amo o que a natureza te deu, mas esse mérito/ de engenho e arte eu não amo, mas admiro.”

2 *Vers une architecture* (Le Corbusier, 1923, p. VII). “Para ordenar as formas, o arquiteto realiza uma ordem que é pura criação de seu espírito; pelas formas, ele afeta intensivamente nossos sentidos, provocando emoções plásticas; pelas ligações que cria, desperta em nós profundas ressonâncias.”

3 *Metalinguagem e outras metas* (Campos, 2006, p. 81).

**JEAN PIERRE CHAUVIN** é professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP.

do sobre uma poética cuja agudeza reside na síntese – tanto aquela produzida pelas imagens, quanto a que nasce do acúmulo de sentidos; terceiro: apresentar truismos como se se tratasse de inovação da abordagem crítica. Seja como for, perseguimos.

Particularmente em *A escola das facas*, a triplicidade se configura desde o título dado à coletânea, que reuniu poemas concebidos entre 1975 e 1980. Escola é lugar onde se afia? Ou são as facas que emprestam precisão laminar, por atributo, ao ensino? Uma coisa e outra. Descontado o poema inicial, endereçado “ao editor”, restam 44. O leitor faça reparo: os versos aparentemente avulsos na página, a modo de advertência, preparam e compõem o todo. Melhor dizendo, os versos que precedem a “obra” concedem uma das chaves de leitura do volume<sup>4</sup>. Sob esse aspecto, talvez convenha interpretar “O que se diz ao editor a propósito de poemas” como se se tratasse de um “preâmbulo”, retomando o que supõe Antonio Carlos Secchin (2014, p. 290):

“Enquanto em *Museu de tudo* (1975) o poema-preâmbulo buscava justificar a heterogeneidade da obra, o acesso ao novo livro desempenha outra função: encetar considerações sobre a poesia em geral e sobre o embate entre criador e criatura. João Cabral reitera concepções já estampadas em *O engenheiro* (1945) e em ‘Fábula de Anfion’ (1947): poesia como força indomável, que só

se cristaliza plenamente quando ‘extinta’ no repouso vegetal da folha impressa”.

Evidentemente, não se trata de um texto em prosa, cerimonioso e pernóstico, inflado pelas vênias; mas poema econômico e simétrico armado em seis estrofes, 24 versos encabeçados por um título em duas linhas – melhor vendo: dístico com oito sílabas métricas, como revela a contabilidade em verso (“O que se diz ao editor/a propósito de poemas”).

Nesse poema-prefácio, a *persona* poética associa o livro de versos às entradas da pessoa empírica – “fígado”, “pâncreas”, “pulmão”, “umbigo” – predicando o próprio modo de escrever como “dicção de tosse e gagueira”, talvez porque “Um poema é, sempre, como um câncer”: constrói-se de dentro para fora e de fora para dentro, como aprendemos em “Educação pela pedra”<sup>5</sup>. Nas palavras mais precisas com que João Cabral nos ensina, “Poema nenhum se autonomiza/ no primeiro ditar-se, esboçado/ nem no construí-lo, nem no passar-se/ a limpo do dactilografá-lo” (Cabral, 1980, p. 6)<sup>6</sup>.

Dizendo o mesmo, em carnadura mais compatível, o poema está e não está no livro.

<sup>4</sup> Na síntese de Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (2009, p. 11): “Prólogos e cartas ao leitor, licenças do paço, do ordinário e do Santo Ofício, privilégios, dedicatórias, apresentações, discursos encomiásticos e títulos, todo este conjunto tem ação retórica similar à do exórdio, parte da composição definida na retórica aristotélica como início do discurso (*acrhé logou/principium dicendi*), que predispõe e prepara o espírito do público, dando o ‘tom’ da composição”.

<sup>5</sup> “[...] lições da pedra (de fora para dentro,/cartilha muda), para quem soletrá-la” (Cabral, 1999, p. 338). De acordo com Solange Rebuzzi (2010, p. 99), “João Cabral, ao editar alguns de seus livros e também outros de poetas amigos, conseguia, com a experiência que se dava entre seus próprios dedos, na materialidade desse ato, construir o livro, envolvendo-o inteiramente com as diferentes etapas de fabricação do mesmo. [...] a fábrica cabralina é nomeada dessa forma, pelo próprio João Cabral em entrevistas, nas quais ele esclarece algo sobre o fazer, explicando alguns aspectos desse fazer: ‘Escrevo de fora para dentro. Antes faço o projeto do livro’, e/ou também: ‘assim como um sapateiro faz sapatos, eu faço a minha poesia’”.

<sup>6</sup> Neste ensaio, manteve-se a ortografia utilizada pelo poeta, em respeito à sonoridade dos versos e às circunstâncias de escritura e edição.

Interpretado como prefácio, abre o volume como recomenda o gênero preambular; como poema, poderia ser considerado como carta em verso, missiva endereçada ao editor, como se a justificar a publicação do compêndio. Como profissão de fé (Ricieri, 2020)<sup>7</sup>, sintetiza a poética do autor e indica como lê-lo. Porventura, funciona de modo similar em *A escola das facas*: um poema-manual de instrução, feito de aparentes lacunas. Sob esse aspecto, e considerando as camadas de sentido desse e de outros poemas, seria preciso relativizar a hipótese formulada por João Alexandre Barbosa (1975, p. 27), que negava o caráter conotativo das palavras no verso cabralino:

“Quando se diz desmontagem interna o que se quer acentuar é o caráter analítico que suporta o texto de João Cabral, levando-o às fronteiras de uma linguagem de interação dos elementos constantes do objeto de sua leitura, como se se tratasse não de um ‘poema’ mas de um texto crítico. E o que, na verdade, conduz a uma experiência desta ordem é o processo de afastamento e recusa dos valores conotativos, com a predominância da denotação e da racionalidade que lhe serve de fundamento”.

7 Ao interpretar “Antífona”, de Cruz e Souza, Francine Weiss Ricieri (2020, p. 392) observou: “Pela posição do poema no livro de que faz parte, ‘Antífona’, nesse sentido, parece poder ser pensada como um elemento que talvez possa corresponder (de modo equívoco) a uma peça completa de invocação épica. Após a primeira sucessão estrófica, seguem-se duas estrofes terminando em pontos finais, portanto, concluídas em si mesmas e que espelham a estrutura do bloco inicial: invocam elementos considerados aptos a possibilitar a construção poética (invocação que seria parte, então, não do poema em questão, mas do livro *Broquéis*, cujo título remete à empresa bética e que pode ser considerado, segundo essa perspectiva, como um projeto de livro significante em seu conjunto)”.

Tanto a elocução exata, quanto a sucessão de metáforas orgânicas, a contrastar a textura viscosa dos órgãos na medida exata das quadras em decassílabos, enunciam o método, a poética particular cabralina. Metapoema. Como propõe Alexandre Shiguehara (2010, p. V): “Expondo as bases de sua visão sobre a poesia, [João Cabral] evidencia também a singularidade de sua obra no panorama brasileiro”.

## CHEIA

Os poemas subsequentes contêm de uma a duas páginas, com exceção de uns poucos, como “Descrição de Pernambuco como um trampolim”, que soma dez seções: dez faces, cada uma com 12 versos, todos com seis sílabas métricas, a reverberar a dicção de “Morte e vida Severina”. Os textos variam também no modo como estão dispostos. Há aqueles fixados em quadras, como “Menino de engenho”, “Horácio”, “Fotografia do Engenho Timbó” e “O fogo no canavial”; há aqueles organizados em coplas, como “A voz do canavial”, “A pedra do reino”, “O Engenho Moreno” ou “A voz do coqueiral”<sup>8</sup>.

A leitura apressada de nossos dias, em que a poesia compete com aplicativos de áudio e postagens fragmentárias nas redes sociais, poderia sugerir que a extensão do poema e a distribuição dos versos guardariam

8 Para Secchin (2014, p. 290), “A escola das facas obedece aos modelos rítmico e estrófico longamente majoritários em João Cabral: rimas toantes em versos pares e estrofes de quatro versos. Se, de um lado, a quadra perde a predominância numérica absoluta (presente em 20 poemas), não deixa, por outro, de comandar textos com estrofização diversa: neles, os quartos versos (e seus múltiplos) tendem a concluir unidades autônomas de sentido (marcadas pelo ponto e pelo ponto e vírgula), num modo indireto de ‘enquadrar’ o texto”.

relação necessária e direta com as matérias de que tratam. Mas nem sempre é o que se verifica: elementos comuns à paisagem de Pernambuco ocupam tanto dísticos quanto quartetos. Somos tentados a procurar sentido no teor e na forma do poema. Benedito Nunes (1974, p. 153) argumentava:

“João Cabral não rompe com as formas tradicionais do verso. Ele inventa a sua linguagem a partir delas e nelas arrimado, quaisquer que sejam as modificações que lhes imponha. Nisso consiste o paradoxo da obra desse poeta, cuja forma discursiva suporta, sem desintegrar-se, uma sobrecarga semântica e objetual de elementos não discursivos. É, enfim, o paradoxo de uma poesia de construção, aliada ao verso, de que não abdica, embora modificando-o, e à sintaxe lógica, que sustenta a lógica da composição poética”.

Teria João Cabral arquitetado os versos<sup>9</sup> em razão de outro critério, para além do projeto de mimetizar simetrias? Tarefa para muito fabular. Por exemplo, em “A voz do canavial”, a última parelha de versos remonta ao título dado ao livro: “vento que o dia e a noite toda/ o folheia, e nele se esfola”, causa e efeito/efeito e causa. Na dialéctica cabralina, a faca, feito poesia, aprende e ensina. Esses versos dialogam com aqueles de “A voz do coqueiral”, embora estabeleçam metáforas de outra ordem. Em lugar da lâmina, a forma arredondada, feito fruta, a ondular no balanço espalmado das folhas, conforme o movimento menos brusco do tronco.

Benedito Nunes (1974, p. 142) descreveu o processo com precisão:

“Por diversas vezes, ao abordarmos os moldes descritivos, a desagregação da metáfora, as séries de imagens e suas relações com as séries convergentes de estrofes, tocamos nos pontos capitais dessa lógica da composição, basicamente determinada por dois eixos, um vertical e outro horizontal. No eixo vertical situaríamos, em seu nível metalinguístico próprio, a desagregação da metáfora, como um processo de arborescência da imagem a partir de núcleos verbais que se ramificam, formando, por transições semânticas entre seus termos, uma ou mais séries de significantes correlatos”.

Também “O coqueiral tem seu idioma:/ não o de lâmina, é voz redonda”. A primeira dificuldade em logo traduzir a imagem (“voz redonda”) não impede apreender alguns de seus sentidos. Em contraste com o seu idioma, o do canavial é cortante, ligero, agudo. Em parte, porque o ritmo do coqueiral é mais lento e suave, performado de maior altura. Parodiando o objeto sobre o que este ensaio versa, um poema é precisão; o outro, balanço; um lembra o golpe; outro, a dança; um é faca; o outro, bainha. Dito de outro modo, a imagem sugerida pelo poeta é reforçada pelo recurso à écfrase, que coloca em evidência o objeto descrito (“o coqueiral”, “a lâmina”) e seus atributos. Traduzindo melhor, aplica-se a *A escola das facas* o que Fabiane Borsato (2002, p. 6) percebeu em *Paisagens com figuras*:

“Em *Paisagens com figuras*, as palavras alcançam, pelo princípio da écfrase, o aspecto ético ao apresentar o homem e sua

<sup>9</sup> “A luz, o sol, o ar livre/ envolvem o sonho do engenheiro./ O engenheiro sonha coisas claras: superfícies, tênis, um copo de água” (Cabral, 1999, p. 69).

condição de existência na paisagem. Recurso frequentemente empregado pelo poeta, a écfrase não apresenta a intenção de pintar com palavras realidades ou objetos, mas é um procedimento metapoético para discussão e construção de paisagens e figuras poéticas, existentes somente no espaço do poema, na linguagem da poesia, embora elas guardem uma relação ético-reflexiva com espaços e questões apresentadas”.

No poema que nomeia o volume, 12 versos (em três quartetos) descrevem a trajetória do vento “áliseo”, quando chega “ao Nordeste”. A partir dele, passamos a supor que a matéria ensinada nessa escola de agudezas se compõe de “coqueirais” e “canaviais”. Talvez “Por isso, sobrevoada a Mata,/ suas mãos, antes fêmeas, redondas,/ ganham a fome o dente da faca/ com que sobrevoa outras zonas” (Cabral, 1980, p. 35). O que, nos versos anteriores, aproximava lâmina e cabo, faca e bainha, aqui evidencia outro par de metáforas: coqueiros e mãos de mulher; canaviais e dentes de faca, empunhada por homem.

Poder-se-ia sugerir que as metáforas se acumulam, oferecendo mais de um estrato de leitura. A racionalidade alia-se à equivocidade<sup>10</sup> intencional das palavras – al-

gumas utilizadas com sentido denotativo; outras, figurativamente, por deslocamento de lugar e deslizamento de sentido. Essa questão parece fundamental, ao abordarmos a poesia cabralina. Seria o caso de recordear o estudo pioneiro sobre as metáforas cabralinas, em que Maria Lúcia Pinheiro Sampaio distinguiu metáforas *in praesentia* e *in absentia* (estas, relacionadas a conceitos, referências e contextos):

“O poeta cria três tipos de metáfora *in absentia*: a conceitual, a referencial e a contextual. A conceitual é baseada na semelhança dos semas conotativos entre o termo modificado e o substituído. Na metáfora esses semas se superpõem, dando maior relevo à carga emotiva da mensagem. [...] Já a metáfora referencial não se baseia na semelhança da estrutura sêmica dos lexemas, mas liga-se à realidade à qual o poema se refere. A metáfora contextual surge por uma relação de contiguidade com outra metáfora existente no texto, podendo haver motivação sêmica entre o termo de partida e o de chegada” (Sampaio, 1978, p. 19).

O poema retoma e desdobra as metáforas enunciadas em “O mar e o canavial”<sup>11</sup>. Mas se, na *Educação pela pedra*, canavial e mar eram objeto e imagem recíprocos, em *A escola das facas*, os canaviais e coqueiros são identificados como seres

10 O emprego de palavras de sentido equívoco era uma constante na poesia dos séculos XVII e XVIII. Como reparou Ivan Teixeira (2005, p. 25), entenda-se “por equívoco o contínuo jogo entre ser e parecer, de que tanto gosta o poeta [Manuel Botelho de Oliveira] [...] No soneto ‘Ponderação do rosto e olhos de Anarda’, o sujeito da enunciação, conturbado pelos encantos da musa, considera-se equivocado, sugerindo com isso que se acha dividido entre o rosto da amada e os efeitos que ele provoca em seu juízo, que se confunde e que acaba tomando um por outro. Nasce daí a expressão equívoca, que se consubstancia na metáfora engenhosa e em seus correlatos agudos, tal como a paronomásia, o trocadilho e a antanáclase”.

11 “O que o mar sim aprende do canavial:/ a elocução horizontal de seu verso; a geórgica de cordel, ininterrupta; narrada em voz e silêncio paralelos./ O que o mar não aprende do canavial:/ a veemência passional da preamar;/ a mão-de-pilão das ondas na areia,/ moida e miúda, pilada do que pilar” (Cabral, 1999, p. 335).

complementares, um em correspondência viril com o golpe seco da lâmina; outro, identificado à sinuosidade, à brandura que a *persona* poética atribui ao elemento feminino<sup>12</sup>. A estrofe final do poema chega ao leitor na forma de síntese: “O coqueiro e a cana lhe ensinam,/ sem pedra-mó, mas faca a faca,/ como voar o Agreste e o Sertão;/ mão cortante e desembainhada” (Cabral, 1980, p. 35).

A aproximação entre certos objetos e o feminino induz à leitura de “Olinda revisited”: “Poucas cidades ainda/ (sem falar nas igrejas/ de úteros matriarcais/ e bacias maternas)/ podem dar a quem passa/ a intimidade aquela/ de quem vive uma casa/ como outra matriz terna” (Cabral, 1980, p. 38). Essas metáforas também pautam “As frutas de Pernambuco”, em que se lê: “Pernambuco, tão masculino,/ que agrediu tudo, de menino,/ é capaz das frutas mais fêmeas/ e da femeza mais sedenta./ São ninfomaníacas, quase,/ no dissolver-se, no entregar-se,/ sem nada guardar-se, de puta,/ Mesmo nas ácidas, o açúcar” (Cabral, 1980, p. 40).

Também o revelam os versos de “A cana-de-açúcar”: “A cana-de-açúcar, tão pura,/ se recusa, viva, a estar nua:/ desde cedo, saias folhudas/ milvestem-lhe a perna andaluza” (Cabral, 1980, p. 44); e retornam, ainda mais evidentes, em “A cana e o século dezoito”, retrato elegante e selvagem que se estende aos dotes presumivelmente femininos: “no gosto das várzeas ventiladas,/ das cabeleiras bem penteadas,/ de

certa beleza linear,/ porte incapaz de se desleixar” (Cabral, 1980, p. 70).

O tema (des)norteia o enunciador e (re) conduz o leitor, ao longo do livro – e fora dele. Nos versos que encerram o volume (um poema em oitava rima, feita de octossílabos), “Autocrítica”, a *persona* anuncia Pernambuco como ponto de partida, que “o vacinou do falar rico”, e a região de Andaluzia, ponto de chegada que lhe deu “fêmea e viva, desafio demente: em verso dar a ver Sertão e Sevilha” (Cabral, 1980, p. 93). Crueza e técnica? Artifício sem rescaldo de adjetivos ou advérbios? Fusão do masculino e do feminino? Para Waltencir Alves de Oliveira (2012, p. 79), é o que acontece:

“Como no poema ‘Autocrítica’, ‘Sertão é dado a ver em Sevilha’, em ‘Paisagem pelo telefone’, a voz da mulher é envolvida pela luz que se origina de “uma praia nordestina/ Nordeste de Pernambuco, onde as manhãs são mais limpas/ Pernambuco do Recife,/ de Piedade, de Olinda”. Ou em outras palavras o ato de envolver desfez as fronteiras entre os envolvidos, tornando-os um só, consumando a união entre Pernambuco-Sevilha, entre masculino e feminino”.

## VAZANTE

Diz-se da prosa que ela pode ser enxuta (como a de Graciliano Ramos, ou João Ubaldo Ribeiro, ou Dalton Trevisan). Qualidade que predica a poesia cabralina, já que, paradoxalmente, espanta e enternece por dizer tanto com pouco, afinal “[...] ela se constrói sobre o prisma do *menos*”, como sugeriu Secchin (1985, p. 13 – grifo do autor). Haroldo de

12 “[...] o poeta não trabalha com o comparante ‘mulher’: concentra-se em objetos representantes do feminino, categoria mais ampla de que a mulher é um dos preenchimentos possíveis” (Secchin, 2014, p. 307).

Campos (2006, p. 81) havia dito, 20 anos antes dele, que o poema “O engenheiro” continha

“[...] todo o programa construtivo do poeta e, ao nível técnico, um dado que será muito importante considerar: a unidade compositiva mais característica de JCMN, a quadra, não tomada com forma fixa (ou *fôrma*), mas como um bloco, como unidade-bloco de composição, elemento geométrico pré-construído, definido e apto consequentemente para a armação do poema”.

Discorrer sobre João Cabral é pretender sínteses totalizantes. Arrisco. Um dos pontos altos de *Escola das facas* – livro que se anuncia temática, formal e estilisticamente elevado, são as “Prosas da maré na Jaqueira”. Dividido em oito poemas (todos com 12 versos, distribuídos em quadras compostas de redondilhas maiores), a *persona* atribui feição marítima ao célebre Rio Capibaribe.

“Maré do Capibaribe,  
Já tens de maré o estilo;  
Já não saltas, cabra agreste,  
Andas plano e comedido.

Não mais o fiapo de rio  
Que a seca corta e evapora:  
Na Jaqueira és já maré,  
Cadeiruda e a qualquer hora.

Teu rio, quase barbante,  
A areia não o bebe mais:  
É a maré que o bebe agora  
(não é muito o que lhe dá)”  
(Cabral, 1980, p. 63).

Como se disse, na poesia de João Cabral as metáforas são cumulativas. A profusão de

imagens parece refletir o volume caudaloso das águas, o que permitiria ao leitor vislumbrar no discurso conciso o símilde do curso eloquente do rio<sup>13</sup>. O segundo poema da seção aproxima mar e rio, na tentativa de descrever o estilo da movência contida e discreta. Lauro Escorel (1973, pp. 53-4) havia notado que:

“Na obra cabralina, está presente, desde a sua primeira fase, em que predominam metáforas líquidas, expressões de suas obsessões oníricas e de suas vinculações à *imago* materna, uma dialética heraclitiana entre o mineral, seco e sólido, que não se deteriora nem flutua, e a matéria viva e evanescente, que flui e apodrece; entre o sol que, na sua ambivalência, transmite calor e vida, mas, também, levado ao seu grau mais extremo, purifica e esteriliza como o fogo, e a água impura e estagnada, que gera a inquietação mórbida do sonho e transmite ao ser humano, que a sente fluir, não apenas fora mas dentro de si próprio, o sentimento de sua inconsistência e transitoriedade”.

Como notou Pedro Marques (2020, p. 122), “Cabral reanima a letra poética com canto e coreografia. O *rio* desempenha sua jornada ora como épica, ora como *dança dramática*, na acepção de Mário de Andrade”. O rio se soma a outros protagonistas extraídos da paisagem: o vento, o mar, o

---

13 Nesse sentido, talvez possamos rever a hipótese de Antonio Carlos Secchin, para quem “os processos de formalização” da poesia cabralina seriam “deflagrados por uma ótica de desconfiança frente ao signo linguístico, sempre visto como portador de um transbordamento de significado. Amputar do signo esse excesso é praticar o que denominamos a poesia do menos” (Secchin, 1985, p. 13 – grifos meus).

canavial e o coqueiral. Para além deles, há lugar para o elemento citadino, o que nos autoriza a desatrelar a poesia cabralina da temática exclusivamente “engajada” ou “regionalista” – anotada (e afixada) pela primeira crítica<sup>14</sup>. Ao estender a perspectiva da *persona* poética para além das dicotomias, o livro recobre várias tópicas, lugares-comuns cabralinos, e as aplica a diferentes figuras, sob diversos enquadramentos, ângulos a partir dos quais a *persona* poética enxerga os objetos: superfícies, cores, volumes.

Em certas passagens (ou paragens?), a dicção cabralina eleva o nível altiplano da imagem. Verbo que é, tanto reverbera o discurso fluido, quanto nos autoriza a evocar os versos de “Procura da poesia”, de Drummond<sup>15</sup> – como se nota na quarta seção das referidas “Prosas”:

“Maré do Capibaribe<sup>16</sup>,  
Afinal o que ensinaste  
Ao aluno em cujo bolso  
Tu pesas como uma chave?

---

14 A esse respeito, consulte-se “O geômetra engajado”, de Haroldo de Campos (2006, p. 77), em que o ensaísta contesta a crítica anterior – “[...] nem o modernismo pode ser dado como carecedor de preocupações formais; nem 45 pode ser reconhecida como instituidora de uma nova ordem poética entre nós” – e sugere que a poesia de João Cabral devia muito aos “modernistas”.

15 “Chega mais perto e contempla as palavras./ Cada uma/ tem mil faces secretas sob a face neutra/ e te pergunta, sem interesse pela resposta,/ pobre ou terrível, que lhe deres:/ Trouxeste a chave?” (Drummond, 1964, p. 139).

16 Pedro Marques (2020, p. 125) percebeu com acuidade que: “Contrário à expansão épica e eufórica que vem do mar e adentra sertão adentro, na captura de recursos naturais e humanos a serem moidos no engenho, o Capibaribe vomita de volta ao Atlântico, agora escodouro da miséria, a escória do passado inglório, pelo menos para o meio ambiente e para os despossuídos de nobreza, terras e capitais”.

Não sei se foi para sim  
Ou para não teu colégio:  
O discurso de tua águia  
Sem estrelas, rio cego,

De tua águia sem azuis,  
Água de lama indigente,  
O pisar de elefantíase  
Que ao vir ao Recife aprendes”  
(Cabral, 1980, p. 65).

Afora o diálogo constante com Bandeira e Drummond, o primeiro interlocutor de João Cabral foi Murilo Mendes, que lhe foi apresentado pelo poeta Willy Lewin em 1940. Mas a sua aproximação de Lewin e Mendes teria sido reticente, como assinala Ricardo de Souza de Carvalho (2011, p. 14):

“Se, por um lado, Cabral não se identificava com a ‘transcendência’ da poesia de Murilo, por outro, valorizou nela o lugar central ocupado pela imagem: ‘Há um certo parentesco entre *Pedra do sono* e certa poesia entre nós, a do sr. Murilo Mendes, por exemplo, para quem a imagem não é um equivalente simbólico de uma realidade observada, mas um valor em si’”.

Estamos em face de uma poética que privilegia o caráter imagético; fator que não retira a importância dos ingredientes sonoros – evidenciados nas aliterações e assonâncias, mas também no ritmo constante dos versos. Ritmo esse em similicadênciam<sup>17</sup>, sugerida pela alternância de sílabas átonas (ou breves) e

---

17 Construções similicadentes também são chamadas eurítmicas. Nelas, há coincidência rítmica entre frases (ou versos) diferentes.

tônicas (ou longas), durante a montagem do auto, feito poema: “O meu nome é Severino”, “Como há muitos Severinos”, “Somos muitos Severinos” (Cabral, 2016, pp. 19 e 20); e do poema em autorreferência, “O poema”: “A tinta e a lápis/ escrevem-se todos/ os versos do mundo” (Cabral, 1999, p. 76)<sup>18</sup>.

Teor e estrutura, som e imagem são fundamentos cosidos segundo a forja do verso cabralino. Sua obra ganharia muito se fosse lida como resultante de uma poética particular, que não cabe nem se limita ao apelo “regional” ou à “brasilidade” dos temas em verso. Para além de certo ufanismo, que preside alguns modos nacionalistas de apequená-lo, seria mais produtivo considerar os artifícios que o poeta emprega, ao articular o apelo imagético das figuras com a quadratura dos versos; a sonoridade das palavras que enca-deia com os sentidos que carregam.

Dando crédito ao que dizia o poeta, a respeito de suas premissas e modos de compor, cabe lembrar o que ele afirmou nas entrevis-tas que concedeu: o papel da arquitetura na concepção iluminada e na armação sólida dos seus versos; o elogio a John Donne, considerado um dos poetas mais engenho-sos da Inglaterra seiscentista (habilidoso em construir metáforas agudas<sup>19</sup>, reservadas a lei-

tores e ouvintes discretos, capazes de maior discernimento<sup>20</sup>). São questões que nascem do pensar alto; mas não soam descabidas. Ora, assim como já aprendemos a desconfiar da sinceridade autoatribuída pelos poetas ro-mânticos, não seria o caso de suspeitar que há um punhado de técnica na formulação racional e de sensibilidade na “antilírica”<sup>21</sup> de João Cabral? Parte da resposta poderia ser dada com ajuda do próprio escritor, tra-vestido de ensaísta:

“A composição literária oscila permanentemente entre dois pontos extremos a que é possível levar as ideias de inspiração e trabalho de arte. De certa maneira, cada solução que ocorre a um poeta é lograda com a preponderância de um ou outro desses elementos. Mas essencialmente essas duas maneiras de fazer não se opõem. Se uma solução é obtida espontaneamente, como pre-sente dos deuses, ou se ela é obtida após uma

18 Herança da poesia grega antiga, os “pés” referem-se às sílabas acentuadas (ou longas), alternadas com as fracas (breves), no verso. Em “O meu nome” há um jambo (“O meu”) ligado a um troqueu (nome). Cf. *Pequeno dicionário de poética* (Campos, 1960).

19 Como explica Lavinia Silvares (2015, p. 56): “A conceituacão de *wit* deriva de noções antigas, embora os sentidos agregados ao termo tenham variado, e assim também o valor posto sobre ele. O *wit* nos séculos XVI e XVII é derivação do grego *asteion*, formulado na retórica de Aristóteles na categorização sobre as transferências metafóricas, como o ‘dito brilhante’, ou agudo, que condensa conceitos com rapidez”.

20 Como explica João Adolfo Hansen (2019, pp. 99-100): “[...] a discrição é o diferencial da vulgaridade: no sécu-lo XVII, é discreto o que não é vulgar. Como o vulgar é definido como o ‘espírito fraco’ levado pelo gosto confuso que se deixa enganar pelas aparências, discreto é aquele capaz de produzir aparências adequadas a cada ocasião, porque tem o juízo. Assim, a discrição seiscentista é um saber ou uma técnica da imagem. Como no caso dos libertinos eruditos franceses, a discrição ibérica também não admite a interpretação romântica, que é a nossa, e que entende ‘libertinagem’ como anarquismo, informalismo, inconformismo sexual, perversão ou transgressão”.

21 Luiz Costa Lima (1968) foi um dos primeiros a reivindicar o uso da expressão (“antilíra”), ao examinar a poesia de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto. Décadas depois, ao comparar Bandeira e Cabral, sugeriu que “[...] como já em Bandeira, não há pessoalização, não há psicologia. Ela no entanto se acompanha doutra diferença: a impessoalização não é substituída pela afetividade envolvente. A emotividade do leitor só será despertada se ele contar com sua sensibilidade intelectual” (Lima, 2001, p. 43).

elaboração demorada, como conquista dos homens, o fato mais importante permanece: são ambas conquistas de homem, de um homem tolerante ou rigoroso, de um homem rico de ressonância ou de um homem pobre de ressonâncias” (Cabral, 1999, p. 725).

Claro esteja: não se coloca em questão o elevado grau de racionalismo, o rigor com que João Cabral compunha versos. O que se discute é a reiterada suposição, fechada e totalizante, de que “esta é uma poesia antilírica, é uma poesia dirigida ao intelecto e, de certa forma, mais presa à realidade que o mesmo autor, que sempre teve, por função de trabalho, cindidos, o pensar sobre a matéria do poema e o dia a dia de funcionário público”, como sentenciou Marly de Oliveira (1999, p. 15), autoridade personalíssima do escritor.

O fato de João Cabral ter sido leitor ávido e atento de John Donne e promovido paralelos entre a poesia e a arquitetura (evidenciados nas constantes referências a Le Corbusier) constituiria pistas suficien-

tes para suspeitar não “se”, mas quanto há de artifício e sensibilidade em uma poesia que se supõe tão só cerebrina. Não se confunda pieguice com lirismo.

Seria o caso de propor uma metáfora com a única intenção de alumiar a perspectiva de quem lê: sujeito que reaprende, pela voz e pelas mãos do coqueiral, a oscilação redonda, branda, mas alta. Eis o fio da palavra, a sobrepor imagens e acumular sentidos, à proporção que o leitor-aprendiz toma lições versificadas da pedra impolida, da lâmina/cana-de-açúcar e do rio eloquente, detendo-se no espaço ocupado do papel:

“É mineral  
a linha do horizonte,  
nossos nomes, essas coisas  
feitas de palavras”

(Cabral, 1999, p. 96).

Haverá algo mais persuasório do que uma poética que remanufatura o modo de sentir, enxergar e medir?

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. "Procura da poesia", in *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1964, pp. 138-9.
- BARBOSA, J. A. B. *A imitação da forma: uma leitura de João Cabral de Melo Neto*. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- BORSATO, F. R. "Princípios ecfrásticos em *Paisagens com figuras*, de João Cabral". *Signótica* (UFG), n. 32. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/58769>. Acesso em: 8/12/2020.
- CAMPOS, G. *Pequeno dicionário de poética*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1960.
- CAMPOS, H. "O geômetra engajado", in *Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. 4ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2006, pp. 77-88.
- CARVALHO, M. S. F. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. Teresina, Editora Universitária da UFPI/Fapepi, 2009.
- CARVALHO, R. S. *A Espanha de João Cabral e Murilo Mendes*. São Paulo, Editora 34, 2011.
- DONNE, J. *The complete poetry and selected prose*. New York, The Modern Library, 2001.
- ESCOREL, L. *A pedra e o rio: uma interpretação da poesia de João Cabral de Melo Neto*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.
- HANSEN, João Adolfo. "O discreto", in *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. Org. Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna. São Paulo, Edusp, 2019, pp. 97-122.
- LE CORBUSIER. *Vers une architeture*. Paris, Les Éditions G. Crés et Cie, 1923.
- LIMA, L. C. *Lira e antilira (Mário, Drummond, Cabral)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LIMA, L. C. "Sobre Bandeira e Cabral". *Revista USP*, 2001, pp. 39-45.
- MARQUES, P. "O rio do poema: João Cabral antiépico". *Revista Brasileira (ABL)*, ano III, n. 102, 2002, pp. 121-42.
- MELO NETO, J. C. *A escola das facas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980.
- MELO NETO, J. C. "A inspiração e o trabalho de arte", in *Obra completa*. 3ª reimpr. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1999, pp. 723-38.
- MELO NETO, J. C. *Morte e vida severina: auto de natal pernambucano*. Rio de Janeiro, Alfaguara, 2016.
- NUNES, B. *João Cabral de Melo Neto*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1974.
- OLIVEIRA, M. "Introdução geral", in J. C. Melo Neto. *Obra completa*. 3ª reimpr. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1999, pp. 15-38.
- OLIVEIRA, W. A. *O gosto dos extremos: tensão e dualidade na poesia de João Cabral de Melo Neto, de Pedra do sono a Andando Sevilha*. São Paulo, Edusp, 2012.
- PEIXOTO, S. A. *A consciência criadora na poesia brasileira: do Barroco ao Simbolismo*. São Paulo, Annablume, 1999.
- REBUZZI, S. *O idioma pedra de João Cabral*. São Paulo, Perspectiva, 2010.
- RICIERI, F. W. "Duas execuções musicais". *Diadorm (UERJ)*, vol. 22, n. 1, 2020, pp. 384-408.
- SAMPAIO, M. L. P. *Processos retóricos na obra de João Cabral de Melo Neto*. Assis/São Paulo, IHLPA/Hucitec, 1978.
- SECCHIN, A. C. "A família reescrita [A escola das facas]", in *João Cabral: uma fala só lâmina*. São Paulo, Cosac Naify, 2014, pp. 289-314.

## **textos**

- SECCHIN, A. C. *João Cabral: a poesia do menos*. São Paulo/Brasília, Duas Cidades/INL, 1985.
- SHIGUEHARA, A. K. *Ao longo do rio: João Cabral e três poemas do Capibaribe*. São Paulo, Hedra, 2010.
- SILVARES, L. *Nenhum homem é uma ilha: John Donne e a poética da agudeza*. São Paulo, FAP-Unifesp, 2015.
- TEIXEIRA, I. "A poesia aguda do engenhoso fidalgo Manuel Botelho de Oliveira", in M. B. Oliveira. *Música do Parnaso*. Cotia, Ateliê Editorial, 2005, pp. 7-96 [edição fac-similar].

# Kőrösí, um século errante que desvendou a milenar cultura do Tibete

*Aleksandar Jovanović*

N

ascido talvez em 1784, ou 1787, na aldeia de Kőrös, região de Háromszék (hoje Chiurus, na Transilvânia, Romênia), numa família com seis filhos, Sándor Csoma Kőrösí foi um estudioso conhecedor de grande quantidade de línguas<sup>1</sup>. Viajou para o Oriente

1 Tudo indica que conhecia, no mínimo, umas 20 línguas, ou seja, além do húngaro, sérvio, eslavo eclesiástico, romeno, latim, grego, turco, alemão, inglês, francês, italiano, hebraico, árabe, sânscrito, pashto, persa, hindustani, tibetano, marati e bengali. Giuseppe Gasparo Mezzofanti (1774-1849), cardeal italiano, tornou-se famoso por manejar, sem dificuldade alguma, nada menos que 39 línguas (*sic*). O conde Liév Tolstoi (1828-1910), escritor russo, dominava muito bem, no mínimo, 20 idiomas.

**ALEKSANDAR JOVANOVĆ** é professor da Universidade de São Paulo, tradutor e autor de, entre outros, *Caracol estrelado: poesia sérvia contemporânea da segunda metade do século XX* (Fundação Biblioteca Nacional).

e a obra de Sámuel Gyarmati<sup>2</sup> parece tê-lo influenciado na ideia de buscar o local exato de origem do povo e língua magiares – que imaginava ser na Sibéria ou Mongólia. No entanto, em vez de encontrar os ancestrais de seu povo ou o lugar de onde ele emigrou para o Velho Continente, Kőrösí acabou sendo o primeiro especialista ocidental na língua e cultura tibetanas, autor de várias e importantes publicações. Seu túmulo, a 6 mil metros de altura, em Darjeeling, no Himalaia, é considerado monumento nacional pelo governo da Índia. Kőrösí morreu ali de malária, em 1842.

Completa os estudos no ginásio de Nagy Enyed (hoje Aiud, Romênia) em 1807. Mas já à época demonstrava muito interesse em descobrir as origens geográficas do povo húngaro, cujos ancestrais de fato chegaram ao solo europeu oriundos da Sibéria oriental. Até o momento em que a figura central deste texto vivia, tais fatos eram conhecidos de forma inexata. Mas, ainda aluno do ginásio, presta um solene juramento com dois colegas de escola, conta-nos Duka (seu principal biógrafo): de que viajaria pela Rússia, rumo ao Oriente, a fim de localizar a origem dos magiares.

O aluno que recebeu bolsa ginasial era um *gratistae*: seus estudos nada lhe custavam, mas deveria pagar com trabalhos duros na escola. E, para obter o próprio sustento, dava aulas particulares durante as férias, na localidade próxima chamada Szászváros (hoje Orăștie, Romênia). Por intervenção do pai, aprendeu latim e grego no colégio protestante local. Em 1815, solicita a expedição de passaporte e, através de Nagyvárad (hoje Oradea, Romênia), vai a Budapeste, dali a Viena e chega a Göttingen, na Saxônia, em cuja universidade também acaba sendo bolsista. Ali aprendeu árabe e hebraico e foi aluno do famoso orientalista Johann Gottfried Eichhorn (1752-1827). Foi em Göttingen que tomou contato com a teoria do conhecido linguista, historiador, orientalista e explorador Julius Heinrich Klaproth (1783-1835), segundo quem húngaros e uigures – minoria de etnia turca e muçulmana que habita a província chinesa de Xinjiang (antigo Turcomenistão Oriental) – eram povos parentados. Em síntese: teria sido a soma das ideias de Sajnovics, Gyarmati e Eichhorn que o impulsionou na inusitada jornada em busca de um objetivo que jamais conseguiu concretizar. E, lendo historiadores árabes, tudo indica que Kőrösí tomava conhecimento de fatos e dados desconhecidos (até então, no Ocidente), não somente com relação à origem geográfica e etnolinguística das tribos magiares que invadiram a Europa Central no final do primeiro milênio da era vulgar, mas também a respeito de outros fatos históricos importantes. A leitura dos textos de historiadores árabes, no entanto, confirmou que os ancestrais dos húngaros saíram da Ásia, de terras em torno do Rio Ob, na Sibéria.

Conclui o curso de Teologia em Göttingen e retorna à Transilvânia, em 1818. Fica em

---

2 Sámuel Gyarmati (1751-1830), médico, também nascido na Transilvânia, publicou, em 1799, a obra denominada *Affinitas linguae hungaricae cum linguis fennicæ originis grammaticæ demonstrata* ("Demonstração gramatical da afinidade da língua húngara com as línguas de origem finesa"), estudo comparativo das línguas do grupo fino-ugriano. Antes dele, János Sajnovics (1733-1785), linguista, foi pioneiro dos estudos comparativos da família fino-ugriana de idiomas, com a edição, em 1770, do volume *Demonstratio idioma Hungarorum et Lapporum idem esse* ("Demonstração de que a língua de húngaros e lapões é a mesma"). Credita-se, no entanto, ao dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832) o fato de ter estabelecido os fundamentos sólidos dos estudos comparativos em linguística, no princípio do século XIX, e inaugurar o estudo das línguas fino-ugrianas.

Kolozsvár (hoje Cluj-Napoca, na Romênia). No ano seguinte, vai até Temesvár (hoje Timisoară, na Romênia) aperfeiçoar seus estudos de línguas eslavas e dali vai até Újvidék (hoje Novi Sad, na Sérvia). Retorna à Transilvânia em novembro de 1819. Um mês depois, chega a Bucareste, para nunca mais retornar. Em 1820, já está em Sófia e Plovdiv, na Bulgária.

Dentre os manuscritos de Csoma, deixados no período de estudos em Göttingen, foi encontrada a citação de Virgílio: *Felix, qui potuit rerum cognoscere causas* (“Feliz é aquele que pôde conhecer as causas das coisas”). Afirmando alguns autores que esta seria a demonstração clara da inclinação científica de nosso personagem: desejava conhecer as causas dos fatos. Coincidência, revelação de tendência íntima ou tentativa forçada de reconstruir os pensamentos mais recônditos do viajante-aventureiro-estudioso?

De família calvinista, alimentava-se a expectativa de que estudasse para tornar-se pastor. Em vez disso, deixou o país natal, abandonou a Europa e seguiu rumo ao Extremo Oriente. Em fevereiro de 1820, estaria em Constantinopla; depois já está em Rhodos e logo mais em Alexandria, no Egito, local que abandona de pronto devido à epidemia de peste que ali grassava. Segue para o Líbano. De Beirute sobe pela costa marítima até Aleppo, na Síria. Em maio do mesmo ano, chega a Mossul (hoje situado no Iraque) e continua até Bagdá.

Convém observar que desde Plovdiv até Bagdá estava em território dominado pelo Império Otomano. Em outubro, ingressa em território persa e já estaria em Teerã, onde permaneceria durante um mês, onde estuda e aprende o persa. Em janeiro de 1822, chegaria a Cabul, no Afeganistão. A guerra

em terras afgãs força nosso personagem a mudar novamente de rumo. Em julho, já estaria na Caxemira, onde começaria a estudar o tibetano com o incentivo do inglês William Moorcroft (1767-1825), veterinário formado na França, voluntário para lutar contra o exército de Napoleão, recrutado para o serviço colonial na Índia, que viajou pelo Tibete, Nepal, Afeganistão, atual Uzbequistão; e quem desempenhou papel fundamental para que Kőrösi fosse apoiado pela Royal Asiatic Society.

Cabe um parêntese: outro importante membro da Companhia das Índias Orientais, sir William Jones (1746-1794), que chegou a ser juiz britânico em Calcutá a partir de 1793, foi o precursor da linguística histórico-comparativa, porquanto publicou, em 1786, a obra *The sanscrit language*, demonstrando, inclusive, que aquele idioma e as línguas grega e latina possuíam estreitas afinidades. A partir da identificação dessas similaridades nasceu não somente o método histórico-comparativo, mas também a indo-europeística, ramo que estuda apenas as línguas da família indo-europeia. Logo, o momento em que o século errante perambula pela Ásia, aprendendo línguas, era um período bastante fértil no que diz respeito à descoberta de fatos científicos relevantes e à (re)descoberta de culturas e línguas antiquíssimas.

Em julho de 1823, Kőrösi estaria no mosteiro de Zangla, no Tibete. Ali estuda literatura tibetana, guiado por seu mestre, Sangs-rgyas Phun-tshogs, a quem menciona em suas cartas como “o lama”. Nos cinco anos que se seguiriam, ele leria centenas de livros em tibetano e em sânscrito, e seu nome começaria a ser conhecido nas redondezas. Ao final desse período duro, compôs um glossário inglês-tibetano com 30 mil ver-

betes! É interessante notar que o filho de família sem posses, que saiu em peregrinação mundo afora sem recursos, acabou sendo auxiliado por várias pessoas e circunstâncias ao longo de sua jornada incomum.

Em outubro de 1824, ao deixar o mosteiro, caiu em mãos de soldados ingleses que o tomaram por um espião ocidental e obrigaram-no a redigir a autobiografia, a pedido de Lord Amherst (1773-1857), governador geral da Índia britânica, sempre temeroso de que espiões russos estivessem sendo enviados para aquelas terras. Kőrösí relata no manuscrito, em detalhes, a peregrinação iniciada na Transilvânia e chama a atenção do governador geral britânico para a importância da língua e literatura tibetanas e o pouco conhecimento que o Ocidente possuía a respeito do assunto. Sublinha, ainda, o fato de que os textos tibetanos conservaram muitos ensinamentos referentes ao budismo que se haviam perdido na Índia e que não foram registrados em sânscrito. Nos anos seguintes, andou errando de mosteiro em mosteiro pelo Tibete. Em 1831, muda-se para Calcutá, onde já começa a redigir o seu dicionário de tibetano-inglês, sob os auspícios da Royal Asiatic Society, da qual havia sido eleito membro um ano antes. Em 1834, vai para Bengala, onde se familiariza com as línguas bengali, sânscrito e várias outras das centenas faladas na Índia. É neste ano que publica suas duas obras-primas: uma gramática da língua tibetana e um dicionário inglês-tibetano. Retorna para Calcutá em 1837, onde passa cinco anos como bibliotecário da Royal Society. Em 1842, visita Lhasa e no mesmo ano chega a Darjeeling, local onde morre em abril do mesmo ano. A primeira obra a respeito de sua vida seria publicada em Londres, em 1885 – *Life and*

*works of Alexander Csoma de Kőrös* – de autoria de Theodore Duka.

A ideia inicial de Kőrösí, ainda na Transilvânia, era atravessar o Império Russo até chegar a Irkutsk, para descer, em seguida, em direção à Muralha da China, conforme testemunhou seu amigo Sámuel Hegedüs, ao fazer-lhe o panegírico, em 1842. O itinerário planejado, de quase 7 mil quilômetros, através de regiões inóspitas, com invernos rigorosos e sem meios de transporte adequados, tinha como objetivo escapar das gigantescas e quase intransponíveis cadeias montanhosas situadas na Ásia: Pamir, com altitudes de até 7.500 metros, o Hindu-Kuch, com altitudes de até 7.600 metros, e o Himalaia, com até 8 mil metros.

Eram tempos difíceis para viajar, inclusive porque não havia liberdade para ir de um lugar para outro. Como súdito do Império dos Habsburgos<sup>3</sup>, Kőrösí necessitava de passaporte para deslocar-se de um lugar para outro. Se desejasse ingressar nos impérios Russo ou Turco, na qualidade de cidadão estrangeiro, sofreria mais restrições que os nacionais daqueles estados. Ele obteve uma espécie de salvo-conduto, emitido para locomoção limitada em direção à Valáquia (principado vassalo do Império Otomano quando Kőrösí vivia e que comporia a Romênia, após a Primeira Guerra Mundial). Daí em diante, a movimentação de nosso personagem tornou-se uma aventura ímpar, tanto pelas condições precárias em que via-

<sup>3</sup> A Transilvânia passou para o domínio dos Habsburgos em 1690, como consequência, entre outras coisas, da derrota dos otomanos em 1683, quando tentaram invadir Viena. Anteriormente, como território que pagava vassalagem ao Império Otomano, a Transilvânia conseguiu gozar certo grau de autonomia.

java, quanto pelos riscos que corria de ser apanhado sem passaporte que o autorizasse a movimentar-se. Havia outro fator agravante no quadro das dificuldades já apontadas: como um *székely*<sup>4</sup>, tinha a obrigação de guardar as fronteiras do Império dos Habsburgos e portar armas até os 50 anos de idade, assim como havia ocorrido com seu pai. Portanto, abandonar, sem permissão, o local em que tinha residência fixa, conhecida e permitida, poderia representar deserção sujeita, inclusive, a corte marcial (*sic*). Portanto, as peripécias da jornada de Kőrösi equivalem às de um genuíno personagem de obra de ficção.

Resumindo a etapa inicial do deslocamento: Kőrösi chegou até Bucareste, então, ainda, uma pequena cidade. Dali seguiu, com uma caravana de comerciantes búlgaros, até Rustchuk (hoje, Ruse), Sófia e Plovdiv. Sempre passando despercebido: romeno ele falava sem problemas; por falar sérvio e conhecer bem o eslavo eclesiástico, conseguia comunicar-se em búlgaro. Sem pertences, em trajes modestos, simplesmente seguiu caminho sem ser molestado. Na nona linha de seu salvo-conduto figurava que

era capaz de falar húngaro, latim, alemão, romeno, francês e sérvio<sup>5</sup>. Por fim, chegou a Constantinopla (atual Istambul, na Turquia) e, de ilha grega em ilha grega, no Mar Egeu, acabou desembarcando no Egito, três meses depois de sair da Transilvânia. A peste obrigou-o a ir-se embora e, assim, foi para Chipre. Depois, acabou na Síria. De Aleppo desejava seguir para Mossul e ao longo do Rio Tigre em direção ao Oriente, a fim de escapar de ladrões. Para continuar viagem com uma caravana, disfarçou-se de beduíno, a fim de não ser molestado, conforme relata o seu importante biógrafo, Theodore Duka<sup>6</sup>.

Cabe sublinhar que Aleppo era o principal centro comercial do Império Otomano à época: dali saíam tanto mercadorias para o Ocidente, quanto para o Oriente, estas em caravanas de camelos rumo ao Golfo da Pérsia. De novo, uma série de circunstâncias felizes impulsionou o solitário peregrino: o cônsul-geral da Áustria, em Aleppo, Esdras de Picciotto, dera visto *bonā fidē* para Kőrösi prosseguir viagem, sem questionar um instante sequer a validade do (inválido) papel expedido em húngaro na Transilvânia. E mais: recomendou-o a Ignaz Pohle, um

4 Os *székely* – sículos, em português – são possivelmente uma etnia de origem magiar, que ocupou terras na Transilvânia e sudoeste da atual Hungria ainda no século VIII de nossa era. Há bastante controvérsia teórica entre os próprios historiadores a respeito da proveniência dos sículos. Uns asseguram que foram assentados ali, a fim de guardar as fronteiras das invasões de tártaros, mongóis e outros povos das estepes, mas que eram tribos guerreiras que acabaram sendo magiarizadas; outros sustentam que eles sempre foram de origem húngara, mas alguns hábitos culturais diferentes seriam explicados pelo relativo isolamento geográfico em que passaram a viver no que se convencionou denominar de “Terra Székely” ou *Székelyföld*, em húngaro, e *Tinutul Secuiesc*, em romeno. Já na Idade Média, os sículos faziam parte da *Unio Trium Nationum* (União das Três Nações) na Transilvânia, que os englobava, juntamente com a nobreza húngara e os saxões (de etnia e língua germânica).

5 Textualmente rezava, em húngaro: “[...] beszél Magyarul, Déakul, Németül, Oláhul, Francziául és Ráczul”. Ver Bernard Le Calloc'h, “Un document suspect, le laissez-passer d'Alexandre Csoma de Körös”, *Études Finno-Ougriennes*, (22), Paris, 1989-1990, passim.

6 Théodore (alias Tivadar) Duka (1825-1908) foi outra figura incomum que merece texto à parte. Húngaro de nascimento, durante a Revolução de 1848, foi ajudante-de-ordens do general Arthur Görgey (1818-1916), na luta contra a dinastia absolutista dos Habsburgos. Com a rendição dos revolucionários húngaros, em 1849, cai prisioneiro de guerra. Consegue escapar, no ano seguinte, via Dresden e, depois, Paris. Acaba em Londres, onde estuda Medicina e torna-se *fellow* do Royal College of Surgeons of England. Torna-se oficial médico do exército britânico na Índia e aposenta-se com a patente de tenente-coronel.

tcheco e cidadão do Império dos Habsburgos, que, por sua vez, dá-lhe uma carta de apresentação a Anton Swoboda, um jovem eslovaco residente em Bagdá.

E as apresentações se sucedem. Assim, Claudio James Rich, cidadão britânico, confere, mais tarde, o *status* de protegido da Companhia das Índias Orientais ao sículo errante que segue de Aleppo a Bagdá numa caravana de camelos. Depois, passa quatro meses em Teerã, obtém apoio do embaixador britânico Henry Willock e aperfeiçoa o conhecimento da língua persa. Em março de 1821, disfarçado de persa, vai para Bukhara, Cabul, Peshawar, Lahore e Caxemira. William Moorcroft, oficial britânico, presenteia-o com o primeiro livro sobre o Tibete, o *Alphabetum tibetanum*, de 1762, de autoria do orientalista italiano Agostino Antonio Giorgi (1711-1797). Kőrösi fica em Leh para aprender o tibetano usando o persa como língua *intermediária*.

Depois de ter adquirido rudimentos da língua tibetana, Csoma decidiu aperfeiçoar seus conhecimentos nos mosteiros. Solicitou ajuda a Moorcroft para retornar a Ladakh. O governo britânico acabara de estabelecer relações diplomáticas com Ladakh e o inglês facilitou a ida do amigo.

Ladakh, que temia uma eventual agressão dos guerreiros *sikhs* do Punjab, não se opunha em tornar-se um protetorado britânico. Tudo parecia ir ao encontro dos intentos dos expansionistas ingleses naquela região. Foi assim que o húngaro que pretendia aprender tibetano apareceu ao oficial britânico no momento oportuno.

Moorcroft forneceu alguns suprimentos necessários e escreveu recomendações para o primeiro-ministro real em Leh e para o chefe do assentamento de Zangla, Sangs-

-rgyas Phun-tshogs, futuro professor de Csoma. Este saiu da Caxemira em 2 de maio de 1823 e chegou a Leh em 1º de junho. Ali recebeu presentes e outra carta de recomendação para dirigir-se a Zangla, onde chegou três dias depois.

Kőrösi ficou em Zangla de junho de 1823 a outubro de 1824. Aprendeu tibetano em condições muito difíceis. Seu contato com a literatura tibetana foi orientado por Sangs-rgyas Phun-tshogs, a quem ele simplesmente chamava de *lama* em suas cartas. Numa carta de 5 de maio de 1824 afirma ter estudado várias obras “da coleção de duas partes do cânone tibetano traduzido para o sânsrito” e chega a citar um extenso glossário sânskrito-tibetano de extrema importância em seu trabalho. É provavelmente o *Mahāvyutpatti*, um famoso dicionário de terminologia compilado no século IX, que mais tarde seria a base de sua terceira monografia póstuma.

Nos 16 meses difíceis passados em Zangla, lançou as bases para o seu trabalho posterior. Conseguiu tornar-se professor da língua tibetana, adquiriu também um notável conhecimento da literatura canônica e compôs um glossário de cerca de 30 mil palavras.

Precisou deixar Zangla por um motivo desconhecido. Concordou com o *lama* que este o seguiria alguns dias depois e passariam o inverno em Sultanpour, para continuar o estudo da língua em condições seguras. Csoma esperou vários dias, mas o *lama* não apareceu. O inverno aproximava-se, e sabia que as passagens nas montanhas ficariam intransitáveis. Voltou para Sabathu.

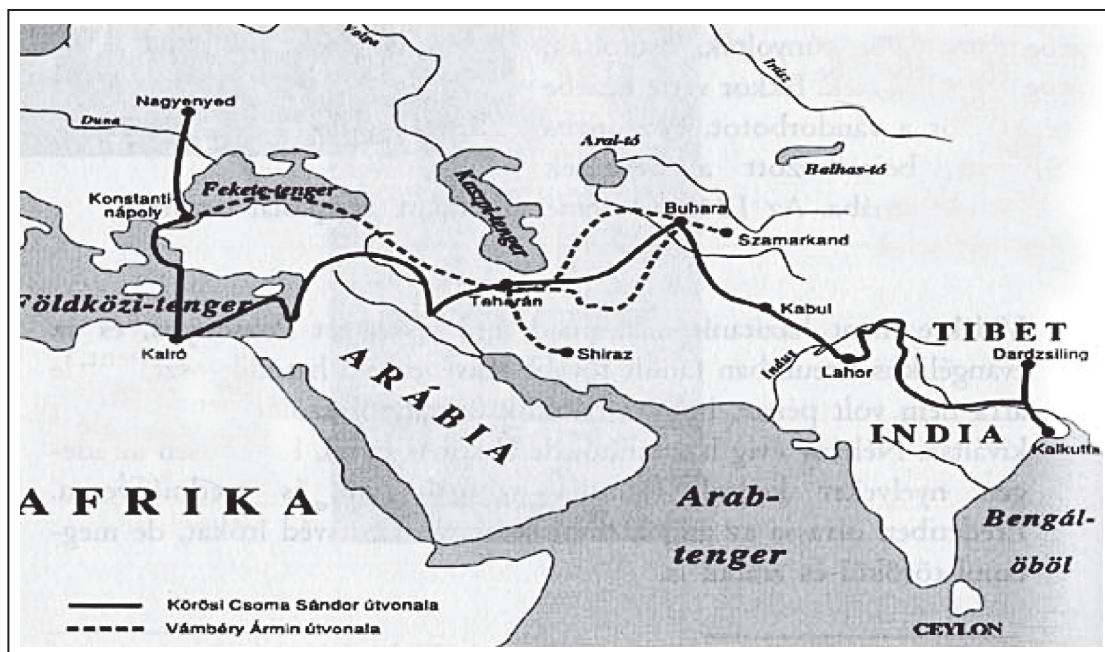
Depois de passar por muitos aborrecimentos e ter sido ignorado pelas autoridades britânicas, escreve uma carta ao comandante militar de Sabathu apontando o fato de que o conhecimento da língua, literatura e

cultura tibetanas era ainda completamente desconhecido. E colocava-se à disposição da Sociedade Asiática de Bengala. Após mais longos meses de espera, foi admitido no serviço britânico e passou até a receber um pagamento de 50 rúpias por mês. Precisou explicar às autoridades britânicas por escrito os progressos obtidos no campo do conhecimento e relatar planos futuros até que fosse autorizado a empreender nova viagem.

Na metade de 1825, faz a sua segunda viagem ao Tibete, mas não sem antes precisar passar por novas e inesperadas dificuldades. Finalmente, segue para o mosteiro de Phugstal com o seu *lama* Sangs-rgyas Phun-tshogs. Frustrado com os resultados de seus estudos e pesquisas, temeroso em falhar com os britânicos, em janeiro de 1827 retorna a Sabathu. Relata ao capitão C. P. Kennedy, comandante militar de Sabathu e que se tornara seu amigo para toda a vida, que, apesar de tudo, a viagem

não havia sido perda completa de tempo, porque afinal conseguira sair de Phugstal com diversos livros impressos de gramática, astronomia e filosofia moral e resumos de obras de cronologia, geografia e história da literatura tibetana (*sic*).

Em agosto de 1827, faz a sua terceira viagem, desta feita ao mosteiro de Kanam. Foram três anos de privações e reiteradas dificuldades. Quando o governo britânico finalmente concordou em fornecer-lhe a ajuda financeira necessária para a aquisição dos livros e manuscritos que tinha em mente obter, Csoma rejeitou o auxílio afirmando que não o necessitava mais. Ao final desse novo período permeado de obstáculos havia composto o primeiro dicionário e a primeira gramática da língua tibetana, redigira a versão inglesa do *Mahāvyutpatti*, o glossário de termos budistas e coletara grande quantidade de material da literatura do Tibete, suficiente para a redação de diversas monografias.



Mapa húngaro das peregrinações de Sándor Csoma Kőrösi, da Transilvânia até Darjeeling

No ano seguinte, estava em Calcutá preparamo a publicação de suas obras e trabalhando como bibliotecário da Sociedade Asiática de Bengala e já escrevia com regularidade para o *Asiatic Researches*, editado pela instituição que o acolhera. No Prefácio de seu dicionário tibetano-inglês, fazia agradecimentos a todos os que o haviam ajudado e explicava que a sua viagem-aventura havia sido iniciada como uma busca na Ásia pela origem do povo e da língua húngaros.

Depois, enviou doação em dinheiro para Nagyenyed, a fim de que bolsas de estudo fossem concedidas aos melhores alunos, e mandou somas para Kőrös a fim de beneficiar a sua aldeia e os seus parentes. Em 1834 foi eleito membro honorário da Sociedade Asiática de Bengala.

Traduziu o *Bka'-gyur*, coleção tibetana de literatura budista que representa a “palavra de Buda”, com mais de mil obras originalmente escritas em sânscrito e vertidas depois do século XIII. Decidiu viajar em 1835 para a Índia: planejava e estudar o sânscrito e outras línguas locais durante alguns anos. Pretendia visitar o norte de Bengala e também o Nepal e Sikkim. Por motivos desconhecidos, no entanto, acabou ficando em Titalia (hoje situado em Bangladesh), onde estudou sânscrito e bengali em condições de pobreza similares às quais viveu no Tibete. Voltou a Calcutá em 1837, onde vivia recluso, rodeado de livros tibetanos. No entanto, em 1842, decidiu que visitaria Lhasa, a capital do Tibete, e de lá iria para a China com o claro intento de encontrar os uigures e os mongóis.

Kőrös cometeu um grande erro de avaliação ao considerar que os uigures tivessem algum vínculo com a origem dos magiares. Porque, na verdade, não têm

qualquer ligação étnica, linguística ou cultural com os ancestrais dos húngaros. Esperava encontrar na biblioteca do Dalai Lama documentos que comprovassem esse vínculo entre uigures e magiares.

Ao chegar em Darjeeling, no Sikkim, foi acometido de febre devido à malária contraída na selva. Veio a falecer em abril daquele ano. O seu túmulo fica nas encostas do Himalaia.

## UM BAÚ AMBULANTE DE LÍNGUAS

A variedade de línguas que Kőrös conhecia era impressionante. O húngaro é um idioma do grupo fino-ugriano, sua primeira língua; aprendeu muitas línguas indo-europeias (diversas tipologicamente e distantesumas das outras): é o caso do sérvio, eslavo eclesiástico, romeno, latim, grego, alemão, inglês, francês e italiano; estas línguas são distantes não apenas sob o ponto de vista geográfico do sânscrito, pashto, persa, hindustani, marati e bengali, embora sejam da mesma família. Aprendeu turco, idioma da família uralo-altaica. Depois, duas línguas semíticas – hebraico e árabe. Por fim, aprofundou-se no conhecimento da língua tibetana, do grupo de línguas tibeto-birmâneas pertencente à família das línguas sino-tibetanas. Ainda assim, o tibetano é distante das línguas chinesas porque, ao contrário destas, possui nove flexões nominais, que os idiomas chineses não possuem. Portanto, além da quantidade de idiomas que Kőrös dominou, há o aspecto da grande variedade genética e tipológica com que soube lidar com facilidade.

A escrita tibetana é alfa-silabária, originária das escritas brânicas. Reza a tradição

que este tipo de sistema de escrita foi introduzido no Tibete por Thonmi Sambhota, no século VII. Ele era ministro do 33º rei do Tibete, Songsten Gampo. Por meio de casamentos, este rei tibetano expandiu o seu reino, enviou Sambhota à Índia para aprender diversas línguas locais e introduziu o budismo como religião oficial, que substituiu a crença Bön, tradicional no país.

A escrita alfa-silabária é um conjunto de signos utilizados para representar os fonemas de uma língua e situa-se entre um silabário (como o hiragana e o katakana, em japonês) e um sistema alfabetico. Tais signos representam sílabas dotadas de uma vogal e outros que geralmente modificam, substituem ou suprimem essa vogal. Princípio fundamental o fato de que cada caractere consonantal básico leva consigo uma vogal *a* [ə] que lhe é inherente. Em outras palavras, um símbolo consonantal sem nenhum outro tipo de marcação representa, ao mesmo tempo, a consoante e a sua vogal inherente *a*. As escritas alfa-silabárias são originárias do devanágari (em sânscrito: देवनागरी, transl. *devanāgarī*, de *deva*, “divindade”, e *nagari*, “urbana”: “[escrita] urbana dos deuses”), um abugida (escrita alfabeto-silábica) da família brâmica, do sul da Ásia, usada desde o século XII. Muitas línguas da Índia, como o híndi, o sânscrito, o marata, o caxemira, o sindi, o biari, o bhili, o concani, o bhojpuri e o nepalês, usam o devanágari. É escrito e lido da esquerda para a direita.

Exemplo das escritas devanágari e tibetana:

## MOORCROFT: O ACASO E A MÃO AMIGA

Em princípio, o sículo errante e o veterinário inglês William Moorcroft (1767-1825) jamais teriam se conhecido ou encontrado não fosse a conspiração do acaso. Kőrösi, em sua aldeia na Transilvânia, e Moorcroft, em Lancashire, estavam distantes geográfica e financeiramente. Embora o inglês fosse o filho ilegítimo da filha de um fazendeiro de Ormskirk, a família possuía rendimentos suficientes para enviá-lo a Liverpool para que aprendesse o ofício com um cirurgião local. Kőrösi enfrentou dificuldades já narradas e foi a custo de muito esforço que conseguiu estudar no exterior, antes de aventurar-se em sua jornada de milhares de quilômetros, desprovido de recursos.

O jovem William mostrou tanta competência ao tratar de gado doente que os proprietários de sua região, impressionados, convenceram-no a trocar a medicina pela veterinária. Pagaram-lhe os estudos em Lyon, na França, aonde chegou no significativo ano de 1789. Foi o primeiro inglês a obter o diploma de cirurgião veterinário. Em 1803, foi mobilizado para combater as tropas de Napoleão. Suas atividades chamaram a atenção de Edward Parry, um dos diretores da Companhia das Índias Orientais, que o recrutou para cuidar de estábulos em Bengala. Da Índia viajou para diversos lugares da Ásia Central, basicamente interessado em raças de cavalos.

O acaso permitiu que encontrasse Kőrösi, que não dispunha de recurso algum para

Devanágari		Tibetano	Devanágari		Tibetano
क	ka	ཀ	द	da	ڌ
ख	kha	খ	ধ	dha	ঢ

realizar os seus objetivos. Moorcroft acabou sendo uma das principais mãos amigas a guiar, por trilhas por vezes difíceis e tortuosas, o futuro especialista em língua, literatura e cultura tibetanas.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Atribui-se ao inglês William Jones (1746-1794) o papel de pioneiro dos estudos em linguística comparativa, sobretudo pelo fato de ter escrito que o sânscrito poderia ter raízes comuns com o grego e o latim, com as línguas celtas, o gótico e o persa. Jurista, foi juiz da Corte Suprema de Calcutá a partir de 1783. Após os dez anos que passou na Índia, deram-lhe o título (*sic*) de *orientalista* pelo fato de ter deixado estudos sobre

leis, música, botânica e geografia referentes àquele subcontinente.

Convém lembrar que o século XVIII na Europa foi bastante pródigo em personagens que se aventuraram em vários países, desvendaram culturas até então desconhecidas e produziram muitas obras relevantes. Mas grande parte desses resultados acabou sendo corolário da aventura colonizadora de certos países do Velho Continente. Kőrös, o sículo errante, saiu de sua aldeia sem recurso algum, aventureou-se pelo mundo afora e constitui exceção nesse quadro geral de subprodutos da política colonialista ocidental. Ainda assim, foram alguns personagens de um país europeu presente no Oriente como colonizador que o auxiliaram a concretizar sua vasta obra inédita.

## REFERÊNCIAS

- DUKA, Theodore. *Life and works of Alexander Csoma de Kőrös: a biography compiled chiefly from hitherto unpublished data; with a brief notice of each of his unpublished works and essays, as well as of his still extant manuscripts*. London, Trübner, 1885.
- ICHISHIMA, Masao. "Kőrös Csoma Sándor". *Annal of the Institute for Comprehensive Studies of Buddhism*, n. 3. Taisho University, 1981, pp. 47-58.
- LE CALLOC'H, Bernard. "Alexandre Csoma De Kőrös dans son voyage en Asie de la Transylvanie dans le Ladakh, d'après les descriptions des voyageurs contemporains". *Stvdia Asiatica*, 2000, pp. 149-76; 2001, pp. 77-120; 2002, pp. 92-147.
- SZILÁGYI, Ferenc. *Kőrös Csoma Sándor élete nyomában*. Budapest, Gondolat, 1987.
- SZILÁGYI, Ferenc. *Kőrös Csoma Sándor leveleslásdája*. Budapest, Szépirodalmi kiadó, 1984.

# A redação do Enem

**Análise do tipo de coesão por  
mecanismos gramaticais entre orações,  
períodos e parágrafos nas dissertações  
dos alunos do último ano do Ensino Médio**

*Alfredo Vital Oliveira  
Marcelo Módolo*

P

revista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, a Base Nacional Comum Curricular expressa o compromisso do Estado brasileiro com a promoção de uma educação integral e um desenvolvimento pleno dos estudantes, voltados ao acolhimento

---

**ALFREDO VITAL OLIVEIRA** é doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

**MARCELO MÓDOLO** é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo n. 308793/2019-6).

com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos. No que se refere à língua portuguesa,

“[...] cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e *produção de textos verbais e multissemióticos*, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos” (MEC, 2019a, p. 490 – grifo nosso).

Nesse sentido, entre possíveis atividades pedagógicas escritas, os discentes necessitam apresentar essas ideias nas suas composições, a fim de se materializar organizadamente seu pensamento sobre os mais diversos assuntos, pois eles não podem apenas justapor seus conceitos sob pena de não compreensão da sua mensagem pelos destinatários. Dessa forma, para unir, de forma lógica e inteligível, suas ideias, o aluno pode utilizar mecanismos linguísticos que são responsáveis por tal função, os conectivos.

Assim, a fim de analisar se o alunato, que termina ou que terminou o Ensino Médio, utiliza ou não tal recurso linguístico nos seus textos escritos e, se empregado, para examinar o tipo de conectivo selecionado, quando eles ligam orações, períodos ou parágrafos, são analisadas 385 redações do Exame Nacional do Nível Médio (Enem) realizado em 5 de novembro

de 2017. Todas as 385 redações selecionadas para este estudo desenvolveram o tema proposto (“Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”), cuja escolha não teve qualquer vinculação à nota que obtiveram após a avaliação da equipe de correção. Os autores deste artigo, em 17 de janeiro de 2018, por meio de resposta escrita à consulta de protocolo n. 3029325 à Central de Atendimento do Ministério da Educação e Cultura ([mec-centraldeatendimento@mec.gov.br](mailto:mec-centraldeatendimento@mec.gov.br)), receberam autorização para utilizar as questões e os exames do Inep, desde que citadas as fontes bibliográficas.

Não é objetivo desta pesquisa analisar os critérios de correção do Enem, nem adentrar a qualquer aspecto organizacional, político, filosófico ou metodológico da elaboração, da aplicação ou da correção dessas provas de redação. Também não há uma reflexão sobre a composição curricular do Ensino Médio no que se refere à disciplina Língua Portuguesa. Nesse sentido, este estudo foca-se no desempenho do participante e não na sua competência. Optou-se por aproveitar as redações do Enem, para compor o *corpus* deste trabalho, já que suas características e exigências são conhecidas pelos participantes, pois tal prova de produção textual ocorre há 20 anos e porque, em tese, os participantes elaboram seus textos com a maior seriedade possível, tendo em vista que o resultado da prova pode ser utilizado para composição de nota para ingresso em cursos de nível superior e para participação em programas de financiamento estudantil, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou o Programa Universidade para Todos (Prouni).

## METODOLOGIA

Qualquer interessado, que tenha concluído ou não o Ensino Médio, pode inscrever-se para realizar o Enem, mas a maioria absoluta dos participantes (90%) que toma parte de tal prova já concluiu (63,5%) ou estava cursando o último ano do Ensino Médio (26,5%) quando elaborou sua redação. Os participantes que ainda não estão cursando o último ano do Ensino Médio são classificados como treineiros (10%), cuja participação é apenas para autoavaliação de conhecimentos (MEC, 2019b, p. 22).

Como, em 2017, confirmaram inscrição 6.135.418 estudantes e como houve 29,8% de participantes ausentes, tem-se que, efetivamente, realizaram a prova de redação 4.307.063 alunos, quando, então, se aplica a fórmula matemática indicada por Ochoa (2019), com o critério de erro em 5% e o grau de confiança em 95%, para determinar o tamanho da amostra a ser pesquisada, para a comprovação estatística dos dados, cuja resultante são 385 provas de redação. Todas as 385 redações aleatoriamente selecionadas para este estudo desenvolveram o tema proposto, cujo critério de triagem não teve qualquer vinculação à nota que obtiveram após a avaliação da equipe de correção do Enem.

O critério adotado para utilizar o número inteiro ou as frações decimais dos porcentuais apresentados é a necessidade de maior ou menor diferenciação dos resultados entre os elementos apresentados em cada caso. Para facilitar a identificação dos conectivos examinados, eles estão negritados nos enunciados ilustrativos, mantendo-se todo o excerto fiel ao original,

ou seja, com todos os desvios de norma culta e/ou de coesão semântica, se houver.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

É por meio da escrita que se possibilita a produção de textos verbais e verbo-visuais, de diferentes gêneros textuais, considerando a situação comunicativa, os objetivos visados e os destinatários do texto. A escrita compreende a aprendizagem da codificação de palavras e de textos (o domínio do sistema alfabético de escrita), o desenvolvimento de habilidades para produzir textos com coerência, coesão e adequado nível de informatividade.

Etimologicamente, “a palavra texto deriva do latim *textum* e significa trama, malha, tecido” (Pignatari, 2010, p. 17). O texto é uma unidade significativa, ou seja, uma estrutura organizada com um só sentido. Dessa forma, um excerto formado por partes inter-relacionadas, constituindo sentido no todo, pode ser considerado um texto, ou seja, um enunciado único (parágrafo), frases, fragmentos de um diálogo, provérbios, versos, poemas, romances e até mesmo uma palavra-frase, ou seja, a chamada frase de situação ou frase inarticulada. Entretanto, assim como uma receita não é um amontoado de ingredientes, o texto não é um amontoado de frases. A textualidade (tessitura)

“[...] é uma rede de relações cuidadosamente estruturada que compõe uma mensagem. Todas as frases enunciadas devem ter coerência lógica (relação de sentido entre as partes) e ser coesas, encadeadas com conectivos (palavras de ligação)” (Pignatari, 2010, p. 17).

Desse modo, na elaboração de um texto, para se explicitarem, de forma mais clara, as relações semânticas entre elementos da oração ou entre orações, o sintagma ou as orações devem estar bem articulados com palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e dos processos. Tais vocábulos “atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto, indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem” (Neves, 2011, p. 601). Essa articulação chama-se coesão, que é explicitada por meio de elementos conectivos, normalmente conjunções, preposições, advérbios e pronomes.

Vale a pena destacar, igualmente, o plano de trabalho proposto por Moisés (1999, p. 22), ligando-o à proposta do Enem: “Todo plano de trabalho escrito, para ser eficaz, deve ter três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão”. Entre elas, deve ter uma “proporção de ouro”, sob pena de o texto não atingir seus objetivos, respectivamente, 1/10 a 2/10, 8/10 a 6/10 e 1/10 a 2/10. A introdução é a parte do texto em que se coloca a ideia-chave, o assunto e a propositura do tema. O desenvolvimento é a parte do texto em que são apresentados os argumentos que dão sustentação ao tema. Na conclusão, deve-se confirmar a tese posta e defendida, sintetizar os aspectos desenvolvidos no texto e, especificamente, no Enem, é o momento de oferecer uma solução ou de demonstrar algum tipo de expectativa em relação à sua tese e ao assunto como um todo.

A prova de redação do Enem propõe-se, por meio da construção de um texto tipo dissertativo-argumentativo, avaliar cinco competências escritoras do aluno: 1) demonstrar domínio da norma culta da língua escrita; 2)

compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo; 3) selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; 4) *demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação*; e 5) elaborar proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Da análise dos 385 textos de redação, apresenta-se a avaliação de aspectos quantitativos e qualitativos em relação a todos os elementos que compõem um texto e que interferem na utilização de mecanismos gramaticais de coesão. Os itens discutidos estão organizados a partir da observação mais evidente até o exame detalhado das estruturas oracionais.

### Organização geral do texto

Os redatores, em média, utilizam 83% do espaço disponível da folha de redação, ou seja, 25 linhas. Destaca-se que, em 23% das redações, todas as linhas são preenchidas e 28% das redações possuem um título para o texto produzido.

São elaborados 1.493 parágrafos, se se considerarem os 385 textos. A divisão desses parágrafos, em relação às partes lógicas de uma redação dissertativa (introdução, desenvolvimento e conclusão), obedeceu, res-

pectivamente, à seguinte proporção: 26%, 46% e 28%. Se se referenciar a divisão proposta por Moisés (1999), a parte das ideias, que se organizam no que se conceitua introdução e conclusão, ostenta um índice maior que o idealizado.

Em 81% das redações, a maior parte percentual do texto é destinada aos argumentos do desenvolvimento. Entretanto, destaca-se que 5% das redações apresentam a introdução como parte mais redigida, enquanto que 14% dos textos apresentam a conclusão como parte em que mais linhas foram empregadas.

A necessidade de descrição de uma proposta de intervenção na redação do Enem, que é avaliada na competência 5, interfere, em tese, no tamanho e na composição da conclusão. Observa-se que somente 10% das provas não apresentam nenhuma ação que pode ser classificada como proposta de intervenção. Apenas 3% dos textos apresentam tal proposta no desenvolvimento, enquanto que a maioria absoluta (87%) faz tal indicação na conclusão. Devido à imposição para revelar os cinco elementos principais de como resolver ou atenuar o problema estudado (qual ação, qual agente, por que meio ou modo, qual o efeito e um detalhamento do modo ou do efeito), espera-se o uso de um maior trecho para tal finalidade.

Por isso, quando a proposta de intervenção é elaborada na conclusão, interfere-se nos tópicos que a constituem. Nesse caso, o redator deve dividir as ideias e o espaço para abrigar argumentos para o fechamento das ideias, a partir da retomada do tema e da tese, e para descrever sua proposta de intervenção (soluções para o problema). Averiguou-se que 84% do espaço dedicado à conclusão é utilizado para construir a proposta de intervenção.

Houve uma grande distinção quanto ao número de parágrafos por parte lógica da redação. Em todas (100%) as redações, apenas um parágrafo é dedicado à introdução. A conclusão é apresentada por meio de um parágrafo (92%) ou de dois parágrafos (8%). A parte destinada ao desenvolvimento da dissertação é muito diversificada, com a organização das ideias em um parágrafo (34%), em dois parágrafos (56%), em três parágrafos (8%), em quatro parágrafos (1%) e em cinco parágrafos (1%).

Dessa forma, se se esquematizar o número de parágrafos da redação sequencialmente da introdução, do desenvolvimento e da conclusão, há oito tipos de arranjos: 1-2-1 (54%), 1-1-1 (30%), 1-3-1 (6%), 1-1-2 (4%), 1-3-2 (2%), 1-2-2 (2%), 1-4-1 (1%) e 1-5-1 (1%). Visualiza-se, portanto, que a preferência dos redatores é dividir as ideias da dissertação em um parágrafo para a introdução, dois parágrafos para o desenvolvimento e um parágrafo para a conclusão. Como se observa a seguir, tais diferenças estruturais interferem na necessidade e na frequência do emprego de conectivos.

## Organização entre os parágrafos

Quando se estuda se os redatores utilizam mecanismos gramaticais para unir os parágrafos, constata-se que, em média, apenas 37% dos parágrafos apresentam algum tipo de conectivo entre eles.

Somente 25% dos primeiros parágrafos do desenvolvimento recebem algum tipo de conectivo para se relacionar com a introdução. Entre os parágrafos do desenvolvimento, há emprego de um conectivo em 33% dos casos. Para ligar a conclusão ao desenvolvimento,

são inseridos conectivos em 47% das ocasiões. Finalmente, somente é efetivado o uso de conectores em 25% das oportunidades de inclusão entre os parágrafos de conclusão.

Para realizar a coesão entre o parágrafo de introdução e o primeiro parágrafo do desenvolvimento, além de se utilizarem construções anafóricas com pronomes demonstrativos, os redatores escolhem elementos coesivos que agregam um valor de oposição, conclusão, ordenação das ideias, tempo, causa, como as seguintes construções: 20% (no entanto), 12% (em primeira análise), 8% (mas, então), 4% (com isso, para isso, desta maneira, diante de tal cenário, em primeiro plano, inegavelmente, inicialmente, nos dias atuais, afinal, porém, portanto, pois).

Por sua vez, para ampliar a argumentação do desenvolvimento, são empregados estes conectivos entre os parágrafos de desenvolvimento que adicionam noção semântica de adição, oposição, ordenação de ideia, conclusão, tempo: 17% (além disso, ademais), 7% (contudo, outrossim), 3% (assim, desse modo, contudo, entretanto, mas, no entanto, porém, o segundo ponto, outro aspecto, outro fato, um outro problema, paralelo a isso, somado a isso, recentemente, tudo isso porque).

Por seu turno, para realizar a ligação entre o último parágrafo do desenvolvimento e a conclusão, destacam-se as seguintes construções com valor semântico de conclusão, oposição, ratificação, finalidade, causa: 19% (portanto), 8% (então), 6% (sendo assim), 4% (assim, com essa decisão, contudo, dessa forma, logo), 2% (com base no que, como já foi dito, diante disso, diante dos fatos mencionados, em suma, entretanto isso, mediante os fatos supracitados, por fim, por isso, por conseguinte, porém, pois, sobretudo).

Quando há um conectivo interligando os parágrafos, em 95% das ocorrências, ele aparece topicalizado (em 1), enquanto que, em 5% dos textos, o conectivo interparágrafos é inserido após a primeira palavra do parágrafo (em 2), mas ainda com a intenção de ligar ambos os parágrafos.

(1) “É necessário que cada cidadão reconheça o valor do outro, portanto, a equidade deve ser compreendida e trabalhada com todos, reitero que pessoas diferentes devem ser tratadas beneficamente diferente, com isso a valorização dos profissionais em libra é importante para que sejam agregados valores a estes deficientes. **Sendo assim** a compreensão da igualdade em consonância com a equidade devem ser os princípios mais frisados na educação”<sup>1</sup>.

(2) “Paralelo a isso está a inoperância do Estado em relação à educação dos surdos, direito assegurado pela Constituição mas que não se aplica na realidade. Segundo dados do Inep, entre 2011 e 2016 as matrículas de surdos decresceram significamente nas escolas, evidenciando evasão escolar e o não incentivo e atenção do governo a educação dos surdos. Conclui-se, **portanto** que há lacunas no processo de formação educacional dos surdos no Brasil e [...].”

## Organização dos parágrafos

Examina-se como os parágrafos foram ordenados no que se refere à quantidade de períodos e de orações que constituem

---

<sup>1</sup> Todos os exemplos contidos neste trabalho foram retirados do Enem (2017).

cada parte da redação. Também se detalham quando são usados mecanismos gramaticais, quais seus tipos morfológicos e quais as noções semânticas empregadas.

São construídos 739 períodos e 1.998 orações para realizar a função de introdução, 1.371 períodos e 4.624 orações para elaborar o desenvolvimento do texto e 743 períodos e 2.787 orações para apresentar a conclusão.

Quanto ao fracionamento do parágrafo em períodos, depreende-se que há diferença significativa (maior que 5% que a média) entre a quantidade preferencial de períodos elaborados por parágrafo, quando se redige a conclusão e as outras duas partes da redação (introdução e desenvolvimento), isto é, 53% das redações apresentam apenas um período na conclusão, enquanto que, na introdução e no desenvolvimento, o porcentual é, respectivamente, 39% e 42%. Em todas as partes da redação, a frequência da quantidade total de períodos dentro do parágrafo decresce à medida que aumenta o número de períodos: na introdução com um, dois, três, quatro períodos, respectivamente, 39%, 38%, 16%, 6%; no desenvolvimento com um, dois, três, quatro períodos, respectivamente, 42%, 29%, 21%, 6%; na conclusão com um, dois, três, quatro períodos, respectivamente, 53%, 22%, 17%, 7%. Ainda se nota uma diferença porcentual significativa no que se refere ao número de períodos entre o primeiro e o segundo parágrafo do desenvolvimento, pois ocorre, respectivamente, a seguinte distribuição: um período (39%, 25%), dois períodos (31%, 19%), três períodos (20%, 14%), quatro períodos (8%, 2%), cinco períodos (2%, 4%), ou seja, há uma distribuição mais equânime do número de períodos utilizados para

apresentar as ideias do segundo parágrafo de desenvolvimento.

Se se estabelecer um índice entre o número de períodos e de orações dos 1.493 parágrafos, em média, obtém-se, respectivamente, 2,70, 3,37 e 3,75 para os parágrafos da introdução, do desenvolvimento e da conclusão. Imediatamente, observa-se que a parte da conclusão apresenta o maior índice, quando se coteja o número de períodos com número de orações, o que se deve, em princípio, à enunciação da proposta de intervenção que determina a nomeação de cinco elementos, que se realiza em várias orações, principalmente do tipo reduzidas de gerúndio (para indicar o modo ou o meio) e de infinitivo (para assinalar a finalidade).

Quando se compara o índice dos parágrafos do desenvolvimento, observa-se que há uma diferença não significativa entre o primeiro parágrafo (3,43), o segundo parágrafo (3,28) e o terceiro parágrafo (3,41), pois a diferença entre eles é menor que 5%. Entretanto, no que se refere à composição do quarto parágrafo do desenvolvimento, que apresenta índice 4, há um aumento de 17%, o que é considerado significativo, pois é maior que 5% em relação à média entre os índices dos três primeiros parágrafos, enquanto que, em relação ao quinto parágrafo, em que se contabiliza o índice 2, verifica-se uma significativa diminuição, pois ocorre 58% de redução em relação à mesma média.

Já quando se coteja o primeiro parágrafo (3,75) com o segundo parágrafo (3,82) da conclusão, esse índice está dentro dos 5%, ou seja, não há diferença significativa de proporção na sua composição entre eles.

Quando se diagrama a quantidade de períodos e de orações por parágrafo, ob-

têm-se 29 arranjos nos parágrafos da introdução, 46 combinações nos parágrafos do desenvolvimento e 36 distribuições nos parágrafos da conclusão.

Da mesma forma, o favoritismo de emprego de períodos e orações não obedece a um padrão, conforme se observa na descrição a seguir, em que se quantifica a porcentagem utilizada de acordo com cada par esquematizado (X-Y) entre número de períodos e o número de orações:

- (a) na introdução: 10% (2-4); 9% (1-3); 7% (2-6); 6% (1-2, 1-4, 2-7); 5% (1-1, 1-5, 2-5, 3-6); 4% (3-4); 3% (1-6, 1-9, 2-2, 2-3); 2% (1-7, 2-8, 2-9, 3-5, 3-8, 4-7); até 1% (2-11, 3-7, 3-11, 4-8, 4-9, 4-10, 4-16, 6-11);
- (b) no desenvolvimento: 7,8% (3-7); 7,1% (1-2, 1-4, 1-6); 5,9% (1-5, 2-6); 5,2% (1-7, 1-9, 2-5); 4,5% (1-3, 2-9); 3,9% (2-10, 3-6); 3,2% (2-3, 2-8, 3-8); 2,6% (2-4, 2-7); 2% (3-11, 4-11, 1-10); 1,3% (1-8, 1-11, 1-13, 2-2, 3-3, 3-12, 4-14, 5-13, 5-17, 3-4, 3-10); até 1% (1-1, 2-12, 3-9, 3-13, 3-14, 4-6, 4-8, 4-9, 4-13, 4-15, 4-16, 5-7, 5-9, 5-10);
- (c) na conclusão: 11% (1-5); 8% (1-2, 1-3); 7% (1-4); 5% (1-6, 1-7); 4% (1-8, 2-4, 2-5, 2-10, 3-7); 3% (1-9, 1-13, 2-8, 2-9); 2% (1-1, 1-10, 2-3, 2-7, 3-8, 3-9, 3-10, 3-12, 4-10, 4-12); até 1% (2-11, 3-5, 3-6, 3-11, 3-13, 3-16, 4-6, 4-9, 4-13, 4-15, 6-16).

Depreende-se que a moda do principal esquema combinatório de cada parte da redação apresenta número diferente de períodos: um período na conclusão, dois períodos na introdução e três períodos no desenvolvimento.

Ao se analisar o uso de juntivos entre os períodos dos parágrafos, o porcentual de utilização é de 48% das situações possíveis.

Quando se estuda o tipo de conectivo empregado para realizar a coesão entre os períodos de um parágrafo, constata-se que 52% são pronomes, 37%, conjunções, 10%, advérbios e 1% preposição.

Observa-se que três tipos de pronome são utilizados, isoladamente ou compondo uma construção, para realizar a coesão gramatical entre os períodos: demonstrativo (47%), relativo (4%) e indefinido (1%). Por sua vez, contabilizam-se nove tipos de valores semânticos quando conjunções são empregadas para realizar a coesão entre os períodos: oposição (42%), causa (21%), conclusão (16%), adição (8%), ressalva (3%), finalidade (3%), consequência (3%), conformidade (2%) e comparação (2%).

Depreende-se que, ao se utilizar pronomes relativos (em 3) e conjunções com noção semântica de causa (em 4), de ressalva (em 5), de finalidade (em 6), de comparação (em 7), a fim de realizar a coesão dos períodos, houve, na verdade, uma má elaboração da estrutura sintática do parágrafo, com o truncamento do período; pois se colocou um ponto final ao invés de uma vírgula antes do conectivo, com o uso de letra maiúscula inicial após o ponto final, determinando, assim, a intenção de finalizar um período e iniciar um novo.

- (3) “Com a chegada da Família Real ao Brasil, os portugueses trouxeram seus livros, seus poetas, e suas influências. Mas foi D. Pedro I que foi criada a primeira escola para surdos, em 1857. **Onde** hoje funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro.”
- (4) “No Brasil a Formação educacional de surdos está muito fraca na minha opinião,

poderiam ter mais recursos não só para os surdos mas também outro tipo de deficiência. **Porque** o índice de desemprego está muito baixo no Brasil ter mais Ongues apolhando no desenvolvimento educacional.” (5) “Além disso, a atuação do Estado brasileiro também contribuiu para o agravamento da situação. **Embora** a Constituição Federal estabeleça diretrizes para o fortalecimento de uma educação universal.”

(6) “Por tanto, para que isso não aconteça, os representantes do Estado devem impor leis mais severas com quem faz esse tipo de discriminação e fazer projetos para o incentivo na aprendizagem de jovem surdos. **Para que** a sociedade possa ser se desenvolver.”

(7) “Ao decorrer dos anos, com os avanços da sociedade moderna, a situação dos surdos no Brasil, foi mudando aos poucos principalmente a educação. **Como** o ensino na escola e também o preconceito no mercado de trabalho.”

Quanto ao uso do pronome demonstrativo para conectar períodos, há o uso isolado do demonstrativo invariável (isso) e a utilização do pronome *isso* (em 8) e dos demonstrativos variáveis (este, esta, essa, esse) combinados com uma preposição e/ou com um nome (em 9), a fim de o retomar, direta ou indiretamente, ou mesmo se referir a ele no período em que são empregados. Ordenando as construções formadas com o demonstrativo invariável *isso*, de acordo com a preferência, tem-se o seguinte: 10% (isso), 9% (além disso), 6% (com isso), 1% (por isso, até porque isso, tudo isso, atrelado a isso, diante disso, em consequência disso, isso porque). As construções formadas com os

demonstrativos variáveis para ligar dois períodos são estas: 9% (dessa forma), 6% (desse modo, nesse contexto), 5% (nesse sentido), 4% (tal aspecto), 3% (este fato, esses desafios), 2% (por essa razão, desse modo, nesse contexto, dessa maneira), 1% (por esse motivo, desse jeito, essa máquina, diante de tal fato, essa adaptação, nessa perspectiva, este olhar, este fato, para além disso, esse pensamento, tais fatos, tais acontecimentos, diante desse fato).

(8) “Segundo dados do Inep, entre 2011 e 2016 as matrículas de surdos decresceram significamente nas escolas, evidenciando evasão escolar e o não incentivo e atenção do governo a educação dos surdos. **Além disso**, o desconhecimento da Libras por parte da população demonstra a falta de difusão da mesma pelo poder público [...]”

(9) “Apesar de compor a sociedade brasileira, o deficiente enfrenta muitos desafios para inserir-se devidamente nela. Entre **esses desafios** está a formação educacional [...]”

Os pronomes relativos empregados referenciando um termo do período antecedente são *onde* (71%) e *no qual* (29%), conforme exemplo 10.

(10) “[...], ele terá acesso ao mercado de trabalho competitivo e desleal deste país? **No qual** valoriza-se o ‘ter’ e não o ‘ser’? **Onde** há crescimento e enriquecimento de pequenos grupos de indivíduos em detrimento da grande massa trabalhadora desta nação.”

As construções em que há um pronome indefinido exercendo uma ligação anafórica entre períodos são as seguintes: por outro

lado (35%), de um lado (22%), por outro (18%), outra forma (15%), outro fator (10%).

## Organização interna dos períodos

Nas 385 redações analisadas, há a elaboração de 2.853 períodos, com 9.409 orações.

Quando se estuda se os redatores utilizam mecanismos gramaticais para unir essas orações, constata-se que, em média, 77% das orações possuem algum tipo de conectivo entre elas. O uso de conectivos para ligar as orações é semelhante nas três partes da redação: introdução (76%), desenvolvimento (79%) e conclusão (74%).

A não utilização de conectivo oracional, além de poder ser uma simples ausência de mecanismo gramatical de coesão (como em 11 e em 12, onde falta, respectivamente, uma conjunção causal antes de *não existe* e de *muitos não*), pode ser decorrente da opção de emprego de orações reduzidas de participípio (em 13) ou de gerúndio (em 14).

(11) “No Brasil a formação nas áreas educacionais e profissionais, para pessoas surdas e com outros tipos de deficiências deixa muito a desejar, **não existe** estrutura e preparação de pessoas para exercer as funções necessárias.”

(12) “[...] Só que nem todos surdos tem seu espaço de trabalho, **muitos não** aceitos por tal deficiência.”

(13) “A evasão de ambientes educacionais escolares **causados pelo bullying** torna-se, portanto, inevitáveis.”

(14) “Portanto, **sabendo** das dificuldades que esses indivíduos encontraram, torna-se fundamental que o Estado juntamente

com a sociedade em geral esforcem-se para garantir uma educação de qualidade.”

Morfologicamente, os conectivos, quando aplicados para conectar orações, podem ser divididos da seguinte forma: conjunção (53%), pronome relativo (24%) e preposição (23%).

Destaca-se que 18% das conjunções utilizadas referem-se às classificadas como subordinativas integrantes (que, se), as quais são responsáveis por interligar orações substantivas (quando exercem a função de sujeito – em 15 – e de objeto direto – em 16). As demais conjunções ligam ou acrescentam ideias com as seguintes noções semânticas: adição (23%), causa (16%), oposição (13%), finalidade (9%), condição (4%), concessão (3%), comparação (3%), tempo (3%), conclusão (2%), consequência (2%), alternância (2%) e conformidade (2%), segundo se exemplifica, respectivamente, de 17 a 28.

(15) “É importante, primeiramente, **que** a não inserção dos deficientes na sociedade é fruto do conceito errôneo de invalidez [...]”

(16) “A Constituição Federal dispõe no capítulo do Direito à educação **que** o dever de assegurar a educação qualificada à população cabe ao Estado [...]”

(17) “[...] é preciso o governo se mexer **e** criar mais programas [...]”

(18) “Está na hora de acordamos e unirmos a nossa força para ajudá-los e reivindicar os nossos direitos aos nossos governantes, **pois** só assim conseguiremos um país melhor pra todos.”

(19) “No Brasil a população tem garantido na constituição o direito à educação, **porém** nessas entrelinhas não esclarece se é de qualidade ou não [...]”

(20) “Para que chegassem a tal oportunidades na vida, passaram por processos de ampla, com uma delas a de comunicar com as pessoas [...].”

(21) “[...] um corpo tende a permanecer em repouso, **caso** uma força não seja aplicada sobre ele.”

(22) “A comunicação é um fator imprescindível na educação **embora** a linguagem utilizada pelos surdos para se comunicar, que é a Libras, tenha sido oficializada [...]”

(23) “[...] as pessoas que não apresentem a deficiência atuem **como**, por exemplo, em ambientes de trabalho [...]”

(24) “[...] o acesso a educação para deficientes se alastrou por todo uma nação, proporcionaram acesso particularmente aos surdos durante o Império de Dom Pedro I, **quando** surgiu a primeira escola.”

(25) “É fato que, o nível de alcance intelectual do ser humano, não deve ser medido pelo funcionamento total ou parcial de seus órgãos, principalmente auditivos, **portanto**, as instituições educacionais, como para os demais, devem chegar aos portadores de deficiência auditiva.”

(26) “[...] apesar de atualmente haver uma lei que promove uma cota mínima de deficientes nas empresas, estes não são capacitados para tal dentro de suas limitações, **o que** pode acabar gerando transtornos à empregadores e trabalhadores.”

(27) A minoria das pessoas que tem essa deficiência auditiva, tem uma bela educação, um belo e digno emprego, que todos nós merecemos não importa se temos deficiência **ou** se não temos alguma.”

(28) Os desafios para a formação educacional de surdos está longe de se resolver, entretanto **como** uma maneira de evitar essas barreiras, é de extrema importância acionar as ONG’S e o Ministério da educação [...]”

Por outro lado, as preposições ou as locuções prepositivas, quando participam da coesão das orações, apresentam estas acepções semânticas: finalidade (46%), causa (15%), concessão (4%), oposição (4%), tempo (2%), segundo se ilustra de 29 a 33. As demais preposições (29%) são empregadas para ligar termos da oração em orações substantivas classificadas como reduzidas (com a função de objeto indireto – em 34 – e de complemento nominal – em 35).

(29) “Assim, **para** resolver a problemática em debate, faz-se necessário o ensino de Libras a estudantes de ensinos fundamental, médio e superior e a professores das redes públicas e privada.”

(30) “**Por** apresentarem limitações físicas, os surdos estão sujeitos a discriminações, constrangimentos, a comunicação dificultosa, dependência de recursos e tecnologias auxiliadoras.”

(31) “[...] o estímulo a competitividade acirrada perpetuam o cidadão desde a fase escolar até o mundo do trabalho, é difícil para o deficiente auditivo se destacar **mesmo com** havendo os direitos previstos na legislação brasileira.”

(32) “No século que vivemos, estamos enfrentando muitos desafios, uma delas é a crise. A qual está derrubando muitos brasileiros, porque, **invés do** governo nos dá, ele está nos tirando e desviando nossas verbas para soluções não tão importante quanto a educação.”

(33) “[...] temos que fazer nossa parte incentivando as escolas os familiares **ao** entrar nessa corrente do bem, de amor ao próximo e assim termos um país melhor longe de todo preconceito acolhendo e abraçando uns aos outros.”

(34) “[...] o número de matrículas vem caindo, e com isso dificulta o deficiente auditivo a se desenvolver na sociedade.”

(35) “[...] tendo em vista que sem educação e capacitação ninguém é capaz de conseguir adentrar ao mercado de trabalho.”

Este estudo demonstra que os redatores da redação do Enem utilizam, majoritariamente (90%), a forma invariável do pronome relativo (*que*) quando necessitam introduzir uma oração adjetiva (em 36). Os demais tipos de pronomes relativos invariáveis ou variáveis são empregados com a seguinte proporção: 3,7% (*onde*); 2% (*em que*); 1,7% (*na qual*); 0,7% (*os quais, o qual*); 0,3% (*quem, a qual, dos quais, cujo*).

(36) “Outro aspecto importante **que** deve ser abordado diante dessa temática é os estilos de vida **que** predominam dentro das salas.”

O pronome relativo *onde* foi empregado, além da função locativa (85%), com a atribuição de introduzir ideia temporal (15%), como se exemplifica em 37 e 38:

(37) “Na perspectiva histórica, **onde** os espartanos que tivessem algum tipo de deficiência, incluindo a surdez, eram brutalmente assassinados com o pretexto de que nunca se tornariam bons guerreiros.”

(38) “Em pleno século XXI, **onde** a inclusão social e abolição do preconceito são tão abordados na sociedade [...].”

Entre as conjunções subordinativas integrantes, há o uso em 98% dos casos da conjunção *que*, mas apenas 2% da conjunção *se*.

Na Tabela 1, na página ao lado, indicam-se as noções semânticas e os conectivos

que participam da conexão das orações dentro dos períodos.

## Ocorrências especiais de conexão

Apresentam-se, a seguir, cinco tipos de ocorrências, relacionadas com a coesão de orações, períodos e parágrafos, que merecem um destaque: topicalização da conjunção *pois*; utilização das construções prepositivas causais (*haja vista e tendo em vista*) e das construções conjuntivas (*haja vista que e tendo em vista que*); emprego do pronome demonstrativo *isso* ligando orações; uso de orações com o verbo nas formas nominais; reforço de mecanismo coesivo em orações reduzidas.

Os textos apresentam o uso topicalizado da conjunção *pois* em duas situações. A primeira e mais frequente (em 39, 40, 41) deriva de uma opção de estruturação sintática do período, quando o redator escolhe não utilizar uma vírgula para separar a oração principal da oração causal, mas coloca um ponto final. O segundo caso (em 42 e 43) do uso topicalizado da conjunção *pois* dá-se no início de parágrafos, quando poderia ser substituído pela conjunção *porque*. Este uso topicalizado pelos participantes do Enem já foi relatado em Módolo e Oliveira (2018), quando analisaram a utilização de conectivos causais no Ensino Básico e Fundamental tanto em escola pública como privada no município de São Paulo.

(39) “Ademais, deve-se permanecer cursos de capacitação de surdos para os diversos âmbitos do mercado de trabalho. **Pois**, apesar de atualmente haver uma lei que permite

TABELA 1

## RELAÇÃO DOS CONECTIVOS EMPREGADOS ENTRE AS ORAÇÕES

Noção semântica	conjunção	preposição, advérbio, preposição, pronome
<b>adição</b>	e (74%), bem como (13%), não só... mas também (4,3%), e também (2%), como também (1,6%), também (1%), não somente... mas também (0,7%), não somente... e sim (0,7%), assim como (0,7%), mas também (0,7%), nem só... mas também (0,7%), não só... mas (0,6%)	além de (100%)
<b>causa</b>	pois (50%), porque (22%), tendo em vista que (9%), visto que (8%), uma vez que (7%), já que (2,4%), haja vista que (1,6%)	por (62%), devido a (12%), tendo em vista (12%), pelo fato de (4%), por fruto de (4%), por esse motivo (4%), por conta de (3%), haja vista (1%)
<b>oposição</b>	mas (49%), porém (21%), entretanto (8%), contudo (6%), e não (5%), todavia (4%), e sim (3%), no entanto (2%), e nem (1%), só que (1%)	mesmo assim (100%)
<b>finalidade</b>	para que (77%) e a fim de que (33%)	para (94%), a (4%), de maneira a (2%)
<b>condição</b>	se (83%), caso (8%), sem que (4%), desde que (4%)	
<b>ressalva</b>	embora (30%), apesar de que (25%), mesmo que (25%), ainda que (10%), ainda assim (10%)	
<b>comparação</b>	como (71%), do que (14%), tanto... quanto (10%), tanto... como (5%)	
<b>tempo</b>	quando (68%), enquanto (14%), onde (14%), desde que (4%)	a (100%)
<b>conclusão</b>	logo (36%), portanto (64%)	então (50%), afinal (20%), sendo assim (30%)
<b>consequência</b>	isso (45%), e com isso (30%), e assim (10%), dessa forma (5%), assim (4%), por isso (4%), por consequência (2%)	
<b>alternância</b>	ou (82%), seja... ou (18%)	
<b>conformidade</b>	como (58%), de modo que (18%), conforme (9%), de tal forma que (8%), consoante (7%)	e com isso (20%), mesmo (60%), assim como (20%)

Fonte: elaborado pelos autores com dados do Enem (2017)

uma cota mínima de deficientes nas empresas, estes não são capacitados para tal.”  
(40) “A Educação é um direito de todos? Pois uma sociedade discriminista isso é cumprido mesmo.”

(41) “A educação, é o alicerce para que uma sociedade construa cidadãos que reconheçam e desfrutem de seus direitos e deveres. Pois ela ensina, instrui e disciplina.”

(42) “[...] ou por vergonha de serem discriminados por sua deficiência. [...] Pois nas escolas é dificilmente ver alguém com problema de audição ou outro qualquer.”

(43) “[...] Através dessa lei, que foi dada ao poder público, a incumbência de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, todas as famílias e comunidades que não tem condições. [...] Pois nos dias de hoje já existem pessoas surda que são pós-graduadas em Libras.”

Outro evento linguístico de grande relevância é o emprego de construções prepositivas e conjuntivas (*haja vista, tendo em vista, haja vista que, tendo em vista que*)<sup>2</sup>, as quais não estão indicadas na gramática da língua portuguesa, nem em obras de gramática descritiva, como, por exemplo, em Moura Neves (2011), para realizar a introdução de oração que adiciona ao período um valor semântico de causa ou de explicação.

(44) “Indivíduos vítimas de tal dificuldade, naturalmente, tendem à terem um perfil introspectivo socialmente, gerando dificuldades

de relacionamento e desmotivação para a busca de instruções educacionais em sua formação. **Tendo em vista** resolver essa questão, o sistema Governamental Brasileiro deve investir densamente em políticas públicas que tragam a educação para mais perto dos surdos.”

(45) “No Brasil são muitos os desafios encontrados para a formação dos surdos, a oferta do ensino de Libras, e a definição da mesma, como a primeira língua para pessoas com esta deficiência, tem contribuído no ensino, contudo ainda não é o suficiente, **tendo em vista que** em muitas cidades, não há escolas capacitadas para desempenhar tal ação.”

(46) “[...] Entretanto o desafio enfrentado por surdos quebra essa harmonia, **haja vista** se oferecer uma educação desqualificada e a falta de recursos apropriados para um bom ensino deles mesmos.”

(47) “**Haja vista que** a igualdade é um princípio desafiante para os surdos, a maioria não possui acesso a educação na localidade em que reside.”

(48) “[...] Para ir de encontro a fim de reverter estes números é necessário identificar o porquê destes números baixos nas redes de ensino e consequentemente no mercado de trabalho, **haja vista que** sem educação e capacitação ninguém é capaz de conseguir adentrar ao mercado de trabalho.”

O pronome demonstrativo invariável *isso* é utilizado como conectivo entre orações, substituindo, por exemplo, a construção *o que*, a fim de indicar consequência.

(49) “A Lei garante o seu direito mais a realidade e a prática é outra **isso** acontece porque vivemos em um país individualista [...].”  
(50) “[...] toda sala de aula deveria por lei ter

2 Para examinar o processo de gramaticalização dessas quatro construções, indica-se o estudo realizado por Oliveira (2019).

um profissional em libras para traduzir a aula ainda que não tenha aluno com deficiência auditiva em classe **isso** tornaria natural e comum a comunicação dos não deficientes aos deficientes auditivos [...].”

Os textos revelam que os redatores, a fim de reforçar a coesão entre orações, empregaram uma conjunção antecedida do pronome demonstrativo invariável **isso**.

(51) “Números como esses são comprovados quando nota-se a quantidade de portadores de surdez inseridos nas universidades e no mercado de trabalho, **isso porque** também há o paradigma do preconceito [...].”

(52) “[...] essas pessoas serão asseguradas inclusive na educação **isso para elas alcançarem** o máximo no seu desenvolvimento [...]”

Quando as orações e mesmo os períodos foram justapostos, por vezes, seus verbos estavam em uma das formas nominais: introdução (28%), desenvolvimento (26%), conclusão (27%). Entretanto, em todas as três partes da redação, o infinitivo é a forma nominal mais utilizada (62%), pois ela é responsável por adicionar principalmente noções de finalidade (60% – em 53) e causa (19% – em 54), em qualquer parte do texto. Entretanto, observa-se que a frequência do emprego do gerúndio sobe de 7% para 11%, quando se compara, respectivamente, introdução e desenvolvimento em relação à conclusão, cujo aumento, em tese, deve-se à obrigatoriedade de se apresentar, na proposta de intervenção, o meio ou modo como ela pode ser realizada, cujo verbo dessa oração apresenta-se no gerúndio.

Quando se usa o gerúndio, a coesão não é favorecida, pois fica menos clara a noção

semântica que se deseja indicar, de forma a deixar ao leitor a tarefa de fazer as relações entre as informações, os fatos e as opiniões, pois o gerúndio pode expressar uma variedade muito ampla de valores semânticos. Exemplificam-se, a seguir, ocorrências em que a oração no gerúndio pode conter valor semântico de modo (em 53), de tempo ou condição (em 55), de causa (em 56), de modo ou consequência (em 57) e de finalidade (em 58).

(53) “É viável que as escolas e universidades disponham de uma boa capacitação profissional **para** atender as necessidades de seus usuários, **frisando** a importância de uma boa educação para todos.”

(54) “Entretanto, **por** serem matéria de opção facultativa nas escolas, esses veículos de comunicação não resolvem o problema.”

(55) “É notório o baixo percentual de deficientes auditivos e visuais inseridos na educação especial ou no mercado de trabalho, a desmotivação é perceptível **comparando** os dados estatísticos ao longo dos anos.”

(56) “Em todas as escolas deveriam ter um professor para portadores dessa deficiência assim convivia mais em aprendizagem com pessoas comuns, **incluindo** que muitos estuda em escolas normais e pode está tendo dificuldade em aprender.”

(57) “Uma vez que coloca os deficientes à margem da sociedade, **excluindo** a sua interação com a população e, consequentemente, **aumentando** os desafios na sua formação educacional e o preconceito na vida em sociedade.”

(58) “Atrelado a isso, o poder Legislativo deve criar uma lei que obrigue todas as empresas e universidades a adotarem cotas para surdos, **garantindo, deste modo**, o

desempenho de suas funções na sociedade por meio de suas habilidades.”

Em razão dessa menor correlação semântica, ocorre, em muitos casos, o emprego de construções com pronome demonstrativo (em 58) ou com advérbio (em 59) após o verbo no gerúndio, para reforçar o processo cognitivo de associar-se ao que foi enunciado na oração antecedente, a fim de potencializar a relação do sentido que se pretendeu atribuir à oração com a forma verbal no gerúndio:

(59) “Durante anos o país vem se encaixando nas necessidades humanitárias uma delas vem nos anos de 1857, aonde tomaram um passo importante, criando oportunidades educacionais para os surdos, **criando assim** um marco importante para o Brasil.”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em um projeto de texto com uma modesta frequência de uso de elementos coesivos entre parágrafos, fica mais frágil a percepção da organização e da associação das ideias selecionadas para apresentar a tese, o embasamento argumentativo e a conclusão de todo o texto.

Deste amplo estudo, depreende-se que a frequência do emprego de mecanismos gramaticais de coesão é distinta, quando se analisa a ligação entre os parágrafos, entre os períodos e entre as orações de um texto que apresentou, respectivamente, porcentuais de uso de juntivos em 37%, 48% e 77% das situações possíveis. A organização constatada dos parágrafos favorece a uma redução das possibili-

dades de utilização de mecanismos gramaticais entre os parágrafos e entre os períodos. Dessa forma, a preferência dos redatores é arranjar as ideias da redação em um parágrafo para a introdução, dois parágrafos para o desenvolvimento e um parágrafo para a conclusão. Em relação à disposição dos argumentos dentro dos parágrafos, houve a opção pela segmentação, com predominância de composição com parágrafos com um período (44%). Para explanar as ideias dentro de cada período, em média, são elaboradas 3,27 orações, quando, em 77% das possibilidades, são empregados juntivos para relacionar essas unidades composticionais.

Os mecanismos gramaticais empregados, a fim de realizar a coesão entre os parágrafos, são construções anafóricas com pronomes demonstrativos, além de elementos coesivos que agregam um valor de oposição, conclusão, ordenação das ideias, tempo, causa. O tipo de juntivo utilizado para realizar a coesão entre os períodos de um parágrafo varia entre pronomes (52%), conjunções (37%), advérbios (10%) e preposição (1%). Morfológicamente, os conectivos, quando aplicados entre as orações, podem ser divididos da seguinte forma: conjunção (53%), pronomes (24%), preposição (23%).

Também merece destaque que a escolha de sinal de pontuação (ponto final à vírgula) interfere na partição do parágrafo, determinando problemas de estrutura sintática no período, o que acarreta separação do elemento coesivo com verbo na forma desenvolvida ou mesmo da oração com verbo na forma nominal de sua oração principal. Tal procedimento, além de propiciar uma divisão equivo-

cada dos argumentos dentro do período, gera a topicalização de conjunções que, normalmente, não são verificadas. Nesse sentido, destaca-se o registro da conjunção *pois*, com sentido causal, em posição tópica no período. A frequência de uso desse posicionamento originou, em tese, construções em que a conjunção *pois* é empregada topicalizada nos parágrafos sem qualquer constrangimento.

Este trabalho revela que há a utilização consistente de orações com verbos nas formas nominais, o que exclui o uso

de conjunções para introduzir as orações, podendo dificultar a vinculação do valor semântico que se pretende imputar à oração. Entretanto, os redatores encontraram um recurso gramatical para reforçar o processo de relacionar a oração principal e sua subordinada reduzida, a fim de potencializar a relação do sentido que se pretendeu atribuir à oração com a forma verbal no gerúndio, ou seja, empregam-se construções com pronome demonstrativo ou com advérbio após o verbo no gerúndio a fim de reformar a coesão.

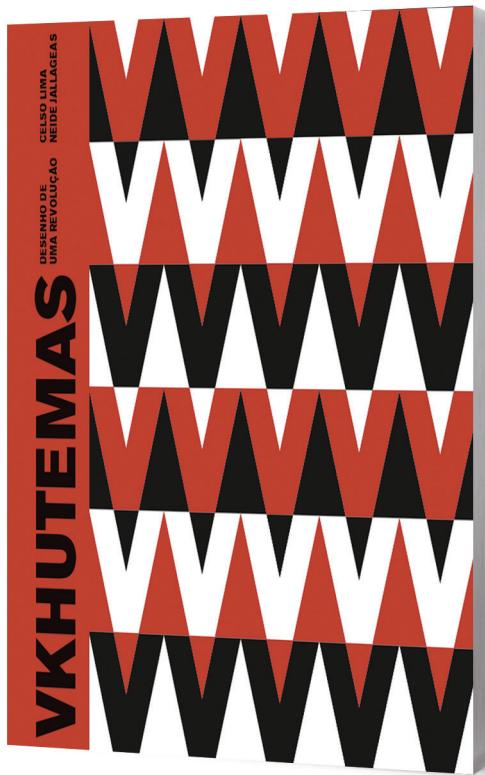
## REFERÊNCIAS

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Base nacional comum curricular: Ensino Médio*. Disponível em: <https://bit.ly/2IYzVzE>. Acesso em: 17/8/2019a.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Press kit digital Enem 2017*. Disponível em: <https://bit.ly/2NB1j97>. Acesso em: 20/8/2019b.
- MÓDOLO, M; OLIVEIRA, A. V. "Uso das construções de causalidade do ensino fundamental II à graduação: variação de conjunções à topicalização da conjunção 'pois'". *Estudos Linguísticos*, v. 47, São Paulo, 2018, pp. 381-94.
- MOISÉS, M. *Guia prático de redação*. São Paulo, Cultrix, 1999.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- OCHOA, C. *Qual é o tamanho da amostra que eu preciso?* Disponível em: <https://bit.ly/2mvRARy>. Acesso em: 17/8/2019.
- OLIVEIRA, A. V. *Gramaticalização das expressões haja vista, haja vista que, tendo em vista, tendo em vista que na Língua Portuguesa*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2keOBRh>. Acesso em: 2/9/2019.
- PIGNATARI, N. *Como escrever textos dissertativos*. São Paulo, Ática, 2010.



livros





## Os ateliês que abalaram o mundo

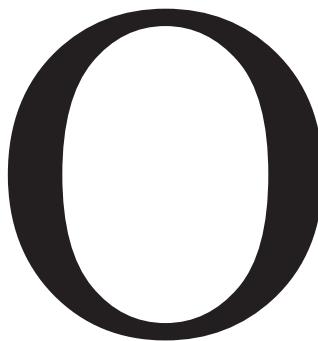
---

*Priscila Nascimento Marques*

---

**Vkhutemas, desenho de uma revolução, de Celso Lima e Neide Jallageas, São Paulo, Kinoruss, 2020, 480 p.**

## AS ORIGENS E OS AUTORES



aguardado lançamento da Editora Kino-russ, *Vkhutemas, desenho de uma revolução*, é o imponente resultado de uma extensa pesquisa conduzida por Neide Jallageas e Celso Lima, cujo resultado parcial já tinha sido degustado pelo público com a exposição *Vkhutemas, o futuro em construção*, que ocupou galpões e oficinas no Sesc Pompeia no segundo semestre de 2018. Os esforços realizados pela dupla de investigação e levantamento de informações sobre a escola soviética, bem como de tradução dessa pesquisa em linguagem expográfica, obtiveram reconhecimento com o prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), na categoria “Pesquisa e difusão”, ainda em 2018.

A organização da exposição já dava alguns indícios dos princípios que conduziam a investigação de Jallageas e Lima sobre a escola: por um lado, a potência visual da

quele design revolucionário, explorada com bandeiras enormes penduradas mostrando o desenho têxtil, reprodução de figurinos, cerâmicas, além de material audiovisual em dois vídeos feitos por Aline Belfort; por outro lado, os nomes, as biografias, as pessoas que fizeram essa história, exibidos em um amplo painel e ampliados no catálogo da exposição. Esses dois eixos nortearam também, de certo modo, a construção do livro, como será visto adiante.

Uma vez que este é um livro que se ocupou de falar sobre uma instituição do ponto de vista das pessoas que lhe deram vida, talvez fosse o caso de dizer uma palavra sobre quem são as pessoas que deram vida a este livro. Neide Jallageas tem uma longa trajetória acadêmica como pesquisadora e professora, com estudos em cinema russo, artes plásticas e semiótica. Celso Lima é artista plástico, pesquisador e professor de

**PRISCILA NASCIMENTO MARQUES** é professora do curso de Russo da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

história do design, especializado em técnicas de estamparia. Com percursos e campos de atuação complementares, a dupla trouxe um texto vivo e pulsante, transpassado a um tempo por entusiasmo e rigor. Para a Editora Kinoruss, o volume representa um marco, visto que se trata da primeira produção alavancada por financiamento coletivo de um grande texto autoral. O catálogo, conhecido dos estudiosos de cultura e artes russas do país, era composto de textos mais curtos, como o ensaio sobre Piranesi de Serguei Eisenstein, ou publicações voltadas ao público acadêmico, como os cadernos *Kinoruss* e a coletânea de ensaios *Panorama Tarkóvski*.

Com *Vkhutemas, desenho de uma revolução*, a editora se firma como um veículo de divulgação de estudos sobre a cultura russa e resgate de histórias não ou pouco contadas. Isso se dá no fértil solo brasileiro, que tem mostrado grande receptividade e interesse por “coisas russas”, um processo que começou com o *boom* de novas traduções diretas da literatura ocorrido no começo deste século e encabeçado por Boris Schnaiderman, Aurora Bernardini e Paulo Bezerra, e seguido por uma numerosa geração de jovens tradutores. Ainda que talvez protagonizada pela literatura, a recepção da arte russa em território nacional não se limita a ela: a cinematografia russa contemporânea e clássica não deixa de marcar presença nas telas em mostras e retrospectivas, ou o teatro russo que pisou nos palcos de cidades brasileiras, por exemplo, durante a mostra “Estação de Teatro Russo”, de 2006, e a “Mostra Internacional de Teatro”, de 2015. Nesse cenário, contudo, ainda são poucos os veículos que deem vazão à produção teórica de lavra nacional

sobre estudos russos, e é nesse segmento que a editora tem delimitado seu território.

## **SETTING THE SCENE**

Tudo na grandiosa empreitada de refundar as artes após a Revolução de Outubro de 1917 é marcado por uma dialética entre continuidade e descontinuidade. O projeto de romper com os modos e concepções estéticas do passado, bandeira levantada com ardor e alguma intransigência pelos representantes do Futurismo, ou sua versão propriamente soviética, o Cubo-futurismo, é contraposto por dois fatos: muitos dos representantes da mentalidade “antiga” permanecem em cena e o próprio ímpeto transformador tem raízes históricas. Assim como antes do *Que fazer?* de Lênin houve o *Que fazer?* de Tchernichévski e antes dos bolcheviques vieram os populistas (*narodniki*), os *budetlianes*, suprematistas e construtivistas tiveram também seus antepassados. Essa história é contada no primeiro capítulo de *Vkhutemas, desenho de uma revolução*, intitulado “Contexto histórico, artístico e revolucionário”. Além de traçar a ancestralidade do próprio movimento revolucionário em agrupamentos políticos do século XIX, o texto apresenta uma ligação genética pouco explorada, o movimento dos pintores itinerantes. No bojo da pintura realista russa, nasce uma geração de artistas inquietos:

“Mas outra característica brilhante da nova exposição é que temos um conjunto inteiro de professores trabalhando e avançando. Esperamos que nossos leitores se lembrem de quantas vezes tivemos que reclamar, apontando para a hibernação insuportável

de muitos artistas russos que, a partir do momento em que atingem o mais alto nível artístico, dão adeus ao trabalho, estudos, ao desejo de aprender alguma coisa, de seguir em frente! [...] A nova geração de artistas que se uniu à Associação não quer mais isso. Eles disseram para si mesmos: é digno de ser membro de nossa nova Associação o artista, e apenas ele, que trabalha constantemente, que não quer saber o que é descanso, preguiça e cartões malditos, que acorda todos os dias com o pensamento no trabalho, que em todos os dias faz avançar os conceitos e as habilidades artísticas. E é por isso que quem não trabalha, quem quer ser um oficial de arte, quem pretende não trazer nada de novo à Associação se exclui automaticamente de seu ambiente e não pode ser um membro” (p. 39).

O retrato pintado pelo crítico de arte Vladímir Stásov em seu comentário sobre a formação da Associação de Exposições Itinerantes de Arte tem muitos ecos na realidade da cultura de vanguarda. Destacamos os seguintes pontos de convergência: a noção de que prática artística e pedagógica devem caminhar juntas e se retroalimentar, a busca pela criação do novo e a formação de um primeiro esboço da ideia de artista-trabalhador, a prefiguração do artista-proletário de que fala Óssip Brik. Este que, assim como Stásov, foi o crítico que participou da gestação dos movimentos de vanguarda das primeiras décadas do século XX, assim definiu em 1918 a ideia de artista-proletário:

“Um artista-proletário se distingue de um artista-burguês não porque cria para um consumidor diferente, nem porque provém de um meio social diferente, mas por causa

de sua atitude em relação a si mesmo e a seu trabalho.

Um artista-burguês pensa que criar é seu assunto pessoal, mas um artista-proletário sabe que ele e seu talento pertencem a um coletivo.

Um artista burguês cria para realizar seu ego; um artista-proletário cria para realizar um trabalho socialmente importante.

Um artista-burguês se justapõe à multidão como um elemento estranho; um artista proletário vê seu próprio povo na sua frente. Em sua busca pela glória e pelo lucro, um artista-burguês tenta satisfazer os gostos da multidão. Um artista proletário não conhece ganhos pessoais. Ele luta contra sua lerdão e é liderado pela arte, avançando incessantemente.

Um artista-burguês repete clichês da arte passada pela milésima vez; um artista proletário sempre cria algo novo, porque nisto reside sua designação social.

Estes são os princípios básicos da arte do futuro. Aqueles que estão cientes deles são proletários, artistas-proletários, construtores da arte do futuro” (p. 52).

Depois de compor o panorama artístico social do qual emergem as vanguardas russas em toda sua multiplicidade e força, o livro apresenta, no capítulo seguinte, a virada pedagógica que preparou o terreno para o advento dos *Vkhutemas*. Em lugar das academias, surgem os ateliês (*masterskie*) como lócus da produção de arte. O termo russo *masterskaia* contempla tanto a ideia de oficina (de artesanato, produção ou conserto em diferentes ofícios) quanto de ateliê (para pintores e escultores, por exemplo). Os autores optam acertadamente por verter o termo como “ateliê”, por tratar-se,

afinal, de *khudôjestvennie masterskie*, isto é, ateliês artísticos, locução que integra o acrônimo *Svomas* (*Svobódníe hudôjestvennie maskterskie*, ou “ateliês livres de arte”).

Antecessores dos *Vkhutemas*, os *Svomas* são criados em 1918 como “grandes laboratórios pedagógicos onde programas propedêuticos seriam criados e experimentados, num intenso e diversificado esforço para a formação básica dos futuros artistas, designers e arquitetos” (p. 62). O texto traz uma descrição dos programas e busca introduzir um grande número de nomes, trazendo à tona um contingente por tanto tempo não nomeado na história da arte e do design. São ressaltadas também as principais inovações trazidas por essa iniciativa: o caráter experimental, a ênfase em uma formação propedêutica de base sólida, o caráter democrático segundo o qual os ateliês eram geridos.

Se o primeiro capítulo mostra as raízes históricas do movimento revolucionário e das vanguardas artísticas, o terceiro capítulo, “*Vkhutemas | Vkhutein*”, mostra os laços inquebrantáveis entre a constituição e propósitos dessa instituição e o próprio acontecimento revolucionário de 1917 com seus desdobramentos na esfera da cultura:

“[...] as vanguardas buscaram subverter a ideia de processo cultural como acumulação de bens artísticos, bens de consumo, mercadoria, para estabelecer a relação entre arte – porque estes artistas efetivamente teorizaram e experimentaram na prática suas teorias –, vida e as necessidades de uma sociedade em transformação, cujo devir, imaginado pelos principais mestres e mestras dos *Vkhutemas*, havia sido posto em marcha na alvorada da Revolução. Desse processo pedagógico,

artístico e técnico, intimamente conectado com o pensamento marxista, surgiu o design na Rússia, não como objeto que visasse ao consumo, não como mero objeto funcional, ou arte aplicada, mas como obra-processo voltada à transformação social por meio da produção” (p. 90).

Assim, a primeira parte como um todo oferece uma ampla visada dos pressupostos históricos, sociais, políticos e estéticos que estão na base do fenômeno ao qual a obra se dedica, isto é, o grande experimento artístico, técnico e pedagógico constituído pelos *Vkhutemas* e seus atores.

## A USINA DE CRIATIVIDADE SOVIÉTICA: FUNCIONALIDADE E PROPAGANDA

A segunda seção é dedicada a descrever as sete faculdades que compuseram a instituição (arquitetura, trabalho em madeira e metal, cerâmica, têxtil, poligráfica, pintura e escultura), além do Departamento de Experiência e Preparação. Cada capítulo traz em medidas equilibradas elementos descritivos – como lista de disciplinas, programas, duração dos cursos – e incursões biográficas sobre nomes de destaque em cada área. Com efeito, a polivalência de muitas das figuras da época torna complexa a tarefa de encaixá-las em um único campo de atuação. É o caso de Aleksandr Ródchenko, que tem sua obra detalhada mais detidamente no capítulo sobre a Faculdade de Trabalho em Madeira e Metal, ao passo que no Ocidente ele é mais comumente lembrado por seu trabalho em fotografia, ou Vassíli Kandínski, que figura entre os protagonistas da Faculdade Poligráfica, e Vladímir Tátlin, na Faculdade

de Cerâmica. Essas escolhas acabam sendo produtivas para desconstruir certos lugares-comuns da crítica ocidental e, ao mesmo tempo, para demonstrar os intensos trânsitos disciplinares e a amplitude do fazer artístico daquele momento. Com efeito, foram poucos os que se encerraram exclusivamente em um segmento produtivo. Ao fim e ao cabo, todos arregaçaram as mangas para a “encomenda social” de conduzir a construção da nova sociedade comunista.

A discussão sobre a arquitetura soviética mostra o quanto a necessidade de reorganização do espaço em função das novas demandas de habitação e produção foram geridas a partir de diferentes paradigmas, como o racionalismo e o construtivismo. Os principais nomes são apresentados ao lado de seus projetos, tenham eles sido realizados na prática ou não. Aliás, travar conhecimento com os projetos não realizados – irrealizáveis? – é especialmente inspirador. Saber que mestres e alunos da Faculdade de Arquitetura pensavam, por exemplo, em como garantir um bom sono ao trabalhador (cf. “Uma sonata para o sono”, p. 166) ou que vislumbravam uma futurista cidade flutuante (cf. “Gueórgui Krútkov: uma cidade flutuante”, p. 167) dá bem a dimensão da magnitude das aspirações da época, as quais não necessariamente eram tomadas como utopias<sup>1</sup>.

O imbricamento entre academia e indústria fica patente na descrição das faculdades de Trabalho em Madeira e Metal e Têxtil. Ambas produziam bens de consumo partindo

de princípios que só vieram à tona na fase atual do capitalismo tardio como tentativa de frear os efeitos nefastos do consumismo desenfreado de décadas. Em um contexto distinto e por força de circunstâncias outras, a indústria soviética recorreu amplamente ao expediente do reaproveitamento de materiais (dos lençóis da aristocracia que viraram matéria-prima para novas roupas ao uso de sucata). A produção de objetos e vestimentas se emancipou em relação à tirania do ornamento, passando a se orientar por princípios como funcionalidade e durabilidade: “As propostas construtivistas, racionalistas e funcionalistas da Faculdade de Trabalho em Madeira e Metal trouxeram um ineditismo na simplicidade das formas aliado à excelência funcional” (p. 201).

O eixo da funcionalidade é atravessado pelo eixo da educação: para viabilizar a nova sociedade comunista era necessário não apenas reconstruir seu modo de morar, vestir e consumir, mas educá-la segundo os valores da Revolução. Nesse sentido, o design nascente tinha igualmente uma função de propaganda e agitação. Isso se manifestou, obviamente, em toda a produção gráfica, pictórica, plástica e escultórica. É o caso dos cartazes e fotomontagens produzidos na Faculdade Poligráfica, da escultura monumental e da “pintura extravagada” para os palcos, estúdios de cinema e espaços expográficos, nas estampas criadas na Faculdade de Têxtil. Mas talvez um dos casos mais curiosos de alinhamento entre o objeto cotidiano funcional e a propaganda tenham sido os objetos criados na Faculdade de Cerâmica, que ora traziam as experimentações formais suprematistas, ora a celebração dos feitos e personalidades nacionais. À revolução total dos usos e cos-

---

1 Uma boa discussão a respeito da aplicabilidade da ideia de utopia para o caso das vanguardas soviéticas é apresentada ainda no primeiro capítulo (pp. 21-3).

tumes não passou incólume nem a xícara do corriqueiro chá preto.

## ALÉM DAS FRONTEIRAS, DENTRO DE LIMITES

A terceira e última parte de *Vkhutemas, desenho de uma revolução* traz uma necessária incursão nos intercâmbios entre a escola soviética e dois de seus interlocutores: o arquiteto suíço Le Corbusier e a escola alemã Bauhaus.

Embora o objeto primordial do livro seja apresentar ao leitor brasileiro os Ateliês Superiores soviéticos, é muito valioso que a obra não tenha deixado de lado o diálogo com fenômenos do design e da arquitetura que têm circulação e recepção mais antiga e difundida em nosso meio. Em relação às trocas com a Bauhaus, os autores enfatizam o amplo escopo dessa multilateralidade, com visitas de professores de uma a outra instituição, colaboração entre alunos e organização de congressos. Uma história que, inclusive, extrapola a existência dessas instituições e invade as biografias de seus protagonistas, como a transferência de Hannes Meyer para a URSS em 1930 e de Vassíli Kandínski para a Alemanha ainda nos anos 1920.

Os autores são precisos em apontar tanto a produtividade quanto as limitações de tais colaborações. A principal pedra no caminho dessa ponte de trocas consiste num fato fundamental, que a obra, lida em conjunto, torna patente: o projeto soviético não é um projeto “estético”, uma revolução “formal”, embora não deixe de sê-lo. Descoladas da revolução social que as engendraram, as inovações construtivistas não passam de um novo fetiche na prateleira do mercado. Uma

verdade inconveniente que Moissei Guinzburg escancara ainda em 1928:

“[Le Corbusier] fala de um novo plano, de como reformar a vida, mas não possui novas diretrizes para reformar a vida em seu ambiente social, é como uma criança que chupa os dedos com todo o seu puritanismo plástico, e afinal atinge a sólida parede de um neoestetismo peculiar. Ele está perplexo e uma saída para esse impasse só pode vir da maneira que Outubro ofereceu para nós, no trabalho em que os arquitetos construtivistas veem o caminho. Esta é a maneira de estudar esses novos processos sociais e de trabalho que se desenvolvem após Outubro diante de nossos olhos e cristalizá-los em vários novos tipos sociais, trabalhando em nossa nova casa, clube, fábrica. Mas, estando em um ambiente social completamente diferente, Corbusier está procurando uma saída para si mesmo em toda uma série de posições mal fundamentadas e puramente estéticas” (p. 426).

## VER E OUVIR OS VKHUTEMAS

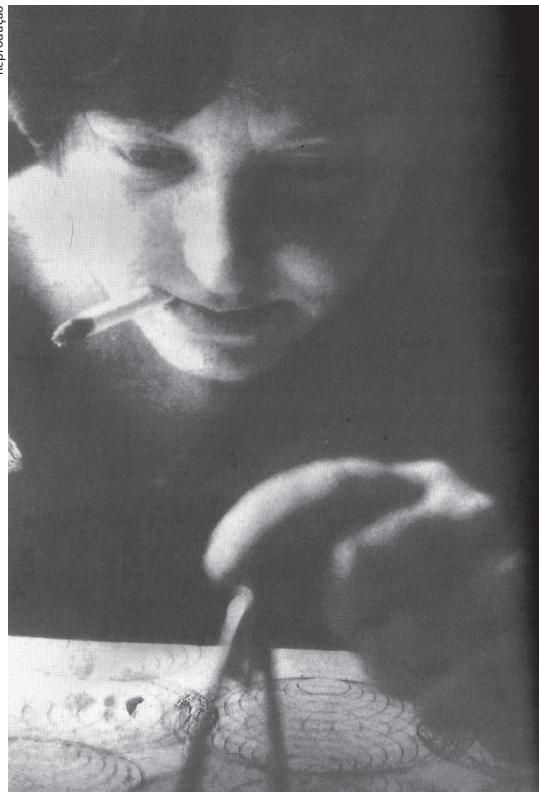
A extensa pesquisa acadêmica, que reúne fontes em diferentes idiomas e de diversas plataformas, se traduz em um texto fluido e vivo. Isso se deve ao fato de que essa história é contada não por um viés institucional e burocrático, mas com o coração palpitante daqueles que a escreveram. As biografias intercaladas às descrições mais objetivas fazem com que o leitor se sinta nos corredores da escola e não num arquivo empoeirado. A redação é imbuída do fervor revolucionário, e esta é a linha que costura as citações de materiais da

época – a grande maioria totalmente inédita em português –, com os fatos nem sempre tão gloriosos dessa história. Uma experiência dessa magnitude não poderia deixar de ser algo contraditória. Esse aspecto não escapa aos autores: conflitos, embates e tensões são igualmente retratados, inclusive por serem parte do combustível que alimentou os motores que fizeram essa engrenagem funcionar.

Mas *Vkhutemas, desenho de uma revolução* faz mais do que apresentar a história da escola soviética ao público nacional. À moda de uma peça polifônica, o texto autoral é interpelado por vozes outras. Nove textos curtos, todos traduções inéditas ao português, emergem das frestas vermelhas entre os capítulos, oferecendo uma pequena amostra da vida viva daquele momento: do manifesto maiakovskiano *Vindourianos* (o neologismo russo *budetliáne*) a reflexões teóricas e pedagógicas dos mestres da escola, passando por documentos históricos como a famigerada Resolução de 1932, a pá de cal do sonho revolucionário.

Nosso passeio pelos corredores dos *Vkhutemas* ganha ainda mais tridimensionalidade com a farta iconografia apresentada no livro. Viramos a esquina/página e, súbito, estamos dentro da sala de leitura projetada por Ródchenko (p. 105). Mais alguns passos e estamos frente a frente com a compenetrada Varvara Stepánova (p. 258). Quem nos guia nesse passeio é o belo desenho gráfico de Maria Cau Levy e Julio Mariutti. O uso preciso de cores e fontes orienta a leitura, e o rodapé deslocado para a margem direta horizontaliza o olhar. Por fim, *zoom out*: uma cronologia apresenta os fatos históricos e artísticos mais relevantes, mantendo

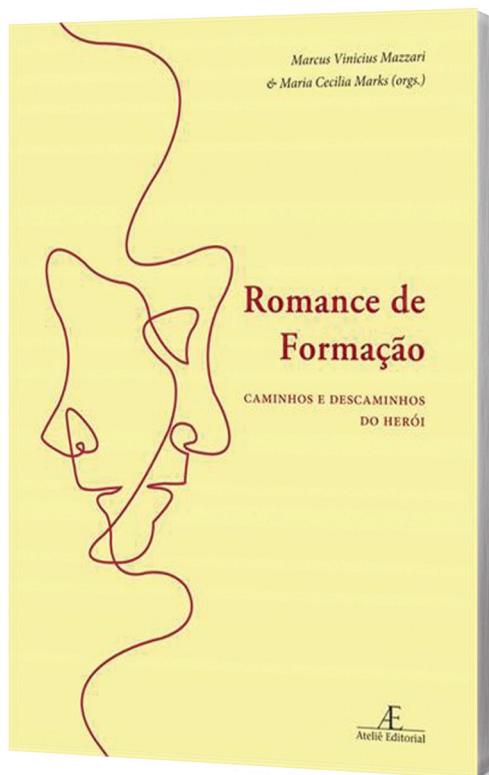
Reprodução



Varvara Stepánova, em foto de Aleksandr Ródchenko, 1924

o mesmo fluxo horizontal e também ricamente ilustrada.

As palavras de Khan-Magomiédov que encerram o livro apontam o que talvez seja o valor mais importante da experiência vkhutemasiana e mesmo da própria revolução: a sinceridade da fé num “futuro brilhante” baseada na ideia da construção de uma sociedade justa. Acrescento aqui outro ensinamento profundo que acredito ser possível derivar essa experiência: revolução política e revolução estética não são processos descolados e de objetivos independentes. Ao contrário, foi justamente a tentativa de divorciá-los, ou melhor, de subjugar um ao outro, que levou ambos ao debacle.



# O legado de Goethe no romance ocidental: caminhos e descaminhos do cânone mínimo

---

*Gabriel Victor Rocha Pinezi*

---

*Romance de formação: caminhos e descaminhos do herói*, de Maria Cecilia Marks e Marcus Vinicius Mazzari (orgs.), Cotia, Ateliê Editorial, 2020, 576 p.

**H**á algo de que não se pode reclamar no Brasil: o legado de Goethe está vivo – e em boas mãos. Não somente é fácil encontrar nas livrarias ótimas edições das principais obras do maior poeta da língua alemã, como também dispomos de inúmeros estudos acadêmicos sobre sua colossal obra literária, filosófica e científica. O recente livro organizado por Cecilia Marks e Marcus Vinicius Mazzari e publicado pela Ateliê Editorial, *Romance de formação: caminhos e descaminhos do herói*, certamente encontrará um lugar confortável na já extensa estante dos estudos goethianos brasileiros.

Sim, o título da capa não engana: não se trata, explicitamente, de um livro “sobre” Goethe, mas de uma coletânea de estudos sobre o *Bildungsroman* levados a cabo pelos mais prestigiados tradutores e críticos do país, como Wilma Patrícia Maas, Paulo Bezerra, Eduardo de Assis Duarte,

Maria Augusta Vieira, Luís Bueno, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Willi Bolle e Walnice Nogueira Galvão, entre outros igualmente relevantes.

Sim, é verdade, o título da capa não engana: o livro servirá muito bem aos leitores que desejam compreender melhor a história e a teoria do romance moderno, especialmente àqueles que querem saber mais sobre o gênero teorizado por autores essenciais como G. W. F. Hegel, György Lukács, Mikhail Bakhtin e Franco Moretti – um gênero literário que, diga-se de passagem, segue ainda como um dos mais prestigiados da contemporaneidade, a despeito das “crises”, “paródias”, “traumas” e “deformações” pelas quais tem passado.

Sim, sem dúvidas, o título da capa não engana: não se frustrará o leitor que comprar o livro com a intenção de conhecer um

---

**GABRIEL VICTOR ROCHA PINEZI**  
é professor colaborador do Departamento de Letras da Unicentro-Guarapuava.

panorama dos caminhos e descaminhos dos heróis que povoam os romances modernos escritos por gigantes como os germanófonos J. W. Goethe, Alfred Döblin, Karl Phillip Moritz, E. T. A. Hoffmann, Thomas Mann, Robert Musil e Judith Schalansky, os anglófonos Charles Dickens e James Joyce, o russo Fiódor Dostoiévski, o latino-americano José María Arguedas, os franceses Victor Hugo, Gustave Flaubert e Honoré de Balzac, o castelhano Miguel de Cervantes, o português Camilo Castelo Branco, o italiano Italo Svevo, a moçambicana Paulina Chiziane, além dos brasileiros Lima Barreto, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Jorge Amado, Antônio Callado e Clarice Lispector.

Sim, é inegável: o título da coletânea é de uma precisão exemplar, inclusive naquilo que dissimula. Pois, embora a proposta seja a de uma extensa coletânea que dê destaque à multiplicidade de teorias e romances, fica muito evidente, ao fechar a página 568 do livro, que o nó que atou esses variados nomes reais e ficcionais num imenso volume é um único autor: Goethe. Daí que o título diga: há *caminhos* e *descaminhos*, no plural, mas apenas um *herói*, cuja singularidade é a de ter sido primordial e arquetípico. O nome dele conhecemos bem, pois é o primeiro a ser apresentado pelo livro e também o único que mais define do que é definido, que é mais ponto de ruptura histórica do que descendente de uma linhagem de textos literários: um pobre cão de nome Wilhelm Meister, que, em sua condição de herói burguês e problemático, precisou fazer-se indivíduo pelas próprias ações – pelo amor, pela arte, pelos erros, enfim... pela experiência –, já que a nobreza de berço lhe foi negada.

Como bem nos mostra Mazzari (p. 29), aquilo que faz de Wilhelm Meister o he-

rói arquetípico do romance de formação é precisamente o desejo de “recusar [...] os ideais e caminhos burgueses preestabelecidos” – desejo que, não nos esqueçamos, é o mesmo do melancólico Werther, incapaz de adaptar-se aos desígnios que o mundo dos negócios lhe reserva. A indisposição inicial de Meister em aceitar-se como mero caso de sua classe social reen cena, como em Werther, o mal-estar do herói do *Bildungsroman* frente à condição trágica da existência – isto é, aquela que Ésquilo e Sófocles encenavam tão bem com os temas da maldição familiar e da tentativa vã de controlar o destino.

A essa condição trágico-hereditária, que no mundo grego só pode conduzir ao declínio, o herói de Goethe responde com seu projeto formativo, isto é, com a façanha de *tornar-se* nobre pelas próprias mãos. Ao contrário de Édipo, cujo declínio foi o de ter se tornado *týrannos* pelas ações, quando era na verdade *basileús* por natureza, o herói de Goethe alcançará, ao fim de seu caminho, certa harmonia entre ação e destino. É essa solução harmônica da condição trágica que distingue o herói de Goethe de outros: sua *natureza* é a de um *tornar-se*, seu *ser* é inteiramente sua *história*.

Tal relação entre destino e vida é a marca do romance de formação, gênero interpretado pela tradição teórica alemã – especialmente de matriz hegeliana – como sintoma da condição problemática do sujeito moderno, infinitamente distante dos valores “estáveis”, “harmônicos” e “naturais” da antiguidade pagã. Daí o diagnóstico que se repete ao longo de todo o livro por diferentes estudiosos: o que perpassa todos os romances de formação é aquilo que perpassa todos os romances, isto é, a tensão entre a subjeti-

vidade e a realidade, o individual e o coletivo, o pessoal e o social, o ideal e o real. A solução que o romance de formação – ao menos o goethiano – dá a essa tensão é a da adaptação harmônica e gradual do herói, cujo ser não é medido mais pela simples natureza, mas pelo tempo, pelos desdobramentos de um *tornar-se*.

É essa leitura, marcadamente dialética, que se repete ao longo de quase todos os estudos da coletânea de Mazzari e Marks, sintetizada na tão repetida fórmula de Hegel de que os caminhos e descaminhos do herói se dão como um embate entre “a prosa do mundo” e a “poesia do coração”. A função da formação, para Goethe, seria “ajustar” e “harmonizar” essa tensão, buscando uma espécie de síntese que – como bem afirma Mazzari – não se dá tanto pela adequação do real a um *telos* ideal, mas muito mais por um processo tateante de erro e aprendizagem. Daí a importância do conceito de “experiência” para os heróis dos romances modernos e, especialmente, para o próprio Goethe: entre erros e acertos, expectativas e frustrações, caminhos e descaminhos, o herói ajusta-se ao mundo atravessando-o.

Assim, o verdadeiro herói dessa coletânea, mais do que o personagem arquetípico *Wilhelm Meister*, é o próprio Goethe – aliás, um Goethe bastante específico, o classicista, cujo conceito de *Bildung*, embora bastante contestado em sua própria época, tornou-se paradigmático para nossas definições do gênero literário. Isso fica evidente não só pela clara intenção universalista da organização do livro, balizada pela compreensão goethiana da *Weltliteratur*, como também pela ausência de estudos sobre outros *Bildungsromane* da literatura alemã que se contrapuseram ao modelo de Goethe poucos anos

depois da publicação de *Wilhelm Meister*, como o romântico Novalis, com *Heinrich von Ofterdingen*, ou o trágico Hölderlin, com *Hipérion*. Mais do que isso, a leitura de todo o livro revela a incontestável hegemonia entre nós de teóricos mais afeitos à estética clássica realista (Hegel, Lukács e Bakhtin são os mais citados), com pouca problematização entre os críticos brasileiros dos aspectos históricos e filosóficos da própria ideia de *Bildung*, que, antes de servir a Goethe para definir um gênero literário, foi o conceito mais debatido da cultura alemã entre os séculos XVIII e XX.

Esse viés do livro fica bastante evidente quando percebemos que, diante da tarefa de enquadrar distintos romances ao gênero, os ensaístas parecem menos preocupados em conceber os múltiplos modos possíveis da formação/*Bildung* na história do romance ocidental – uma *Bildung* romântica, uma *Bildung* trágica, uma *Bildung* feminista, uma *Bildung* decolonial, etc. –, e mais focados em medir a *distância* e a *diferença* de todos os heróis da literatura universal em relação ao personagem de Goethe. A sensação de ler tantos críticos competentes discutindo um gênero por meio dos mesmos paradigmas é a de que talvez seja indecoroso falar de *Bildungsroman* no Brasil senão pela perspectiva da literatura comparada, a despeito das armadilhas conceituais tão bem conhecidas que o campo nos impõe em sua eterna oscilação entre o universal e o local.

Qual será a razão para que o conceito de *Bildungsroman* tenha sido manuseado de forma tão operacional e com tão pouca maleabilidade por essa escalação de intelectuais brasileiros tão sensíveis à problemática da formação, sem assumirem individualmente o risco de ultrapassar a condição hereditária?

Talvez, isso seja devido ao pioneirismo e à importância de germanistas como Maas<sup>1</sup> e Mazzari<sup>2</sup> na apresentação e divulgação do *Bildungsroman* no Brasil: a primeira, definindo o *Meister* como um “cânone mínimo” com base em uma argumentação comparatista, e o segundo, a partir de uma comparação entre o modelo clássico goethiano e a sua paródia em Günther Grass. Embora esses estudos pioneiros sejam de fato os mais esclarecedores sobre o gênero produzidos no campo dos estudos literários, uma compreensão mais justa do *Bildungsroman* enquanto gênero dependerá, no futuro, de uma leitura menos arquetípica, menos modelar e menos comparatista, que seja, ao mesmo tempo, mais original, mais exemplar e mais historicista. Pois, se Maas (2000, p. 24) está correta em afirmar que o conceito de *Bildungsroman* só pode ser pensado a partir de sua historicidade, isso não implica necessariamente que sua história, em pleno século XXI, seja escrita apenas por meio de métodos comparatistas.

A tarefa que fica aos críticos da nova geração, portanto, não é tanto contestar a

premissa que atravessa os 26 ensaios de *Romance de formação: caminhos e descaminhos do herói* – isto é, a de que *Wilhelm Meister* seja o “cânone mínimo” para todos os outros romances de formação –, mas reavaliar em que medida a definição do gênero precisa ser dada por esse cânone ou por uma discussão de matriz sociológica, dialética e comparatista. Talvez seja preciso pensar o *Bildungsroman* para além de seu DNA goethiano – não tanto no sentido de negar a evidente ascendência ou importância do *Meister* na história da literatura universal, e mais no de levantar a hipótese de ascendências não apenas *alemãs* ou *goethianas*. Aos críticos que se empenharem nessa tarefa, será preciso fazer como o próprio Meister em relação à sua condição burguesa, buscando seus próprios caminhos teóricos, para além das certezas e dos confortos da hereditariedade acadêmica. Para isso, será essencial atravessar o livro organizado por Mazzari e Marks, que, entre os já publicados sobre o assunto no Brasil, é sem dúvida o mais completo, o mais sintético e o que melhor expressa o estado da arte do cânone.

---

1 Wilma Patrícia Maas, *O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*, São Paulo, Editora Unesp, 2000.

2 Marcus Vinicius Mazzari, *Romance de formação em perspectiva histórica: o Tambor de Lata de Günter Grass*, Cotia, Ateliê Editorial, 1999.





# Modelo *lean* - método científico aplicado na gestão de novos produtos e negócios

---

*Alexandre Possendoro*

---

*Lean development e lean startup: perspectivas brasileiras*, de Alvair Silveira Torres Jr. e Cláudia Gama (orgs.), São Paulo, LiberArs, 2020, 193 p.

A obra *Lean development e lean startup: perspectivas brasileiras*, lançada recentemente pela Editora LiberArs, de São Paulo, reúne sete artigos produzidos pelo professor Alvair Silveira Torres Jr. com seus alunos da disciplina Lean Development e Lean Startup, do Programa de Mestrado Profissional em Empreendedorismo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), com a colaboração de Cláudia Gama.

Aprofundados, interessantes e, como não poderia deixar de ser, fiéis ao método científico, os artigos descrevem pesquisas aplicadas desses dois modelos de gestão que dão título ao livro. De um lado, o *lean development*, sistema de gestão aplicado ao desenvolvimento de novos produtos, historicamente desenvolvido pela empresa Toyota no decorrer do século passado junto ao seu já famoso modelo de manufatura e

operação, cuja disseminação vem galgando crescentes aplicações em outros ramos de negócios da economia mundial.

E, complementando, o *lean startup*, um sistema de gestão ligado ao início, aceleração e escalabilidade de negócios inovadores, derivado da influência que o modelo da Toyota exerceu sobre os empreendedores do Vale do Silício, nos EUA, na construção dos chamados sistemas ágeis de gestão.

O primeiro deles, o *lean development*, foi gestado no interior da Toyota, uma empresa tradicional automobilística, com resultados reconhecidos mundialmente pelo desenvolvimento de plataformas de novos produtos em tempos mais curtos, de qualidade acima da média, flexíveis e com custos menores. Foi o caso do automóvel híbrido Prius, com mais de 20 anos no mercado e ainda competitivo, até o mais recente lançamento

**ALEXANDRE POSSENDORO** é jornalista e professor do Centro Universitário das Américas.

do Mirai à base de hidrogênio – veículos cujos sucessos despertaram interesses pelas possibilidades de estender os métodos ágeis de desenvolvimento neles utilizados para desenvolver também outros produtos de outras indústrias pelo mundo afora, com a mesma agilidade e sucesso.

É do que se trata logo na Introdução do livro – “Lean no desenvolvimento de produtos” –, em que esse modelo de desenvolvimento é descrito em seu passo a passo por um estudo de casos múltiplos. Nele, cinco indústrias de grande porte em solo brasileiro se dispuseram a integrar um grupo de aprendizagem e aplicar em cada realidade empresarial os princípios ágeis e enxutos para transformar suas realidades burocráticas e tradicionais no desenvolvimento de produtos.

Essas empresas, dos ramos de fundição, aço, petróleo, aeronáutica e energia, foram investigadas nessa aplicação e revelaram a funcionalidade do modelo *lean*. Obtiveram benefícios econômicos e operacionais, desde que obedecendo à articulação dos princípios enxutos e ágeis com as ferramentas de gestão, embora também tenha sido detectado certo grau de flexibilidade na adaptação para cada propósito empresarial.

Ainda na Introdução, a obra também estabelece o princípio básico que integra os dois modelos, *lean development* e *lean startup*, que é o método científico aplicado no dia a dia dos negócios. Nesse contexto, ferramentas gerenciais como Planos A3/Canvas e Ciclo PDCA deixam de ser apenas modismos ou formulários para registros e passam a operar no modelo *lean* como instrumentos de visão crítica e teste de hipóteses na proposição de novos produtos ou novos mercados.

O gestor que utiliza esses modelos se reveste do papel de investigador e pesquisador que aplica a ciência empírica para desenvolver novos produtos que de fato atinjam o propósito de criar valor aos clientes e *stakeholders*.

O experimento controlado, tão caro à ciência, é agora transportado para os negócios como conceito que se materializa em ferramentas gerenciais que aplicam o método científico empírico através de *beta-test*, mínimo produto viável, provas de conceito e protótipos diversos. Os artigos que se seguem à Introdução ilustram a aplicação desses conceitos na prática empresarial.

Com essa base teórico-empírica estabelecida, o livro passa para a primeira sessão de artigos, em que a pesquisa é estendida para estressar e investigar o modelo *lean development* em três contextos distintos do tradicional ambiente industrial em que ele foi originariamente desenvolvido: pequena empresa industrial, estratégia de entrada de novas companhias e indústria de *software*.

No primeiro caso, no artigo “Avaliação Lean Development em pequena empresa brasileira”, é realizada uma avaliação empírica quanto à aplicabilidade do modelo no interior de uma pequena companhia moveleira. O objetivo foi explorar se, apesar da menor capacidade de arregimentar recursos humanos e materiais, o modelo alcançaria funcionalidade e os mesmos benefícios no contexto de pequenas empresas industriais brasileiras.

O artigo descreve, então, a realidade de uma companhia moveleira que depende de lançamentos constantes de novos produtos e modelos. E avalia de que maneira o *lean development* contribuiria para seu desempenho nessa realidade específica.

No segundo caso, no artigo “Modos de introdução de empresas estrangeiras no Brasil”, os autores inovam ao estudar a potencialidade de se utilizar o modelo *lean* como estrutura analítica para orientar a entrada de novos produtos e negócios no Brasil, a partir de companhias estrangeiras com estratégias de internacionalização.

Quatro multinacionais são estudadas e seus respectivos casos avaliados quanto ao modelo *lean development* de ciclos curtos de aprendizagem, em que a introdução dos produtos é realizada como uma cadeia de experimentos em ciclos rápidos, gradativamente orientando as organizações quanto às adaptações e mudanças necessárias para se adequarem ao mercado brasileiro.

Fechando essa primeira seção de artigos, o intitulado “Adoção do modelo lean no desenvolvimento de software” explora um dos conceitos-chave dessa abordagem: dar ênfase à identificação antecipada de problemas do futuro produto nas suas primeiras etapas de desenvolvimento, o chamado *front-loading*. O artigo exemplifica a prática e utilidade dessa abordagem ao realizar um estudo de caso no desenvolvimento de *software* de uma grande instituição financeira, contexto com múltiplos atores e extremamente regulado.

Os resultados apontam para a contribuição do modelo *lean* na mudança de percepção dos atores objetivando antecipar problemas, embora persistam restrições ao pleno aproveitamento de seu potencial tendo em vista o ambiente extremamente normatizado, ainda segundo uma perspectiva mais afeita a modelos preditivos do que experimentais.

A segunda parte do livro traz artigos dedicados ao modelo *lean startup*, derivado do primeiro originário da Toyota, mas surgido

na prática do ecossistema do Vale do Silício, na Califórnia, nos EUA. Ele criou uma dinâmica própria no ambiente de inovações de novos negócios, cujos empreendedores exploram oportunidades em mercados de rápidas mudanças e que exigem processos ágeis de desenvolvimento.

As *startups* reconheceram no propósito e na dinâmica do *lean development* a possibilidade de também atender aos desafios e angústias das empresas inovadoras e nascentes: nossa ideia de negócio terá atratividade no mercado? Como desenvolver essa ideia? São perguntas comuns a todos os negócios, porém, de maior premência na inovação mais radical devido à total ausência de parâmetros de comparação.

Assim, o *lean startup* implica um *spin-off* do *lean development*, trazendo ainda mais estratégias de experimentação controlada no desenvolvimento dos novos negócios, vistos agora como hipótese de valor em seu início e sendo desenvolvidos a partir da inserção nos experimentos dos futuros clientes, do usuário e dos agentes do mercado.

No primeiro artigo dessa segunda parte do livro, intitulado “Comportamento empreendedor na criação do negócio”, é investigada a mudança de comportamento necessária para essa disposição mais científica e aberta aos dados e fatos no desenvolvimento dos negócios.

O modelo *lean startup* é mais compatível com um comportamento empreendedor de natureza científica, que é por si só mais estruturado. Entretanto, a pesquisa com nove *startups* demonstrou que os empreendedores ainda são mais voltados ao comportamento menos afeito às experimentações controladas, fato que aponta para o

potencial de melhoria na estruturação do desenvolvimento dos negócios, evitando desperdícios de tempo e recursos.

Na sequência, o artigo “Desenvolvimento orientado por hipóteses” aprofunda a questão central do processo de criação, experimentação e validação de hipóteses dos novos negócios, ao demonstrar que os bons resultados alcançados por uma amostra de quatro *startups* aparecem juntos com práticas aderentes ao *lean startup*, através do desenvolvimento com base em hipóteses de valor, validadas por experimentos no mercado. Entretanto, a adesão é identificada como parcial, porque os experimentos carecem de maior estruturação no seu controle, confirmado o comportamento identificado na amostra do artigo anterior.

Muito embora o achado seja parcial, nota-se que o conceito central de buscar evidências na condução do desenvolvimento através de experimentos está presente na ação dos empreendedores, com potencial de aperfeiçoamento.

Por fim, o artigo “Utilização de startups internas nas empresas” encerra o percurso dos textos realizando uma revisão sistemática de literatura que aponta para a tendência recente de adotar o modelo *lean startup* internamente nas grandes corporações, através da criação de estruturas internas próprias, chamadas de *startups* internas, com objetivo de alcançar a inovação de forma mais ágil, tornando tais estruturas internas independentes dos esquemas mais regulados e hierarquizados do restante da organização.

Através dos artigos e casos estudados, o livro pretende ajudar empreendedores e profissionais de empresas tradicionais

e *startups* a estruturar seus processos de desenvolvimento de produtos e negócios de forma mais adequada ao ambiente que exige agilidade na inovação e resiliência à incerteza. Também conhecer a aplicação de processos de desenvolvimento com base no modelo *lean*, aplicando o método científico em ciclos curtos de experimentação e aprendizagem, visando à maior agregação de valor e menos desperdícios. Com isso, gerar organizações mais produtivas, com maior qualidade e, portanto, competitividade no atual mercado incerto e supercompetitivo.

O livro traz uma contribuição original e pioneira na disseminação do conhecimento sobre gestão e suas interfaces com a digitalização cada vez maior dos mercados. Mais do que isso, a obra reforça a investigação científica do modelo *lean* no desenvolvimento de negócios, que é alcançada com objetividade quando os autores apresentam pesquisas de aplicação do modelo em diferentes contextos.

Nesse cenário, é inevitável, mas compreensível, porém, notar a ausência, nos casos relatados, de organizações de diversos outros setores estratégicos da realidade brasileira, como o agronegócio ou mesmo do setor de serviços atualmente tão atrelado à realidade digital. Isso certamente não se configura como um defeito da obra, muito longe disso, mas uma janela de oportunidade que o livro inaugura ao, naturalmente, estimular a continuidade desse grupo de pesquisadores ou mesmo de outros frente aos tantos casos que podem ser investigados nessa seara.

A gestão brasileira tradicional e ainda carente de evolução agradece.



## **ERRATA**

Na edição anterior, número 129, no texto “O efeito gangue sobre a dinâmica dos homicídios: um estudo sobre o caso de Cambé/PR”, de Cleber da Silva Lopes e Anderson Alexandre Ferreira, no segundo parágrafo da página 31, o correto é: “[...] no conhecimento pessoal do segundo autor deste artigo [...]”.